

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

José Roberto Garcia

A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR FERROVIÁRIO: O CASO DA ESCOLA
PROFISSIONAL *MIXTA* DE SOROCABA
(1929 – 1942)

Sorocaba/SP
2013

José Roberto Garcia

A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR FERROVIÁRIO:
O CASO DA ESCOLA PROFISSIONAL *MIXTA* DE SOROCABA
(1929 – 1942)

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Professor Dr. Wilson Sandano

Sorocaba/SP
2013

Ficha Catalográfica

Garcia, José Roberto

G21e A formação do trabalhador ferroviário: o caso da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba(1929-1942) / José Roberto Garcia. – Sorocaba, SP, 2013.

222 f.; il.

Orientador: Dr. Wilson Sandano.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba.

José Roberto Garcia

A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR FERROVIÁRIO:
O CASO DA ESCOLA PROFISSIONAL *MIXTA* DE SOROCABA
(1929 – 1942)

Tese aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor no Programa de
Pós-Graduação em Educação da Universidade de
Sorocaba.

Aprovado em: 09 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente da Banca: Prof. Dr. Wilson Sandano

Universidade de Sorocaba - Uniso

1º Exam.: Profa. Dra. Sueli Soares dos Santos Batista

Centro Paula Souza – Fatec Jundiaí / SP

2º Exam.: Profa. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery

Universidade Estadual Paulista – Unesp Marília / SP

3º Exam.: Profa. Dra. Vania Regina Boschetti

Universidade de Sorocaba - Uniso

4º Exam.: Profa. Dra. Jane Soares de Almeida

Universidade de Sorocaba - Uniso

*Em memória, aos meus Pais,
Isídio e Alzira.*

*À Fran, Ricardo, Denise, Neto, Duda,
Thaís, Fábio, e Camila.*

*Aos meus irmãos Gilberto-Vera, Carlos (em memória)-Mauren,
Cleide-Zézinho, Wilson-Angela, Claudinei-Rita e André-Iara.*

*Ao Sr. Dimas (em memória), D. Terezinha (em memória),
Maria Aparecida, Nelson (em memória),
Marcos (em memória)-Julia e Cássia-Paulo,
pelo apoio, incentivo e amizade.*

*Ao José Scarpanti, Cleide, Marcelo, Miriam e Fernando,
pela ajuda e incentivo,*

*Ao José Torres, Márcia, e Flávio,
pela ajuda, compreensão e amor.*

*Aos meus amigos Padres Ernani, Inácio e Paulo,
pela compreensão, apoio e incentivo.*

*Aos amigos Maria Luiza, Edy e Eva, Geraldo e Euclair,
Agrício e Neuci, Isaias e Célia, Nei e Ciça,
pela compreensão, apoio e incentivo.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, *Professor Dr. Wilson Sandano*, pela sua dedicação, paciência, apoio e incentivo, pelo conhecimento transmitido durante este tempo de trabalho, pelo empenho no processo de revisão e elaboração desta tese, e pela sua amizade,

Ao *corpo docente* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, pela ajuda, apoio e incentivo,

À amiga *Vilma Franzoni*, pela ajuda, apoio e amizade,

À *FDA*, pela bolsa concedida, de grande valia durante este estudo,

Aos *Professores Milton Marinho Martins e Jardel Pegoretti*, pela inestimável contribuição, compartilhando as experiências vividas na Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba e no Curso Ferroviário,

Ao *Professor Dr. Luiz Antonio Koritiake*, ex-diretor da ETEc Fernando Prestes e amigo de todas as horas, e a todos os colegas da instituição, pelo incentivo, ajuda e apoio,

Ao *Professor Dr. Jorge Luiz Antonio*, pelo auxílio na revisão do trabalho,

Ao *Professor Paulo Sérgio Germano*, diretor da ETEc Fernando Prestes,

Aos *responsáveis* pelo Centro de Memória da instituição, pela ajuda, incentivo e apoio,

À *Maria Aparecida Almeida Dias de Souza*, pelos livros emprestados, apoio, incentivo e amizade,

Ao *Prof. Dr. Paulo Renato Canineu*, amigo de todas as horas,

Ao *Carlos Corrá*, pela ajuda, apoio e amizade,

Ao *Aparício Tarcitane*, pela ajuda, apoio e amizade,

Ao *Sr. Roberto Xavier (Robertinho)*, pela ajuda, apoio e amizade,

Ao *AG*, que me socorreu nos momentos de indecisão e dificuldade,

A todos do fundo do meu coração...

MUITO OBRIGADO.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva explorar a maneira como os programas educacionais, serviços e relações com a comunidade refletiam as estratégias dos gestores em preparar o trabalhador para suprir mão de obra à nascente indústria sorocabana, através de uma das oito escolas profissionais mais antigas do estado de São Paulo - a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba - durante o período de 1929-1942. Para o desenvolvimento deste trabalho foram efetuadas consultas periódicas aos arquivos históricos existentes no acervo disponibilizado pelo Centro de Memória da instituição. Destacam-se nas pesquisas os diários oficiais; os livros de registros de matrículas; os boletins; os livros dos diplomados. As análises em jornais da época, anais da Câmara de Vereadores, almanaques e livros históricos, retratam as articulações existentes entre a instituição escolar e a Estrada de Ferro Sorocabana. Estes documentos encontram-se na Biblioteca Pública Municipal, na Biblioteca Pública Infantil Municipal, no Museu Histórico de Sorocaba, no Gabinete de Leitura Sorocabano e na Biblioteca da Universidade de Sorocaba – Uniso. Pesquisas efetuadas no Museu Ferroviário existente na cidade de Sorocaba/SP forneceram, entre outros, dados sobre os funcionários e pensionistas da empresa, que, posteriormente, foram comparados com os registros dos egressos da instituição; aqueles constam do Livro de Registros de Funcionários e Pensionistas com data de 1965. Dois ex-ferroviários foram entrevistados contribuindo para melhor compreensão da prática do educando/trabalhador no âmbito escolar e no cotidiano da fábrica. O estudo das 8.476 matrículas efetuadas durante o período analisado revela que 80% dos alunos não concluíam os cursos; a maior evasão ocorria entre as 1^{as} e 2^{as} séries, entendendo-se que com apenas seis meses iniciais do curso os alunos estariam minimamente preparados para pleitear vagas no mercado de trabalho. A análise dos diplomados conclui que acima de 55% dos egressos tinham como destino final de emprego a Estrada de Ferro Sorocabana; revela ainda que acima de 3/4 dos cursos oferecidos, mesmo aqueles destinados às mulheres, forneciam mão de obra para a ferrovia. Percebe-se, nos cursos fornecidos pela Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, viés industrializante, consoante às concepções propostas pelos métodos Della Vos, da Escola Técnica de Moscou e do método *Slojd*. Observa-se, também, que no processo de ensino e aprendizagem a instituição fez uso das séries metódicas, inaugurando um novo tempo nos métodos do ensino profissional no país atendendo aos interesses do capital.

Palavras-Chave

Ensino técnico – Sorocaba (SP). Ensino profissional – Sorocaba (SP). Método de ensino.

ABSTRACT

This research aimed to explore how educational programs, services and community relations reflected the strategies of managers in preparing workers to supply labor for the nascent industry sorocabana through one of the eight oldest professional schools of São Paulo - Professional School *Mixta* of Sorocaba - during the period 1929-1942. For the development of this work were performed periodic consultations to the historical archives existing in the collection provided by the Center for Memory of the institution. Stand out in the polls the gazettes; books enrollment records; bulletins, the books of graduates. The analyzes in newspapers of the time, proceedings of the City Council, almanacs and historical books, portrayed the joints between the academic institution and Sorocabana Railroad. These documents were searched in the Public Library, Public Library Children's Municipal, History Museum in Sorocaba, in the Sorocaba Office of Reading and the Library of the University of Sorocaba - Uniso. Research conducted in existing Railway Museum in the city of Sorocaba / SP, provided, among others, data on employees and pensioners of the company, which later were compared with the data of the graduates of the institution; those data are in the Book of Records of Employees Pensioners and dated 1965. Two former railroad respondents were contributing to better understanding of the practice of the student/worker in the school and in everyday factory. The study of 8.476 registrations made during the study period reveals that 80% of the students not concluded the courses, the highest dropout occurred between the 1st and 2nd series, it being understood that with only initial six months of the course the students would be minimally prepared to plead vacancies in the labor market. The analysis concludes that over 55 % of graduates were bound to end employment Sorocabana Railroad; also reveals that over three quarters of the courses offered, even those for women, provided labor for the railroad. It can be seen in the courses provided by the Professional School *Mixta* of Sorocaba, bias industrialization, at the expense of formation of the student, according to the concepts proposed by the methods Della Vos, Technical School of Moscow and method Slojd. It is observed in the process of teaching and learning institution made use of methodical series, inaugurating a new era in the methods of vocational education in the country serving the interests of capital.

Key Words

Technical education-Sorocaba (SP). Vocational education - Sorocaba (SP). Teaching method.

LISTA DE QUADROS

1. População sorocabana de 1872 a 1947.....	52
2. Matrículas de todos os cursos e séries por sexo.....	97
3. Matrículas da seção feminina: anos, cursos e turno diurno.....	98
4. Matrículas da seção feminina: anos, cursos e turno noturno.....	98
5. Matrículas da seção masculina: anos, cursos e turno diurno.....	101
6. Matrículas da seção masculina: anos, cursos e turno noturno.....	101
7. A origem do alunado – seção masculina e feminina, cursos e turnos.....	104
8. A origem do alunado por curso – seção feminina, cursos e turnos.....	106
9. A origem do alunado por curso – seção masculina, cursos e turnos.....	108
10. A nacionalidade dos responsáveis – seção feminina, cursos e turnos.....	110
11. A nacionalidade dos responsáveis – seção masculina, cursos e turnos.....	111
12. Nacionalidade por cursos – seção masculina e turnos.....	113

13. Profissões com grande concentração de matrículas – seção feminina, geral.....	115
14. Profissões com grande concentração de matrículas – seção masculina, geral.....	118
15. Distribuição urbana dos responsáveis – seção feminina.....	124
16. Distribuição urbana dos responsáveis – seção masculina.....	125
17. Taxa de ocupação das classes.....	126
18. Índice de frequência.....	126
19. Diplomados de todos os cursos por sexo.....	146

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	ASPECTOS DO ENSINO PROFISSIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	22
2.1	Escolas profissionalizantes - subsídios bibliográficos.....	22
2.2	Relações entre urbanização e escolarização dos grandes centros urbanos.....	48
3	QUESTÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS E A ESFERA EDUCACIONAL NACIONAL E REGIONAL.....	53
3.1	Aspectos urbanizacionais e políticos de sorocaba.....	53
3.2	Os processos de criação e instalação da Escola Profissional <i>Mixta</i> de Sorocaba..	67
4	A ESCOLA PROFISSIONAL <i>MIXTA</i> DE SOROCABA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CURSOS E MATRIZ CURRICULAR.....	83
4.1	A caracterização dos cursos e a matriz curricular.....	84
4.2	A origem do alunado e o perfil ocupacional dos responsáveis.....	103
5	O PAPEL DA ESTRADA DE FERRO SOROCABANA E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA PROFISSIONAL <i>MIXTA</i> DE SOROCABA: ALGUNS ASPECTOS.....	127
5.1	O processo de ensino e aprendizagem.....	128
5.2	A relação entre a Escola Profissional <i>Mixta</i> de Sorocaba e a Estrada de Ferro Sorocabana.....	138
5.3	Considerações sobre os concluintes.....	145
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
	REFERÊNCIAS.....	159
	FONTES DOCUMENTAIS.....	165
	SITES ACESSADOS.....	166
	APÊNDICES	
	Apêndice A – Relação entre as ruas e os bairros da cidade.....	168
	Apêndice B – Relação dos professores, mestres e auxiliares.....	172
	Apêndice C – Degravação da entrevista com o senhor Milton Marinho Martins.....	176

Apêndice D – Degravação da entrevista com o senhor Jardel Pegoretti.....	188
--	-----

ANEXOS

Anexo A – Livro Registro de Matrículas.....	200
Anexo B – Boletim - frente.....	201
Anexo C – Boletim – verso.....	202
Anexo D – Planta da Cidade.....	203
Anexo E – Carta de Oscar Lindhon de Oliveira.....	204
Anexo F – Mapa de Movimentos – julho de 1929.....	205
Anexo G – Mapa de Movimentos – março de 1930.....	206
Anexo H – Resumo do Mapa de Movimentos – outubro de 1939.....	207
Anexo I – Resumo do Mapa de Movimentos – dezembro de 1939.....	208
Anexo J– Caderno das Séries Metódicas - 1º ano - instruções gerais - folha nº 0.....	209
Anexo K– Caderno das Séries Metódicas - 1º Ano - Estudo das Projeções - folha nº 5....	210
Anexo L– Caderno das Séries Metódicas - 1º Ano - uso dos instrumentos - folha nº 9.....	211
Anexo M – Professor Milton Marinho Martins – em destaque.....	212
Anexo N – Professor Jardel Pegoretti no Gabinete de Leitura Sorocabano.....	213
Anexo O– Lei número 1860 de 30 de dezembro de 1921.....	214
Anexo P – Decreto-Lei número 14.550 de 21 de fevereiro de 1945.....	215
Anexo Q – Decreto número 6.537 de 04 de julho de 1934.....	217

1 INTRODUÇÃO

O objeto histórico ao qual se refere este estudo é a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, considerando principalmente a relação alunos-operários-ferrovia. Estes grupos tiveram uma participação decidida durante os anos da primeira República, época em que aconteceram mudanças importantes no processo de introdução de maquinários para a indústria e que gerou transformações nas formas de organização do espaço produtivo e acelerada urbanização. Estuda-se o processo formativo das classes trabalhadoras em Sorocaba, a partir da introdução de novos métodos de ensino fomentados pelos industriais. Neste sentido, cumpre papel importante a Estrada de Ferro Sorocabana que se apresenta tanto como incentivadora da instituição escolar como interessada nos egressos da escola. É apresentado um panorama geral nas formas de ingresso e preparo do operário na ferrovia antes e depois da instalação da Escola. O espaço delimitado para o estudo compreende as oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana, cedidas para as aulas práticas, e, aulas teóricas e práticas na Escola.

Nas primeiras décadas do século XX, além do crescimento quantitativo e da expansão dos níveis de ensino alcançados pela educação, produziu-se, também, uma série de estratégias que obtiveram o controle da população, a fim de intervir em suas formas de vida, em seus hábitos de consumo e em seus valores culturais (SANFELICE, 1999).

Percebe-se, ainda e com clareza, que a forma pela qual se processa a educação formal hoje, assim como no início do século passado, está longe de criar uma consciência crítica que propicie o efetivo exercício da cidadania, além do que impossibilita uma ação e participação mais coletiva, pois impede que cada cidadão se aproprie do conhecimento produzido historicamente pela humanidade (cultura letrada), proporcionando a perda de um direito inalienável desses mesmos cidadãos (LOMBARDI, 2003).

Assim, urge trabalhar no sentido de entender as formas pelas quais este quadro produziu-se e se materializou. Neste aspecto, então, é necessário trabalhar os conteúdos e suas implicações sociais, econômicas, políticas e ideológicas de conceber a sociedade, e nela, o homem. E, ainda, urge esclarecer a que grupos esta concepção efetivamente interessa (LOMBARDI, 2003).

A criação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, hoje denominada Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, insere-se num período de intensas transformações que aconteceram tanto em Sorocaba/SP quanto na capital do Estado, nos anos anteriores e que se seguiram à abolição da escravatura e ao advento republicano, transformações essas

motivadoras de um expressivo processo urbanizador que se iniciara em meados do século XIX, mais precisamente nos anos 50 e 60, período áureo do tropeirismo. As atividades urbanas, necessárias em função da feira de muares, tornaram-se a base da economia sorocabana, atraindo muitos comerciantes, fabricantes, profissionais liberais, pequenos industriais, bem como atividades artísticas, culturais e de lazer. Plantadores de algodão, café e cana de açúcar despontam como os afortunados da cidade. O comércio de tecidos, área geradora de maior lucro, explorado por importantes personalidades da sociedade, proporcionava a acumulação de capital e permitiu, juntamente com outros fatores, a geração do capital agroexportador algodoeiro existente durante curto período de tempo, e, a construção da primeira fábrica de tecidos da cidade. Escreve Baddini (2002, p. 269) que “não foi por acaso que o mesmo grupo que instalou a Companhia Sorocabana em 1870 organizou, no ano seguinte, uma sociedade anônima denominada ‘Indústria Sorocabana’ para a criação de grande fábrica de tecidos.”

A inexistência de mão de obra nacional especializada fomentou em Sorocaba, e em outras regiões, a importação de operários das mais diversas nacionalidades. Nas duas primeiras décadas do século XX, o quadro de trabalhadores das organizações sorocabanas era composto, notadamente, por operários originários do continente europeu, com alguma experiência em entidades que defendiam os interesses da classe trabalhadora. O declínio da importação de mão de obra, a proibição pelo governo da continuidade de exploração do trabalho infantil e as reivindicações ocorridas entre 1910 e 1920, pela redução da jornada de trabalho, pela melhoria dos salários e contra os abusos cometidos pelos empresários, motivaram a classe dirigente a preparar cientificamente, isto é, por meio de escolas, a mão de obra necessária.

Esta pesquisa procurou explorar a maneira como os programas educacionais, serviços e relações com a comunidade refletiam as estratégias dos gestores em preparar o trabalhador para suprir mão de obra para a nascente indústria sorocabana, por meio de uma das oito escolas profissionais mais antigas do estado de São Paulo - a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba. Busca-se entender, também, que trabalhador estava sendo formado e a quem interessaria o emprego do novo modelo de ensino e aprendizagem adotado pela instituição, destacando-se, entre as tendências existentes no ensino profissional praticado na época, a ação moralizadora – entendida como educar a personalidade por meio da “formação moral do operário, sua constituição em cidadão apto, competente, operoso, moralizado [...] educado e consciente de seus deveres e direitos, unido ao patrão no trabalho comum” (MORAES,

1990,p. 222), ou seja, inculcar no educando que o trabalho deve ser visto como um dever, uma obrigação e não um modo do futuro operário adquirir sua autonomia e liberdade; e, mais, que a execução do trabalho sempre se dará pela ótica dos patrões – e, o ensino para a formação do empregado nacional, de torná-lo tecnicamente preparado para concorrer com o estrangeiro, especializado ou semi-especializado, distinguindo-se estes em função da hierarquização dos postos de trabalho e do tempo necessário para o preparo do operariado. Faz-se necessário, para alcançar tais objetivos, identificar: (a) a situação política e econômica reinante na cidade e no país, (b) os motivos para a criação e instalação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, (c) as causas do baixo índice dos concluintes dos cursos, e, (d) entender a importância da Estrada de Ferro Sorocabana nos processos de ensino e aprendizagem utilizados naquela instituição escolar.

A periodização estipulada – 1929-1942 – abrangeu desde o início de funcionamento da instituição e se estende até o surgimento, e a equiparação da instituição, de uma nova organização para o ensino profissional no país, organização essa promovida pelo Decreto-Lei Federal número 4.073, de 30/01/1942, que promulgou a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”. Entende-se, a partir da leitura do artigo 59, parágrafo 8, da citada lei, a qual estipula que “só poderão funcionar sob a denominação de escola técnica ou escola industrial os estabelecimentos de ensino industrial mantidos pela União e os que tiverem sido reconhecidos ou a ele equiparados”, que a escola atingiu esse reconhecimento a partir de 13 de Janeiro de 1943, pelo Decreto Federal nº 11.315, e, pelo Decreto-lei estadual nº 15.040 de 19 de Setembro de 1945, correspondente ao enquadramento à Lei Orgânica do Ensino Industrial, quando passou a chamar-se Escola *Industrial* Cel. Fernando Prestes. Pode-se afirmar, pelo pouco tempo decorrido entre a promulgação da lei e a alteração de denominação que a instituição já vinha, anteriormente, sendo preparada para essa nova forma de organização. A transformação da instituição em escola técnica ocorreu somente em 24 de Dezembro de 1951, por meio da Lei número 1.429.

Ainda que o recorte temporal tenha como marco de pesquisa o ano de 1942, o que torna a instituição escolar, no período estudado, precursora da Lei Orgânica do Ensino Industrial, entende-se que a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba adequou-se às novas necessidades propostas pelo Governo Federal. Neste sentido e com o intuito de entender melhor essa nova forma de organização do ensino industrial, é interessante observar que o Decreto-Lei Federal número 4.073, de 30/01/1942, segundo Schwartzman (1984), trazia como uma de suas principais características a imposição de uniformidade a este tipo de ensino em

todo o país, uniformidade objetivada por meio da autorização de funcionamento ou suspensão das escolas e cursos, do acompanhamento e da orientação pedagógica efetuados pelo Ministério da Educação. A lei buscava atender, simultaneamente, aos interesses do trabalhador, realizando sua preparação profissional e sua formação humana; das empresas, nutrindo-as, segundo suas necessidades, de suficiente e adequada mão de obra; e da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

No que tange à cultura escolar, Julia (2001, p.10) a descreve como

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Enfim, por cultura escolar “é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares.” (JULIA, 2001, p.11).

Um componente imprescindível para se tentar analisar o funcionamento interno de uma instituição escolar encontra-se no estudo das disciplinas escolares. A história das disciplinas escolares tenta identificar

tanto por meio das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas, o núcleo duro que pode constituir uma história renovada da educação. Ela abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular (JULIA, 2001, p.13).

Por núcleo duro pode-se entender quais disciplinas sustentaram o curso ao longo de sua existência; os motivos porque foram escolhidas e mantidas, mesmo com mudanças na matriz curricular, os docentes das mesmas. Em resumo, entender como se produziu o currículo e porque isso aconteceu.

A problemática que se levanta neste trabalho diz respeito em buscar respostas para questões relacionadas entre a ferrovia e a escola e quais as consequências para a instituição

escolar nos aspectos pedagógicos, de arquitetura escolar, seus alunos e comunidade. Verificar, ainda, se a escola se adaptou às necessidades da ferrovia considerando as disciplinas eleitas para cada curso, o material didático, a quantidade de vagas e forma de ingresso, os turnos, o uniforme, os dados nos boletins, os professores, os pagamentos, vagas reservadas na EFS; com relação à arquitetura escolar, verificar as oficinas, os laboratórios, a circulação dos alunos, a cultura escolar. Outra questão interessante se refere à expressão *Mixta* contida no nome da Escola. Originalmente, quando do ato de criação da Escola, a Lei número 1.860, de 31 de dezembro de 1921 (Anexo O), autorizava Escolas Profissionais Masculinas. Identificar motivos para, oito anos depois, justificar a mudança no nome da instituição, com a inclusão da expressão *Mixta*, remete a buscas de ordem econômica e de sexo.

Sobre a escola existem alguns trabalhos monográficos, sendo o primeiro escrito por Afonso Celso de Oliveira, lançado em 1995, *Tudo Começou na Escola Profissional*; outros dois referem-se ao projeto de instalação de Centros de Memória nas oito escolas profissionais mais antigas do estado de São Paulo, projeto esse organizado por Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Julia Falivene Alves, resultando nas publicações *Escolas Profissionais Públicas do estado de São Paulo: Uma História em Imagens (Álbum Fotográfico)*, e *Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais*; minha dissertação de mestrado, defendida em 2007, “*A Escola Profissional Mixta de Sorocaba: Uma contribuição para o estudo de seus alunos e grade curricular (1929 – 1942)*”; dissertação de mestrado de Bianca Barbagallo Zuchi, defendida em 2007, na PUC-SP, *O Programa e os Métodos de Treinamento Profissional do Curso de Ferroviários da Companhia Sorocabana (São Paulo, década de 1930)*; trabalho desenvolvido por João dos Reis Silva Junior e Celso João Ferretti, correspondente ao Relatório Técnico e Científico Final apresentado à FAPESP, processo 03/01563-7, sobre *Competências e Prática Social: o trabalho como organizador e estruturador das reformas educacionais brasileiras no Ensino Médio e na Educação Profissional de Nível Técnico e sua concretização nas instituições escolares nos primeiros anos do século XXI*; e, o último, livro organizado por Luiz Antonio Koritiak e lançado em 2011 sobre *Formação Profissional - Escola Técnica Estadual "Fernando Prestes" ontem & hoje*.

Assim, este trabalho apoia-se em alguns autores que escreveram sobre a história da cidade de Sorocaba, destacando-se José Aleixo Irmão e sua obra sobre as ações da maçonaria, em três volumes, *A Perseverança III e Sorocaba*; Aluísio de Almeida em *Sorocaba – três séculos de história*; Geraldo Bonadio, em *Sorocaba – a cidade industrial*; Maria Cássia

Baddini com *Sorocaba no Império – comércio de animais e desenvolvimento urbano*; Antonio Francisco Gaspar em *Histórico do início, fundação, construção e inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana*; Hamilton Galli, *Origem e evolução do ensino profissional ferroviário no Brasil: Álbum da Estrada de Ferro Sorocabana*; Adolfo Frioli, *Sorocaba: registros históricos e iconográficos*, e outros, alguns descritos no próximo parágrafo, que escreveram sobre a educação brasileira na citada área. Esta pesquisa pretende suprir lacunas de informação, contribuindo para o avanço dos estudos nesta área e nesta cidade.

No âmbito do ensino profissional, Carmen Sylvia Vidigal Moraes é uma das autoras que retrata bem o momento histórico vivido nas primeiras décadas do século XX: a origem dos trabalhadores e suas relações com as exigências dos patrões; as necessidades dos trabalhadores e as condições existentes para o trabalho; o controle da produção e a reprodução do trabalhador, entre outros, são assuntos por ela bastante debatidos. Outros autores que tratam dessa mesma forma de ensino também foram consultados e contribuíram para este trabalho: Luiz Antônio Cunha, em *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*, analisa os papéis dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, oficina, escola, e, laboratório de reformas; em *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil – origem e desenvolvimento*, problematiza a questão da dualidade de ensino, a posição dos pioneiros da Educação Nova, o surgimento do SENAI enquanto iniciativa pública com controle privado; Bárbara Weinstein, em *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*, trata do curso de ferroviários e dos nascimentos do SENAI e do SESI e da necessidade de suas existências; Simon Schwartzman em *Tempos de Capanema* explora a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”; Maria Alice Rosa Ribeiro em *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista: 1870-1930*, fornece as características da indústria têxtil algodoeira, a atuação do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, e as condições de trabalho nas fábricas paulistas; em *Qualificação da força de trabalho: a experiência das escolas profissionais do estado de São Paulo (1911 – 1942)*, aponta os momentos que marcaram o conteúdo diferenciado da qualificação.

No que diz respeito às fontes orais, Paul Thompson (1992) afirma que a realidade é complexa, multiforme e a história oral permitiria recriar a multiplicidade de pontos de vista, podendo ser possível, portanto, retratar o vivido conforme concebido por quem o viveu, tendo claro, entretanto, que a memória é seletiva, incompleta, fragmentada e sofre transformações por interferência de fatos que nem sempre expressam com fidelidade o que foi vivenciado. Ou

seja, o ato de lembrar quase sempre implica, ainda que infielmente, em recriação do passado.

Ao utilizar o depoimento de ferroviários em sua pesquisa, Tenca (2006, p. 18) afirma que

privilegiar na pesquisa a fala do educando/trabalhador não significa perseguir uma orientação mecanicista compreendida como a ação de um sujeito ativo, numa ponta, e, na outra, o componente passivo, objeto do processo de socialização. Pelo contrário, essa opção metodológica pode permitir uma melhor compreensão da prática do educando/trabalhador como sujeito ativo, interagindo nesse processo, criando ou recriando elementos constitutivos de um dado modo de ser social, seja no âmbito escolar, seja no cotidiano do trabalho, nas atividades de lazer ou mesmo nas relações familiares.

Tenca (2006, p. 19) destaca que “o trabalho com história oral, contudo, tem uma característica muito própria e especial, que é a de criar um documento ou, melhor dizendo, a de contribuir para preservar os olhares de diferentes sujeitos da história. Preservação essa que julgamos ainda mais importante quando se trata de memória de velhos trabalhadores da realidade brasileira.”

Dois ex-ferroviários foram entrevistados. A escolha dos mesmos aconteceu obedecendo critérios de proximidade, no período estudado, com a instituição, tais como alunos, professores e funcionários. Nos casos aqui relatados, ambos trabalharam na escola. Agendou-se local e horário sugeridos pelos entrevistados e seguiu-se um roteiro contendo questões semiestruturadas. As questões e as respostas foram gravadas – a gravação está em CD e compõe este trabalho – e, posteriormente, degravadas cujos resultados constam dos apêndices C e D. O primeiro entrevistado foi o professor Milton Marinho Martins, nascido em 1921, ex-secretário de Educação da Prefeitura Municipal de Sorocaba, ex-professor e ex-diretor do curso Ferroviário da Sorocabana. A entrevista foi realizada no escritório particular do entrevistado, rua Amazonas, 451, Sorocaba, SP. O segundo entrevistado foi o professor Jardel Pegoretti, nascido em 1927, ex-presidente do Gabinete de Leitura Sorocabano, ex-aluno e ex-professor da instituição. O Senhor Jardel frequentou, como aluno, a instituição escolar quando o prédio original situava-se á rua Barão do Rio Branco. A entrevista foi realizada no edifício da Loja Maçônica Perseverança III, rua Barão do Rio Branco, 45, 5º andar, Sorocaba, SP. Os entrevistados declararam não possuir livros, cadernos ou certificados de conclusão dos cursos referentes ao período em que estudaram ou trabalharam na instituição

escolar. A falta de certificados de conclusão de curso impediu a correta definição do título e grau de profissão atribuídos ao egresso.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram efetuadas consultas periódicas aos arquivos históricos existentes no acervo disponibilizado pelo Centro de Memória da Instituição. Conforme descrito em Moraes e Alves (2002), o acervo foi preparado com a localização e higienização dos documentos, e, durante esse processo, foram confeccionadas pastas para o acondicionamento dos documentos em suporte papel, sendo que cada pasta deveria acondicionar somente um documento, desde que este possuísse no máximo 20 páginas. A identificação das pastas se dá por meio de um campo central retangular, feito a lápis, onde estão assinalados os seguintes itens: assunto do documento; autor; data completa ou possíveis datas contempladas pelo documento; e, algumas observações como: se há duplicata, se faltam folhas, se não há nitidez para leitura, etc. Na parte superior direita da pasta, convencionou-se indicar a inscrição da notação, ou seja, da identidade que o documento passaria a ter a partir da organização do organograma da escola. Em outra fase, já com parte da documentação higienizada e organizada em séries estabelecidas a partir da elaboração de um primeiro arranjo dos documentos da instituição, por meio da análise dos vários organogramas das escolas, as notações começaram a ser atribuídas aos documentos. Esclarecem Moraes e Alves (2002, p. 38) que “atualmente, não se fala mais arquivo morto, mas sim, arquivo permanente ou histórico, tipos documentais, séries, organograma, descarte, etc.”

As análises em diários oficiais forneceram informações sobre os decretos que permitiram a instalação e as mudanças de denominações e de endereços da instituição; em livros de registros de matrículas (anexo A) foram encontrados dados referentes à data de nascimento do aluno, ao curso em que está ingressando, à profissão e nacionalidade do responsável, ao endereço de residência, ao turno do curso escolhido. Os boletins (anexo B) contêm os dados dos alunos, notas, faltas, disciplinas, número e data de matrícula, que permitiram elaborar a matriz curricular dos cursos; o anexo C, verso do boletim, contém os pagamentos correspondentes aos trabalhos efetuados, durante o período letivo, pelos alunos. Dados sobre a data da diplomação, o curso concluído e a média final foram extraídos dos livros dos diplomados. Esses documentos permitiram traçar alguns perfis, identificados por meio da elaboração de alguns dos quadros constantes deste trabalho, entre eles, o da idade de ingresso dos alunos, dos cursos demandados e aqueles com menor procura, o ocupacional, da nacionalidade dos responsáveis pelos alunos, e da origem social do alunado. A pesquisa, nos

livros de visitas dos inspetores e dos movimentos mensais, pode contribuir para identificar o pensamento dos gestores da escola, visto que os dados constantes desses documentos eram enviados aos organismos estaduais responsáveis pela instituição e pelo ensino nela praticado. Informações sobre os professores com as respectivas datas e formas de contratação, bem como as disciplinas por eles ministradas, foram extraídas dos mapas de movimentos e constam do apêndice B. Destaca-se a boa higienização dos documentos pesquisados, porém seu manuseio deve ser cauteloso em função do estado de conservação em que muitos deles se encontram. Apesar do Centro de Memória da instituição escolar armazenar farto material, percebeu-se a inexistência de documentos como, por exemplo, diários de classes e requerimentos comprobatórios dos motivos e da interrupção, troca ou descontinuidade de cursos e que contribuiriam com a pesquisa efetuada; outros, que pertenceriam à instituição escolar, podem estar armazenados em locais diversos, como o único volume do caderno de séries metódicas encontrado no Museu Ferroviário Sorocabano.

Jornais da época, anais da Câmara de Vereadores, almanaques e livros históricos, retratam os esforços empreendidos pelos políticos, alguns favoráveis e outros contrários, à instalação da instituição. Estes documentos foram pesquisados, entre outros locais, na Biblioteca Pública Municipal, na Biblioteca Pública Infantil Municipal, na Biblioteca da Universidade de Sorocaba (Uniso), no Museu Histórico de Sorocaba, no Instituto Histórico e Geográfico de Sorocaba, e no Gabinete de Leitura Sorocabano. Para esse tipo de pesquisa, Jacques Le Goff (1979, p. 81), em Documento/Monumento, ressalta o dever principal do historiador:

a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica no passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

E relacionando história e memória, Le Goff (1979, p. 81) assevera a importância da recuperação da memória coletiva, dizendo que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

Ancorado em Le Goff, o trabalho procurou estabelecer relação entre historiador e documento visando localizar e explicar lacunas existentes na história, ora em estudo, por meio de análise detalhada desse mesmo documento para identificar suas condições de produção:

quem e em quais situações se produziram tais documentos considerando que o documento é produzido “consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem desse passado como para dizer a ‘verdade’.” (idem, 2011, p. 168).

A origem dos alunos foi obtida com a análise da cidade de Sorocaba em função de cinco regiões, regiões essas que até os anos de 1950-1960 eram a principal referência dos moradores e dos visitantes: *Centro, Além Linha, Além Ponte, Cerrado, Pinheiros/Lageado*. Para aqueles alunos matriculados que não identificaram o endereço de procedência adotou-se a nomenclatura *Sem Declaração*. O anexo D – planta da cidade – fornece os cinco principais bairros da cidade, citados acima; o apêndice A – ruas antigas e bairros correspondentes – relaciona o nome das ruas antigas existentes com os bairros indicados no mapa. A partir deste anexo e do endereço do aluno, existente no Livro Registro de Matrículas, buscou-se a correspondência com o endereço atual, e, então, o bairro ao qual o endereço pertence. Tal correspondência foi encontrada no Almanaque de Sorocaba do ano de 1950. Com relação aos alunos oriundos de outras cidades, a origem está sendo identificada pelo nome da cidade onde residiam e a identificação da nacionalidade dos pais, pelo nome do país de origem, dados esses existentes, também, no Livro Registro de Matrículas. Votorantim, distrito de Sorocaba desde 25/02/1912 e instalada como município em 27/03/1965, para efeitos deste trabalho foi considerada como cidade independente.

Para o acompanhamento dos egressos e a relação deles com a Estrada de Ferro Sorocabana, pesquisas foram efetuadas no Livro de Registros dos Funcionários e Pensionistas da empresa, datado de 1965, disponível no acervo do Museu Ferroviário existente na cidade de Sorocaba/SP. Este livro forneceu, entre outros dados, o nome dos funcionários e, por ele, estabeleceu-se nexos entre alunos e empregados da empresa. As pesquisas permitiram encontrar, também, folhas de sequência de trabalho, utilizadas pelos alunos, constantes do material de séries metódicas. Foram encontrados, no Museu Ferroviário, material que pertenceria à instituição escolar – fotos de ex-diretores e cadernos de instrução – o que prejudicou a centralização das pesquisas no Centro de Memória da escola. O único livro de registros de funcionários e pensionistas da EFS refere-se ao ano de 1965 dificultando a ligação entre funcionários da ferrovia e egressos da instituição, pois muitos funcionários podem ter deixado a ferrovia ou falecidos antes da emissão do livro. O nexos desses egressos exigirá nova busca com novos argumentos.

Visando agrupar situações similares, nos quadros elaborados, as profissões deixadas em branco ou não declaradas, os aposentados e os falecidos foram considerados, como *Sem*

Declaração; Procurador ou Fiscal da Coletoria, como *Funcionário Público*; Chefe de Trem, Maquinista, Telegrafista e outros profissionais ligados ao ramo ferroviário como *Ferrovári*o; músico e artista de teatro, como *Artista*. Efetuou-se este agrupamento apenas com as profissões descritas neste parágrafo.

Finalmente, a fim de garantir o entendimento sobre os termos *ensino profissional* e *instrução popular* utilizados na pesquisa, apresenta-se uma análise sobre os mesmos. Ensino profissional refere-se ao ensino destinado à preparação profissional dos trabalhadores, dividindo-se em industrial ou técnico. Segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, o ensino industrial, fornecido no primeiro ciclo, correspondia às modalidades dos cursos ordinários, podendo ser industriais, de mestria, artesanais e cursos de aprendizagem, todos eles objetivando o ensino de um ofício; o ensino técnico, ministrado no segundo ciclo, correspondia aos cursos técnicos e pedagógicos; os cursos técnicos eram destinados ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções na indústria; os cursos pedagógicos visavam à formação de pessoal docente e administrativo, vinculados ao ensino industrial. Ainda no âmbito do ensino profissional, existiam os cursos extraordinários que englobavam os de qualificação ou continuação, aperfeiçoamento ou de especialização profissional; e os cursos avulsos ou de ilustração profissional. Instrução popular diz respeito ao sistema educacional que teria como meta atingir a grande maioria da população do país pelo ensino primário, normal e profissional; o ensino público é aquele prestado pelos órgãos públicos e o ensino privado ou particular é o ensino ministrado por qualquer instituição privada, mesmo que subsidiado pelo poder público.

O trabalho está estruturado em seis capítulos sendo o primeiro dedicado à introdução. O segundo capítulo apresenta, em duas dimensões, aspectos do ensino profissional na Primeira República. A primeira dimensão fornece subsídios bibliográficos sobre a história do ensino profissional; na segunda dimensão são retratadas as formas de escolarização nos grandes centros urbanos. No terceiro capítulo são enfocados, também em duas dimensões, questões econômicas e políticas que permeavam a esfera educacional nacional e regional no recorte ora em análise. Assim, na primeira dimensão, são analisados aspectos urbanizacionais e políticos da cidade de Sorocaba e a inserção da escola nesse contexto de modo a compreender minimamente a cidade de Sorocaba, seu desenvolvimento industrial e sua situação econômica e política no contexto brasileiro; e, na segunda dimensão são tratados os processos de criação e instalação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, relacionados que estão com as questões da dimensão anterior. No quarto capítulo, são fornecidos a

caracterização dos cursos oferecidos, a matriz curricular, a origem do alunado e o perfil ocupacional dos responsáveis; analisa-se a taxa de ocupação das classes e discute-se o índice de frequência dos alunos nas aulas. O quinto capítulo trata do papel da Estrada de Ferro Sorocabana no processo de ensino e aprendizagem da instituição escolar; o papel de demandante dos egressos da escola; são efetuadas, também, considerações sobre os concluintes. Em considerais finais a informação, procedente das fontes orais e documentais analisadas pelo trabalho ora apresentado, expressa uma visão sobre a formação do estudante, futuros operários que supririam mão de obra para a indústria sorocabana e regional.

2 ASPECTOS DO ENSINO PROFISSIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Este capítulo apresenta, em duas dimensões, aspectos do ensino profissional na Primeira República. Inicia fornecendo subsídios bibliográficos sobre a história do ensino profissional; e, na segunda dimensão, são retratadas as formas de escolarização nos grandes centros urbanos.

2.1 Escolas profissionalizantes - subsídios bibliográficos

Segundo Moraes (1990, p. 5),

no final do Império, a atuação dos ‘particulares’ no campo educacional veio a se constituir numa proposta específica para a educação, diferenciando-se e contrapondo-se àquela executada pelo Estado Monárquico. Os agentes responsáveis pelas inúmeras realizações na área do ensino pertencem majoritariamente aos setores economicamente empreendedores identificados com o grande capital cafeeiro e, embora suas preferências políticas não convirjam para a mesma opção partidária, é indiscutível que o seu grupo mais organizado e combativo, portador das críticas e das propostas mais consistentes ao regime monárquico, confluuiu para a militância no Partido Republicano.

Continuando, Moraes (p. 6) afirma que “a proposta de uma ‘nova’ educação, por esses grupos, estava articulada ao projeto de modernização das relações sociais, indispensável para garantir e ampliar o movimento produtivo do capital.”

Ainda, em Moraes (1990, p.6),

uma vez proclamada a República, contornadas as divergências internas expressas nas dissidências partidárias e superadas as oposições localizadas principalmente no setor militar, o Estado Republicano implementará oficialmente, em São Paulo, as medidas educacionais propostas no programa partidário. A partir daí, é possível afirmar que existe identidade de propósitos e complementaridade na atuação dos particulares e do Estado no campo do ensino. A significativa participação da iniciativa privada no campo da educação, com o aumento considerável de escolas criadas nos diferentes níveis de ensino e, especificamente, no campo da instrução popular, foi acompanhada pela persistente atuação dos governos republicanos paulistas. Embora de composição social mais diversificada, esses ‘particulares’ atuantes no campo educacional nas primeiras décadas do século eram elementos também identificados, na sua maioria, com o grande capital cafeeiro.

Moraes (1990, p.32) afirma também que outra questão importante diz respeito ao aparecimento, a partir de praticamente quase todo o século XIX, de clubes e associações culturais, bem como de

associações beneméritas organizadas por particulares para manter escolas sem visar lucro. Tais sociedades eram compostas basicamente por grandes fazendeiros e intelectuais – professores, jornalistas, advogados – entre os quais se misturavam conservadores, republicanos e liberais. Invariavelmente, porém, na liderança dos empreendimentos, estavam republicanos. Esse é o caso, por exemplo, do Colégio Culto à Ciência, de Campinas, estabelecimento ‘inteiramente leigo de ensino positivo e científico’, para a educação de nível secundário dos filhos dos fazendeiros; ou, ainda, das ‘escolas para o povo’, como o Instituto Novo Mundo de Itu, do Instituto Anna Rosa e da Sociedade Propagadora da Instrução Popular.

Ao analisar a participação dos grupos envolvidos em ideias novas que surgiam, Azevedo (1996, p. 636) assim se posicionou:

As elites culturais, políticas e administrativas, constituídas, em sua maior parte, de bacharéis e doutores, marcavam o estilo de nossa cultura, cujas tradições se condensavam, como em núcleos de resistência às ideias inovadoras, no patriciado rural e na burguesia urbana. As novas ideias, as teorias importadas e as reformas mais audaciosas fundiam-se ou se dissolviam ao calor da família, que era a instituição social mais estável e conservadora da sociedade em formação, como das velhas escolas destinadas a fabricar profissionais, donde saíam as elites dominantes e em torno das quais gravitavam as aspirações da juventude e se agrupavam os núcleos de interesses das classes sociais mais elevadas.

Com relação à transição do regime de produção escravocrata para o manufatureiro, continuou Azevedo (idem, p. 636):

Nem a estrutura industrial que apenas começava a edificar-se em algumas regiões, como Rio de Janeiro e São Paulo, podia elevar ao primeiro plano das preocupações políticas, na organização dos sistemas escolares, as diversas culturas técnicas que visam por ordem na economia da nação, pela prática da orientação profissional e da aprendizagem racional e pela adaptação dos homens ao material e às tarefas industriais.

Completando que, no entanto (idem, p. 636),

[...] não faltaram medidas isoladas, públicas e particulares, no domínio do ensino técnico e profissional, em que São Paulo foi também o estado abridor de caminhos, mas sem bastante convicção e impulso para prosseguir na obra de que apenas, por essa época, se lançaram os fundamentos. O Liceu de Artes e Ofícios que, embora criado no Império, em 1873, se consolidou para entrar na sua fase mais fecunda depois de 1895, com a administração Ramos

de Azevedo; a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba (1901); a Escola de Comércio Álvares Penteado (1902) e as duas primeiras escolas profissionais, masculinas e femininas, instaladas em São Paulo em 1911, são outras tantas iniciativas que prometiam multiplicar-se e impor com o tempo a organização de um plano de conjunto e de mais larga envergadura, com uma unidade de orientação. Mas elas permaneceram no Estado, durante largos anos, como instituições dispersas e solitárias.

Entende-se, portanto, que no final do século XIX e início do século XX, no âmbito nacional, houve pouco apreço pelo ensino profissional, situação esta explicada, talvez, pela parca legislação trabalhista vigente na época, e pelo grande contingente de mão de obra, tanto estrangeiro quanto infantil, trabalhando nas fábricas.

Com relação às escolas profissionais de âmbito federal, a Proposição 195, de 1906, da Câmara dos Deputados, discutida na seção do dia 22 de dezembro daquele ano, é saudada por Fonseca (1961, v. 1, p. 158), “como um marco na história do ensino industrial no Brasil, uma vez que representa, na República, o primeiro documento oficial habilitando, com recursos financeiros, o poder público a iniciar, entre nós, as escolas profissionais de âmbito federal.” Nesse sentido, é interessante observar a trilha construída pelos interessados em oficializar o ensino industrial. Afonso Pena, em 15 de novembro de 1906, ao assumir a Presidência da República, assim dissera em seu Manifesto: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis.” (FONSECA, P.160).

Em 17 de dezembro de 1906, dias antes da seção em que se discutiu a Proposição 195, segundo Fonseca (1961, v. 1, p. 158), o Senado recebia do Diretor e Secretário Geral de um Congresso de Instrução que se realizava na época, um ofício acompanhado de um

projeto formulado de acordo com as ideias expendidas em suas reuniões. O projeto propunha a promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, por parte do Governo da União, nos Estados e na Capital do País, mediante um entendimento pelo qual os governos estaduais se obrigariam a pagar a terça parte das respectivas despesas.

A importância do ensino industrial aos industriais, segundo Fonseca (1961, v. 1, p. 160), superior inclusive ao ensino das letras, fica evidente no artigo 30 do projeto apresentado, em que proibia, “por parte do Governo, de fundar novos ginásios e faculdades antes de ter criado os institutos profissionais cujo funcionamento previa o projeto.”

O Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado por Nilo Peçanha, instituiu escolas de aprendizes artífices em todas as unidades federadas, criando, assim, a rede federal

do ensino industrial. Segundo Schwartzman (1984, p.232), “pensadas como instituições beneficentes, as Escolas de Aprendizes e Artífices deveriam proporcionar assistência médico-dentária e ferramentas para seus alunos, e promover a eventual venda de seus trabalhos.” Eram 19 escolas, uma para cada Estado, exceto o Rio Grande do Sul, onde já existia o Instituto Parobé, anexo à Escola de Engenharia Local, e que ficou sendo subvencionado pelo Governo Federal. Em 1910 as 19 escolas já haviam sido instaladas e possuíam um total de 1.248 alunos efetivos.

A atitude de Nilo Peçanha, Fonseca (1961, v.1, p.162) escreveu, não deve ser causa de espanto, pois ele

já trazia o espírito preparado para a solução do problema do ensino próprio à formação do operariado nacional, pois três anos antes, em 1906, quando Presidente do Estado do Rio criou pelo decreto 787, de 11 de setembro, quatro escolas profissionais naquela unidade federativa, situando-as em Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras para o ensino de ofícios e a última destinada à aprendizagem agrícola.

Nos anos seguintes o Decreto nº 7.566 sofreria diversas modificações, “destacando-se o trabalho da ‘comissão de remodelação’ criada em 1921 pelo ministro Ildefonso Simões Lopes, sob a direção de João Lauderitz.” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 232). Em 1923 é criada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, em substituição à antiga Comissão de Remodelação; em 1927 é sancionada a lei Fidelis Reis, de número 5.241, de 22 de agosto, que “tornava obrigatório o ensino profissional em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário, mas que não chega a ser implementada.” (idem, ibidem). Em 13/08/1934, com o Decreto número 6.604, a inspeção é transformada em Superintendência do Ensino Industrial, que pela “primeira vez previa a colaboração das associações industriais com as escolas profissionais”; finalmente, “a reforma do Ministério da Educação e Saúde, de 13 de janeiro de 1937, coloca essa atividade sob a responsabilidade de sua Divisão do Ensino Industrial do Departamento Nacional da Educação.” (idem, ibidem).

A Constituição de 1937, no artigo 129, manteve, em linhas gerais, antigas designações do ensino profissional:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a este dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinados aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará

o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Segundo Schwartzman (1984, p.232), “a partir daí as antigas escolas de Aprendizizes e Artífices são transformadas em liceus industriais, e um amplo programa de edificações é iniciado, com um orçamento de dez mil contos estabelecido especificamente para este fim em 1938. Em 1939 já havia cerca de sete mil alunos nestes estabelecimentos em todo o país.” Observa-se que na Escola Profissional Secundária Mista *Cel. Fernando Prestes*, de Sorocaba, estavam matriculados naquele mesmo ano de 1939, 716 alunos e alunas, o que representava 10% do total citado pelo pesquisador, demonstrando a importância da instituição para esse modelo de ensino.

Sobre o artigo 129, que deliberava sobre o ensino profissional, constante da Constituição de 1937, Cunha (2007, p. 35-36) escreve que

não se sabe ainda como esse dispositivo apareceu na Constituição, já que ela foi elaborada por juristas sem prévia experiência educacional, a não ser no ensino regular, não profissional. Todavia, não me parece fora de propósito supor sua inspiração remota no projeto de lei apresentado pelo deputado Graco Cardoso à Câmara, em 1927, um dos diversos que viam no ensino profissional uma espécie de panaceia para os mais diversos problemas sociais, econômicos e culturais.

Ainda segundo Cunha (2007, p.36), o artigo 22 desse projeto de Lei, proposto por Graco Cardoso à Câmara em 1927, dizia que

Os diretores de fábricas, explorações ou empresas industriais ficam obrigados a encaminhar aos cursos profissionais ou de aperfeiçoamento os menores, analfabetos ou não, colocados como aprendizes nos diferentes estabelecimentos, sob pena de multa que pelo Executivo será fixada. O projeto não foi aprovado.

Retomando a análise do artigo 129 da Constituição de 1937, segundo Cunha (2007, p. 36), o

Ministério da Educação, por meio da Divisão do Ensino Industrial, elaborou, em 1938, um projeto de regulamentação desse dispositivo constitucional. Estipulava-se a criação de escolas de aprendizes industriais mantidas e dirigidas pelos sindicatos dos empregadores e pelos estabelecimentos industriais. As escolas teriam oficinas próprias destinadas à prática dos aprendizes, isto é, dos trabalhadores maiores de 14 e menores de 18 anos. Os cursos durariam de 8 a 16 horas semanais, em horário coincidente com o período de trabalho, remunerando-se a atividade produtiva do menor. Cada

empresa industrial teria a obrigação de empregar um número de trabalhadores menores igual ou superior a 10% do efetivo dos operários. Ao Estado caberia a tarefa de manter escola de aprendizes onde os sindicatos e as indústrias não fossem capazes de fazê-lo. Os Ministérios da Educação e do Trabalho fiscalizariam as empresas e aplicariam as sanções às infratoras.

O Ministério da Educação, além desse projeto relativo ao aprendizado dos menores que trabalhavam, segundo Cunha (2007, p. 36),

elaborou outro, referente aos menores não trabalhadores, de 11 a 14 anos de idade, sob a responsabilidade dos sindicatos dos empregados. Projetava-se a criação de escolas pré-vocacionais destinadas aos filhos ou irmãos de operários sindicalizados que idealmente houvessem terminado o curso primário com 11 anos, e não tivessem atingido, ainda, a idade mínima para ingresso na força de trabalho. As escolas seriam mantidas com recursos do imposto sindical, geridos conjuntamente por representantes dos sindicatos e dos Ministérios da Educação e do Trabalho.

Sorocaba, em 1927, portanto 10 anos antes, já era bastante conhecida pela sua indústria na qual se empregavam 15.000 operários, apresentava-se também como grande fornecedora de laranjas, inclusive para exportação, contando com mais de duzentos fruticultores representando quase dois milhões de árvores (BONADIO, 2004, p. 233). A região surge como local apropriado para atender os anseios dos políticos locais que poderiam, por meio da instalação da escola profissional, simultaneamente, demonstrar ao povo suas preocupações com a educação fornecendo cursos apropriados à economia local e aos industriais mão de obra preparada segundo princípios que atenderiam os próprios empregadores. Cinco anos mais tarde, em 1932, estatística elaborada pela polícia considerando apenas as cinco principais fábricas de tecidos, as fábricas de enxadas, de arreios e a Oficina da Sorocabana, indicava um total de 7.250 trabalhadores, sendo 4.654 (64%) do sexo masculino, 2.340 (32%) maiores e 759 (10%) estrangeiros (ALMEIDA, 2002, p. 398). Percebe-se por esta amostra que um grande contingente de trabalhadores era formado por mulheres e menores, sendo estes, os menores trabalhadores, o objetivo do artigo 129 da Constituição de 1937.

A Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do estado de São Paulo, presididas, respectivamente, por Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, receberam, ainda em 1938, o primeiro projeto de regulamentação do artigo 129 da Constituição de 1937. Segundo Cunha (2007, p. 36-37), os empresários “se manifestaram contrários, devido às despesas que as empresas teriam que arcar com o pagamento dos salários dos aprendizes e dos mestres, com os gastos de instalação e de operação das oficinas.”

Comentando a decisão tomada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP), Cunha (2007, p. 36-37) assevera que

os líderes industriais não perceberam o quanto o anteprojeto atenderia aos seus próprios interesses a médio e a longo prazo, ou priorizaram o lucro imediato – de um modo ou de outro, nada de contribuir financeiramente para a formação profissional da força de trabalho que eles próprios empregavam. É provável que a formação recente do capital industrial ainda não tivesse propiciado aos industriais uma visão dos seus interesses coletivos um pouco além do curto prazo. Por outro lado, a situação dos industriais de crescente dependência diante dos favores governamentais, em termos fiscais, alfandegários e creditícios, não encorajava uma resistência ativa ao projeto. Assim, aquelas entidades optaram pela resistência passiva, não respondendo à consulta ministerial.

O que se sabe é que a comunidade internacional, segundo Fonseca (1961, v. 1, p. 488),

iria influir bastante na organização da Lei Orgânica do Ensino Industrial e no aparecimento do SENAI. Desde a sessão de 1937, ficara resolvido pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT) incluir na pauta dos assuntos a discutir na reunião seguinte, que seria a de 1938, a questão do ensino técnico e profissional e a aprendizagem, separando, assim, os dois conceitos. No final daquela reunião de 1938, estipulara-se que o BIT consultasse os governos dos países membros da Sociedade das Nações, a respeito daqueles problemas, para o que foi preparado um questionário que a eles seria remetido, a fim de ser respondido na Sessão de 1939. O Governo brasileiro, com o intuito de estudar e emitir parecer relativamente aos quesitos apresentados, nomeou, em fins de 1938, uma comissão especial. E quando, a 8 de junho de 1939, tinha início a XXV Conferência Internacional do Trabalho, à qual compareceram 345 pessoas representando 46 países, já os representantes do Brasil, Francisco Montojos e Oscar Saraiva, puderam integrar a Comissão do Ensino Técnico, para a qual nosso país havia sido eleito, já estando perfeitamente a par do relatório distribuído aos governos, e pelo qual ficava evidenciado o fato de já estarem incorporadas às nossas leis algumas das recomendações feitas e outras em vias de o serem.

Outro aspecto interessante referente à comunidade internacional está relacionado à Rodolpho Fuchs. Segundo Weinstein (2000, p. 107), Fuchs, “muito próximo do ministro Capanema, era um guia intelectual que iluminava as decisões sobre a formação profissional no governo Vargas, principalmente antes da formação da comissão interministerial.” Ainda em Weinstein (2000, p. 108), Fuchs, com financiamento do governo brasileiro, havia participado no

Congresso Internacional de Educação Profissional, que teve lugar na Alemanha, em julho de 1938. Ao voltar ele apresentou um relatório intitulado Educação Profissional na Alemanha, que era uma franca apologia do sistema de educação profissional alemão, instituído sob o governo nazista. O sistema alemão, com sua formação obrigatória para todas as pessoas do sexo masculino que não frequentassem a escola secundária, e com suas seis a oito horas de aula semanais, inspiraram de modo direto as propostas de Fuchs. Fuchs admirava abertamente a forma como os alemães usavam as escolas profissionais para inculcar disciplina, comparando-as favoravelmente ao Exército Alemão e à Juventude Hitlerista, como veículos de socialização. E ele enaltecia o sistema de orientação profissional em que os consultores dos patrões encaminhavam os jovens para ocupações que atendiam às necessidades do mercado de trabalho.

Diante da resistência do empresariado em relação à regulamentação do artigo 129 da Constituição de 1937, segundo Schwartzman (1984, p. 235), em 2 de maio de 1939 Getúlio Vargas assinou o Decreto-lei nº 1.238

obrigando as empresas de mais de 500 operários a construírem refeitórios para seus trabalhadores, e como que de passo, no artigo 4, dispõem que elas deverão também manter “cursos de aperfeiçoamento profissional”, para adultos e menores, de acordo com o regulamento cuja elaboração ficará a cargo dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde. É um decreto oriundo do Ministério do Trabalho, e dele resulta um conflito de bastidores, entre os ministérios, que culmina com o Decreto nº 6.029, de 26 de Julho de 1940, que regulamenta os cursos profissionais conforme a ótica do primeiro.

A origem do conflito de bastidores, segundo Cunha (2007, p. 39), está na pretensão do

Ministério da Educação de controlar todo o ensino industrial, inclusive a aprendizagem, e a orientação da Presidência da República, partidária do seu controle pelas entidades patronais via Ministério do Trabalho. O fato de os projetos da “lei” orgânica e do SENAI terem sido levados pelo Ministro Gustavo Capanema ao Presidente no mesmo dia (5 de Janeiro) e assinados em dias diferentes, o decreto-lei de criação do SENAI (22 de Janeiro) antes da “lei” orgânica (30 de Janeiro), é resultado da mediação de Vargas na solução desse conflito.

Segundo Weinstein (2000, p. 106-107), a estranha trajetória do Decreto-lei nº 1.238 que, entre outras disposições, obrigava as empresas com mais de 500 operários a construírem refeitórios para seus trabalhadores, permite-nos uma visão reveladora do processo ‘legislativo’ durante o Estado Novo. E, prosseguindo, analisa a posição dos sindicatos escrevendo que

difícilmente se poderia considerar esse decreto como uma resposta à pressão dos sindicatos, uma vez que os últimos anos da década de 1930 foram um período em que a militância sindical atingiu o seu ponto mais baixo. As ações repressivas de Vargas contra o movimento operário não eliminavam o desejo de manter seu carisma e sua imagem populista. Na verdade, a campanha de Vargas contra os “subversivos” fazia com que fosse mais necessário demonstrar sua dedicação ao trabalhador brasileiro “patriota”. Com esse fim, o decreto-lei nº 1238, que foi promulgado logo em seguida a uma promessa feita num primeiro de maio, poderia ser apresentado por Vargas e por seus ministros como uma ação do Estado para compelir o capital a cumprir suas obrigações para com o trabalho. Além disso, a criação de oportunidades de formação profissional para os trabalhadores e seus filhos, de forma que o Brasil não mais precisasse recorrer à mão de obra estrangeira, complementava uma mais ampla visão nacionalista/populista que almejava um padrão de vida mais alto e um desenvolvimento nacional autônomo.

Weinstein (2000, p.107) recorre a um artigo publicado posteriormente no jornal dos metalúrgicos de São Paulo em que o sindicato elogia Vargas por sua preocupação com o ensino profissional: “hoje, principalmente devido à proteção do Chefe da Nação, há por toda parte mecânicos competentes, que aprenderam a trabalhar no Brasil e que nada ficam devendo aos melhores mecânicos de outros países.”

Com o Decreto-Lei 1.238, ainda segundo Cunha (2007, p.37), pretendia-se assegurar aos trabalhadores, fora do lar, condições mais favoráveis e higiênicas para a sua alimentação e propiciar-lhes, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento profissional. Desta forma, as empresas com mais de “500 empregados (de todos os setores econômicos) ficavam obrigadas a reservar locais para a refeição dos trabalhadores e a promoverem o aperfeiçoamento profissional não só dos menores, como no projeto rejeitado, mas, também, dos adultos.”

Devido ao conflito, uma comissão interministerial foi formada, e, segundo Weinstein (2000, p. 109),

reuniu-se pela primeira vez em Maio de 1939, imediatamente depois da publicação do Decreto-lei 1238. O comitê inicial de seis membros era composta por Rodolpho Fuchs, Joaquim Faria Góes Filho, e Lycério Schreiner, todos nomeados pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, e Saul de Gusmão, Gilberto Crockett de Sá e Edison Pitombo Cavalcanti, indicados pelo ministro do Trabalho Falcão. Embora a comissão não incluísse industriais (nem operários, por falar nisso), uma de suas primeiras providências foi informar-se das opiniões dos industriais sobre o citado decreto, por meio de questionários encaminhados às suas federações. Além disso, a comissão também convidou muitos industriais destacados para participar de suas reuniões semanais e externar suas opiniões sobre o assunto e dedicou toda uma sessão à apresentação de um relatório elaborado pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) sobre o problema da formação profissional para a indústria.

Conforme Antonacci (1993 *apud* FERRETTI; SILVA JR., 2006, p. 57), o IDORT é

fruto da experiência acumulada, no decorrer da década de 1920, por vários grupos envolvidos com questões da organização científica do trabalho, num momento da redefinição das práticas da dominação social. Dessa forma assegurando o crescimento desses grupos ligados ao estudo e aplicação dos postulados da administração científica, o IDORT foi, em 1931, o portador das mais modernas exigências da racionalização, configurando-se na matriz de vários elos que foram compondo a nova mentalidade e a nova ordem social.

Segundo Weinstein (2000, p. 109), quatro temas intrigavam a comissão:

quem deveria supervisionar e administrar a educação profissional? Os cursos deveriam ficar restritos às fábricas com mais de 500 operários? Que parcela da força de trabalho exigiria formação extensiva e sistemática? E quem deveria financiar tais cursos? Quanto à primeira questão, todos os membros concordavam com a opinião de Fuchs de que o treinamento profissional deveria se dar primordialmente na fábrica, cabendo ao Estado supervisionar os aspectos educacionais do programa. Com respeito à segunda questão, a comissão logo concluiu que não fazia sentido limitar esses cursos às fábricas com mais de 500 empregados.

A FIESP, as federações operárias estaduais e a CNI, liderada por Euvaldo Lodi, criticaram essa determinação alegando que, conforme Weinstein (2000, p. 109),

a cláusula dos mais de 500 operários iria impedir o acesso da grande maioria dos trabalhadores brasileiros à formação profissional. Além disso, os industriais alegaram que poucas dessas fábricas eram do ramo têxtil, que requer apenas uma pequena proporção de operários especializados. Para defender seus argumentos, a FIESP convidou a comissão a uma reunião com a federação e a visitar algumas grandes fábricas de São Paulo.

Esse debate originou o surgimento de uma nova questão: quantos operários, e de que setores, necessitavam de uma formação profissional prolongada. Nestes assuntos cumpre papel especial Robert Auguste Edmond Mange. Nascido em 1885 na Suíça, concluiu a escola primária em 1899, em Portugal, e cursou alguns anos do secundário, em Minden, na Alemanha; formou-se engenheiro mecânico na Eidgenoessische Technische Hochschule (ETH), em 1910, na cidade de Zurique. Iniciou sua carreira na Brown-Boveri, tendo sido transferido para a sede da empresa, em 1912, na Bélgica. Em 1913, chega a São Paulo a convite do engenheiro e empresário Antonio Francisco de Paula Souza, para lecionar na Escola Politécnica, criada em 1894. Tenca (2006, p.75) escreve que Roberto Mange veio a São Paulo para “resolver o problema da mão de obra especializada, tanto para a indústria

quanto para atender às próprias necessidades de crescimento da cidade e da expansão das ferrovias [...]”. A convite de Ramos de Azevedo, em 1923, Mange estruturou e passou a dirigir o curso de mecânica prática no Liceu de Artes e Ofício de São Paulo, transformado, em 1925, em Escola Profissional de Mecânica onde começou a dar forma ao ensino profissional do Brasil a partir da formação de ferroviários (MORAES, 1990). Profissional metódico, formado no ideário suíço e alemão fundado na disciplina do trabalho, na fiel observância da hierarquia, Robert Mange constituiu-se em uma das principais figuras do culto à eficiência. “Inaugura, por assim dizer, a Organização Racional do Trabalho no Brasil, sintetizando as experiências de Victor Della-Vos, na educação, com as de Taylor, Ford e Fayol, na produção, a partir daquele ideário europeu.” (TENCA, 2006, p.75).

Seguindo aquele ideário, Roberto Mange reafirmou a importância da fábrica-escola “como opção indispensável à formação do trabalhador qualificado para o trabalho industrial, ao mesmo tempo em que aponta como limite da experiência a viabilidade da aplicação do método de ensino-aprendizagem baseado na seriação metódica.” (MORAES, 1990, p. 205). Enquanto organizador e diretor da Escola de Mecânica do Liceu, Mange estava preocupado em “realizar estudos que pudessem encurtar o tempo de aprendizagem do trabalhador e, concomitantemente, adequar sua formação aos requisitos de qualificação profissional do mercado.” (idem, ibidem).

Segundo Weinstein (2000, p. 110), na reunião na sede da FIESP, “Roberto Mange apresentou as primeiras conclusões de um estudo do IDORT segundo o qual apenas 15% da força de trabalho da indústria precisava dessa formação.”

Poucos meses depois Faria Góes apresentou um relatório corroborando as conclusões do IDORT. Esse relatório enfatizava repetidas vezes, segundo Weinstein (2000, p. 111),

o papel cada vez maior dos operários “semiespecializados” nas indústrias; esse” braço atento”, para usar a expressão de Mange, em geral necessitava apenas de umas poucas semanas de treinamento para dominar uma tarefa repetitiva, ao contrário do que acontecia com o operário especializado (ou “o braço pensante”). Ele afirmava que “a máquina, se trouxe grande complexidade, assegurou paradoxalmente grande simplificação”. Em apoio ao seu argumento, Faria Góes observou que, nas fábricas da Ford, 70% dos operários passavam a dominar as habilidades requeridas em trinta dias ou menos.

As noções de especialização ou semiespecialização eram fundamentadas, por operários e patrões, “numa multiplicidade de elementos que incluíam a situação do mercado de trabalho, as reivindicações da categoria, e os papéis masculino e feminino, assim como o

grau de dificuldade para aprender determinado ofício.” (WEINSTEIN, 2000, p. 111). Nesse sentido, continua a autora na mesma página, “o programa vocacional que estava sendo desenvolvido pela comissão interministerial delegava a função de classificar as funções em especializadas e não-especializadas a especialistas em educação cujas decisões se baseariam em definições estritas de aprendizagem e demanda industrial.”

Críticas foram feitas por parte das organizações operárias com a tendência de adequar a educação dos filhos e filhas dos operários às demandas do mercado de trabalho industrial. Segundo Weinstein (2000, p. 113), “o maior acesso à educação profissional deve ter sido uma inovação bem vinda para muitos operários brasileiros, mas outros perceberam as limitações da instrução que lhes era oferecida.”

Industriais, na figura de Simonsen, apresentaram por meio da FIESP, em memorando enviado à comissão interministerial, críticas fortes aos responsáveis pelo Decreto-lei nº 1238. Nesse memorando, segundo a autora (p. 113), “não bastava implementar o Decreto-lei nº 1238 de forma adequada; a incômoda lei deveria ser revogada.”

A reação dos empresários, segundo Cunha (2007, p. 37), passou, então

da forma passiva para a forma ativa, recusando-se a cumprir as determinações do decreto. Diante disso, o próprio Presidente da República, Getúlio Vargas, lhes teria dito que ou eles aceitavam assumir a formação profissional prevista pela Constituição, incluindo o custo financeiro, ou o governo manteria a forma definida pelo último decreto. Poderia haver até mesmo a atribuição da gestão de todo o sistema aos sindicatos dos trabalhadores.

A comissão interministerial, porém, mostrando-se receptiva às críticas de Simonsen em nome da FIESP, apresentou, aos ministros Capanema e Falcão, as “conclusões e sugestões” que incorporavam quase todas as recomendações e pontos de vista de Simonsen. Dentre elas destacavam-se a revogação sumária da distinção entre grandes e pequenas indústrias; que os programas fossem financiados por patrões, empregados e governo; endossou a opinião de Mange, corroborada por Simonsen, “de que apenas 15% da força de trabalho da indústria exercia funções que exigiam um período de formação mais longo. A maioria dos operários da indústria, observou a comissão, eram meros ‘manipuladores’, trabalhadores não especializados ou semiespecializados que executavam tarefas repetitivas e de fácil assimilação.” (WEINSTEIN, 2000, p. 113-114).

Mesmo existindo a diferenciação entre operários especializados e semiespecializados e esta diferenciação servisse para estabelecer os parâmetros da aprendizagem, ela também levantava algumas questões: o que fazer com os 85% da força de trabalho que não iria receber

uma formação profissional, e outra, apontada pelos próprios industriais, que indicava o preparo geral insuficiente dos trabalhadores. Diante destas questões, segundo Weinstein (2000, p. 114),

A comissão se viu na contingência, de certa forma paradoxal, de criar um plano de educação profissional para um setor industrial cada vez mais sofisticado e mecanizado, numa sociedade onde a média dos trabalhadores urbanos tinha menos de dois anos de escolaridade, contra uma média de oito ou nove anos nos Estados Unidos e na Alemanha.

Em seu relatório de 1939, a comissão indicava, como educação preliminar necessária para preparar bons operários especializados ou semiespecializados, que, segundo Weinstein (2000, p. 114), “não se pode esperar mais que uma formação primária, e a partir daí a criação, na idade adequada, de hábitos de higiene, de trabalho, de disciplina, de cooperação, de economia”, afirmando ainda que “ler, escrever e aritmética básica seriam instrumentos úteis a esses operários.” Com relação a quem deveria fornecer esse tipo de instrução, prossegue a autora,

a comissão adotava o ponto de vista de Simonsen de que essa responsabilidade cabia essencialmente ao governo. Os patrões deveriam proporcionar uma instrução manual mínima necessária para a execução de tarefas semiespecializadas, de preferência usando “métodos psicotécnicos” para acelerar o processo. Afora isso, os patrões deveriam ser estimulados a oferecer, quando muito, cursos de alfabetização e programas de treinamento para voluntários.

Para os 15% que entrariam na categoria de operários especializados, a comissão recomendava, segundo Weinstein (2000, p. 114-115), duas alternativas:

que os aprendizes estudassem nas “escolas profissionais” existentes e completassem sua educação com um estágio de seis meses numa indústria; a outra implicava uma seleção racional de pessoas com curso primário completo, que entrariam na fábrica como aprendizes. Onde houvesse concentração de fábricas que exigissem capacitação profissional similar, deveria ser criado um centro de aprendizagem comum para atender às empresas da região. Finalmente, a comissão apontava a necessidade da criação de conselhos regionais para supervisionar estágios e cursos profissionais, com a participação de representantes do governo, da indústria e dos sindicatos.

Apesar de estar se formando consenso entre a comissão, os industriais, e com aval do ministro do Trabalho, sobre como deveria ser a educação profissional, o conflito entre os

ministérios persistia. Em julho de 1940, segundo Weinstein (2000, p. 115-116), Simonsen escreveu a Capanema e expressou

seu apoio às mais recentes propostas relativas à educação profissional, mas sugerindo algumas modificações que iriam aperfeiçoar o intercâmbio entre as indústrias e os centros de treinamento. As sugestões de Simonsen tendiam a aumentar o controle administrativo dos industriais, reduzir a influência dos funcionários federais e eliminar a participação dos representantes dos operários. Além disso, ele propôs que os patrões assumissem total responsabilidade pelo financiamento do novo programa de treinamento, ainda que a decisão representasse uma “grande despesa” para a classe dos industriais.

No mesmo julho, conforme Weinstein (2000, p. 115), Capanema reclamava com Vargas sobre as novas diretrizes do ensino profissional alegando “ser difícil aceitar um programa de educação profissional em que seu ministro iria ter um papel marginal e que iria tratar da educação dos operários em função da demanda industrial” e exigia “um controle federal direto do novo sistema de aprendizagem.”

A mudança de posição de Simonsen e dos industriais, que haviam criticado o Decreto-lei nº 1238, pode ser entendida, escreve Weinstein (2000, p. 116), em função do reconhecimento de Simonsen da necessidade de

algum tipo de legislação que promovesse a expansão da formação profissional, dada a situação internacional e a preocupação do próprio Vargas com a questão. Nessas circunstâncias, era preferível, para os industriais, assumir a responsabilidade pela formação de uma força de trabalho especializada e procurar aumentar o controle sobre o processo. Isso lhes permitiria também fazer frente a contrapropostas como as que estavam sendo estudadas no ministério da Educação, que preconizavam a supervisão direta do governo, educação profissional obrigatória para grande parcela da força de trabalho juvenil, e, mesmo a intervenção do governo no mercado de trabalho, obrigando as empresas à contratação de operários especializados. Além disso, caberia aos industriais todo o mérito pelo desenvolvimento de um programa de interesse social e econômico. Como alguns cientistas políticos observaram há pouco tempo, “Simonsen conseguiu transformar, astutamente, a obrigatoriedade iminente em trunfo político”.

Os empresários, sem melhor alternativa, segundo Cunha (2003, p. 37), por meio da CNI e FIESP

consentiram e assumiram como criação sua o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que resultou do Decreto-lei 4.048, de 22 de Janeiro de 1942. Houve, decerto, pelo menos uma concessão importante por parte do governo: a estrutura federativa do SENAI, em tudo contrária ao centralismo do Estado Novo.

A criação do SENAI, entretanto, só aconteceria após outras importantes intervenções. Impaciente para ver algum progresso palpável nessa área, segundo Weinstein (2000), e mostrando-se receptivo ao argumento do ministro do Trabalho de que os projetos sugeridos por Capanema seriam muito dispendiosos para o governo central, Vargas criou outra comissão cuja tarefa seria desenvolver um programa de educação industrial. Segundo Weinstein (2000, p. 115),

essa comissão de três membros, constituída em meados de 1941, era composta por Roberto Simonsen, presidente da FIESP; Euvaldo Lodi, presidente da CNI; e, Valentim Bouças, secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Além disso, a comissão contava com a consultoria de três especialistas, organizados formalmente, na área da educação profissional: João Lauderitz, Mange e Faria de Góes.

O relatório preliminar foi entregue, segundo Weinstein (2000, p. 116-117), pela “comissão dos patrões” ao ministro Capanema em setembro de 1941. Simonsen

imediatamente situou a missão da comissão no contexto dos objetivos do Estado Novo, preconizando o desenvolvimento industrial acelerado do Brasil e afirmando que a “rápida melhoria da economia nacional e o fortalecimento de nossa segurança só podem ser obtidos pela maior industrialização do país”.

Simonsen afirmava ainda que “esse processo de industrialização exigiria não apenas o aperfeiçoamento da força de trabalho existente, mas também o treinamento de novos técnicos, profissionais e operários qualificados”, e que “os sindicatos patronais e as federações regionais reconhecidos pelo regime Vargas eram as organizações ideais para financiar e administrar um novo programa de formação de profissionais para a indústria.” Ainda, segundo a autora,

de acordo com Simonsen, dos cerca de um milhão e duzentos mil operários do Brasil, 90 mil eram técnicos e supervisores, 200 mil eram operários especializados e 670 mil eram trabalhadores semiespecializados. Para atender às necessidades crescentes da indústria e melhorar a qualidade da força de trabalho, ele calculava que a cada ano seria necessário dar formação profissional a aproximadamente 15% do número de trabalhadores dessas três categorias.

Simonsen advertia que

dado o rápido crescimento da indústria, o déficit de operários especializados ainda continuaria nos anos seguintes. Caberia à indústria dar formação

profissional a um terço desses novos operários e promover o aperfeiçoamento de uma proporção indefinida da força de trabalho existente. Para isso, a comissão propunha a criação do Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação de Industriários (SENAFI). O objetivo do SENAFI seria formar operários para funções relativamente especializadas e definidas na indústria. O relatório referia-se ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – CFESP - como modelo de um programa de formação rápido, sistemático e capaz de atender às necessidades específicas dos padrões (WEINSTEIN, 2000, p. 117).

Quase todas as conclusões desse relatório lograram ser incorporadas à proposta do Decreto-lei apresentada pela comissão em Dezembro de 1941. Capanema, mais uma vez, levantou inúmeras objeções às propostas da comissão. As críticas de Capanema de nada adiantaram (WEINSTEIN, 2000, p. 117-118).

A autora (idem, ibidem) afirma que

era evidente que Vargas não partilhava das restrições de seu ministro da Educação ao novo programa, uma vez que ele o assinou com rapidez incomum. Em 22 de janeiro de 1942, Vargas e os ministros da Educação e do Trabalho promulgaram o Decreto-lei nº 4048, criando o SENAI. Oito dias depois, Vargas assinou também o Decreto-lei nº 4073, a Lei Orgânica da Educação Industrial, que definia as várias funções do Estado na educação profissional e refletia o desejo de Capanema de promover um envolvimento cada vez maior do governo nessa área.

Assim, apesar de todas as tentativas do Ministério da Educação, o decreto nº 6.029 de julho de 1940,

não seria modificado; ela daria lugar, no entanto, já em 1942, a dois decretos quase simultâneos, um que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho; e outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo das ideias e propósitos da área da Educação. A partir daí, os dois teriam que conviver. Na fórmula encontrada pelo Ministro, o SENAI se encarregaria da “formação profissional dos aprendizes”, e seria tão-somente uma peça, delegada à Federação Nacional das Indústrias, do amplo painel profissional estabelecido pela lei orgânica (SCHWARTZMAN, 1984, p. 238-239).

Noutro aspecto vale a pena focalizar um fato sócio-político importante:

o suporte da consciência de uma classe social pode estar fora dessa classe. No caso do SENAI, vimos como os industriais não só foram os elementos ativos em sua criação, como, também, resistiram todo o tempo à instituição da aprendizagem sistemática associando escola e trabalho, assim como à remuneração dos aprendizes. Apesar disso ser do seu próprio interesse, foi preciso que o Estado, utilizando um poder arbitrário, típico do regime autoritário, os obrigasse a assumir a instituição. Constatada a funcionalidade

do SENAI para os interesses dos industriais, eles reescreveram a história, de modo a colocar-se como os autores da ideia (CUNHA, 2007, p. 37).

É possível hipotetizar que o consentimento dos empresários pode ter ocorrido em função do financiamento do Senai ter se dado sob a forma de um fundo parafiscal e não propriamente com recursos do setor privado. Moraes (2000, p. 83) adverte que

O Senai é, desde a sua fundação, financiado com recursos públicos: contribuição parafiscal de 1% sobre o total da folha de pagamento mensal das empresas, vinculadas por lei à instituição. Empresas com mais de 500 empregados recolhem um adicional de 0,2% sobre a folha de pagamentos diretamente ao Departamento Nacional do Senai.

Originalmente o Decreto-lei Federal de nº 4.048, de 22 de Janeiro de 1942, previa em seu artigo 4º, §1º, “o valor de dois mil reis, por empregado e por mês”, e, no artigo 6º previa para “os estabelecimentos que tiverem mais de quinhentos empregados, será acrescida de vinte por cento.” Posteriormente o artigo 4º, §1º foi alterado pelo Decreto-lei 6.246, de 5 de Fevereiro de 1944, passando a contribuição a ser na base de “um por cento sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados.”

O Ministério da Educação, por Capanema¹, destacava a situação vivida pelo Ensino Industrial nas primeiras décadas do século XX, escrevendo que

não dispõem ainda o nosso país de uma legislação nacional do ensino industrial, sendo esta modalidade de ensino dada pelos poderes públicos, e por particulares, sem uniformidade de conceituação e de diretrizes, sem métodos e processos pedagógicos precisos, sem nenhum sistema de normas de organização e de regime, mas com tantas definições e preceitos quantos grupos de estabelecimentos, ou quantos estabelecimentos.

Entre outras ações, “Capanema defendia a criação de um órgão burocrático federal para administrar o sistema de ensino industrial em todo país, e uma participação significativa do governo em seus custos.” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 238). Ao analisar a situação do ensino industrial no país, Azevedo (1996, p. 638), esclareceu que as

escolas de aprendizes artífices e os patronatos agrícolas, dependentes do Ministério da Agricultura, como a Escola Superior de Agricultura fundada em 1910 no Rio de Janeiro, foram as mais importantes senão as únicas criações do governo federal que não soube, também ele, desenvolver e articular a obra iniciada, a partir de 1910, em quase todos os estados da União.

¹ Gustavo Capanema, Ministro da Educação, em exposição ao Presidente da República, dos motivos do projeto da “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, em 05/01/1942.

Mais tarde foram criadas a Escola Agrícola de Viçosa, o Instituto Eletrotécnico de Itajubá, a Escola Doméstica de Natal, no Rio Grande do Norte, e, se se acrescentarem “algumas dezenas de escolas comerciais, quase todas de iniciativa privada, ter-se-á o quadro do ensino técnico-profissional, deficiente e precário, sem articulações com o sistema educativo, no seu conjunto, e sem ligação com as indústrias.” (AZEVEDO, 1996, p.638).

Lembrando, também, do Instituto Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, Azevedo (1996, p. 638), escreveu que

nenhum esforço se realizou para resolver o problema das relações entre o ensino profissional, tratado isoladamente, e os outros ensinos, nem para estabelecer um contato mais íntimo das escolas industriais com os meios profissionais interessados, nem ainda para conjugar racionalmente ciência e técnica e ensinar o lugar de cada indústria no conjunto da vida econômica, o *processus* das diferentes produções e sua dependência mútua, e a tecnologia geral donde derivam todas as tecnologias particulares.

E, na mesma página, diagnosticou: “A dispersão dessas e outras instituições que surgem, isoladas, e não chegam a enquadrar-se em nenhum sistema, provém, sobretudo, do caráter fragmentário das iniciativas e reformas e da completa ausência de uma política de educação.”

Retomando o que foi dito, conforme Schwartzman (1984), a Lei Orgânica do Ensino Industrial era uma “grande declaração de intenções, acompanhada de um amplo painel da organização à qual o ensino industrial se deveria ajustar.” Assim, uma das características principais era a “uniformidade que trata de impor a este tipo de ensino em todo o país”, uniformidade objetivada por meio da autorização de funcionamento ou suspensão das escolas e cursos, do acompanhamento e da orientação pedagógica efetuados pelo Ministério da Educação (artigo 59, parágrafos de 1 a 8). Com relação às intenções, a lei buscava atender, simultaneamente, conforme o artigo 3º, aos interesses do trabalhador, “realizando sua preparação profissional e sua formação humana” (item 1); das empresas, “nutrindo-as, segundo suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão de obra” (item 2); e da nação, “promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura” (item 3). A lei fornecia, no seu artigo 5º, princípios fundamentais ao ensino industrial, como o de salvaguardar a adaptabilidade futura dos trabalhadores, “para o que se evitará, na formação profissional, a especialização prematura ou excessiva” (item 2); procurava “acentuar e elevar o valor humano do trabalhador” incluindo disciplinas de cultura geral e práticas educativas (item 3); procurava, também, dar tratamento quase igualitário para

homens e mulheres, vedando a estas “trabalho que, sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado” (item 5). Com relação à organização, o artigo 6º dizia que o “ensino industrial será ministrado em dois ciclos”. O primeiro ciclo destinado ao ensino industrial básico, adequado a “um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional”; de mestria, cuja finalidade era “a formação profissional necessária ao exercício da função de mestre”; artesanal, destinado ao “ensino de um ofício em período de duração reduzida”; e os de aprendizagem, destinados “a ensinar, metodicamente, aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício” (parágrafo 1º, itens 1, 2 e 3). O segundo ciclo, dedicado aos ensinos técnico e pedagógico, sendo, o primeiro “destinado ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter específico na indústria”, e, o segundo para a “formação de pessoal docente e administrativo peculiares ao ensino industrial” (artigo 10, parágrafos 1º e 2º). A lei procurava, ainda, “eliminar o estigma histórico que fazia do ensino industrial algo voltado somente aos pobres e marginais.” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 239).

Segundo Nosella e Buffa (1998, p. 125), a modernização do trabalho “permitiu alguma evolução das escolas profissionais, da fase assistencialista para a fase técnica. Nem por isso as escolas profissionais – inclusive a de São Carlos – teriam superado a diferença que as inferiorizavam”. E acrescentam, “nossa tese é que a escola profissional, apesar de alguma evolução, jamais ultrapassou a esfera das artes mecânicas e, portanto não se liberou de seu caráter assistencialista e utilitário”. Sobre este assunto é interessante observar que na primeira década do século passado, escreve Moraes (1990, p. 172) que

os grupos dominantes sempre demonstraram apreensão com o crescente número de crianças desamparadas, habitantes das ruas da cidade. Para elas providenciou asilos e reformatórios, onde o trabalho se constituía em importante recurso pedagógico; no Instituto Disciplinar, por exemplo, a aprendizagem profissional incluía uma espécie de remuneração pelo trabalho realizado nas oficinas. Embora tanto o Instituto Disciplinar como as escolas profissionais sejam instituições moralizadoras, atendem a finalidades sociais distintas e, portanto, é outro o lugar destinado à aprendizagem industrial.

E Moraes (1990, p.172-73) acrescenta que é possível

compreender o trabalho realizado pelos internos como uma das importantes técnicas corretivas utilizadas na produção do “corpo dócil”, do indivíduo moralizado, regenerado para a vida em sociedade. Dessa maneira, assim como é impossível confundir a prisão – no caso o reformatório – com uma oficina, o trabalho penal não pode ser visto como força de trabalho “livremente” cedida. A utilidade do trabalho penal não é o lucro e nem

mesmo a formação de uma habilidade útil, mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção. O salário, nesse sentido, é apenas um artifício que, além de propiciar a aquisição do hábito e do amor ao trabalho, do sentido da propriedade, permite avaliar quantitativamente o indivíduo, os progressos de sua regeneração.

Portanto, tais instituições “apresentam muito mais um caráter profilático, corretivo, do que profissional, e apenas secundária e indiretamente chegaram a contribuir para a constituição de um mercado interno de mão de obra qualificada” (MORAES, 1990, p,173). A diferença no objetivo central das instituições acima citadas, as mudanças profundas que ocorriam naquele período como o crescimento vigoroso nas compras dos bens de capital introduzindo máquinas em muitos ramos da indústria, o conseqüente aumento na demanda por operários mecânicos e metalúrgicos – assalariados ou como pequenos proprietários² – a preferência em acolher alunos que fossem filhos dos operários, e, mais tarde, com as inovações trazidas pela Lei Orgânica do Ensino Industrial assentam que as escolas profissionais – inclusive a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba - foram criadas e se mantiveram, não para atender aos órfãos, pobres e marginais, mas aos filhos de comerciantes, funcionários públicos, professores, profissionais liberais, operários, distanciando-se do caráter assistencialista como atesta este trabalho, mais adiante, nos quadros 13 e 14.

Noutro sentido, porém, quando se compara as matrizes curriculares do Liceu Sorocabano, como se verá mais adiante, colégio de ensino secundário mantido em 1901 pela maçonaria, repleta de disciplinas de cunho geral, e da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, 30 anos depois, com viés industrializante, privilegiando a formação de profissionais competentes e eficazes por meio da capacitação técnica e que satisfizessem a demanda trabalhista naquele momento, percebe-se que este modelo, definido e difundido fora dos muros escolares, está longe de criar uma consciência crítica que propicie o efetivo exercício da cidadania, impossibilitando uma ação e participação mais coletiva e impedindo que cada cidadão se aproprie do conhecimento produzido historicamente pela humanidade (LOMBARDI, 2003).

Ao estudar a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Cunha (2007, p. 37-38) escreve que a mesma trouxe “como principal inovação o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio. O ensino primário passou a ter, então, conteúdo exclusivamente geral.”

² Detalhes em Moraes (1990, p. 173-74)

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, no artigo 18, item II, estipulava que “os cursos de formação profissional do primeiro ciclo estarão articulados com o ensino primário, e os cursos técnicos, com o ensino secundário de primeiro ciclo, de modo que possibilite um recrutamento bem orientado.” Esse deslocamento teve como objetivo principal, prossegue Cunha (2007, p. 37-38), “permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos portadores de *éthos* pedagógico mais compatível com o prosseguimento dos estudos.”

Assim,

As escolas de aprendizes artífices recrutavam os alunos provavelmente menos preparados e dispostos a prosseguir a escolarização, devido a sua origem social/cultural. Depois dessa medida, mesmo que o ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário urbano, seu potencial de aprendizagem seria, certamente, muito superior ao dos “desvalidos” da situação anterior. Isso só foi possível, no entanto, após o crescimento da rede de escolas primárias mantidas, principalmente, pelos estados e municípios (CUNHA, 2007, P. 38).

Cunha, na mesma página, afirma, também que,

mais tarde, foi introduzida uma modificação na “lei” orgânica que reforçou essa concepção de aprendizagem com formação parcial. Permitia-se ao concluintes dos cursos de aprendizagem, de dois anos de duração, no mínimo, a matrícula na segunda série do curso básico industrial (do ofício correspondente), mediante a prestação de exames vestibulares.

A lei orgânica em sua formulação original previa a possibilidade de articulação entre o curso de aprendizagem e o restante do sistema de ensino. O aprendiz que terminasse o curso e desejasse continuar seus estudos, mesmo que fosse no âmbito do ensino industrial, deveria candidatar-se à admissão na primeira série do curso básico (CUNHA, 2007). A permissão de ingresso deles na 2ª série foi saudada pelos educadores da época como medida de grande alcance em termos de democratização de ensino, pois “abriria as portas da universidade aos simples aprendizes” (FONSECA, 1961, v. 1, p. 292).

Em relação ao estado de São Paulo, segundo Moraes (1990, p. 217),

entre 1911 e 1934, o ensino profissional permaneceu subordinado à Diretoria-Geral da Instrução Pública, órgão da Secretaria do Interior do estado de São Paulo até 1931, quando então é criada a Secretaria da Educação e Saúde do Estado. Em 1934, organiza-se uma nova instância, diretamente vinculada ao Secretário da Educação e exclusivamente destinada à administração do ensino profissional: a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. Até esta época, a coordenação do ensino profissional foi exercida pelo Diretor da Escola Masculina da Capital, o

professor normalista Aprígio Gonzaga, cargo que exerceu – portanto – durante 23 anos.

Sobre o Decreto número 6.604, de 13/08/1934, que organizara a Superintendência, em nota de rodapé, na página 217, Moraes (1990) afirma que

formaliza-se, assim, a nível administrativo, a dualidade que caracteriza a organização do ensino: o nível secundário, acadêmico, ficava subordinado à Diretoria-Geral da Instrução Pública, enquanto o ensino profissional se vinculava à Superintendência.

Fernando de Azevedo (1996, p. 640), ao escrever sobre a dualidade da organização do ensino, destacava que

se examinarmos a organização vertical dos sistemas escolares, da União e dos Estados, será fácil verificar, em cada um deles, uma dualidade de sistemas, sobrepostos, constituindo dois mundos que se mantinham separados desde o Império, e entre os quais a República não procurou lançar as pontes de ligação: o ensino primário, normal e técnico-profissional, de um lado, e o ensino superior, de outro, ou por outras palavras, o sistema de educação popular e o de formação de elites.

E, por meio do Decreto número 6.604, de 13/08/1934, o estado de São Paulo mantinha “a dualidade que caracteriza a organização do ensino” (MORAES, 1990, p. 217).

Especificamente sobre a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, é importante salientar que as anotações efetuadas nos boletins, para os cursos *noturnos*, no período analisado, somente faziam referência às disciplinas denominadas *Teoria, Oficina ou Prática*. Nesse sentido, as avaliações eram sempre aplicadas à Oficina ou a Prática, nunca à Teoria. Em relação aos cursos *diurnos*, até 1936, pode-se constatar avaliações efetuadas, na seção masculina, para as disciplinas *Português, Matemática, Desenho e Plástica, além da Oficina ou Prática*; na seção feminina, foram encontradas avaliações para *Português, Matemática, Puericultura e Higiene, Desenho e Oficina*. Em 1935, para o curso *Ferrovário*, surge a disciplina *Ginástica*; em 1936, aparece, para a seção feminina, *Economia Doméstica*; a partir de 1937, é incorporada às demais, para as duas seções, a disciplina *Geografia e História*. Assim, corroboram-se as afirmações efetuadas anteriormente, pelos pesquisadores, onde as disciplinas de cunho geral tinham pouco ou nenhum valor, mormente para os cursos noturnos; e, para os cursos diurnos, algumas tímidas alterações efetivamente se iniciaram a partir de 1937.

Segundo Laurindo (1962), os Decretos-Leis nº 2.118-B e 2.118-A, ambos de 28/09/1911, organizaram e regulamentaram, respectivamente, as Escolas Profissionais da Capital (institutos denominados “Escola Profissional Masculina” e “Escola Profissional Feminina”) e as denominadas “Escola de Artes e Ofícios” de Amparo e Jacareí, de acordo com as leis nº 1.214, de 24/10/1910, e 1245, de 30/12/1910. Para ser admitido no curso o aluno deveria ter a idade de 12 anos completos, ter o curso das Escolas Primárias ou conhecimentos equivalentes, ser vacinado e não sofrer de moléstias contagiosas. Inicialmente os cursos dessas escolas tinham três anos de duração, com aulas predominantemente práticas, ministradas nas oficinas, e, apenas as disciplinas de Matemática e Noções de Desenho tinham cunho de cultura geral.

As secções das escolas masculinas da Capital eram Matemática, Desenho, Mecânica, Pintura, Tecelagem, Pedreiros, Latoeiros e Choferes; para Amparo eram Matemática, Desenho, Mecânica, Pintura, Carpintaria, Marcenaria, Carreiros, Eletricistas; Jacareí: Matemática, Desenho, Tecelagem, Carpintaria, Marcenaria, Segeiros³. As secções da escola feminina contemplavam: Desenho, Datilografia, Corte e Feitio de vestidos e roupas para senhoras e crianças, Corte e Feitio de roupas brancas, Bordados e Rendas, Flores e Chapéus, Arte Culinária e Economia Doméstica (GARCIA,2007). Percebe-se, desde então, com o surgimento das escolas profissionais, a preocupação dos dirigentes em preparar trabalhadores, de forma rápida e menos custosa, que suprissem as necessidades dos industriais e comerciantes, autorizando cursos, secções e disciplinas que se adequassem às demandas locais e regionais.

Laurindo (1962) afirmou que “o desenvolvimento industrial impunha outras exigências ao operariado: não bastava unicamente o trabalho mecanicista.” Entende-se, pela afirmação do autor, que as disciplinas dos diversos cursos estavam voltadas essencialmente para o ensino prático. Nesse sentido, ainda segundo o autor, o Decreto nº 1.711, de 27/12/1919, introduziu, nas escolas profissionais, o ensino de Português, Geografia, História Pátria e de Instrução Moral e Cívica. A falta de mestres especializados para a tarefa de ensinar a trabalhar era um problema grave que as escolas enfrentavam. Tampouco existiam instituições que preparassem aqueles mestres. Com o objetivo de aproveitar os melhores alunos, dando-lhes uma especialização mais completa, os Decretos nºs 4853, de 27 de Janeiro e, 4929, de 11 de Março, ambos de 1931, reorganizaram, respectivamente, as duas Escolas

³ Fabricante ou condutor de seges; fabricante de carruagens; construtor e reparador de carros de burros e de cavalos com ferro e madeira.

Profissionais, Masculina e Feminina, da Capital. Assim, foram criados os dois primeiros cursos destinados à formação de mestres para o ensino profissional. Eram os cursos de Aperfeiçoamento para Mestres e Aperfeiçoamento para Mestras, instalados nas Escolas Profissionais, Masculina e Feminina, da Capital. O curso tinha a duração de dois anos ficando os alunos, após a conclusão dos dois anos, sujeitos a estágios de seis meses. Para o curso de Aperfeiçoamento para Mestres eram ministradas, entre outras, as disciplinas de Português, Inglês, Matemática Aplicada às Profissões, Contabilidade, Organização de Oficinas e Direção do Trabalho; para o curso de Aperfeiçoamento para Mestras eram ministradas, entre outras, as disciplinas de Português, Francês, Matemática Aplicada às Profissões, Escrituração Comercial, Economia Doméstica e Direção de Oficinas (LAURINDO, 1962).

O Decreto nº 5.884, de 21/04/1933, instituiu o Código de Educação, implantado por Fernando de Azevedo, organizou a educação pública no estado de São Paulo. Segundo Moraes (1990, p. 228), no “período que antecede o golpe de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1937, os reformadores empreenderam uma série de medidas que vinham concretizar seu projeto educacional: as escolas profissionais são equiparadas às acadêmicas, recebendo a denominação de Escolas Profissionais Secundárias; são instalados os cursos vocacionais, uma espécie de estágio preliminar de um ano, para os candidatos às escolas profissionais secundárias.” Segundo Laurindo (1962), com o objetivo de elevar o nível intelectual e técnico-profissional dos alunos, exigência imposta pelo acelerado ritmo de desenvolvimento das indústrias, o Código de Educação aumentou o ciclo escolar de três para quatro anos, inserindo, no primeiro ano, o curso Vocacional. Aumentou, também, as aulas teóricas. Faziam parte as seguintes disciplinas no currículo das escolas profissionais secundárias masculinas: Português, Geografia, História do Brasil, Desenho Técnico, Matemática, Noções de Física Mecânica e de Eletricidade, Tecnologia, Plástica, Educação Física, Canto Orfeônico e Hinos Patrióticos. Segundo Moraes (1990, p. 228), nas escolas profissionais femininas, as disciplinas eram as seguintes: Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, Desenho Profissional e Plástica. Além disso, introduz o curso de Economia Doméstica.” Estas escolas passaram a denominar-se “Escolas Profissionais Secundárias”, diferenciando-se das mais antigas, denominadas “Escolas Profissionais Primárias”, e que tinham ciclo escolar de dois anos.

A instituição de Sorocaba, inicialmente denominada Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, enquadrou-se apenas por três anos como escola profissional primária, visto que, a partir de 1932 tem sua denominação alterada para Escola Profissional Secundária Mista de

Sorocaba. Essa alteração de nome pouca ou nenhuma diferença fez em relação às disciplinas que seriam ministradas: a mudança só seria iniciada a partir de 1936, com a disciplina Economia Doméstica, e em 1937, com a disciplina Geografia e História. Estas alterações se conservaram até 1942 quando o Decreto-Lei federal nº 4.073, de 30/01/1942, promulgou a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, estabelecendo nova organização para esse tipo de ensino, no país (LAURINDO, 1962). Assim, a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, em seu artigo 59 estabeleceu as condições para que as instituições pudessem ministrar esse tipo de modalidade de ensino, bem como os motivos para a cassação ou suspensão de cursos, além de indicar que o Ministério da Educação forneceria orientação pedagógica.

A partir do Decreto nº 5.884, de 21/04/1933, que instituiu o Código de Educação, vários outros surgiram, como o 6.537, o 6.566 e o 6.604.

O Decreto, baixado pelo Governo do Estado de São Paulo em 13/07/1934, de nº 6.566, estabelecia, entre outras medidas e diretrizes, a equiparação das escolas municipais às estaduais, desde que aquelas se enquadrassem às normas estabelecidas pelo decreto, que em linhas gerais, estabelecia a obrigatoriedade de adotar os mesmos programas e a mesma orientação das escolas estaduais, se sujeitassem à fiscalização e inspeção pela Diretoria de Ensino⁴, e possuíssem instalações necessárias para o regular funcionamento dos cursos teóricos ou práticos. Em 13/08/1934, pelo Decreto nº 6.604, era criada a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, diretamente subordinada à Secretaria da Educação e Saúde Pública. Ainda em 1934, pelo Decreto Federal nº 24.558, era transformada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, do Ministério da Educação, em Superintendência do Ensino Profissional (LAURINDO, 1962).

Desta forma, a organização do ensino profissional paulista, entre os anos de 1934 e 1942, estava dividida em dois grupos: o grupo das escolas e cursos subordinados à Superintendência, composto por Escola Profissional Primária, Escola Profissional Secundária, Escola Noturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento Profissional, Escola Profissional Agrícola Industrial, Curso Pré-Vocacional, Curso Vocacional, Curso de Aperfeiçoamento para Mestres, Curso de Educação Doméstica, Curso de Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação; e, o grupo das escolas em regime de cooperação, composto por Núcleo do Ensino Profissional, Cursos de Ferroviários, Escola Técnica Profissional, anexa ao Instituto Profissional Masculino da Capital, Escola Profissional Municipal, Aprendizado

⁴ O ensino profissional, naquela ocasião, estava subordinado à Diretoria Geral do Ensino.

Agrícola e Industrial, Curso para Formação e Seleção de Operários de Serviços Marítimos e Portuários, anexo ao Instituto “D. Escolástica Rosa”, de Santos.

As escolas profissionais primárias, cujos cursos tinham dois anos de duração, destinavam-se à preparação elementar de jovens de ambos os sexos, maiores de 12 anos, para o exercício de profissões de base manual e mecânica, e para a continuação dos cursos nas escolas profissionais secundárias. As escolas profissionais primárias femininas, em 1934, comportavam os seguintes cursos: a) Artes Domésticas e Puericultura, b) Corte e Confecções, c) Bordados, d) Flores e Chapéus, e) Luvaria e Coleteria, f) Estenografia, Mecanografia e Correspondência Comercial. Para as escolas primárias masculinas, em 1934: a) Tornearia, b) Entalhação, Tapeçaria e Empalhação, c) Pintura e Decoração, d) Laticínios, e) Estenografia, Mecanografia e Correspondência Comercial, f) Instalações Elétricas e Aparelhos de Rádio, g) Douração e Niquelação, h) Fiação e Tecelagem, i) Artes Gráficas, Serralharia, j) Marcenaria e Entalhação. Os cursos eram ministrados com disciplinas de Cultura Geral e de Preparação Profissional. As disciplinas de Cultura Geral eram Português, Geografia e Matemática Elementar. Este tipo de curso também permitia a anexação de cursos noturnos.

As escolas profissionais de nível secundário tinham cursos com três anos de duração, e destinavam-se à formação de trabalhadores mediante a aquisição de técnicas profissionais baseadas na cultura propedêutica necessária à exata compreensão social das profissões, na sua natureza, no seu valor e no seu significado. Masculinas, Femininas ou Mistas, recebiam alunos maiores de 13 anos, selecionados nos cursos vocacionais ou oriundos das escolas profissionais primárias. O ensino compreendia duas partes: de cultura geral e de preparação profissional. No âmbito de cultura geral, em 1934, as seguintes disciplinas estavam distribuídas pelas séries dos cursos: a) Português, b) História do Brasil, c) Geografia, d) Aritmética, e) Geometria, f) Noções de Álgebra e Trigonometria, g) Higiene e Puericultura, h) Economia Doméstica, i) Plástica aplicada às profissões e j) Desenho Profissional. Na área de preparação profissional, os seguintes cursos para as secções masculinas e de acordo com as necessidades locais, em 1934: a) Fundição, b) Ferraria e Caldeiraria, c) Ajustagem e Serralharia, d) Torneagem e Frezagem, e) Marcenaria, f) Tornearia, g) Entalhação, h) Ebanisteria artística, i) Eletrotécnico, j) Ferroviário, k) Laticínios, l) Tecelagem, m) Artes Gráficas, n) Segeria, o) Selaria, p) Trançagem, q) Construções Navais, etc. Para as secções femininas, os principais cursos, em 1934, eram: a) Corte e Confecções, b) Roupas Brancas, Rendas e Bordados, c) Pintura, d) Educação Doméstica (LAURINDO, 1962).

Pode-se perceber que, mesmo tendo sido significativas as mudanças ocorridas no sistema educacional do estado de São Paulo, a inovação que mais repercutiu no treinamento dos operários surgiu no setor privado por meio dos cursos ferroviários. Neste aspecto, durante o período analisado pelo trabalho em tela foram registradas 1.352 matrículas – 866 para o curso de “Ferroviários” e 486 para o curso de “Aperfeiçoamento EFS” - correspondendo a 25% do universo de matrículas da seção masculina. Quando são consideradas as matrículas dos cursos de “Mecânica” e “Ferraria e Fundição”, também fornecedores de mão de obra para a ferrovia, o índice sobe para 47%. Os cursos de “Ferroviários” e de “Aperfeiçoamento EFS” foram oferecidos a partir de 1931.

2.2 Relações entre urbanização e escolarização dos grandes centros urbanos

Com a consolidação do capitalismo no Brasil, e o fim do modelo escravocrata de produção, novos contingentes de mão de obra, preferencialmente especializados, deveriam ser formados. Neste sentido, nasceu, em 1873, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, e, dez anos mais tarde, em 1883, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, sendo este mantido por aquela. Segundo Moraes (1990, p. 46), “a instituição criada pela ‘Propagadora’ não mais se apresentava como medida de assistência social aos pobres, aos menores órfãos, abandonados ou expostos, mas como uma empresa de iniciativa privada destinada a cumprir dois objetivos simultâneos e complementares: atender às demandas de um mercado de trabalho em constituição, qualificando e encaminhando cidadãos livres às diversas profissões, o que – por sua vez – só poderia ser realizado na medida da sujeição do povo aos princípios da moral social. A instrução popular era vista como ‘a vacina civilizadora, o sagrado dever higiênico de que pende diretamente o destino das coletividades humanas’.” Um dos grandes incentivadores para a criação daquelas instituições foi o liberal Carlos Leôncio de Carvalho (MORAES, 1990).

Observa-se, em relação ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, que entre os membros de sua diretoria, e mais especificamente no conselho diretor do ano de 1887 constava Manoel Lopes de Oliveira (MORAES, 1990, p. 63). Manoel Lopes de Oliveira é citado por Bonadio (2004), em 1863, como “maior fortuna do município” de Sorocaba. Moraes (1990, p. 98) cita, na década de 1880, mais precisamente em 1882, a presença de “F. de Paula Mayrink, banqueiro no Rio de Janeiro” como diretor da Companhia Carris de Ferro

de São Paulo, e que muitos dos acionistas dessa companhia eram acionistas do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Francisco de Paula Mayrink foi citado por Bonadio como o fornecedor de recursos para George Oeterer e Frank Speers, em 24 de Outubro de 1890, fundarem a empresa “Santa Rosália” em Sorocaba. Evidencia-se, assim, que diversos membros da elite sorocabana tiveram participação na nascente indústria ferroviária e nas instituições que visavam a qualificação dos cidadãos por meio da instrução popular.

Outro aspecto instigante relacionado com a escolarização dos grandes centros urbanos, durante a República Velha (1889-1930), diz respeito à posição produtiva e econômica ocupada pelos estados brasileiros. Segundo Love (1977, p. 53-54), São Paulo, naquela época, já ocupava uma posição de comando, e, por ocasião do primeiro censo econômico em 1920, “respondia por nada mais de dois sétimos da produção agrícola e industrial do Brasil, isto é, mais que o dobro da produção da unidade que vinha em segundo lugar, Minas Gerais.”

Em meados da década de 1920, continua Love (p. 53-54), Santos, o principal porto do estado, “exportava três vezes a quantidade embarcada para o estrangeiro pelo Rio de Janeiro, o segundo porto em importância.”

Com relação aos produtos, inicialmente foram as exportações de café que deram a São Paulo a sua prosperidade. Assim, ainda segundo Love (p. 53-54), “em 1907, a metade do café do mundo era cultivada em São Paulo (e três quartas partes em todo o Brasil). Por volta de 1920, o estado também era o primeiro do país em produção industrial.”

A expansão não era apenas econômica, era também populacional. São Paulo, em 1890, ainda era

a terceira entre os estados, mas passou a Bahia por volta de 1900. Ultrapassou Minas Gerais na década de 1930, e tem sido o estado mais populoso em todos os recenseamentos decenais desde 1940, ocasião em que seus habitantes montavam a 7.180.000 (LOVE, 1977, p. 55).

Este crescimento demográfico se deveu, inclusive, à imigração estrangeira, completa Love, pois, “na República Velha, a metade dos imigrantes da Nação se estabeleceu em São Paulo”, muitos deles permanecendo nas áreas urbanas. Escrevendo sobre a imigração ocorrida nas duas últimas décadas do século XIX, Azevedo (1996, p. 608) destacou que, em 1881, “a província de São Paulo instala os serviços de imigração, subvencionando a entrada de imigrantes; em 1888, em que se extinguiu o trabalho escravo, dão entrada no país 133.253 imigrantes, dos quais 91.826 para a província de São Paulo, desenvolvendo-se, no decênio de 1888-98, o surto tomado pela imigração europeia nas províncias meridionais.” Prosseguindo

com o relato sobre o fluxo imigratório, Azevedo (1996, p. 631-632) escreveu que “enquanto pelos outros estados da União se repartiam em 1891 e em 1895, respectivamente, 108.072 e 27.620 imigrantes, canalizavam-se só para o estado de São Paulo 108.688 estrangeiros, em 1891 e 139.998, em 1895, ou seja, nesse ano, uma corrente imigratória de volume cinco vezes maior do que a que se dispersou por outros estados.” Ainda sobre o mesmo assunto, no período compreendido entre os anos de 1901-1920, segundo Cardoso (1977, p. 22), a imigração total no país, foi de 1.469.095 pessoas, ficando, destas, para o estado de São Paulo, a quantia de 857.149. “Entre 1890 e 1900, o crescimento da capital do estado excedeu o do Rio de Janeiro em termos absolutos”, e, em “1920 ela já tinha mais de meio milhão de habitantes, e, em 1940, mais de 1,3 milhões” (idem).

Para propósitos políticos, informa Love (1977, p. 55) que “uma característica significativa da população de São Paulo era o índice de alfabetização, visto que somente as pessoas alfabetizadas podiam votar.” E, infelizmente, em 1890, a taxa de São Paulo, segundo Love (1977, p. 55), “estava abaixo da média nacional, mercê, em parte, da sua grande população escrava no fim do Império.”

Nesse sentido, Love (1977, p. 55) comenta que

uma população grande e relativamente alfabetizada representava um ingrediente necessário à produção de grandes eleitorados estaduais. O número de eleitores em cada estado era essencial ao processo político, visto que o presidente se elegia pelo voto popular direto, e, em muitos sentidos, o poder executivo controlava os outros dois poderes do governo, podendo até intervir militarmente nos Estados mais fracos.

E é sob a ótica do crescimento populacional urbano, aliada às questões sociais e as motivações políticas e econômicas, que Carvalho (2000) escreveu, referindo-se à década de 1910-20, sobre o pensamento dos reformadores, entre os quais se destacam Lourenço Filho e Fernando de Azevedo: “Na nova lógica, o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências da reforma educacional.”

Love (1977, p. 56) descreveu a pequena recuperação conseguida, pelos paulistas, com o índice de alfabetização. Assim,

na primeira eleição Presidencial direta em 1894, Minas Gerais e São Paulo forneceram uma proporção quase idêntica de votos (8,8% cada um). Depois de 1906, o Rio Grande do Sul também se tornou importante estado eleitoral, e os três Estados, às vezes, eram responsáveis por metade da votação nacional. Minas figurou em primeiro lugar durante toda a República Velha,

mas, por volta de 1930, São Paulo e Minas quase se iguaram de novo (19,3% e 19,5% respectivamente). Nas eleições seguintes, realizadas para eleger a assembleia constituinte em 1933, o total dos votos paulistas, pela primeira vez, foi superior aos mineiros, 22,1% e 21,2%. Nas eleições para o Congresso em 1934 (as últimas eleições nacionais simultâneas até 1945), a vantagem de São Paulo aumentou ligeiramente – 20,9% para 19,7%, vindo o Rio Grande do Sul em terceiro lugar (11%).

Segundo Cardoso (1977, p. 19-20), no último decênio do século XIX, já na República, a taxa média global de crescimento da população foi de 2,2%, enquanto as cidades com mais de 50.000 habitantes cresciam a 6,8%, e aquelas com mais de 100.000 cresciam a 6,9%. Assim, ainda segundo Cardoso, ocorreu um processo de afunilamento, pois as grandes cidades passaram a concentrar mais população “sem que a base da pirâmide urbana se ampliasse na mesma proporção.” Em 1920 existiam duas capitais dos estados do Brasil com população entre 10.000 e 25.000 habitantes, totalizando 43.000 pessoas (CARDOSO, 1977, p. 21), enquanto Sorocaba possuía, em 1922, 44.635, conforme demonstrado no quadro 1, a seguir. Segundo Santos (2011), a população urbana de Sorocaba atingia a cifra dos 30.000 habitantes; em 1920, escreve Santos (1999), que a população urbana e rural estavam equitativamente distribuídas: 50,04% e 49,96%. Mais tarde, em 1934, continua Santos, registra-se crescimento demográfico urbano (57,94%) em detrimento da população rural (42,06%). Em 1940 e 1947 esse processo de crescimento urbano continua atingindo, respectivamente, os índices de 68,60% e 75,92%. “É um crescimento considerável quando comparado ao de outras cidades paulistas industrializadas que apresentaram taxa de urbanização de apenas 40%” (SANTOS, 1999, p. 106). É importante ressaltar, também, segundo Carvalho (2010, p. 8), em nota de rodapé, que ao final da década de 1920, “a indústria sorocabana abrigava a segunda maior concentração operária paulista. Com 164 estabelecimentos industriais, ocupava 17.949 operários (13% do total estadual) e perfazia 10,4% do capital industrial, bem mais que a região de Campinas/SP (8,5% dos trabalhadores e 9,2% do capital estadual).” Assim, em 1929, Sorocaba era o segundo maior centro industrial do Estado, estando atrás somente da Capital; e, em 1950, segundo Santos (1999), a cidade está em 5º lugar entre os municípios mais populosos do estado de São Paulo, atrás das cidades de São Paulo (2.198.096), Santos (203.562), Campinas (152.547) e Santo André (127.032), estando Sorocaba com 93.928 habitantes. Estes números, entre outros fatores, habilitariam a cidade de Sorocaba como local adequado para a instalação da Escola Profissional *Mixta* e o uso de novos métodos de ensino e aprendizagem, em detrimento de algumas cidades da região, como Itu que, segundo os republicanos paulistas era o berço da República por ter sediado a Convenção de Itu,

assembleia na qual fora fundado o PRP – Partido Republicano Paulista⁵ – , e Itapetininga, conhecida como a Atenas do sul e terra das escolas⁶, cidade natal de Júlio Prestes, eleito Presidente do Brasil em 1929, que não acompanharam o desenvolvimento populacional e econômico de Sorocaba.

QUADRO 1

População Sorocabana de 1872 a 1947

Ano	População
1872	12.959
1886	20.160
1890	17.008
1912	33.949
1916	25.914
1922	44.635
1923	45.916
1925	52.708
1929	55.000
1934	66.918
1940	70.835
1947	88.962

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme Santos (2011, p. 36-37), Almeida (2002 p. 326), Santos (1999, p. 105).

⁵ Ver http://www.itu.com.br/colunistas/artigo.asp?cod_conteudo=7375 acesso em 17/10/2012

⁶ Ver <http://www.camaraitapetininga.sp.gov.br/historia-de-itapetininga> acesso em 17/10/2012

3 QUESTÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS E A ESFERA EDUCACIONAL NACIONAL E REGIONAL

Neste capítulo são apresentados, também em duas dimensões, questões econômicas e políticas que permeavam a esfera educacional nacional e regional. Assim, na primeira dimensão, são analisados aspectos urbanizacionais e políticos da cidade de Sorocaba e a inserção da escola nesse contexto, de modo a compreender minimamente a cidade de Sorocaba, seu desenvolvimento industrial e sua situação econômica e política no contexto brasileiro; e, na segunda dimensão são tratados os processos de criação e instalação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, relacionados que estão com as questões da dimensão anterior.

3.1 Aspectos urbanizacionais e políticos de Sorocaba

A criação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, hoje denominada Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, insere-se num período de intensas transformações que aconteceram, tanto em Sorocaba quanto na capital do Estado, nos anos anteriores e que se seguiram à abolição e ao advento republicano, transformações essas motivadoras de um expressivo processo urbanizador que se iniciara em meados do século XIX, mais precisamente nos anos 50 e 60, quando o tropeirismo viveu seu período de glória. Entravam anualmente 50 mil muares. Juntamente com esse crescimento na venda de animais, várias atividades urbanas foram incrementadas. Centenas de novos equipamentos como comércio, manufaturas, serviços públicos e privados, ruas, etc., instalaram-se no espaço urbano, modificando e acrescentando a ele novos significados (STRAFORINI, 2001). As atividades urbanas, necessárias em função da feira de muares, tornaram-se a base da economia sorocabana, atraindo muitos comerciantes, manufatureiros, profissionais liberais, pequenos industriais, bem como atividades artísticas, culturais e de lazer. Segundo Almeida (2002), exportava-se pano de algodão para todos os municípios vizinhos e para a comarca de Curitiba, arreios feitos, tranças e redes em grande quantidade para as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda, segundo Almeida, existiam, em 1850, sete fazendas de café, proporcionando a venda de uma pequena parte para Curitiba. As fazendas de café situavam-se na serra de São Francisco, no Caguaçu, e em Pirapora. Eram fazendeiros de café Joaquim de Souza Ferreira; Manuel Ribeiro de Arruda, este na serra de São Francisco; capitão Antonio Soares de Barros, no Caguaçu; João Rodrigues Cordeiro; Barão de Mogi-Mirim e José

Ferreira Braga, estes dois últimos em Pirapora. Além do algodão e do café, Sorocaba contava, em 1850, com dez donos de engenho de açúcar: João Bernardino Vieira Barbosa, no Jundiacanga; Vicente Ferreira dos Santos Silva, que herdou do alferes José Luiz Antunes Vieira, em Iperó ou vizinhanças do Campo Largo; João Pires de Arruda, nos Morros; José Loureiro de Almeida, em Pirapora; João Ferreira de Almeida; Joaquim de Souza Ferreira, na Boa Vista; Dona Ângela de Madureira e Souza, na Fazenda São Francisco; e, Francisco Lopes de Oliveira. O Barão de Mogi-Mirim era proprietário do prédio que, em 1930, receberia as instalações da seção feminina da Escola Profissional.

Tendo como precursores, nos anos de 1850, o alemão Simão Venceslau Razzl, fundador da primeira fábrica de chapéus, e o húngaro Antonio Rogick que a adquiriu, a fábrica pioneira foi vendida, em 1883, para o médico inglês João Henrique Adams, genro do Barão de Mogi-Mirim, e para o capitalista Francisco de Souza Pereira. Em data posterior, Coats Vilela, antigo viajante da fábrica, tornou-se um dos sócios. Como Vilela desentendeu-se com Adams, Francisco de Souza Pereira comprou a parte do médico. Em 1901 Vilela também se retirou, ficando a propriedade apenas com Francisco de Souza Pereira. Ele e seus sucessores a mantiveram em funcionamento até 1932. Uma segunda fábrica de chapéus, em 1870, foi montada na cidade. Seu fundador foi Teodoro Kaisal, antigo gerente de Rogick. Percebe-se que a atividade chapeleira também era uma atividade importante (BONADIO, 2004).

Em 1863, destacou-se, como citado, Manoel Lopes de Oliveira, “maior fortuna do município”; Francisco Gonçalves de Oliveira Machado, prestigioso chefe político local que também iniciara o plantio de algodão (BONADIO, 2004). É interessante observar que, em 1881, Manoel Lopes de Oliveira foi um dos nove membros eleitos para participar da Comissão Permanente do Partido Republicano, participando, inclusive, do quadro diretor da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, instituição que também teria mantido o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Entre os membros da diretoria do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, e mais especificamente no conselho diretor do ano de 1887, consta o mesmo Manoel Lopes de Oliveira. Em 1896, Manoel Lopes de Oliveira e Asdrúbal do Nascimento foram eleitos, pela Assembleia dos sócios, para o Conselho Superior do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (MORAES, 1990).

Straforini (2001) escreve que, a partir de 1870, as atividades mercantis urbanas apresentaram crescimento em alguns setores e se estabilizaram em outros, mesmo tendo ocorrido grande queda no volume de negócios efetuados por meio da feira de muars. No

setor de comércio destacava-se a presença significativa de bares/botequins e armazéns de secos e molhados, resultado da própria dinâmica de uma sociedade que se organiza à espera das feiras. Os estabelecimentos comerciais, na sua grande maioria, eram pequenos e médios e seus proprietários não pertenciam às classes mais abastadas. Diferentemente dos demais estabelecimentos, as lojas de tecidos eram as que mais davam lucros, sendo que muitos dos proprietários eram importantes personalidades na sociedade, acumulando riqueza, possibilitando emprestar dinheiro a terceiros, tornando mais rendosos seus negócios, e, inclusive investindo capital na indústria. As oficinas compunham um dos mais importantes papéis no quadro produtivo, produzindo mercadorias voltadas para o mercado interno, dos tropeiros e para todos os que procuravam, na feira de Sorocaba, produtos mais baratos. Enquanto houve feira na cidade, destacou-se a manufatura têxtil, os curtidos de couro, os lombilheiros, ferreiros, sapateiros e ourives. A manufatura têxtil em Sorocaba era exercida nas chácaras, fazendas e sítios, por homens livres e escravos, para consumo da família e venda das sobras. Os lombilheiros usavam couro cru para determinados objetos e arreios. Havia também os serigoteiros que trabalhavam em suas casas. Os ferreiros produziam argolas, freios, correntes de ferro e outros acessórios. Os sapateiros destacavam-se dentre aqueles que possuíam oficinas. Estes não apenas consertavam, mas, principalmente, confeccionavam sapatos. Existiam ainda os ourives que produziam para os tropeiros mais abastados acessórios como argolas, correntes, guizos, chapas para selas, estribos, cavalos de relho, fivelas e copos, tudo em prata. Destacava-se, ainda, a indústria da cal. Estas se localizavam nos bairros da cidade, não havendo nenhuma na área urbana. “Outras categorias profissionais identificadas em época de feira de animais eram os artistas, os tocadores de instrumentos musicais, os retratistas e os relojoeiros” (BADDINI, 2002, p. 245).

Durante o auge do ciclo do tropeirismo, segundo Bonadio (2004), foram abertas as ruas Santa Clara, do Conselho (Ubaldo do Amaral), Coronel Cavalheiros, Santa Cruz, Cesário Mota, Sete de Setembro, dos Prazeres (13 de Maio), Professor Toledo, Moreira César, largo da Independência (praça Nove de Julho), Direita (Bulevar Braguinha) e do Hospital (Dr. Álvaro Soares). Com a abertura das atuais ruas Comendador Oeterer e Hermelino Matarazzo iniciou-se a ocupação do bairro do Além Linha, e, com o surgimento das ruas de São Paulo (hoje, uma avenida), dos Morros (Coronel Nogueira Padilha) e Rui Barbosa, o povoamento do Além Ponte. Conforme Almeida (2002, p. 267), os “gaúchos deixavam as suas tropas na vasta campanha que deu o nome a Campo Largo ou nos campos do Tinga (Itinga).” Iniciava-se, assim, o povoamento do Cerrado.

A arquitetura, os componentes de construção, as modas e costumes também se alteravam. “As rótulas de madeira - acabaram-se com as taipas de pilão. De 1875 em diante, e um pouco antes, são as primeiras casas de tijolo e cal. Não eram muitas porque os pobres faziam ranchos no arrabalde [...]” (ALMEIDA, 2002, p. 337). Ainda segundo Almeida (2002), surgiram mantilhas, xales, chapéus, estes específicos para várias ocasiões, inclusive para luto.

É interessante observar que o desejo modernizante, suscitado e desenvolvido na cidade de Sorocaba, envolveu um roteiro de influências e apropriações. Como escreve Carvalho (2010, p. 48), “por exemplo, quando os jornais sorocabanos comparam a urbanização da cidade com outras do estado de SP, como Botucatu e Campinas, usando a situação desses municípios como modelos para uma série de “melhoramentos” que poderiam e deveriam ocorrer em Sorocaba.” Explicitando o caso da cidade de Sorocaba, Carvalho (2010, p.48) aponta que

esse discurso modernizante é encampado por setores influentes e representativos da cidade. Estes, portanto, começam a encarar o tradicional comércio de muars como um empecilho aos melhoramentos de que a cidade necessita. Tal fato não se dá sem tensões uma vez que a maior parte da arrecadação de impostos e da movimentação comercial ainda se dava em função do comércio de animais. Há um desejo de diversificação econômica, dada a fragilidade de uma economia exclusivamente dependente do comércio de animais. Na década de 1860 ocorre a expansão da cultura do algodão, incentivada pela paralisação do mercado norte-americano em decorrência da guerra da Secessão.

A década de 1865-1875 foi importante para a história industrial de Sorocaba. A transformação mais típica notada desde 1864 foi a invasão das chaminés e do barulho dos motores a vapor, dentro da cidade e em toda esta década. Eram as máquinas de beneficiar algodão. Na Inglaterra, cujas fábricas necessitavam de algodão por conta da guerra civil nos Estados Unidos, o algodão “de Santos” fez sucesso (ALMEIDA, 2002). Porém, foi com a inauguração, em 1882, da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte, de Manoel José da Fonseca, também proprietário de uma grande loja de comércio de tecidos, que a industrialização tomou impulso.

O comércio de tecidos, área geradora de maior lucro, explorado por importantes personalidades da sociedade, proporcionava a acumulação de capital e permitiu, juntamente com outros fatores, o capital agroexportador algodoeiro existente durante curto período de tempo e a construção da primeira fábrica de tecidos da cidade. Escreve Baddini (2002, p. 269)

que “não foi por acaso que o mesmo grupo que instalou a Companhia Sorocabana em 1870 organizou, no ano seguinte, uma sociedade anônima denominada “Indústria Sorocabana” para a criação de grande fábrica de tecidos.”

A continuidade do processo urbanizador se dá, também, com a criação, por Luís Mateus Maylasky, da Companhia Sorocabana, que “só se converteu em realidade a partir do instante em que seus dirigentes passaram a apresentá-la como uma via de ligação – tornada indispensável pela Guerra do Paraguai (1864/1870) – entre a Fábrica de Ferro São João Ipanema e a capital paulista” (BONADIO, 2004, p. 129). A Companhia Sorocabana recebeu autorização para funcionar por meio do Decreto nº 4729 de 24 de Maio de 1871, “com o propósito de construir uma via férrea a partir da fábrica de Ipanema à cidade de São Paulo, passando por Sorocaba e São Roque, e não um ramal de Itu a Sorocaba” (GASPAR, 2003, p. 35). A iniciativa valorizou o mercado urbano e a existência de uma estação da ferrovia na cidade permitia estimular ainda mais a produção do algodão e a acelerar o seu escoamento.

Entre 1883 e 1887, novas fábricas de pequeno e médio porte foram organizadas na cidade, destinadas à produção de bens de consumo como calçados, chapéus, louças, colchões, massas, licores, vinho, cerveja, café em pó. “A participação de estrangeiros foi fundamental na instalação desses estabelecimentos, pois traziam técnicas e experiências que os moradores da cidade não possuíam, além de capital disponível para novos empreendimentos” (BADDINI, 2002, p. 270).

Na década de 1880, “como reflexo de uma cidade que se moderniza, instalaram-se escritórios de advocacia e consultórios médicos, para atender uma população cada vez mais afeita a um modo de vida próprio dos grandes centros” (BADDINI, 2002, p. 244). Ainda nessa década, conforme a mesma autora, o que se observa é a visita de especialistas, entre outros, como “Callista”, “moléstias de senhoras”, “ocullista”, “especialista em hérnia e papo”, preferindo esses médicos, assim como os dentistas, o primeiro semestre do ano para virem à cidade. “Nessa mesma época, as lojas multiplicaram-se, maiores e mais sortidas, acompanhando o ritmo de uma população que crescia e tornava-se mais exigente. Abriram-se novos hotéis, restaurantes e charutarias para atender uma categoria diferenciada de visitantes, que cobrava a oferta de serviços especializados” (idem, p. 272).

Em 24 de outubro de 1890, George Oeterer e Frank Speers - seu genro - fundaram a empresa “Santa Rosália”, com recursos garantidos por Francisco de Paula Mayrink (BONADIO, 2004). Moraes (1990, p. 98) cita, na década de 1880, mais precisamente em 1882, a presença de “F. de Paula Mayrink, banqueiro no Rio de Janeiro” como diretor da

Companhia Carris de Ferro de São Paulo e que muitos dos acionistas dessa companhia eram acionistas do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

Em 1892 foi organizada a Fábrica “Santa Maria.” Tinha como diretores o inglês Alexandre Marchisio, ex-gerente da fábrica de Manoel José da Fonseca, Joaquim Silvério Junior, Francisco de Souza Pereira, Gabriel Dias de Oliveira e José Loureiro Junior. A produção foi iniciada em 1896, mas a empresa pouco progrediu. Foi comprada por Hermann Burchard, que morreu pouco depois. Em 1903, o inglês John Kenworthy comprou a Fábrica de Fiação e Tecelagem “Santa Maria” em sociedade com o filho Alberto e os genros Francisco de Sales Gomes, Bento Pires de Campos e Alcebíades Campos. John Kenworthy construiu entre 1908 e 1909 a Fábrica “São Paulo”; entre 1910 e 1913 a Fábrica “Santo Antonio”; em 1909 constituiu-se a Companhia Nacional de Estamparia – Fábrica Kenworthy (BONADIO, 2004).

Os irmãos João e Vicente Lacerda receberam, em 1895, a concessão de luz e força elétrica, adquirindo o material necessário na Inglaterra. Eles montaram a usina com um motor a lenha e um gerador, não conseguindo a voltagem necessária. A cidade foi iluminada pela primeira vez em setembro de 1900; porém, indicando, como motivo, a deficiência nos serviços prestados, em dezembro do mesmo ano, a Câmara retirou a concessão dos irmãos Lacerda. Em 1901 A J Byington recebeu o espólio dos Lacerda e imediatamente melhorou a luz, que apagava à uma hora da madrugada. Em 1902 Byington obteve o privilégio da usina hidroelétrica, vendendo-o, em 1905, aos Lichtenfels Sênior e Junior, que, canalizando a água diretamente do rio, sem represá-la, construíram uma usina no salto do Rio Sorocaba. Em 1911, a Light, aqui denominada “São Paulo Electric”, comprou os privilégios e a usina, esta com força de 2000 cavalos. Em 1912 a Light possuía 2000 operários, entre eles hindus, trabalhando na construção da represa e da usina de Itupararanga (ALMEIDA, 2002). Segundo Silva (2000), a represa “viria a funcionar em 26/5/1914, gerando energia e protestos, pelos altos custos do aluguel particular (medidores 3\$000 por mês, joia 10\$000 mais o consumo).”

Entre outras associações culturais e de lazer existentes em Sorocaba, no final do século XIX, pode-se destacar o Clube União, fundado em 1895, sendo seu primeiro presidente Manoel José da Fonseca, proprietário da fábrica de tecidos Nossa Senhora da Ponte; o Clube Aimorés, fundado em 1896, que tinha entre os membros da diretoria João Câncio de Azevedo Sampaio, Isaltino Rodrigues da Costa, Augusto Schereppel, João Padilha e José Ferreira; o Gabinete de Leitura Sorocabano, em 1895, possuía entre seus diretores, Francisco de Souza Pereira, Augusto Silveira França, José Bella, Major Joaquim Junior, João Câncio de Azevedo

Sampaio; os diretores e mordomos da Santa Casa, em 1899, entre outros, eram João Câncio de Azevedo Sampaio, Luiz Nogueira Martins, João Padilha de Camargo, Manoel José da Fonseca, Calixto de Paula Souza, Francisco de Souza Pereira. Essas pessoas também participavam da política local atuando no Diretório Republicano, que, em 1897, contava com José Loureiro de Almeida, João Lycio Gomes e Silva, Augusto da Silveira França, João Padilha de Camargo, João Câncio de Azevedo Sampaio; na Câmara Municipal, em 1897, estavam o Dr. Calixto de Almeida Fogaça, Cap. João Clímaco de Camargo Pires, tenente Augusto Schereppel; Intendente: Augusto da Silveira França; Escrivão de Polícia: Otto Wey; Delegado de Polícia: João Câncio de Azevedo Sampaio; na diretoria do partido Republicano, em 1899, estavam Luiz Nogueira Martins; João Lycio Gomes e Silva, Manoel Leite Moraes; entre os componentes do Fórum e da polícia, em 1899, estavam, major João Lycio Gomes e Silva, José Bella, João Bella, cap. João Câncio de Azevedo Sampaio, Artur Gomes, Otto Wey, João Padilha de Camargo; e, na Câmara Municipal, em 1899, estavam, entre outros, Luiz Nogueira Martins, Elias Lopes Monteiro, Dr. Álvaro Soares. Em 1898 existiam, na cidade, três bandas: Lira Sorocabana, Sete de Setembro e Quinze de Novembro. Existia, ainda, o jornal *O 15 de Novembro*, situacionista, sob a direção de João José da Silva. Seu opositor era a *Voz do Povo*, de Manoel F. de Oliveira (ALEIXO IRMÃO, 1994).

Escreve Silva (2000), referindo-se aos melhoramentos públicos e saneamento básico, que “devido às duas epidemias de febre amarela (1897 e 1900) a população sorocabana passou a exigir redes de esgotos e água encanada no lugar das latrinas de fossas e dos “pipeiros” (carroceiros vendedores de água retirada do Rio Sorocaba).” Informa Almeida (2002), que a 1º de Maio de 1902 jorrou, no velho chafariz da praça da Matriz, a água do manancial de Cubatão; até 1903, foram-se completando as ligações domiciliares de água e esgotos. Entre 1908 e 1909 construiu-se a adutora do Ituparanga; em 1908, os serviços de água e esgoto chegaram ao bairro Além-Ponte. Segundo Almeida (2002), “o primeiro calçamento das ruas de Sorocaba foi com pedras não lavradas, irregulares, tal como ainda se vê, p. ex. em Ouro Preto.” E que “a calçada da Rua da Ponte foi principiada em 1815, e em 1832 ainda estava em obras.” Assentou-se o primeiro paralelepípedo em 1921, na rua onde estava prefeitura.

Em Sorocaba, em 1896, no dia 15 de novembro, inaugurou-se a Escola Noturna da Loja Maçônica Perseverança III (PIII). A escola funcionaria, diariamente, exceto nos dias de trabalho da Loja, na sala do prédio da mesma. Era dirigida por um professor membro da Loja e as aulas seriam de 2 horas e meia. Eram membros da Loja João Clímaco de Camargo Pires e

Amaro Egídio (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 121-122). O capitão João Clímaco de Camargo Pires havia sido eleito como 1º Secretário da Câmara Municipal da cidade. Um outro colégio, o *Liceu Sorocabano*, foi descrito por Aleixo Irmão (1994, p. 174), utilizando-se da edição de 26 de Maio de 1901 do jornal *O 15 de Novembro*, que “vai ser reaberto nesta cidade o Liceu que aqui sustentou por algum tempo a municipalidade. Será mantido pela Loja Maçônica Perseverança III.” E indicava os professores: Arthur Gomes, João Padilha, J R Carvalho Braga, J M França Junior, Amaro Egídio de Oliveira, José A Antunes e Joaquim Silva, “que gratuitamente prestarão seus serviços à nova instituição.” Indicava, também, as disciplinas: Português e Latim, Francês e Inglês, Aritmética e Geometria, Álgebra e Trigonometria, História, Elementos de Ciências Naturais (História Natural, Física e Química), Escrituração Mercantil, Geografia e Cosmografia, Educação Moral e Cívica, compreendendo o estudo das Constituições Estadual e Federal, e conhecimentos práticos do Direito Pátrio. No final de 1902 o Liceu Sorocabano completou um ano de existência. Segundo Aleixo Irmão (1994, p. 193-194),

Esse estabelecimento de ensino secundário é criação da PIII; por isso todos os professores eram maçons da loja, trabalhando gratuitamente. Funcionou nas instalações das Escolas Noturnas, no período diurno. Sem ajuda oficial, contando apenas com o idealismo daqueles homens, sob o comando de Arthur Gomes.

As matrículas da Escola Noturna da P III (Escolas Noturnas Masculinas de Alfabetização), segundo Aleixo Irmão (1994, p. 137-138), seriam preferencialmente concedidas aos empregados e operários que trouxessem o cartão das fábricas onde trabalhavam. A escola funcionaria das 19h – 21h, na Rua do Comércio, no prédio da Loja. Os exames foram realizados em 07/12/1896 e o início das aulas aconteceu em 15/02/1897. A Loja também se responsabilizou, a partir de 20/05/1901, pelo Liceu Sorocabano, estabelecimento de curso secundário mantido durante certo tempo pela municipalidade e que havia encerrado as atividades (idem, p. 173-174). Em 12/02/1904 foi extinto o Liceu Sorocabano, passando a Escola Noturna a ter duas sessões, ocupando a vaga deixada pelo Liceu. A Loja PIII passou a receber auxílio do município (idem, p. 214).

Nota-se pela atuação dos membros participantes das instituições citadas e pelas diferenças entre o Liceu Sorocabano – recheado de disciplinas de cunho geral – e as Escolas Noturnas da PIII – funcionando apenas duas horas por dia - que aconteceu, também em Sorocaba, situação semelhante àquela descrita anteriormente, por Moraes (1990, 217), parecendo tratar-se de um modelo que deveria ser implementado em locais previamente

estabelecidos – centros industriais urbanizados - e com objetivo muito bem delineado, ou seja, escolas de nível secundário que funcionavam no período diurno para a minoria e outras, diurnas e noturnas, para os filhos dos trabalhadores.

Em 1914, existiam em Sorocaba 20 escolas, sendo: 3 particulares, 5 municipais, 12 estaduais; 3 também com períodos noturnos; 3 com classes masculinas, femininas e mistas; 4 com classes masculinas e femininas; 8 somente com classes mistas; 1 com classes masculinas e mistas (WERNECK, 2006).

A partir de 07/1919 começou a funcionar a terceira Escola Noturna da PIII. Em 1920 funcionavam três salas com média de 35 alunos matriculados por sala. Em 1926 o Governo do Estado não destinou verba para as Escolas da PIII, tendo a Loja recorrido à Câmara Municipal. A Câmara votou e autorizou o pedido, pedido este que não foi atendido pela Prefeitura Municipal devido às divergências políticas (idem, p. 495-496) e, como consequência, distanciando-os ainda mais. Em novembro de 1929 as três salas funcionavam com uma média de matrículas de 27 alunos por sala. Nesse mesmo ano de 1929, o número total de estabelecimentos escolares existentes na cidade era de 43 escolas, sendo 38 masculinas, femininas ou mistas; 5 grupos escolares; 1 Ginásio; 1 Escola Profissional; 1 escola normal; 4 escolas noturnas reunidas, e várias particulares⁷.

A ferrovia era o grande símbolo de progresso, representando um modelo racional de vida urbana, estimulando iniciativas ousadas de setores urbanos no caminho da industrialização, como a instalação da sociedade anônima denominada “Indústria Sorocabana” para a criação da fábrica de tecidos. Segundo Werneck (2006), em 1911 tornou-se sócio da Fábrica Nossa Senhora da Ponte o capitalista carioca Joaquim Soares Fernandes.

As construções da fábrica e da Estrada de Ferro Sorocabana impulsionaram a vida urbana existente, demandando, consequentemente, novas profissões e um novo modelo de trabalhador. No final do século XIX, Sorocaba já se destacava com um grande polo industrial, contando com um número de unidades empresariais maior do que a capital: cinco fábricas de móveis, três de chapéus, uma de calçados, a de extração de calcários e granitos em Itupararanga, três de fiação e tecelagem – Nossa Senhora da Ponte, Santa Rosália e Santa Maria – e a estamperia de Votorantim.

A industrialização foi reflexo direto da mudança do perfil produtivo da cidade. Com relação à produção agrícola, segundo Santos (1999, p. 109), Sorocaba produzia, em 1904,

⁷ Sorocaba, A cidade de Sorocaba em 1929, tópico “Higiene Escolar”, páginas 271, 274 e 276, digitalizadas no Projeto Memória e disponibilizada em: http://memoria.fua.org.br/intendencia_municipal_1929/ - Acesso em: 26 out. 2011.

algo em torno de 25.000 arrobas de café, produto este que praticamente deixou de existir em 1920; o algodão fez caminho inverso: em 1904-05, 50.000 arrobas; em 1920, aproximadamente 120.000 arrobas, e, em 1937, 180.000 arrobas. As áreas cultivadas que, em 1904-05, representavam 5% do total, em 1920 atingiram mais de 40% do total, reduzindo para 20% em 1940. Mesmo quando se considera o tamanho das propriedades agrícolas, percebe-se significativa alteração: em 1904-05 existiam 25% com até 50 alqueires, mais de 55% entre 51 e 500 alqueires, e, acima de 15% com mais de 500 alqueires; em 1940 existiam acima de 50% do total, propriedades com até 50 alqueires, acima de 35% propriedades de 51 a 500 alqueires, e, 10% acima de 500 alqueires (SANTOS, 1999, p. 108).

A “São Paulo Eletric” representada, aparentemente, por Roberto Rankim, em 1912 obteve o privilégio para a linha dos bondes, e, em 1915, passou essa concessão à Light, sendo a primeira linha inaugurada em 31/12/1915. “Ficou a cargo dessa companhia até 1951 quando o Governo Municipal a assumiu. Em fevereiro de 1959, o serviço de bondes foi extinto” (SILVA, 2000, p. 79). Um pouco antes, 1907, Bernardo Lichtenfels Junior comprou, em São Paulo, um carro, que foi trazido para Sorocaba de trem, tornando-se o primeiro proprietário e condutor da cidade. Surgiram os primeiros carros de aluguel em fins de 1911 e começo de 1912. “Em 1913, são tantos, que a 1º de julho o prefeito baixou um ato regularizando o trânsito.” Em setembro de 1915 desceu em Sorocaba o primeiro avião, fazendo, até 1916, os primeiros vôos. As primeiras comunicações telefônicas com São Paulo, serviço explorado por Antonio Pereira Inácio, aconteceram em 1912, existindo, porém, em 1911, comunicações telefônicas da cidade com a represa (ALMEIDA, 2002).

Em 1914, segundo Bonadio (2004), o parque industrial de Sorocaba estava bastante desenvolvido, contendo 6 fábricas de cerveja com destaque para a Fábrica de Cerveja Ítalo-Brasileira de Luiz Baddini; 3 fábricas de macarrão; 4 de sabão, 4 de arreios, 3 de flores artificiais, 1 de louças, 3 de carroças, 1 de cadeiras, 1 de explosivos, 1 de gelo, 1 de ladrilhos, 1 de camas de ferro, 1 de caixas de papelão; 14 olarias, 5 tipografias, 2 serrarias, 18 fornos de cal, 6 moinhos de fubá e torrefação de café, 2 engenhos e fábricas de aguardente, 2 fábricas de calçados, 2 fábricas de chapéus, sendo uma de Francisco de Souza Pereira e outra de João Evangelista Fogaça; 1 Fábrica de óleo pertencente a Antonio Pereira Inácio; 1 fábrica de malhas, de José de Cunto; 6 estamparias, fiação e tecelagem; Usina geradora de eletricidade; ferrovia; jazidas de mármore e ardósia em Votorantim (WERNECK, 2006). “O setor têxtil surge no bojo de um processo de acumulação de capital e encontra já desenvolvida a mecanização dos processos produtivos” (RIBEIRO, 1988, p. 187). O Banco União, que

comprou a Fábrica Votorantim e as terras, tinha, em 1890, entre seus diretores o Senador Lacerda Franco e o Cel. João Batista de Mello Oliveira. Em 1913, Alfredo Maia e o Senador Lacerda Franco tornaram-se diretores da Cia. Paulista de Estradas de Ferro (MORAES, 1990). Alfredo Maia foi quem cognominou Sorocaba como a “Manchester Paulista” (WERNECK, 2006). Em 1913 eram diretores do Banco União os senhores Asdrúbal Augusto do Nascimento, Dr. Carlos de Campos, Dr. Francisco da Cunha Bueno (WERNECK, 2006). Asdrúbal do Nascimento, juntamente com Manoel Lopes de Oliveira, como citado anteriormente, participaram do Conselho Superior do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Em 1924 existia em Sorocaba o Banco de Sorocaba, constando entre seus diretores Frank J. Speers – Presidente; Hélio Monzoni – Gerente; O. Malheiros – Gerente; R. Oliveira – Gerente (CRUZEIRO DO SUL, 26 out. 2011).

Assim, segundo Rolnik (1988, p. 16),

a cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato. O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado – na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada. Ali são concebidas e administradas as grandes obras de drenagem e irrigação que incrementam a produtividade da terra; ali se produzem as novas tecnologias do trabalho e da guerra. Enfim, é na cidade, e por meio da escrita, que se registra a acumulação de riquezas, de conhecimentos.

Segundo Almeida (2002, p. 369), em 1901 aconteceu, em São Paulo, a primeira dissidência relacionada ao PRP, com reflexos na política sorocabana. Luiz Nogueira Martins, que desde 1897 comandava a política local, sofreu oposição dos Pires (Benedito Antonio Pires e seu filho Nhonhô Pires) que fundaram para isso o jornal “Cruzeiro do Sul”, enquanto que “O 15 de Novembro” defendia o grupo de Nogueira Martins. De 1901 até 1906, com o apoio de Francisco Loureiro, Nogueira Martins continuava comandando a política local. Em 1906, Nogueira Martins perdeu o apoio de Loureiro, porém, recebeu as adesões dos Pires e de Luis Pereira de Campos Vergueiro, então promotor. Residindo em São Paulo, Nogueira Martins transferiu a direção do partido, em Sorocaba, para Vergueiro, Pires, José de Barros e outros. Vergueiro passou, então, a comandar a política local até 1926. Em 1911, Vergueiro foi eleito deputado. A oposição local, desde 1906, filiou-se ao hermismo, havendo, em 1910, a passeata hermista que vitimou três operários. Em 1911 foi assassinado o Dr. Joaquim Marques Ferreira Braga, quando, desgostoso, Francisco Loureiro se retirou para o Guarujá,

enfraquecendo completamente a oposição local. A oposição só voltaria a ocupar o poder em 1927, época em que seu diretório foi reconhecido pelo presidente Júlio Prestes. Vergueiro havia administrado Sorocaba em 1926 e 27, e, em 27, assumiu a cadeira de Senador. Os membros da “oposição” eram os mesmos que conviviam com Vergueiro, participando das diretorias, nas entidades filantrópicas, culturais da imprensa falada e escrita, e mesmo na Santa Casa. Nesse sentido eram membros do diretório do PRP em Sorocaba, reconhecido por Júlio Prestes, João Padilha de Camargo, presidente; Gustavo Schereppel – vice; João Ferreira da Silva – 1º secretário e presidente da Câmara Municipal; Renato Mascarenhas – 2º Secretário; e, entre outros, como membro, João Machado de Araújo que seria o futuro Prefeito da cidade (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 535-552).

Sorocaba, em 1925, era administrada pelo prefeito Cap. João Clímaco de Camargo Pires; na presidência da Câmara dos Vereadores, o Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro; eram vereadores Cel. João Evangelista Fogaça, Cap. José Antunes Soares, Cap. Francisco Euclides da Silva, Honório de Almeida Barros, Cap. Jugurtha Neves, Cap. João Nóbrega de Almeida; Secretário e Arquivista Francisco de Camargo César (CRUZEIRO DO SUL, 26 out. 2011). O Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro foi, também, Deputado Estadual pelo 4º Distrito (WERNECK, 2006). O Cap. João Clímaco de Camargo Pires e o Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro participaram, também, da Grande Comissão pró-Diocese, cujo objetivo era o de instalar a diocese em Sorocaba (CRUZEIRO DO SUL, 26 out. 2011). O Partido Republicano tinha entre seus membros participantes do diretório de Sorocaba: José de Barros - Presidente, Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro - Secretário, Augusto César do Nascimento Filho, Elias Lopes de Oliveira, Dr. João de Almeida Tavares, Bellarmino Gonçalves Rosa, Joaquim Eugênio Monteiro de Barros, João Evangelista Fogaça, Manoel Ferreira Leão, Francisco Euclides da Silva (CRUZEIRO DO SUL, 26 out. 2011). Neste sentido é interessante observar que, segundo Moraes (1990), Luiz Pereira de Campos Vergueiro havia participado do Grande Oriente do estado de São Paulo, juntamente com membros do Partido Democrático, entre eles Marrey Junior e Almeida Prado Junior, partido esse que daria sustentação à Aliança Liberal.

Ainda em 1925, com relação aos hospitais e organizações ligadas à área da saúde, Sorocaba contava, entre outros, com a Santa Casa de Misericórdia, com o manicômio “Dr. Luiz Vergueiro” e percebe-se que, entre seus diretores, sempre figuravam personalidades ligadas à política local, aos clubes sociais e à maçonaria, ou pessoas a elas ligadas. Mesmo quando eram obras de filantropia e amparo social, como o Asilo Santo Agostinho, a Vila de

São Lázaro, o Asilo São Vicente de Paulo; ou, entidades culturais, como o Gabinete de Leitura Sorocabano; ou órgãos da imprensa, como a Radio Sociedade de Sorocaba, ou o Jornal Cruzeiro do Sul, lá estavam elas compondo a diretoria dessas entidades. Frequentemente participavam, entre outros, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, Renato Mascarenhas, Frank Speers, João Câncio Pereira, João Ferreira da Silva, Cap. João Clímaco de Camargo Pires, Péricles Pilar (GARCIA, 2006).

Iniciando-se no final do século XIX e avançando para o início do novo século, surgiram muitas entidades com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores e também dos imigrantes: Sociedade Beneficente e Protetora dos Chapeleiros, em 1890; Societá Operaria Italiana Umberto I, em 1885; Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro e Sociedade Beneficente dos Empregados da Companhia União Sorocabana e Ituana, ambas em 1896 (BONADIO, 2004). A primeira organização anarquista a se constituir em Sorocaba foi a Liga de Resistência, fundada em 06 de Abril de 1902. Também se organizaram associações de resistência e ligas setoriais de trabalhadores, articuladas a uma liga geral. Entre o final da primeira e início da segunda década do século XX, cresce, entre os trabalhadores, a luta pela redução da jornada de trabalho, muito longa, como era de praxe nas empresas de todo o país; no interior das empresas acontecem reivindicações pela melhoria de salários e contra os abusos cometidos pelos prepostos do capital contra os operários e até mesmo contra a liberdade dos assalariados de gastarem livremente sua remuneração (BONADIO, 2004, p. 256). Tenca (2006, p. 44) ao estudar a diminuição do tempo livre, resultando na sobreposição do tempo do trabalho, “reino da necessidade”, assim se expressa:

a razão do trabalho invade o espaço do tempo livre, reino da liberdade. Sem um tempo livre para contemplar, pensar, memorar, sonhar, confrontar, desenhar utopias, a ação de oposição à ordem racional dominante também tende a desaparecer. Quando se manifesta, é desqualificada por aqueles diretamente interessados na manutenção do exercício do poder, como também por grande parte daqueles que, buscando construir uma nova ordem, reproduziram os componentes da estrutura dominante. Assim é o que acontece com o conceito de trabalho, que continua sendo entendido muito mais como algo inscrito na ordem moral, como dever, obrigação, e menos como condição para ampliar o reino da liberdade, para a conquista do tempo ... livre. Uma discussão sobre organização racional do trabalho ou simplesmente racionalização é, também, e necessariamente, uma discussão sobre o confisco do tempo, base sobre a qual se sustenta a sociedade capitalista contemporânea.

Ainda segundo Bonadio (2004), nessas lutas cumpriu papel destacado o jornal “O Operário”, quinzenário e depois semanário, que circulou de 1909 a 1913, fazendo eco, entre

os trabalhadores, das teses defendidas pelo jornal de oposição da classe média, “A Cidade de Sorocaba.” Em agosto de 1917 explodiu a greve geral, com adesão de todas as fábricas de Sorocaba. O Banco União, responsável pela Fábrica Votorantim, não podendo pagar o aumento de salário e os três meses que estavam atrasados, além de outras dificuldades oriundas da 1ª guerra mundial, faliu. O resultado foi miséria e gente esmolando (ALMEIDA, 2002). Segundo Ribeiro (1988, p. 169), “Inúmeras fábricas após a greve adotaram a jornada de oito horas.”

Moraes (1990, p.229) escreveu que

Neste momento histórico, a maioria dos trabalhadores qualificados era, como se sabe, de origem imigrante e altamente resistente às investidas de controle do capital sobre o processo de trabalho. A necessidade de diminuir a influência deste tipo de operário e, ao mesmo tempo, exercer maior controle sobre a produção e reprodução do trabalhador coletivo, impõem a adoção das estratégias propiciadas pela organização científica do trabalho.

Recorrendo ao relatório escrito pelo Inspetor do Ensino Profissional, Ribeiro (1985) destacava o pensamento dos gestores dessa modalidade de ensino, sintetizando que “precisamos ter operários nossos, evitando-se a importação de elementos, muitas vezes banidos de suas terras de origem, pelas ideias subversivas que professam, e que tudo anarquizam [...] É uma questão patriótica a difusão das escolas profissionais [...] veículo seguro de nacionalização [...]”. Neste sentido, tomando por base Aprígio Gonzaga, Moraes (1990, p. 222) esclarece, como citado, que um dos objetivos da escola profissional é

a formação moral do operário, sua constituição em cidadão apto, competente, operoso, moralizado”, significando que “na era atual, o obreiro educado e consciente de seus deveres e direitos, unido ao patrão no trabalho comum, será a base do progresso e da prosperidade em que se assentará a Pátria a grandeza de suas instituições’. Portanto, à escola profissional caberia ‘educar a personalidade, mais do que instruir’.

Assim, teve início em 1924, “a iniciativa pioneira de ensino sistemático de ofícios, notadamente para as ferrovias, com a criação da Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Seu objetivo estratégico seria dar uma ‘resposta técnica’ à conquista operária da jornada de 8 horas de trabalho” (CUNHA, 2000, p. 131). Nesse aspecto, segundo Moraes (1990, p. 222), “a escolha dos métodos de ensino estão perfeitamente articulados aos fins colimados de moralização do trabalhador.” Há que se destacar, também, que, em 1929, Sorocaba possuía 7.000 operários trabalhando nas indústrias têxteis (SANTOS, 2011), e era, em 1936, o “mais importante centro industrial do interior, em cujo parque 20 mil

operários se dedicam às mais variadas e profícuas atividades fabris e ferroviárias” (SILVEIRA, 1936, p. 42).

3.2 Os processos de criação e instalação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba

A inexistência de mão de obra nacional especializada fomentou, em Sorocaba, assim como em outras regiões, a importação de operários das mais diversas nacionalidades. Nas duas primeiras décadas do século XX, o quadro de trabalhadores das organizações sorocabanas era composto, notadamente, por operários originários do continente europeu, com alguma experiência em entidades que defendiam os interesses da classe trabalhadora. O declínio da importação de mão de obra, a proibição pelo governo da continuidade de exploração do trabalho infantil e as reivindicações ocorridas entre 1910 e 1920, pela redução da jornada de trabalho, pela melhoria dos salários e contra os abusos cometidos pelos empresários, motivaram a classe dirigente a preparar cientificamente, isto é, por meio de escolas, a mão de obra necessária.

Em reportagem efetuada por Rosa Maria Baddini Keller, em 14 de Junho de 1998, página 4, para o jornal *Cruzeiro do Sul*, onde consta entrevista com D. Maria Prestes de Albuquerque Ferreira, neta do coronel Fernando Prestes, são descritos alguns aspectos da vida de Fernando Prestes de Albuquerque, conhecido como Cel. Fernando Prestes, patrono da instituição⁸.

Outra reportagem, também do jornal *Cruzeiro do Sul*, publicada em 05 de Novembro de 1997, página 16, informa, sempre exaltando os feitos políticos e administrativos do avô,

⁸Segundo a entrevistada, Fernando Prestes foi sempre representante, no poder, da aristocracia rural brasileira. Em 1930, quando Getúlio subiu, derrotando o Partido Republicano, eliminou também para sempre o poder político da família Prestes de Albuquerque. D. Maria Prestes relata que em “Sorocaba tentaram mudar o nome da praça matriz para João Pessoa, líder getulista, cuja morte dera o pretexto para o início da revolução”, mas o “povo não aceitou e por umas cinco ou seis vezes arrancou a nova placa. Afinal, quando os prefeitos nomeados por Getúlio para a cidade passaram a ser sorocabanos, a praça voltou a chamar-se Fernando Prestes”. Utilizando de linguagem apologética, explica a neta que o avô foi “republicano e abolicionista, sempre lutou pela legalidade. Durante a Revolta da Armada, defendeu a região de Itapetininga, Ipanema e Itararé contra os revolucionários do sul. Floriano Peixoto outorgou-lhe a patente de coronel honorário do exército, no ano de 1893. Seu título, portanto, não foi comprado. Em 1898 foi eleito Presidente do Estado de São Paulo. Fez grandes empreendimentos, entre os quais o Instituto Butantã. Preocupou-se sempre com higiene em todo o Estado. Na ocasião da febre amarela em Sorocaba, 1897 – 1900, empenhou-se de corpo e alma no combate à epidemia, pelo que conseguiu a gratidão e amizade de toda cidade. Deixando o governo do Estado, continuou como deputado federal, senador estadual, e vice-presidente do Estado em três períodos governamentais. Em Itapetininga, conseguiu a instalação da Escola Normal, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, esta depois infelizmente extinta, por motivos políticos. Instalou a Escola Profissional *Mixta* em Sorocaba”. É importante salientar, com relação à Escola Profissional, que a instituição foi criada em 1920 e instalada em 1929. Sobre os mandatos do Cel. Fernando Prestes, enquanto Presidente do Estado de São Paulo, exerceu-os entre 10/11/1898 e 01/05/1900, e entre 05/02/1910 e 05/08/1910, ocasião em que era Vice-Presidente. Foi Senador do estado em 1916 e 1922, porém, a Assembleia Legislativa de São Paulo registra os mandatos de 1903, 1907, 1916 e 1928, ignorando o de 1922. Entre 1919 e 1921, Júlio Prestes, filho do coronel, exercia o mandato de Deputado Estadual pelo 4º Distrito.

que Fernando Prestes de Albuquerque “lutou pelas grandes causas de sua época, como a abolição da escravatura e o fim da monarquia. Com a proclamação da República, participou do governo provisório local, e da intendência seguinte. Assumiu o governo do Estado, época em que conseguiu normalizar as finanças e combater a peste bubônica e a febre amarela, doenças que ameaçavam algumas cidades. Ao deixar o governo, foi eleito por duas vezes consecutivas deputado federal, liderando a bancada paulista e depois toda a maioria. Ocupou os cargos de Senador Estadual (duas vezes), Vice-Presidente do Estado (duas vezes), e posteriormente, Presidente (equivale ao atual cargo de governador). Depois da revolução de 1930 abandonou a política, exercendo os cargos de diretor do Banco Noroeste do estado de São Paulo e da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro. Foi sepultado no dia 26 de Outubro de 1937.”

Em 30 de Dezembro de 1921, a Lei número 1.860 autorizava a criação da Escola Profissional. Apesar de existir a autorização para a instalação, a escola só iria iniciar suas atividades em 1929. Um dos possíveis motivos para a demora de quase oito anos da instalação da escola pode ter sido a Reforma da Instrução Pública de São Paulo, publicada em forma de decreto n. 3.858 em 11 junho de 1925, regulamentada em dezembro daquele ano, em forma de lei, qual seja, a Lei n. 2.095, de 24 de dezembro de 1925, realizada por Pedro Voss. Empossado como Diretor Geral da Instrução Pública no final de 1924, Pedro Voss foi Diretor da Escola Normal de Itapetininga, portanto próximo de Júlio Prestes, e 12º diretor da Escola Normal da Capital (NERY, 2008, p. 85). O currículo da escola primária, elaborado a partir da Reforma de 1925, não foi alterado até 1960 (idem, p.167).

Conforme Moraes (1990, p. 226), a reforma de 1925 promovida pelos “tradicionalistas”, no governo de Carlos de Campos, introduziu algumas modificações no funcionamento das escolas profissionais que são extremamente criticadas pelos educadores “reformadores”. Ainda segundo Moraes (1990, p. 226),

a omissão maior situava-se na não instalação das inúmeras escolas criadas. A lei “pecava por omissão”. Se o problema era de verbas, bastava adotar o regime norte-americano do “*self-government*”, ou seja, oficializar a seção industrial das escolas, “dando-lhes a amplitude precisa para vir a constituir a verdadeira fonte de receita necessária à manutenção da casa”.

Ao criticar a Reforma de 1925, Fernando de Azevedo incorpora o ensino profissionalizante à Reforma que tem seu nome, gestada e aplicada na capital do país entre os anos de 1927 a 1930. Incorporando experiências educacionais, no que diz respeito aos “materiais de construção”, utilizadas na América (México), Europa (Rússia e Viena),

técnicas, sob o aspecto didático, “como as de Montessori, Decroly e outras”, a Reforma havia pretendido fazer da escola “um aprendizado do trabalho em comum e uma iniciação na vida econômica e social” (CARVALHO, 2000, p.247). A Reforma do Rio de Janeiro, segundo a mesma autora (idem, ibidem), fez de certo modo suas as posições de Anísio Teixeira que passara a postular “a cultura e o trabalho unificados em todos os graus da educação nacional [...] objetivando concretizar o princípio da escola única centrada no trabalho”.

O início das atividades da escola também está vinculado à família Prestes de Albuquerque, por Júlio Prestes de Albuquerque, filho do Cel. Fernando Prestes e seu sucessor na política⁹.

Reportagem publicada pelo jornal Cruzeiro do Sul, em 26 de Junho de 1994, página 31, escrita por Afonso Celso de Oliveira, ex-aluno da turma de 1932, comemorativa dos 65 anos da escola ora em tela, descreve como ocorreu a implantação da escola. “Júlio Prestes, semanalmente, aos sábados, passava por Sorocaba, a caminho de sua fazenda localizada entre Tatuí e Itapetininga. Aqui aportado, impreterivelmente ‘filava’ o cafezinho em casa do Dr. João Machado, que seria o próximo prefeito. D. Amélia César Machado de Araújo, com o primeiro filho a estudar fora de Sorocaba, vivia inconformada com isso. Certo dia planejara pedir ao governador uma escola. Amadurecida a ideia, e já do conhecimento do marido, tocara no assunto, pedindo a Júlio Prestes que criasse ao menos um ginásio em nossa terra. Ao

⁹ A reportagem já citada do jornal Cruzeiro do Sul publicada no dia 05 de Junho de 1997, indica que Julio Prestes de Albuquerque “formou-se em Direito em 1906, e, em 1909 foi eleito Deputado Estadual, iniciando sua carreira de homem público. Na Câmara foi conduzido a líder da bancada e foi reeleito Deputado em cinco legislaturas consecutivas. Em 1924 foi eleito Deputado Federal, voltando ao Estado quando começou a revolução na capital paulista. Reeleito em 1927, foi o mais votado candidato do país, com mais de sessenta mil votos. Foi eleito Presidente do Estado, comandando um dos períodos de maior progresso em São Paulo”. A eleição de Júlio Prestes de Albuquerque à Presidência do Estado, se deu por meio de uma jogada política de seu pai. Com a morte de Carlos de Campos em Abril de 1927, então Presidente do Estado, e sendo Fernando Prestes seu Vice-Presidente, este renunciou, a favor do filho, em ato previamente combinado em convenção do PRP, ao mandato a que teria direito, ou seja, o de Presidente. Estando vagos os cargos de Presidente e Vice, novas eleições foram realizadas e Júlio Prestes, segundo Weinstein (2000, p. 78), com apoio entusiasmado do CIESP, foi eleito Presidente do Estado de São Paulo, assumindo o governo em 14 de Julho de 1927. Prosseguindo com o relato, a reportagem informa que “com o término do mandato presidencial de Washington Luiz, Júlio Prestes foi indicado para assumir o governo do país. Foi eleito pelo voto popular, e partiu para outros países tentando trazer capitais estrangeiros para o Brasil. Na volta, foi vítima de um golpe de estado, perdeu o governo para Getúlio Vargas, e foi exilado durante quatro anos. Voltou para Itapetininga e abandonou a política, morrendo no dia 9 de Fevereiro de 1946”. Este período conturbado da política brasileira merece alguns esclarecimentos: Washington Luís, eleito e empossado em 1926 para governar o Brasil até 1930, indica Júlio Prestes, em 1929, para ser o candidato situacionista à sucessão presidencial cuja eleição ocorreria em Março do ano seguinte. O ato provocou descontentamento nos políticos mineiros que esperavam que o indicado fosse um representante de Minas Gerais para assegurar a alternância entre os dois maiores estados no comando do governo federal. Assim, alijados da disputa, os mineiros articularam uma aliança, denominada Aliança Liberal, chapa de oposição, com os políticos da Paraíba, do Rio Grande do Sul e mais as oposições de diversos estados. Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, para presidente, e João Pessoa, da Paraíba, para Vice, foram os candidatos da Aliança Liberal. Em 1 de Março de 1930, o candidato Júlio Prestes venceu a eleição para Presidente da República com 1.091.709 votos contra 742.794 votos dados a Getúlio Vargas. Durante a viagem de Júlio Prestes ao exterior, a oposição, alegando a existência de fraudes no pleito, preparou um movimento revolucionário visando depor Washington Luís antes que a presidência fosse transferida ao candidato vitorioso. Iniciada em 3 de Outubro de 1930, no dia 24 do mesmo mês a revolução de 1930, por meio de uma junta militar, retira Washington Luís do poder, e, no dia 3 de Novembro de 1930 entrega a presidência a Getúlio Vargas, líder das forças revolucionárias.

que ele retorquiu: para Sorocaba, cidade tipicamente industrial, melhor caberia uma escola profissional.” É que qualquer outro tipo estaria, talvez, fora das possibilidades da maioria de nossa população, constituída de operários.

A fala do *seu Julinho*, como era conhecido Júlio Prestes, que exercia o mandato de Presidente do estado de São Paulo, estampa toda a coesão e uniformidade que permeavam os pensamentos e atos de muitos da classe patronal e dos políticos, via de regra personagens que participavam simultaneamente dos dois grupos, e que, neste caso, convergia para o dualismo do sistema escolar brasileiro: escolas para a elite forneceriam cursos secundário e superior e escolas para o povo forneceriam cursos primário, normal e profissional. E mais, que o povo não teria preparo, talvez intelectual, físico, moral ou higiênico, para frequentar cursos que não fossem os profissionais.

O autor indica que, continuando o diálogo, D. Amélia lhe dissera: “Então, nos dê essa escola.” Ao que Júlio Prestes respondera, em tom de brincadeira: “agora não, estou com muita pressa.” Revela-se neste trecho a forma como se fazia política: se efetivamente a decisão de instalar a escola foi motivada pelo diálogo, a política serviria para atender pedidos efetuados por eleitores, muitas vezes influentes em suas regiões; ou, se a decisão, de instalar a escola, era fato consumado, antes de o pedido ser feito, a política serviria para determinar a forma de como essa decisão seria transferida às populações. Em qualquer situação está implícita a necessidade de dar maior visibilidade à obra e ao autor da mesma.

Prosseguindo com o relato, Afonso Celso afirma que “dias depois, em reunião do Diretório em sua casa, Dr. João Machado expunha a ideia de uma comissão ir a São Paulo, para acertar com o governador do estado a instalação¹⁰ da escola prometida verbalmente. Dessa reunião, D. Amélia se lembra que tomaram parte João Padilha, Renato Mascarenhas e João Ferreira da Silva.” Júlio Prestes apenas pediu que lhe “arranjassem um prédio de dimensão adequada para a instalação rápida e provisória do estabelecimento.”¹¹

¹⁰ A escola havia sido criada em 30 de Dezembro de 1921, quando o Presidente do Estado de SP era Washington Luís, e Fernando Prestes de Albuquerque era Senador de São Paulo. A instituição, porém, não havia sido instalada.

¹¹ João Padilha, Renato Mascarenhas, João Ferreira da Silva e Gustavo Scherepel, assim como Luiz Pereira de Campos Vergueiro, sendo este bisneto do Senador Vergueiro, eram membros atuantes da Loja Maçônica Perseverança III e perrepiistas. Segundo Aleixo Irmão (1994), entre 1915 e 1927 várias desavenças ocorreram entre os maçons e políticos sorocabanos. Em 1915 aconteceu uma cisão dos maçons da cidade devido ao chamado Grande Oriente Paulista, fundado por dissidentes. A Perseverança III reafirma sua fidelidade ao Grande Oriente do Brasil - GOB - e ao Grande Oriente Estadual. Em 1919, Vergueiro recebe as patentes dos graus 31-32-33, Grão Mestre Adjunto do Grande Oriente do Estado, porém, em Abril de 1920, pede desligamento da P III alegando ter-se mudado do Oriente. Afirma Moraes (1990, p. 137-138) que “fazem parte do Grande Oriente de São Paulo, como grão-mestre, o deputado José Vasconcellos de Almeida Prado Junior; como grão-mestre-

As apreensões entre maçons e políticos sorocabanos reinantes no pós-guerra foram explicitadas por Marrey Junior, em discurso proferido na festa comemorativa do aniversário da maçonaria paulista, organizada pelas Lojas do Estado, e assim descritas por Moraes (1990,p. 137-138):

As tensões sociais faziam aflorar na consciência das classes dominantes, expressando as mesmas concepções dos liberais reformadores aglutinados na Liga Nacionalista. Achava o orador que a “questão social poderia ser resolvida por um conjunto sábio de leis”. Instruindo o povo, dando-lhe “melhor educação moral”, “garantindo o produto do trabalho”, estabelecendo uma distribuição “mais equitativa dos proventos”, seria possível “trabalhar em ordem, implantar a paz duradoura” [...] E a harmonia social, baseada na convivência pacífica das classes sociais, deveria ser obtida por meio da execução desse programa que cabia à Maçonaria iniciar.

Nesse mesmo abril, segundo Aleixo Irmão (1994), Vergueiro recebeu críticas da loja por ter participado do ato de transferência do professor Luiz do Amaral Wagner, também membro da P III, praticado pelo Secretário da Instrução do governo do presidente do estado Washington Luís. Em 1921 a P III declarou-se obediente ao GOB e prescreveu que seria desligado da loja quem prestasse obediência ao Grande Oriente de São Paulo. Ainda em 1921 é extinto o GO de São Paulo. Em 1926 aconteceu novo estranhamento entre a P III e Vergueiro, nesta época Prefeito de Sorocaba. Vergueiro suspendera as subvenções municipais das escolas noturnas da maçonaria alegando que elas eram desnecessárias e, inclusive, movera processo contra Diogo Moreira Salles, membro da loja e jornalista do Cruzeiro do Sul, por este haver publicado supostas inverdades. Vergueiro acusou, também, a loja, em 1927, de se filiar ao Partido Democrático, partido este que daria apoio à Aliança Liberal e ao líder da revolução de 30, Getúlio Vargas. A loja prontamente rebateu essas afirmações. Pode-se supor que esses “estranhamentos”, políticos e maçônicos, também tenham contribuído para o atraso na instalação da escola, porém, instigantemente essas desavenças pareciam não abalar os relacionamentos sociais dos envolvidos. Segundo Garcia (2006), conviviam no mesmo corpo diretivo da Santa Casa de Misericórdia, em 1925, João Ferreira da Silva, Luiz Pereira de Campos Vergueiro e Renato Mascarenhas; conviviam também em 1925, na direção do Asilo Santo Agostinho, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, Joaquim F. de Camargo Pires, este proprietário e gerente do jornal Cruzeiro do Sul, Antonio J. Castronovo que, em 1929, seria o novo administrador do jornal; ainda em 1925, na Radio Sociedade de Sorocaba, estavam Cap.

adjunto, o deputado Luiz Pereira de Campos Vergueiro e, como orador, J A Marrey Junior, um dos líderes do Partido Democrático.”

João Clímaco de Camargo Pires, na época prefeito da cidade, e, Francisco de Camargo César, arquivista e secretário da Câmara Municipal, quando, em 1920, era presidida por Luiz Pereira de Campos Vergueiro; além de outros membros comuns aos grupos envolvidos nas pendengas. Esses relacionamentos permitiam construir uma imbricada teia de sustentação dos seus membros nas esferas políticas do município, do estado e da nação. Neste sentido, é interessante observar a trajetória da família Vergueiro. Segundo Moraes (1981, p. 158) eis que um grupo de maçons

Na sua maioria do antigo Grande Oriente de 1822, antecipa-se a Ledo e funda no mesmo ano de 1830 o Grande Oriente Brasileiro que, por funcionar no prédio nº 36 da Rua do Passeio, no Rio de Janeiro, passou a chamar-se Grande Oriente do Passeio. Instalado oficialmente a 24 de Junho de 1831, terá como primeiro Grão Mestre o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e, como secretário, o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o Senador Vergueiro, falecido em 1859, no Rio de Janeiro, pai de Luiz Pereira de Campos Vergueiro, que teve, entre outros, os filhos Afonso Vergueiro e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, netos do senador. Nicolau Vergueiro, o neto, é citado por Moraes (1981, p. 204), juntamente com Joaquim Bonifácio do Amaral, como “um dos primeiros fazendeiros a introduzir trabalhadores europeus, iniciando a colonização da fazenda Sete Quedas com os alemães.” Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, é destacado por Moraes como o primeiro presidente da Associação Culto à Ciência, em Campinas, tendo sido lançada a pedra fundamental do ginásio em Abril de 1873 (MORAES, 1981, p. 188). Segundo Baddini (2002), o Hotel dos Convalescentes foi organizado em 1886, em Sorocaba, pelo Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, na sua chácara São Bento, na estrada da Água Vermelha, como uma opção cara de tratamento, acessível às famílias mais ricas.

Afonso Celso relatou, ainda na reportagem, os interesses políticos envolvidos na instalação da escola. “Com o esquema que levara Júlio Prestes aos ‘Campos Elíseos’, caíra a longa influência vergueirista em Sorocaba. E, praticamente, estávamos desarvorados, sem liderança. E o Presidente do Estado só poderia organizar, ou concatenar apoio, nos meios oposicionistas ou apolíticos. E nas regulares paradas que fazia em nossa cidade, Júlio Prestes também fazia ponto no estabelecimento de Gustavo Schereppel, de quem era velho amigo. Ora, Gustavo sempre fora baluarte oposicionista em Sorocaba. E quando foi sondado pelo amigo Júlio se aceitaria tentar entendimentos para que se formasse um diretório, eis que, de modo bastante franco, Gustavo impunha condições: ‘desde que o estado desse escolas para

Sorocaba'. E conforme declarações de Frederico Schereppel, Gustavo, em uma quinta-feira, dia de audiência em Palácio, fora chefiando a comissão sorocabana para os entendimentos com o Presidente. E como o tempo era exíguo, achara Júlio Prestes que de muito melhor modo seriam encaminhados os entendimentos em outra ocasião. E essa ocasião seria em sua fazenda, em um domingo, e que, para tanto, a comissão aceitasse seu convite para um almoço. Desse modo, na fazenda de Júlio Prestes, foram acertados os planos para a instalação da Escola Profissional, e, naturalmente, meios de consolidação política, o que culminou com a eleição do Dr. João Machado para nosso Prefeito.”

Para entender o parágrafo anterior é importante acompanhar a desenvoltura política dos envolvidos. Júlio Prestes, cinco vezes, e Luiz Pereira de Campos Vergueiro, filho de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o neto, sendo, portanto bisneto do senador Vergueiro, seis vezes, foram eleitos deputados, consecutivamente e pelo 4º Distrito, entre os anos 1910 e 1924, sempre pelo PRP. Foi companheiro dos dois, também pelo PRP e pelo 4º Distrito, entre 1910 e 1915, Luiz Nogueira Martins, antigo presidente da Câmara Municipal de Sorocaba. Para os mandatos de 1913 e 1922, Luiz Nogueira Martins foi eleito senador da república. Em 1927 e 1930, Júlio Prestes foi eleito, respectivamente, Presidente do estado de São Paulo e Presidente da República. Luiz Pereira de Campos Vergueiro havia sido eleito, para 1925, deputado e Senador da República. Fernando Prestes de Albuquerque foi eleito senador em 1903, 1907, 1916 e 1928 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SP, fev. 2012). Vergueiro administra Sorocaba, como prefeito, entre 1926 e 1927 e assume, em 1927, a cadeira de senador. Deixando Sorocaba, o diretório do PRP local, também em 1927, passa a contar com Renato Mascarenhas e João Ferreira da Silva. Em 29 de Fevereiro de 1928, o PRP local contava com João Padilha de Camargo, presidente; Gustavo Schereppel – vice; João Ferreira da Silva – 1º secretário e presidente da Câmara Municipal; Renato Mascarenhas – 2º Secretário; e, entre outros, como membro, João Machado de Araújo que seria o futuro Prefeito da cidade (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 535-552). Soa no mínimo estranho a afirmação de que Sorocaba estava “sem liderança política e desarvorada” – pode-se supor que a exposição na mídia, no formato de “estranhamentos e desencontros”, tivesse o interesse de apresentar ao povo local as faces anônimas que sempre sustentaram aquelas sobejamente conhecidas e que, naquele momento, haviam partido para aspirações mais amplas, ou seja, nacionais. Neste sentido, o movimento para consolidar nacionalmente políticos regionais, por meio do Senado do estado de São Paulo, a partir de 1900 e pelos 30 anos seguintes, começou por Fernando Prestes de Albuquerque, em 1903, 07, 16 e 28; continuou com Luiz Nogueira Martins, 1913 e

22; e, culminou com Luiz Pereira de Campos Vergueiro, em 1925. Os “estranhamentos e desencontros”, citados anteriormente, explicariam as versões políticas para a instalação da escola que estão descritas nas reportagens abaixo, uma veiculada no dia 16 de maio de 1929, página 2, do jornal Cruzeiro do Sul:

Escola Profissional: desde ontem, o Sr. Horácio Silveira, que se acha em Sorocaba comissionado pelo governo, está anotando inscrições para os cursos masculino, feminino e geral da Escola Profissional. A matrícula continua aberta, das 12h às 16h, naquela escola, para as pessoas maiores de 12 anos (MEMÓRIA CRUZEIRO DO SUL 1605, ago. 2013).

Segundo, ainda, Afonso Celso, “desde há algum tempo a facção antivergueirista recebera promessa do governador Júlio Prestes de que, se derrotassem os adversários, Sorocaba teria uma Escola Profissional, um Ginásio e uma Escola Normal. Neste dia, embora ainda essa derrota não tivesse se consumado, o governo iniciava o pagamento de sua promessa.”

E outra no dia 24 do mesmo mês, no mesmo jornal, página 1, reforçando com valores e nomes, que estava

autorizado crédito de 197:750\$000 para as despesas de instalação, e, também, a nomeação de Oscar Lindholm de Oliveira, para diretor, vindo removido de Franca; Guimar Baddini, guarda-livros; Frederico Schereppel, escriturário; Hércules Tavares de Campos, porteiro; Antonio Funes, professor de Aritmética e Geometria; e Job Aires Dias, professor de Português e Educação Cívica (MEMÓRIA CRUZEIRO DO SUL 2405, ago. 2013).

E que culminaria com a eleição de João Machado de Araújo para Prefeito.

A instalação da instituição aconteceu durante o mandato de Júlio Prestes como governador do estado, época em que o grupo de reformadores, entre eles Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, atuava em São Paulo e era favorável às ideias de Roberto Mange relacionadas à qualificação do trabalhador, e que, além de criticar a não instalação das escolas já criadas, também enfatizava a necessidade de criar e instalar outras. Mange tinha ligações com Horácio da Silveira com quem já havia trabalhado e que era diretor da escola feminina da Capital; mantinha relações com Gaspar Ricardo Junior, diretor da Estrada de Ferro Sorocabana além de outros empresários ligados ao CIESP. Segundo Weinstein (2000, p. 78), “nas eleições nacionais que precederam a Revolução de 1930, o CIESP apoiou com entusiasmo a candidatura à presidência do Governador de São Paulo, Julio Prestes, alegando que sua administração do estado foi favorável à indústria. Além disso, os industriais de São

Paulo, apesar de considerarem, cada vez mais, os seus interesses de uma perspectiva nacional, partilhavam da convicção da elite paulista de que seu Estado natal era o mais progressista e produtivo do Brasil – ou, para usar sua metáfora, ‘a locomotiva do país’.”

Os interesses da ferrovia eram os principais motivos para a instalação da escola. Os primeiros passos do ensino profissional ferroviário no Brasil, segundo Galli (1962, p. 46), foram dados em 1924 quando os diretores da Estrada de Ferro Sorocabana sentiram "a necessidade de pessoal melhor preparado para as mais diversas funções, principalmente no setor das Oficinas." Continua o autor na mesma página esclarecendo a forma de preparação dos aprendizes. Escreveu ele que

Os aprendizes vagueavam pelas oficinas e pela observação junto aos artífices e feitura de pequenos trabalhos, iam aprendendo o ofício. Além de demorado, este tipo de aprendizagem apresentava outros inconvenientes. Não havia a bem dizer, um aperfeiçoamento contínuo, que é imprescindível para o desenvolvimento progressivo da técnica. O aprendiz assimilava tão somente o que o artífice sabia fazer, e este, por sua vez, apresentava uma evolução técnica muito lenta, por falta de boa fonte de novos conhecimentos. Além disso, todos os defeitos e incorreções porventura apresentados pelos empregados antigos, eram igualmente assimilados pelos aprendizes.

Detectadas as ineficácia e ineficiência na forma de preparo dos operários, seria necessário

Dar uma formação profissional metódica aos aprendizes... A Sorocabana passou a enviar, anualmente, aqueles que possuíam melhores qualidades à Escola de Mecânica anexa ao Liceu de Artes e Ofícios (LAO) de São Paulo. Os resultados devem ter sido muito animadores, pois pouco depois (1927), o então Diretor da E. F. Sorocabana, Dr. Gaspar Ricardo Junior, estabeleceu um projeto para a criação de uma Escola Preparatória de Aprendizes, e de um Curso de Aperfeiçoamento para os funcionários já existentes (GALLI, 1962, p.46).

Gaspar Ricardo Junior, no Relatório Anual da Estrada de Ferro Sorocabana de 1931, explicitou a necessidade da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba servir à ferrovia, dizendo que

Às oficinas de Sorocaba, as maiores e mais modernas da América do Sul, era indispensável prover de pessoal habilitado, capaz de manejar e de tirar de seu moderníssimo maquinário, toda a eficiência de que são dotadas. Para não recorrer à pessoal estrangeiro e, socorrendo-nos exclusivamente de elementos da própria zona Sorocabana, criamos a Escola de Aperfeiçoamento, junto às Oficinas de Sorocaba, para o pessoal já pertencente à Estrada, e a Escola de Aprendizagem para os futuros candidatos à entrada nas Oficinas. Em benefício da economia, procuramos as

aulas teóricas e de caráter geral ministradas pela Escola Profissional já existente em Sorocaba e com a qual entramos em entendimento de modo a cooperarem assim entre si, sem desperdícios de esforços (GALLI, 1962, p. 46-47).

As palavras acima citadas pelo Diretor sugerem que a instalação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba começou a ser pensada alguns anos antes de 1929, tão logo se comprovou a eficácia das séries metódicas aplicadas pelo LAO. Gaspar Ricardo Junior completava, no Relatório Anual da Estrada de Ferro Sorocabana de 1932, página 206, que "era natural que uma Escola Profissional Estadual, como o é a de Sorocaba, prestasse seu concurso em primeiro lugar às empresas industriais estaduais, portanto, à Estrada Sorocabana." Assim, a instalação da escola aconteceu no momento em que se consolidava uma nova proposta de qualificação, baseada na especialização do trabalhador em uma única operação, na sua moralização e ajuste à sociedade de classes, e, em cursos que pudessem fornecer, em curto espaço de tempo, mão de obra preparada às indústrias. Por mais que as reportagens dos jornais da época, embasadas nos discursos dos políticos, fornecessem um olhar romântico sobre a instalação da escola, a instituição escolar atenderia primordialmente aos interesses dos empresários.

A escola foi instalada em 09/06/1929, na Rua Barão do Rio Branco, nº 228/280 (foto 1) esquina com a Rua Álvaro Soares, ruas centrais da cidade, contendo dois andares e que anteriormente havia abrigado uma empresa beneficiadora de algodão, pertencente a Mateus Maylasky, e, posteriormente, um hotel. A casa possuía duas entradas, sendo uma reservada ao setor masculino, pela Rua Barão do Rio Branco, e a outra, reservada ao setor feminino, pela Rua José Bonifácio, atrás da escola. Em 1930, a seção feminina foi transferida para a Rua Monsenhor João Soares, no "sobradão" do "Barão de Mogi Mirim enquanto a masculina permaneceu no prédio original" (MORAES; ALVES, 2002, p. 150).

A escola funcionou naqueles locais até meados de 1940, quando, em 12/9/1948 foi inaugurado o novo prédio próprio (foto 2), na Avenida Comendador Pereira Inácio, onde hoje funciona a ETE Rubens de Faria e Souza. Neste aspecto, é interessante observar que a sociedade sorocabana e, inclusive, funcionários da ETE Rubens de Farias têm, como escola mais antiga e tradicional de Sorocaba, a segunda; porém, as fotos 3 e 4 eliminam quaisquer dúvidas: a foto 3, mais antiga, apresenta o nome da escola como Escola Industrial Fernando Prestes, e a 4, mais recente, apresenta, com um outro estilo, o nome da Rubens de Faria. Assim, atrás da placa com o nome Rubens de Faria está grafado o nome Fernando Prestes. É importante destacar também que Rubens de Faria e Souza foi professor comissionado de

Aritmética na Escola Industrial Fernando Prestes, tendo sido nomeado em 07/08/1934. Em 1960 a Fernando Prestes foi transferida para o Seminário São Carlos Borromeu, na Avenida Eugenio Salerno, prédio este que, durante muito tempo, abrigou o Seminário Diocesano; finalmente, em 1980, foi transferida para a Rua Natal, 340 (segundo prédio próprio), espaço dividido, durante os anos de 1982 até 1992, com a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “Roberto Paschoalick”, onde se encontra atualmente (foto 5).

Foto 1 – Primeiro prédio da ETE Fernando Prestes
Rua Barão do Rio Branco esquina com Rua Álvaro Soares



Fonte: Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 1929

Disponível em: http://memoria.fua.org.br/intendencia_municipal_1929/ Acesso em: 26 ago. 2011

Foto 2 - Primeiro prédio próprio—ano de 1947 - hoje ETE Rubens de Faria e Souza
Rua Comendador Pereira Inácio x Rua Pandiá Calógeras



Fonte: Acervo particular do Comendador Gilberto Tenor.

Foto 3 – Fachada do primeiro prédio próprio, hoje abrigo da Rubens de Faria e Souza
Avenida Comendador Pereira Inácio x Rua Pandiá Calógeras



Fonte: Centro de Memória ETE Fernando Prestes

Foto 4 – Fachada do primeiro prédio próprio, hoje abrigando a ETEc Rubens de Faria e Souza Avenida Comendador Pereira Inácio



Fonte: Centro de Memória ETE Fernando Prestes

Foto 5 – Fachada da entrada principal do prédio atual: Rua Natal, 340, Jardim Paulistano



Fonte: Centro de Memória ETE Fernando Prestes

A instituição teve como seu primeiro diretor, desde abril de 1929 até janeiro de 1930, o Sr. Oscar Lindhon de Oliveira, tendo sido sucedido no cargo pelo Sr. Basilides de Godoy, que a administrou até janeiro de 1933. A carta escrita pelo Sr. Oscar Lindhon de Oliveira, endereçada à ETE Fernando Prestes, em 1969 (Anexo E), os mapas de movimentos dos meses de julho de 1929 (anexo F), e de março de 1930 (Anexo G), assinado por Basilides de Godoy, corroboram esta afirmação, diferentemente do que consta em Laurindo (1962). Os demais diretores da instituição, durante o período investigado, foram os seguintes: fevereiro de 1933 até novembro de 1939 – Sr. Ferruccio Corazza (Anexo H); dezembro de 1939 até dezembro de 1949 – Sr. Diógenes de Almeida Marins (Anexo I). No período de março a junho de 1938 aparece como Diretor Comissionado o Sr. Antonio Luis Pandolfi, e, no período de março a julho de 1939 o Sr. Diógenes de Almeida Marins. Esses Diretores assinam os documentos denominados “Mapa de Movimentos.”

A Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, denominação original da instituição, criada pela Lei nº 1860, de 30 de dezembro de 1921, preservou esse nome até agosto do ano de 1930 quando, no mês de setembro do mesmo ano, passou a chamar-se Escola Profissional *Mixta* “Cel. Fernando Prestes”¹²; provavelmente, por determinação do decreto estadual 4.781 de 29/11/1930¹³, artigo 23, que proibia dar às ruas, praças, ou estabelecimentos públicos, nomes de pessoas vivas¹⁴, a partir outubro de 1930¹⁵ retornou ao anterior suprimindo o nome do patrono, e assim permanecendo até o mês de março de 1931. Neste aspecto, a supressão do nome Fernando Prestes da instituição, assim como da praça matriz, citado anteriormente, está ligada com a revolução de 30, por meio do decreto 4.781, e a necessidade dos novos governantes em aniquilar politicamente grupos que possuíssem respaldo popular e que pudessem atrapalhar os novos projetos para a nação. A partir de abril de 1931 a instituição recupera o nome do patrono, passando a denominar-se Escola Profissional *Mixta* “Cel. Fernando Prestes” permanecendo até agosto do mesmo ano quando é alterada a grafia da palavra *Mixta* passando a ser escrita com “s” no lugar do “x” permanecendo até março de 1933¹⁶; a partir de abril de 1933¹⁷ incorporou a palavra “secundária” e passou a denominar-se Escola Profissional Secundária *Mista* “Cel. Fernando Prestes” de Sorocaba perdurando essa

¹² Mapa de Movimentos de Pessoal dos meses de Julho de 1929 até Setembro de 1930

¹³ Atos do Governo Provisório do Estado de São Paulo, p. 324 – fonte: Leis e Decretos de SP – 1930 – L.340.9 S.239 – assinado por João Alberto Lins de Barros e José Carlos de Macedo Soares

¹⁴ Decretos da Prefeitura Municipal de Sorocaba sob o Governo Revolucionário – Decreto nº 1, de 12 de Novembro de 1930, assinado por Octacio Malheiro – Prefeito Municipal

¹⁵ Mapa de Movimentos de Pessoal dos meses de Outubro de 1930 até Março de 1931

¹⁶ Mapa de Movimentos de Pessoal dos meses de Abril de 1931 até Março de 1933

¹⁷ Mapa de Movimentos de Pessoal dos meses de Abril de 1933 até Abril de 1954

denominação até agosto do ano de 1945. Com o Decreto-lei estadual nº 15.040 de 19 de setembro de 1945 passou a chamar-se Escola Industrial “Cel. Fernando Prestes”, mantendo-se assim até novembro de 1951; em 24 de dezembro de 1951, por meio da Lei nº 1.429, é transformada nos moldes previstos pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, e recebe a denominação de Escola Técnica “Cel. Fernando Prestes”; em 18 de janeiro de 1965, por meio do Decreto-lei nº 44.533, a instituição recebe o nome de Ginásio Industrial “Cel. Fernando Prestes”; em 23 de janeiro de 1976, por meio da Resolução da SE publicada no DOE em 24/01/76, página 22, o Ginásio Industrial é transformado em Centro Estadual Interescolar “Fernando Prestes”; em 22 de abril de 1981, com a Resolução nº 60 da SE, a partir de 02/02/1981, a instituição recebe o nome de Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “Fernando Prestes”, e, também, a criação de 4 séries; finalmente em 1982, pelo Decreto nº 18.421/82, foi integrada ao Centro “Paula Souza” recebendo o nome com o qual permanece até hoje – Escola Técnica Estadual (Etec) “Fernando Prestes.”

A instituição contou com um Internato autorizado pelo Decreto nº 20.326 de 22 de fevereiro de 1951 e instalado no mesmo ano; a partir de 1937, uma estação de rádio, prefixo PSU-4, onde, afirma Moraes e Alves (2002, p. 150), “a radiofonia sorocabana nasceu, praticamente, dentro da escola, atraindo muitos aficionados, os quais, em 20/04/1930, conseguiram realizar a primeira transmissão de que se tem notícia”; um Gabinete Dentário; a partir de 1934, um Dispensário de Puericultura e um núcleo da Corporação Escolar de Bandeirantes.

Contando com o poder dos seus industriais e com o respaldo de seus representantes políticos nas esferas municipal, estadual e federal, em 30 de dezembro de 1921, com a Lei número 1860 (Anexo O), Sorocaba recebeu a autorização para a criação da Escola Profissional. A Lei determinava a criação de escolas profissionais masculinas, porém, quando da instalação, em 1929, a instituição foi nomeada como Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba objetivando atender meninos e meninas, afinal, um novo contingente de operários e consumidores deveriam ser formados. Nesta mesma Lei, as cidades de Tatuí, Faxina¹⁸, Bauru, Jundiaí, Piracicaba, e Bragança, também foram contempladas com a criação de escolas profissionais.

Apesar de existir a autorização para funcionamento, como abordado previamente, a escola só iria iniciar suas atividades em 1929. Um dos possíveis motivos para a demora de quase oito anos da instalação da escola pode ser a reforma da instrução pública ocorrida em

¹⁸ Faxina, hoje cidade de Itapeva/SP (GASPAR, 1967, p.107).

1925. Conforme anteriormente explicitado, a reforma promovida pelos “tradicionalistas”, no governo de Carlos de Campos, introduziu algumas modificações no funcionamento das escolas profissionais que são extremamente criticadas pelos educadores “reformadores”¹⁹. Segundo Moraes (1990, p. 226), o problema maior situava-se na não instalação de muitas escolas criadas, sugerindo a falta de verbas como motivo principal. Como correção do problema, “bastava adotar o regime norte-americano do “*self-government*”, ou seja, oficializar a seção industrial das escolas, dando-lhes a amplitude precisa para vir a constituir a verdadeira fonte de receita necessária à manutenção da casa.”

Pode-se supor, também, que interesses políticos em aspirações mais amplas, como, por exemplo, a eleição para Presidente do Estado ou da República, no caso de Júlio Prestes, fizessem com que a notícia da implantação da escola esperasse pelo momento mais oportuno.

¹⁹ Faziam parte do grupo de reformadores: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Ramos de Azevedo e Roberto Mange.

4 A ESCOLA PROFISSIONAL MIXTA DE SOROCABA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CURSOS E MATRIZ CURRICULAR

Neste capítulo, no primeiro momento, são apresentadas as matrizes curriculares dos cursos e as caracterizações dos mesmos, bem como quadros com informações sobre as matrículas por ano, sexo, curso e turno. Na seção feminina são discutidas as questões de gênero. Em seguida, fornece, por meio dos dados coletados a partir do endereço fornecido pelo aluno, os bairros e a relação destes com os cursos escolhidos, um perfil do alunado da instituição. Complementando, analisa ainda, utilizando da profissão do pai ou responsável, declarada no ato da matrícula, o perfil ocupacional dos responsáveis, procurando traçar, também, um perfil dos mesmos e a relação com o curso escolhido pelo ingressante.

A Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, inicialmente funcionando como primária, criada em 1921 e instalada em 1929, articulava-se com o ensino primário e forneceu cursos industriais básicos e de aperfeiçoamento. Destacavam-se os cursos de Mecânica, Marcenaria, Tecelagem, iniciados desde o começo da escola; o curso de Aperfeiçoamento da EFS e o curso Ferroviário, iniciados a partir de 1931, em acordo firmado pelo Estado com a EFS. Neste sentido entende-se que a escola foi instalada já adequada às exigências do mercado e da política, visto que os cursos oferecidos estavam estreitamente ligados à indústria, permitindo que, em curto espaço de tempo, a partir de 1933, obtivesse o *status* de secundária, sendo sua denominação alterada para Escola Profissional Secundária Mista de Sorocaba.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da análise de 8.476 (oito mil, quatrocentos e setenta e seis) registros de matrículas de alunos, de ambos os sexos, de todas as séries e de todos os cursos disponibilizados no período de 1929 a 1941, constantes nos doze livros de registros de matrículas existentes no Centro de Memória e que contemplam o período citado. Conforme comentado anteriormente, os Livros Registros de Matrículas contém um número sequencial de matrículas dentro do ano, os dados do aluno (nome, cidade e data de nascimento), o endereço de moradia (rua e número), os dados do responsável – pai ou mãe (nome, profissão e nacionalidade), e observações (data da matrícula, série, turno e o nome do curso). Outros dados constantes nos livros, porém com raríssimos preenchimentos, são a religião, alfabetizado (sim ou não), aprovações e reprovações (ano e média), e eliminação (data e causa). Nota-se a inexistência de raça e etnia.

Para efeitos da identificação da origem dos alunos, a cidade de Sorocaba foi analisada em função de cinco regiões, regiões essas que, até os anos de 1950-1960, eram a principal referência dos moradores e dos visitantes: *Centro, Além Linha, Além Ponte, Cerrado,*

Pinheiros/Lageado. Para aqueles alunos matriculados que não identificaram o endereço de procedência, adotou-se a nomenclatura *Sem Declaração*. O anexo D – planta da cidade – fornece os cinco principais bairros da cidade, citados acima; o apêndice A – ruas antigas e bairros correspondentes – relaciona o nome das ruas antigas existentes com os bairros indicados no mapa. A partir dos livros de Registro de Matrículas, objeto bastante rico por conter muitos dados para a pesquisa, foram considerados o endereço do aluno, a idade, a profissão e a nacionalidade do pai ou responsável, o curso, a série, a data da matrícula, o turno de estudo e a quantidade de alunos matriculados. Assim, a partir do apêndice A – ruas antigas e bairros correspondentes - e do endereço do aluno, buscou-se a correspondência com o endereço atual, endereço esse encontrado no Almanaque de Sorocaba do ano de 1950, e, então, o bairro ao qual o endereço pertence. Os alunos de outras cidades foram identificados pelo nome da cidade onde residiam; a identificação da nacionalidade dos pais pelo nome do país de origem. Obteve-se o perfil ocupacional dos responsáveis pelos alunos por meio da construção de um quadro resultante da análise das profissões dos pais ou responsáveis, constantes dos Livros Registro de Matrículas. Foram analisados, também, 815 (oitocentos e quinze) registros dos alunos diplomados, referentes ao período pesquisado, constantes nos Livros dos Diplomados existentes no Centro de Memória. As matrizes curriculares foram montadas com base no Livro de Médias e na análise de parte das 43 caixas que acondicionam 5.637 boletins, boletins estes existentes desde o início da instituição até a década de 1950.

4.1 A caracterização dos cursos e a matriz curricular

Com o resultado das análises efetuadas para os cursos noturnos masculinos e femininos, percebeu-se que as disciplinas teóricas não tinham avaliação alguma, sugerindo que as aulas eram estritamente práticas e enfatizando à área de trabalho escolhida. Assim, nomes de disciplinas como “Prática”, “Oficina”, ou o próprio nome do curso, como “Desenho” ou “Plástica”, recebiam avaliações. Mesmo para os cursos diurnos, as disciplinas oferecidas, como a Matemática, em substituição à Aritmética, Ginástica, Higiene e Geografia e História, entre outras, que só foram aparecer em 1935 ou depois, sugerem ser elas suporte ou apoio às disciplinas práticas. Quando comparadas às disciplinas oferecidas pelo, por exemplo, *Liceu Sorocabano*, escola também secundária, onde apareciam, 30 anos antes, Português e Latim, Francês e Inglês, Aritmética e Geometria, Álgebra e Trigonometria, História, Elementos de Ciências Naturais (Química, Física e História Natural), Escritação

Mercantil, Geografia e Cosmografia, Educação Moral e Cívica, compreendendo o estudo das Constituições Estadual e Federal, e Conhecimentos Práticos do Direito Pátrio, pode-se afirmar que o objetivo da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba era o de moralizar e instruir os seus alunos, sem se preocupar com a formação integral. Esta afirmação é corroborada pelas matrizes curriculares e disciplinas, abaixo analisadas, constantes dos cursos fornecidos pela instituição.

Seção masculina

Curso: Ferroviário; Características do curso: segundo Weinstein (2000, p. 96), “o curso de quatro anos – dois anos de formação teórica e dois anos de aplicação prática do conhecimento – usava os recursos da Escola Profissional de Sorocaba e as oficinas da própria ferrovia.” O curso, segundo Laurindo (1961), foi criado pelo Decreto nº 6.537, em 04/07/1934; extinto pelo Decreto nº 18087, de 20/04/1948, ministrado no período *diurno*, constava de duas partes: (a) de preparação geral, a cargo da Escola Profissional ou do Núcleo do Ensino Profissional, e, (b) de formação profissional especializada, custeada pela Estrada de Ferro Sorocabana; as matérias de preparação geral eram: Português, Geografia e História do Brasil, Aritmética e Noções de Álgebra e Trigonometria, Elementos de Física e Mecânica, Educação Física; a formação profissional especializada constava de: Trabalhos práticos em oficinas de aprendizagem, e, Aulas técnicas especializadas. O custeio efetuado pela EFS era pago proporcionalmente aos dias frequentados e ao desempenho efetuado, cujo valor base era específico para o ano do curso e crescente para os anos seguintes; o curso teve início em 1931, e seria, preferencialmente, para os filhos dos trabalhadores da EFS; Quantidade de alunos: 866; Quantidade de egressos: 134; Características dos alunos: média de idade de ingresso no 1º ano: 14,4; a menor idade registrada no 1º ano: 11 anos em 1932; a maior idade registrada de ingresso no 1º ano: 20 anos em 1931. As disciplinas oferecidas foram: durante os quatro anos, Oficina, Aula Técnica e Desenho; nos três primeiros anos, Português, Ginástica e Aritmética ou Matemática; no segundo ano, Física Mecânica; no terceiro ano, Eletrotécnica e Higiene; no quarto ano, Organização Ferroviária e Higiene.

Foram consultados os boletins dos alunos Abner Versolato (anos de 1935, 36, 37 e 38); Ady Pedrazzi (4º ano, 1935); Affonso Focaccio (anos de 1937, 38, 39 e 40); Almir Blazeck (4º ano, 1935); Antonio Jesus Kohler (3º ano, 1935); Archimedes Gardelli Lisboa (anos de 1936, 37, 38 e 39); Aristides Muraro (1º ano, 1939, 2º ano, 1940); Ary Franco (1º

ano, 1934); Flávio Antunes Galvão (1º ano, 1934); Florzino de Oliveira (2º ano, 1934); João Praxedes de Sá (4º ano, 1935); Nelson Petrochi (1935, 36, 37 e 38); Paulo Paes de Almeida (1936, 37, 38 e 39); e, Livro de Médias.

As disciplinas Ginástica e Higiene fizeram parte da matriz a partir de 1935. Em 1934, no 2º ano, a disciplina “Desenho” está indicada como “Desenho Geométrico”; a partir de 1938 outras modificações foram percebidas: no 2º ano aparecem “Aritmética e Geometria” e “Técnicas Mecânicas” substituindo, respectivamente, “Aritmética” e “Aula Técnica”; no 3º ano aparece “Matemática” em substituição a “Aritmética”.

Curso: Vocacional; Características do curso: segundo Laurindo (1961), constituía-se em estágio preliminar *diurno*, com duração de 1 ano, para os candidatos às escolas profissionais secundárias; seu objetivo era o de encaminhar os alunos para o curso profissional que mais convinha às suas aptidões e dar maior desenvolvimento e solidez à cultura geral; o aluno, depois de um mês de observação, escolhia o ofício que desejava aprender, podendo no segundo semestre do ano letivo, por indicação do professor ou mestre, ou à vista das provas clínicas e antropométricas, mudar de ramo de trabalho; não havia exigência para idade máxima, diferentemente do curso *Pré-Vocacional*, cuja idade máxima para ingresso era de 14 anos; o curso foi iniciado em 1934, previsto pelo Código de Educação (Decreto nº 5.884, de 21/04/1933), e o Decreto nº 6.942, de 05/02/1935, normatizou-o; Quantidade de alunos: 877; Características dos alunos: média da idade inicial do ingressante: 13,2; a menor idade registrada: 9 anos em 1936; a maior idade encontrada foi: 33 anos, em 1937. Disciplinas oferecidas: Oficina, Português, Matemática, Geografia e História, Desenho e Plástica.

A disciplina “Oficina” era composta por módulos bimestrais abrangidos, em 1934, por Entalhação, Ferraria, Fundição; em 1935 e 36, Tornearia, Ferraria e Fundição; a partir de 1937, Mecânica, Ferraria e Fundição; “Geografia e História” foi oferecida a partir de 1937.

Foram consultados os boletins de Alverico Castelhana (1937); Donato Hypólito (1938); Delmiro Oliveira Almeida (1936); Dorival Bonas (1935); Antonio Abud (1934); Aristides de Almeida (1936); Agostinho Ramos Videira (1936); Jacob Ebert Neto (1941).

Curso: Marcenaria; Características do curso: *diurno*; existente desde o início da instituição, com duração de 3 anos; Quantidade de alunos: 418; Quantidade de egressos: 38;

Características dos alunos: média de idade do 1º ano – 14,8; menor idade (1º ano) – 10 anos, em 1929 e 1932, e, 11 anos em 1933; maior idade (1º ano) – 25 anos, em 1932.

As disciplinas oferecidas foram, durante os três anos, Oficina, Português, Matemática, Técnicas e Desenho; nos dois primeiros anos, Plástica; no primeiro ano, Geografia e História.

Foram consultados os boletins dos alunos Delmiro Oliveira Almeida (anos de 1937, 38, 39); Demerval Fogaça (anos de 1932, 32, 34); Donato Hypólito (anos de 1939, 40, 41); Abílio Rodrigues (anos de 1934, 35, 36); Edson Martins (1933, 34, 35); Carlos C'e (1º ano, 1936); Affonso Scarpa (1º ano, 1935); e, Livro de Médias.

Curso: *Mecânica*; **Características do curso:** *diurno*; iniciado com a instalação da escola; duração de 3 anos; as empresas ferroviárias de São Paulo, segundo Weinstein (2000, p. 96), “eram as maiores empregadoras de mecânicos qualificados para serviços de operação e manutenção”; Quantidade de alunos: 795; Quantidade de egressos: 101; Características dos alunos: média de idade do 1º ano – 13,8; menor idade (1º ano) – 11 anos, em 1934; maior idade – 19 anos em 1935.

As disciplinas oferecidas foram, durante os três anos, Oficina, Português, Matemática, Técnicas, Plástica e Desenho; nos dois primeiros anos, Plástica; nos segundo e terceiros anos, Física Mecânica; e no primeiro ano, Geografia e História.

Foram consultados os boletins dos alunos Antímio de Moraes (1º ano, 1939); Antonio Abud (1º ano, 1936); Aristides de Almeida (anos de 1937, 38, 39); Armando Lungowitcz (3º ano, 1934); Armando Notari (2º ano, 1934, 3º ano, 1935); Eduardo Ferri (anos de 1940, 41 e 42); Ítalo Aldo Biagione (3º ano, 1936); Jamil José (1º ano, 1937); e, Livro de Médias.

Curso: *Cutalhe, Entalhação e Tornearia*; **Características do curso:** *diurno*; oferecido somente em 1931, e, possivelmente, absorvido pelo curso de mecânica; duração de 3 anos; Quantidade de alunos: 63; Quantidade de egressos: 4; Característica dos alunos: média de idade: 13,7 anos; menor idade: 12 anos; maior idade: 21 anos; Disciplinas oferecidas: Oficina, Português, Aritmética, Desenho, Plástica e Técnicas.

Curso: *Fundição e Ferraria*; **Características do curso:** *diurno*; oferecido em 1931, 1932, 1933, e, possivelmente, absorvido pelo curso de mecânica; duração de 3 anos; iniciado em 1931; Quantidade de alunos: 198; Quantidade de egressos: 4; Característica dos alunos: média de idade: 14,1 anos; menor idade: 11 anos, em 1931, 1932 e 1933; maior idade: 22

anos, em 1931 e 1932; Disciplinas oferecidas: Oficina, Português, Aritmética, Desenho Geométrico, Plástica e Técnicas.

Curso: *Química (Agrícola)*; **Características do curso:** *diurno*, oferecido em 1929, 31 e 32; *noturno*, oferecido em 1929, 31, 32 e 33; Quantidade de alunos: 95; Quantidade de egressos: 9; Característica dos alunos: média de idade: 17,9 anos; menor idade: 12 anos, em 1931 nos períodos diurno e noturno; maior idade: 36 anos, em 1929 no período diurno.

Disciplinas oferecidas: não foram encontrados boletins dos alunos para a elaboração da matriz curricular do curso, tampouco essa informação se encontrava nos “Livros de Médias” pesquisados.

Curso: *Aperfeiçoamento EFS – Estrada de Ferro Sorocabana*; **Características do curso:** segundo Laurindo (1961, p. 144), as aulas dos cursos de aperfeiçoamento eram ministradas, no período *noturno*, das 19 às 21 horas e eram frequentadas por operários de 18 a 50 anos; neste caso, o curso era destinado aos trabalhadores da ferrovia, com duração de 2 anos, tendo sido iniciado em 1931; segundo Cunha (2000, p. 79), o curso de aperfeiçoamento foi uma das novidades trazidas para as escolas de aprendizes artífices pelo regulamento de 1918, podendo nele matricular-se não só os operários que já se encontrassem no mercado de trabalho, mas, também, todos os maiores de 16 anos, isto é, os que não podiam ingressar nos cursos diurnos, por terem ultrapassado o limite de idade. Ainda segundo Cunha, o curso, quando de sua criação, era ministrado em apenas duas horas diárias e não apresentava um currículo escolar especial, podendo, porém, o diretor oferecer aos alunos, sempre que possível, um curso prático de tecnologia. Quantidade de alunos: 486; Quantidade de egressos: 76; Característica dos alunos: média de idade: 23 anos; menor idade: 11 anos, em 1935; maior idade: 50 anos, em 1940; Disciplinas oferecidas: Oficina, Português, Aritmética, Desenho Geométrico, porém, as notas eram controladas apenas para a disciplina “Oficina”.

Foram consultados os boletins de Aldo Tozzi (1936); Alfredo Ferreira Nobre (1934); Francisco Lofler Junior (1939); Francisco Lopes (1934); Jacob Ebert Filho (1939).

Curso: *Matemática Aplicada*; **Características do curso:** *noturno*; existente desde o início da instituição, com duração de 3 anos; Quantidade de alunos: 521; Quantidade de egressos: 19; Características dos alunos: média de idade do 1º ano: 16,4 anos; menor idade (1º ano): 12 anos, em 1936, 1937, 1939, 1940 e 1941; maior idade: 36 anos em 1936; Disciplinas

oferecidas: 1º, 2º e 3º anos: até 1936 “Matemática”; a partir de 1937, “Oficina”; a partir de 1941, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Alvorolino Teixeira (1937, 38, 39), Diogo Moncayo (1941, 42, 43), e Armando Lungowtzc (2º ano, 1935).

Curso: *Desenho e Pintura*; **Características do curso:** *noturno*; existente desde o início da instituição, duração de 3 anos; Quantidade de alunos: 564; Quantidade de egressos: 60; Características dos alunos: média de idade do 1º ano – 17 anos; menor idade (1º ano) – 11 anos, em 1929, 1932 e 1940; maior idade – 43 anos, em 1936; Disciplinas oferecidas nos 1º, 2º e 3º anos: até 1936, “Desenho”; a partir de 1937, “Oficina”; a partir de 1941, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Domingos Bolzani (1937, 38, 39), Argemiro Rodrigues (1934, 35, 36), Arnaldo Faria (1937, 38, 39), Armido Ventrella (1º ano, 1934), e, Arnaldo de Almeida Ribeiro (3º ano, 1934).

Curso: *Tecelagem*; **Características do curso:** *diurno*, oferecido em 1931 e 32 (18 alunos); *noturno*, oferecido desde o início da instituição (319 alunos); com duração de 3 anos; Quantidade total de alunos: 337; Quantidade de egressos: 37; Características dos alunos: média de idade do 1º ano – 19,2; menor idade (1º ano) – 10 anos, em 1937; maior idade – 40 anos, em 1941; Disciplinas oferecidas nos 3 anos do curso noturno: “Oficina”.

Foram consultados os boletins de Agenor Oliveira (2º ano, 1934), Antenor Silva (1º ano, 1934), Aristides de Barros (1937, 38, 39), Carlos Athayde (2º ano, 1933, 3º ano, 1936); Ítalo Adami (1º ano, 1937 e 38, 2º em 1939 e 3º em 1940).

Curso: *Plástica*; utiliza elementos com características físicas, sensoriais e expressivas dos materiais, superfícies, volumes e espaços, para criar formas reais ou imaginárias do que há na natureza e na sociedade; articula-se com o curso de Desenho; **Características do curso:** *noturno*; existente desde o início da instituição, com duração de 3 anos; Quantidade de alunos: 261; Quantidade de egressos: 19; Características dos alunos: média de idade do 1º ano – 16,6 anos; menor idade (1º ano) – 11 anos, em 1940; maior idade – 29 anos, em 1934. Disciplinas oferecidas nos 3 anos do curso: “Plástica”.

Foram consultados os boletins de Hugo Brinelli (3º ano, 1934), Ângelo Ceilante (1935, 36, 37).

Seção Feminina

O primeiro prédio onde funcionou a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba possuía duas entradas, sendo uma reservada ao setor masculino, pela Rua Barão do Rio Branco, e a outra, reservada ao setor feminino, pela Rua José Bonifácio, atrás da escola. Em 1930 a seção feminina foi transferida para a rua Monsenhor João Soares, enquanto a masculina permaneceu no prédio original. Existindo entradas independentes e mesmo prédios separados, entende-se que os gestores da instrução pública e políticos, articulados com os industriais, visavam atrair também mulheres para a escola, superando as questões culturais. Era imperativo formar novos contingentes de mão de obra e de consumidores. Observe-se que a Lei de criação da escola, em 1921, previa cursos profissionais masculinos; na instalação da escola, em 1929, a expressão *Mixta* é acrescentada ao seu nome.

Sem pretender vincular a expressão *Mixta* contida no nome da instituição escolar às questões de gênero pois se entende que a mesma serviria para estimular meninas a frequentar cursos idealizados pelos industriais, é importante observar alguns aspectos sobre esse assunto. Segundo Vianna e Ridenti (1998, p. 96), “em nossa sociedade, as desigualdades entre homens e mulheres são fortemente atribuídas às distinções de sexo, com evidentes conotações biológicas. Assim, sexo remete às diferenças físicas entre homens e mulheres. Todos nascemos com algumas características que são específicas para homens e para mulheres; um exemplo é a capacidade das mulheres de procriar e amamentar. Muitas vezes essas características distintas são usadas pelos indivíduos na construção de um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais. Isso é o que chamamos de gênero.” As autoras complementam, na página 97, que

gênero remete, portanto, a uma tentativa de incorporar, na análise, aspectos que são socialmente construídos, observando que cada cultura define o que é masculino e feminino. Ou seja, trata-se de definições mutáveis, que podem e, por vezes, devem ser alteradas.

Em novo artigo, Vianna e Ridenti (2004, p. 79-80) esclarecem:

gramaticalmente, o gênero é compreendido como classificação, como o modo de expressão do sexo, real ou imaginário dos seres, como atribuição do masculino e do feminino. Mas, antes que pudesse entrar nos dicionários, o gênero foi utilizado pelas feministas como uma referência à organização social da relação entre os sexos. Em um contexto mais recente, entre as feministas americanas, este conceito foi utilizado para enfatizar o traço

fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, numa tentativa de rejeição do caráter determinista da biologia.

No mesmo artigo, na página 80, as autoras recorrem à historiadora americana Joan Scott para indicar que o gênero é compreendido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e como um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”

Neste mesmo sentido, Carvalho (2004, p. 42) discute em seu texto que

quando se convoca a participação dos pais (termo genérico para pais e mães) na educação, como estratégia de promoção do sucesso escolar, não se consideram: (a) as relações de poder variáveis e de mão dupla, relações de classe, raça/etnia, gênero e idade que, combinadas, estruturam as interações entre essas instituições e seus agentes; (b) a diversidade de arranjos familiares e as desvantagens materiais e culturais de uma parte considerável das famílias; e, (c) as relações de gênero que estruturam as relações e a divisão de trabalho em casa e na escola.

Para analisar essas questões, a autora desenvolve, a partir da página 42, dois argumentos indicando, no primeiro, que

Os modos de educação são historicamente produzidos com base em diversos arranjos (que denominamos educação informal, não formal e formal) e instituições, tais como a família, o trabalho, a escola e os meios de comunicação de massa. A educação escolar veio a ser o modo predominante na sociedade moderna.

E, no segundo, que

A política educacional, o currículo e a prática pedagógica articulam os trabalhos educacionais realizados pela escola e pela família conforme um modelo de família e papel parental ideal, com base nas divisões de sexo e gênero, subordinando a família à escola e sobrecarregando as mães, sobretudo as trabalhadoras e chefes de família, portanto perpetuando a iniquidade de gênero.

No início da década de 1930, segundo Weinstein(2000, p. 95), a educação profissional sofreu uma série de importantes inovações “inspiradas no círculo de educadores e engenheiros ligados ao IDORT. Reformas intermitentes na estrutura das escolas profissionais culminaram, em 1933, numa nova e bem elaborada legislação educacional, e na posterior criação, em separado, de uma Superintendência Profissional e Doméstica, chefiada por Horácio da Silveira, conhecido educador e membro atuante do IDORT.” Percebe-se que o nome da

superintendência criada contém uma sutileza: separa o profissional do doméstico. Conclui Weinstein (p. 95) que

as novas diretrizes também tornaram mais rígidas a separação de sexo na educação profissional. Embora muitas das novas escolas fossem mistas, os regulamentos excluía explicitamente as mulheres dos cursos de natureza industrial, inclusive os que preparavam operários para o setor têxtil. Ao mesmo tempo, novas regras obrigavam às mulheres de todas as escolas profissionais a estudar ‘educação doméstica’, com aulas de nutrição, puericultura, cozinha, administração e economia domésticas. Assim, embora o sistema de educação profissional tenha assumido a educação e a instrução de milhares de jovens mulheres, ele definia de forma clara o operariado qualificado moderno como homem, e considerava a mulher que aspirava o trabalho como sendo antes de mais nada futura esposa e mãe.

Entretanto, mesmo considerando-se as razões de ordem cultural no que diz respeito às relações homem/mulher, pode-se entender que as inovações relacionadas ao sexo feminino, trazidas para o ensino profissional, visavam discipliná-la e prepará-la como mulher independente, operária – em Sorocaba, em 1932, como visto anteriormente, 36% do operariado, ou seja, um número não desprezível, era constituído de mulheres - e consumidora, em função de um novo modelo de trabalhador(a), e de mercado, que também estava sendo formado, trabalhador(a) este(a) que passaria, a partir daquele momento, a maior parte do tempo fora do lar.

As matrizes curriculares dos cursos femininos estavam constituídas com as seguintes disciplinas:

Curso: Vocacional; Características do curso: segundo Laurindo (1961), a aluna fazia estágios de duração idêntica, e rotativos, nas oficinas de costura, rendas e bordados, flores e chapéus, para a escolha da profissão, adquirindo ainda conhecimentos gerais nos diversos ramos, inclusive noções de economia doméstica. Com duração de 1 ano, *diurno*, iniciado em 1934; Quantidade de alunas: 456; Características das alunas: média da idade inicial do ingressante no 1º ano: 12,8; menor idade no 1º ano: 11; maior idade no 1º ano: 19; iniciado em 1934.

Disciplinas oferecidas: Oficina, Plástica, Técnicas, Português, Matemática, Geografia e História, Desenho, Arte Culinária, Economia Doméstica, Serviços Domésticos e Puericultura e Higiene. As disciplinas “Oficina” e “Puericultura e Higiene” foram substituídas, a partir de 1938, por “Arte Culinária”, e, posteriormente por “Serviços Domésticos”; “Oficina” era composta por módulos bimestrais abrangidos por Bordados,

Flores, Confecções e Costura; a disciplina “Geografia e História” passou a fazer parte do currículo em 1937.

Foram consultados os boletins de Alice de Paula (1934); Dayse Poldo (1938); Hilda Carolino (1936); Antonia Fernandez Garcia (1937); Alzira Góes (1938); Dayse Papst (1936); Diamantina Luz (1939); Eduvirges Raszl (1941); Íris Azzali (1936); Irka Piedade Rodrigues (1935); Irma Hansen (1937); Izabel Gutierrez (1938); Jacira de Almeida (1937); Josephina Elias (1938); Julia Tayar (1938).

Curso: *Rendas e Bordados*; **Características do curso:** *diurno*; existiu desde o início da instituição até 1938; em 1932 foram oferecidos os cursos *Rendas, Bordados e Flores, Flores e Costura, e, Flores*; até 1938, *Flores e Chapéus*; a partir de 1939 foi oferecido o curso *Bordados*. O curso tinha a duração de 3 anos; Quantidade de alunas: 480; Quantidade de egressas: 79; Características dos alunos: média de idade do 1º ano: 14,9; menor idade no 1º ano: 11 anos; maior idade no 1º ano: 21 anos.

Disciplinas oferecidas durante os três anos do curso: Oficina, Português, Matemática, Desenho, Puericultura e Higiene, Técnicas; nos primeiros dois anos do curso, Economia Doméstica; nos dois últimos anos do curso, Plástica, Química, Práticas de Laboratório; somente no primeiro ano do curso, Geografia e História.

Foram consultados os boletins das alunas Aracy Silveira (3º ano, 1932); Dayse Papst (anos 1937, 1938, 1939); Dinorah Pereira (1938, 39, 40); Felícia Bálamo (1º ano, 1937; 2º ano, 1938); Irka Piedade Rodrigues (1º ano, 1936); Irma Hansen (1º ano, 1938); Izabel Ferraz (3º ano, 1934); Izabel Rodrigues de Campos (2º ano, 1934, e 3º ano, 1935); Julia Francisca Benevides Romero (1º ano, 1941); Julia Tayar (1939, 1940, 1941); e Livro de Médias.

Curso: *Confecção*; **Características do curso:** *diurno*; duração de 3 anos; iniciado em 1931; os cursos foram oferecidos como *Corte e Costura (1929), Confecção (1931, 32, 33, 34, 37 a 41)*; Quantidade de alunas: 551; Quantidade de egressas: 81; Características dos alunas: média de idade do 1º ano – 14,0; menor idade - 1º ano – 11 anos em 1932 e 1935; maior idade – 1º ano – 23 anos em 1932.

Disciplinas oferecidas durante os três anos do curso: Oficina, Português, Matemática, Desenho, Puericultura e Higiene; nos primeiros dois anos do curso, Técnicas e Economia Doméstica; nos dois últimos anos do curso, Plástica, Química, Práticas de Laboratório;

somente no primeiro ano do curso, Geografia e História; somente no último ano, Práticas de Costura.

Foram consultados os boletins das alunas: Alice de Paula (anos 1935, 1936, 1937); Carlina Berti (3º ano, 1938); Dayse Poldo (1º ano, 1939, 2º ano, 1940); Diamantina Luz (1940, 41 e 42); Eduvirges Raszl (1º ano, 1942); Firmina Moraes (1º ano, 1935); Irene Tardeli (1940, 41 e 42); Íris Azzali (1937, 1938, 1939); Irka Piedade (1937,38, 39); Jacira Stersa (1936, 37 e 38); Josephina Elias (1º ano, 1939); Judith Fogaça de Almeida (1º ano, 1938); e Livro de Médias.

Curso: *Corte e Confecção*; **Características do curso:** *diurno*, matrículas existentes apenas nos anos de 1935 e 1936; *noturno*; iniciado em 1931; o curso *Costura*, *somente noturno*, foi oferecido entre 1929 e 1931; *Confecção* foi outro nome encontrado nos boletins; duração de 3 anos; Quantidade de alunas: 75 (diurno) e 879 (noturno); Quantidade de egressas: 102; Características dos alunas: média de idade - 1º ano – 16,3 anos; menor idade - 1º ano – 10 anos em 1932; maior idade – 1º ano – 28 anos em 1935. Disciplinas oferecidas nos 1º, 2º e 3º anos: até 1939, “Oficina”; a partir de 1940, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Alice de Oliveira (2º ano, 1934, 3º ano, 1935); Dolores G. Ramos (1939, 40, 41), Felícia Bálamo (1º ano, 1935; 2º ano, 1936 e 1937; 3º ano, 1938), Francisca de Camargo (1º ano, 1934); Izaltina Pietro (1939, 1940, 1941); Jacira de Almeida (1938, 1939, 1940).

Curso: *Pintura*; **Características do curso:** *noturno*; oferecido a partir de 1931, com duração de 3 anos; Quantidade de alunas: 430; Quantidade de egressas: 54; Características dos alunas: média de idade - 1º ano – 16,3 anos; menor idade - 1º ano – 12 anos; maior idade - 1º ano – 31 em 1940; Disciplinas oferecidas 1º, 2º e 3º anos – até 1939, “Oficina”; a partir de 1940, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Alzira Pasini (1936, 37, 38), Anita Amélia Betti (1º ano, 1937; 2º ano, 1938); Dionísia Costilhas (1940, 41, 42); Iris Azzali (1º ano, 1940); Irka Piedade Rodrigues (1º ano, 1940); Ivone Tunis (1º ano, 1939); Izabel Ferraz (1935, 36, 37); Jacira Stersa (1º e 2º anos, 1936 e 37).

Curso: *Desenho*; **Características do curso:** *noturno*; oferecido apenas em 1929, com duração de 3 anos; incorporado pelo curso “Pintura”; Quantidade de alunas: 40; Quantidade

de egressas: 0; Características dos alunas: média de idade do 1º ano – 17,1; menor idade - 1º ano – 11; maior idade – 1º ano - 26; Disciplinas oferecidas 1º, 2º e 3º anos – até 1939, “Oficina”; a partir de 1940, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Dolores G. Ramos (1939, 40, 41), Felícia Bálamo (1935 – 1º ano, 36 – 2º ano, 37 – 2º ano, 38 – 3º ano); Francisca de Camargo (1934 - 1º ano).

Curso: *Bordados*; **Características do curso:** *Diurno*, oferecido a partir de 1939, com duração de 3 anos; e, *noturno*, oferecido a partir de 1941; Quantidade de alunas: 84; Quantidade de egressas: 0; Características das alunas: média de idade do 1º ano – 15,1; menor idade – 1º ano – 12 anos em 1941 no curso noturno; maior idade – 1º ano – 22 anos em 1941 no curso noturno; Disciplinas oferecidas 1º, 2º e 3º anos – “Prática”.

Foram consultados os boletins de Irene Tardeli (1º ano, 1942); Julia Francisca Benevides Romero (2º ano, 1942; 3º ano, 1943).

Para atender às disciplinas dos cursos, 138 profissionais passaram pela Instituição escolar no período estudado, sendo 71% do sexo masculino; 18% eram efetivos; 72% contratados; 6% interinos (substitutos);e, 4% comissionados. O documento Mapa de Movimentos separa os profissionais em Professores Gerais das aulas gerais; Mestres Gerais da seção técnica; Auxiliares de Mestres (ajudantes); Profissionais Diversos; Professores do Curso Ferroviário e Professores da Escola Noturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento. Para este trabalho as disciplinas foram divididas em cinco núcleos: comum, apoio, marcenaria, mecânica e confecção²⁰. Os professores do núcleo comum representavam apenas 19% do efetivo; 28% atuavam no núcleo de apoio aos cursos; 26% no núcleo mecânica; 21% no núcleo Confecção; 6% no núcleo marcenaria. Excetuando-se o núcleo de apoio, percebe-se o viés altamente industrializante dos cursos, visto que 81% dos profissionais – professores e auxiliares – estavam diretamente ligados às disciplinas técnicas/práticas e outras relacionadas a estas, em detrimento à formação integral do aluno.

²⁰ Núcleo Comum: disciplinas Português, Educação Cívica, Matemática, Química, Higiene, Educação Física; Núcleo Apoio: Plástica, Desenho, Tecnologia, Aulas Gerais, Geral Oficina, Dispensário, Puericultura, Aulas técnicas, Tecnologia, Economia Doméstica; Núcleo Marcenaria: Marcenaria, Lustrador, Modelador; Núcleo Mecânica: Mecânica Aplicada, Técnica Ferroviária, Organização Ferroviária, Mecânica, Tornearia, Ferraria, Fundição, Entalhação, Física Mecânica, Eletrotécnica, Forneiro, Torneiro; Núcleo Confecção: Rendas e Bordados, Flores e Chapéus, Corte e Costura, Tecelagem, Flores, Confecção, Bordados.

Por meio das práticas de ensino – com ênfase para as séries metódicas - utilizadas em sala de aula, a pesquisa identificou convergência das disciplinas, constantes da matriz curricular da seção masculina, para a área de mecânica - composta pelos cursos Ferroviário, Mecânica, Cutalhe e Tornearia, Fundição e Ferraria, e Aperfeiçoamento de Ferroviários – que recebeu 45% das matrículas no período estudado. As disciplinas centrais nesses cursos eram: Oficina, Português, Aritmética, Desenho Geométrico, e Técnicas. Na seção feminina, a área de Confecção atraiu 50% das matrículas, registrando como disciplinas centrais, existentes em praticamente todos os cursos e séries, Português, Matemática, Desenho, Economia Doméstica, Puericultura e Higiene, Oficina e Técnicas. Identificam-se aqui dois grandes objetivos da instituição escolar: formar mão de obra para a ferrovia, pelo lado masculino, e, pelo lado feminino, para a indústria têxtil, ambas grandes organizações empregadoras da época. Entende-se que estes objetivos nortearam a constituição dos cursos e das disciplinas na instituição ora em tela e no período estudado.

Segundo Santos (2011, p. 35-36), em 1929, a população urbana de Sorocaba estava estimada em 30.000 habitantes, assim, naquele ano, 1,97% dessa população teve acesso à escola profissional. Quando se considera o total da população - 55.000 habitantes - o percentual cai para 1,07%. No final do período estudado, em 1940, a população sorocabana estava estimada em 70.835, ou seja, havia crescido quase 29% enquanto a oferta de vagas na instituição, considerando a média de matrículas do período estudado, ficou próxima dos 20%, ou seja, aquém do crescimento da cidade.

O quadro 2, a seguir, demonstra a quantidade de matrículas efetuadas por ano e por sexo. Chama a atenção o fato de que em 1936, com 31%, e em 1934 e 1935 foram os anos em que menor quantidade de mulheres fizeram matrículas, ficando o índice abaixo de 30%. Em 1929 e 1932 foram os anos em que os índices ficaram acima dos 40% de participação feminina (47% e 44% respectivamente). Outro dado bastante representativo diz respeito ao fato de que as mulheres somavam pouco mais de 1/3 das matrículas efetuadas. Entende-se que este número esteja relacionado à cultura da época, ao “destino” das mulheres como os mais antigos diziam, ou seja, “elas não precisam estudar, nasceram para casar”! Aliada a outras, como as restrições à presença de mulheres fora de casa à noite, evidentemente seriam barreiras a serem derrubadas por todos os envolvidos na nova formatação da instrução popular pública brasileira destinada à geração de novos trabalhadores e novos consumidores.

Quadro 2 – Matrículas de todos os cursos e séries por sexo

Matrículas - todas as séries e cursos	1929	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	Totais	
Masculino	312	510	414	448	532	503	448	425	440	471	483	495	5.481	65%
Feminino	278	320	319	264	199	202	205	235	237	245	248	243	2.995	35%
Totais														
Qtde.	590	830	733	712	731	705	653	660	677	716	731	738	8.476	100%

Fonte: Livro Registro de Matrículas (1929-1941). Quadro elaborado pelo autor.

Para a seção feminina, os quadros 3 e 4, em sequência, indicam que 1.608 alunas, 53,69% do total de matrículas, “optaram” pelos cursos diurnos, enquanto que 1.387, 46,31% do total, escolheram os cursos noturnos. Os cursos diurnos “Corte e Costura”, oferecido em 1929, e “Corte e Confecção”, oferecido em 1935 e 1936, foram absorvidos pelo curso “Confecção”. Pode ter ocorrido um erro de nomenclatura, visto que, no período noturno, o curso “Costura”, oferecido em 1929 e 1931, deve ter sido absorvido pelo curso “Corte e Confecção”, único desse grupo que manteve os índices de matrícula. Situação semelhante ocorreu com os cursos “Rendas e Bordados”, “Rendas, Bordados e Flores”, “Flores e Costura”, “Flores”, “Bordados”, “Flores e Chapéus”, cujos números de matrículas apontavam tendencialmente para a descontinuidade dos mesmos no período diurno. Talvez, pela baixa procura no período diurno, a instituição passou a oferecer, somente em 1941, no período noturno, o curso “Bordados”. O curso “Desenho” foi oferecido uma única vez, no período noturno, em 1929, tendo sido, talvez, incorporado pelo curso de “Pintura”. Os cursos de “Pintura” e “Desenho” não foram oferecidos no período diurno.

Quadro 3 - Matrículas da seção feminina: anos, cursos e turnos - Diurno.

Ano / Curso	Corte e Costura	Confecção	Corte e Confecção	Rendas e Bordados	Rendas, Bordados e Flores	Flores e Costura	Flores	Bordados	Flores e Chapéus	Vocacional	Sub-Total
1929	67			53					52		172
1931		74		58					55		187
1932		75			60	21	25				181
1933		55		35					26		116
1934		37		21					6	49	113
1935			36	13					3	56	108
1936			39	6					3	66	114
1937		45		11					8	78	142
1938		55		9					7	62	133
1939		47					3	14		62	126
1940		46					3	14		53	116
1941		50					2	18		30	100
Totais											
Qtde.	67	484	75	206	60	21	33	46	160	456	1.608
%	4,17	30,10	4,66	12,81	3,73	1,31	2,05	2,86	9,95	28,36	100,00
% Geral	2,24	16,16	29,28	6,88	2,00	0,70	1,10	2,80	5,34	15,23	53,69

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 4 - Matrículas da seção feminina: anos, cursos e turnos – Noturno.

Ano / Curso	Noturno						Geral - por ano	
	Costura	Desenho	Corte e Confecção	Pintura	Bordados	Sub-Total	Qtde.	%
1929	66	40				106	278	9,28
1931	11		84	38		133	320	10,68
1932			92	46		138	319	10,65
1933			105	43		148	264	8,81
1934			58	28		86	199	6,64
1935			50	44		94	202	6,74
1936			50	41		91	205	6,84
1937			55	38		93	235	7,85
1938			66	38		104	237	7,91
1939			85	34		119	245	8,18
1940			85	47		132	248	8,28
1941			72	33	38	143	243	8,11
Totais							2.995	100,00
Qtde.	77	40	802	430	38	1.387		46,31
%	5,55	2,88	57,82	31,00	2,74	100,00		
% Geral	2,57	1,34	29,28	14,36	2,80	100,00		

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro elaborado pelo autor.

Com relação ao interesse das alunas pelos cursos oferecidos observa-se que 50% (1.505) preferiram o núcleo contendo o curso de confecção, estando os demais núcleos distribuídos uniformemente: vocacional, 15%; bordados, 19% e pintura, 16%. Na análise por turno, o noturno estava assim distribuído: o núcleo de confecção ficou com 63% da preferência, pintura e desenho com 34% e bordados com 3%. O diurno apresentou equilíbrio nas preferências: confecção com 39%, bordados com 32% e vocacional com 29%. Pode-se hipotetizar que a oferta de tecidos, ao mercado varejista, proporcionada pelas indústrias têxteis, estimulava a demanda pelos cursos constantes do núcleo de confecção, bem como poderia fornecer mão de obra àquelas e ao mercado.

Outro aspecto instigante é que, mesmo após o início do curso “Vocacional” em 1934, a média anual de procura pelos cursos femininos da instituição, cujo valor médio-ano foi de 249,6 alunas, não atingiu a quantidade de matrículas do ano 1933, ano de menor procura entre os quatro primeiros anos de matrículas, quando foram efetuadas 264 matrículas. Nos primeiros quatro anos de matrículas da Instituição a média foi de 295,2 alunas por ano, com destaque para os anos de 1931-1932 com 320 e 319 matrículas, respectivamente.

Para a seção masculina, os quadros 5 e 6 (página 101) indicam que 3.267 alunos, 59,61% do total de matrículas, preferiram os cursos diurnos, enquanto que 2.214, 40,39% do total, escolheram os cursos noturnos. Os cursos diurnos “Cutilhe e Tornearia”, oferecido em 1931, e “Ferraria e Fundição”, oferecido em 1931, 1932 e 1933, podem ter sido absorvidos pelo curso “Mecânica”. Percebe-se que este curso teve uma grande procura no seu lançamento em 1929, decresceu gradativamente até 1938, quando, a partir de então, voltou a crescer. O curso “Marcenaria” começou com bastante força, mas, a partir de 1933, entrou em curva descendente, culminando, em 1941, com apenas seis alunos matriculados. Os cursos diurnos “Química Agrícola” e “Tecelagem” não tiveram boa aceitação, situação oposta ocorrida com os cursos “Vocacional” e “Ferroviário”. No período noturno, o curso “Aperfeiçoamento EFS”²¹, após 1933, começou a ter menor procura, curso este, destinado a preparar os funcionários da ferrovia, e, com o passar do tempo, naturalmente a demanda pelo curso foi diminuindo. Assim como o ocorrido com o curso diurno, “Química” noturno também não foi bem aceito. Após quatro tentativas o curso não foi mais oferecido. Neste sentido entende-se que o curso de “Química” e “Química Agrícola” poderia atender aos citricultores da região, notadamente os plantadores de laranja e a indústria cervejeira. Com a mudança para a cultura do algodão, o curso não teve o interesse esperado. As matrículas para o curso de “Plástica”

²¹ Aperfeiçoamento Estrada de Ferro Sorocabana (EFS)

oscilavam frequentemente, chegando a variar 50% entre um período e outro, porém, sempre possuía alunos interessados. Outros cursos noturnos, “Matemática Aplicada” e “Desenho”, após um começo tímido, até 1933, conseguiram quase dobrar a quantidade de matrículas nos últimos anos da pesquisa. “Plástica”, “Matemática Aplicada” e “Desenho” eram cursos que estavam ligados ao de “Mecânica”, o que mantinha, entende-se, a demanda pelos mesmos.

No que diz respeito ao interesse dos alunos pelos cursos oferecidos é importante destacar que, no cômputo envolvendo os dois turnos, houve procura equilibrada. O núcleo com maior procura foi o ferroviário com 24,66% (1.352), envolvendo os cursos “Ferroviário” e “Aperfeiçoamento EFS”, seguido pelo núcleo de mecânica com 19,27% (1.056), contando com os cursos “Mecânica”, “Cortalhe e Tornearia” e “Ferraria e Fundição”. “Vocacional” foi preferido por 16% (877); “Desenho” e “Plástica” foram escolhidos por 15,05% (825); “Química” e “Matemática Aplicada” receberam 11,24% (616); “Marcenaria” ficou com 7,63% (418) e “Tecelagem” foi escolhido por 6,15% (337). A maioria dos alunos do núcleo de mecânica tinha a ferrovia como futuro empregador.

Na análise por turno, o noturno ficou distribuído da seguinte forma: os cursos de “Desenho” e “Plástica” foram os preferidos por 37,26% (825) dos alunos; “Química” e “Matemática Aplicada” receberam a preferência de 26,38% (584) dos alunos; “Aperfeiçoamento EFS” recebeu a preferência de 21,95% (486) do alunado; “Tecelagem” teve 319 alunos correspondendo a 14,41% do total das matrículas dos cursos noturnos. Se considerarmos que “Química”, “Matemática Aplicada”, “Desenho” e “Plástica” são cursos mais abrangentes do que os cursos técnicos, teremos nesse grupo mais de 63% das matrículas. Por outro lado, os cursos do período diurno possuíam notadamente viés técnico: núcleo de mecânica ficou com 32,32% (1.056) da preferência; vocacional com 26,84% (877); ferroviário com 26,51% (866); marcenaria com 12,80% (418); química agrícola com 0,98% (32); e tecelagem com 0,55% (18). Cabe lembrar que a cidade de Sorocaba possuía 7.000 operários trabalhando em todas as indústrias têxteis, e 9.441²² trabalhadores somente na ferrovia, ou seja, a ferrovia ofertava maior quantidade de empregos. Alia-se a este fator a reforma da estação ferroviária de Sorocaba, ocorrida em 1929, passando a ser um dos maiores edifícios de toda a linha, atraindo a atenção dos sorocabanos e habitantes da região. A oferta de vagas, a perspectiva de crescimento profissional e os salários superiores aos da indústria têxtil justificam a baixa preferência pelo curso “Tecelagem”, ofertado ao setor masculino da escola e condizente com uma fatia do mercado de trabalho local.

²²Fonte: Relatório das Operações da Estrada de Ferro Sorocabana de 1929

Quadro 5 - Matrículas da seção masculina: anos, cursos e turnos – Diurno.

Ano / Curso	Mecânica	Marcenaria	Tecelagem	Química Agrícola	Ferraria e Fundição	Cutalhe e Tornearia	Ferroviário	Vocacional	Sub-Total
1929	109	66		8					183
1931	72	37	11	18	88	63	32		321
1932	53	66	7	6	46		51		229
1933	48	66			63		65		242
1934	63	51					78	134	326
1935	51	27					93	124	295
1936	46	23					90	117	276
1937	52	21					84	102	259
1938	51	22					87	107	267
1939	58	20			1		89	99	267
1940	87	13					93	100	293
1941	105	6					104	94	309
Totais									
Qtde.	795	418	18	32	198	63	866	877	3.267
%	24,33	12,79	0,55	0,98	6,06	1,93	26,51	26,84	100,00
% Geral	14,50	7,63	0,33	0,58	3,61	1,15	15,80	16,00	59,61

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 6 – Matrículas da seção masculina: anos cursos e turnos – Noturno.

Noturno								Geral - por ano	
Ano / Curso	Aperfeiçoamento EFS	Tecelagem	Mat. Aplicada	Química	Desenho	Plástica	Sub-Total	Qtde.	%
1929		18	34	16	35	26	129	312	5,69
1931	48	15	40	18	36	32	189	510	9,30
1932	81	11	25	17	32	19	185	414	7,55
1933	62	24	48	12	42	18	206	448	8,17
1934	58	33	47		39	29	206	532	9,71
1935	52	31	53		57	15	208	503	9,18
1936	33	25	41		51	22	172	448	8,17
1937	33	21	47		49	16	166	425	7,75
1938	19	35	46		61	12	173	440	8,03
1939	48	33	49		46	28	204	471	8,59
1940	23	40	34		63	30	190	483	8,81
1941	29	33	57		53	14	186	495	9,03
Totais								5.481	100,00
Qtde.	486	319	521	63	564	261	2.214		40,39
%	21,95	14,41	23,53	2,85	25,47	11,79	100,00		
% Geral	8,87	5,82	9,51	1,15	10,29	4,76	40,39		

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro elaborado pelo autor.

A preferência dos alunos pelos cursos ligados à ferrovia é explicada em trechos da entusiasmada entrevista concedida pelo Senhor Jardel Pegoretti:

Pontualmente, pontualmente dia dez de cada mês, pagamento na mão! Isso proporcionava ao comércio um progresso. Por exemplo, se ele entrasse numa loja para comprar um par de meias, ou uma camisa, ou um terno - não existia essa história de carnês, essa história de promissórias, nada disso – primeira ficha: “onde o senhor trabalha?”. “Ferrovia!”. “Escolha o que o senhor quer!”.

Jardel Pegoretti enaltece o poder aquisitivo dos ferroviários dizendo que “o Além Linha tornou-se o ponto de moradia dos ferroviários. Vila Santana, Altos do Cemitério, só tinha casas de ferroviários e próprias. Quer dizer, se o ferroviário tinha casa própria ele tinha outros rendimentos para gastar no comércio.”

E destaca a importância do símbolo da ferrovia para os funcionários

Nós, os ferroviários, passamos a ganhar o sobretudo. O sobretudo o que era? O sobretudo era um macacão e era uma novidade na indústria brasileira porque você tirava a sua roupa, guardava no seu armário e você colocava o macacão de trabalho. Não era esse o importante do trabalho, o importante era eu desfilar na rua com o meu macacão e as iniciais EFS. Então era “manjado”, era olhado: “olha, esse cara é ferroviário; olha o macacão dele aí!”. Era essa uma das coisas que eu gostava!

Concluindo que “o que também chamava a atenção da gente era o casamento, parecia mentira: se o ferroviário namorasse aquela moça, a primeira que forçava o casamento era a mãe da moça porque o ferroviário era dinheiro em caixa e era garantido!”.

Nas análises dos dados da seção masculina, outro fator que chama a atenção é a maior incidência de matrículas nos cursos diurnos. A análise dos dados do quadro 14 (página 118), subgrupo que concentra as 6 profissões com maior índice de matrículas, revela que 59,56% destas foram efetuadas pelos responsáveis cujas profissões estavam concentradas em apenas 3 (de um total de 123): "Ferroviário" (30,76%), "Negociante/ Comerciante" (21,33%) e "Funcionário Público" (7,47%). Quando são considerados o total das matrículas da seção masculina (5.481), o índice atinge mais de 35%, restando 65% para as outras 120 profissões. Supõem-se que os filhos daqueles profissionais tinham condições de estudar no período diurno, motivados, talvez, por pertencerem a famílias de maior renda e com possibilidades de se manterem nessa parcela da sociedade.

Explica-se, ainda, a maior incidência de matrículas, na seção masculina, nos cursos diurnos, na limitação imposta para o uso das oficinas no período noturno e no oferecimento

do curso "Vocacional" somente durante o dia. Do total de matrículas efetuadas no período diurno - 3.267 - apenas 50 matrículas correspondiam aos cursos "Química" e "Tecelagem", também oferecidos à noite, sendo descontinuados após o ano de 1932 (quadro nº 5, página 101). Entende-se, portanto, que, entre 1929 e 1942, os cursos oferecidos no período diurno pela instituição priorizavam a formação de trabalhadores para a ferrovia, e no período noturno cursos de apoio à ferrovia e às demais áreas econômicas da sociedade.

Percebe-se, também, pelos quadros 3 (página 98) e 5 (página 101), que, enquanto a seção feminina ofereceu dez cursos diurnos, a masculina ofereceu oito. Dos dez cursos oferecidos, cinco foram descontinuados ou incorporados por outros; pela seção masculina três tiveram o mesmo destino. No período noturno, na seção feminina, dos cinco cursos oferecidos, dois não tiveram continuidade e um foi oferecido no ano de 1941, já no final do período de pesquisa; na seção masculina, dos seis cursos oferecidos apenas um – o curso de química – não teve continuidade. Percebe-se, ainda, que o número de cursos ofertados para as seções masculina e feminina era praticamente semelhante. Neste sentido, pode-se imaginar que razões – talvez culturais - impediam, ou dificultavam, o acesso das mulheres à escola, visto a menor quantidade de matrículas em relação à seção masculina.

4.2 A origem do alunado e o perfil ocupacional dos responsáveis

Esta seção analisa, por meio dos dados coletados a partir do endereço fornecido pelo aluno, os bairros e a relação destes com os cursos escolhidos, procurando fornecer um perfil da origem do alunado da instituição. Analisa, ainda, utilizando da profissão do pai ou responsável, declarada no ato da matrícula, o perfil ocupacional dos responsáveis, procurando fornecer, também, um perfil dos mesmos e a relação com o curso escolhido pelo ingressante.

Com os dados do quadro 7, a seguir, foi possível identificar, por seção, a representatividade das matrículas por bairro ou cidade de residência. Também foi possível indicar, por bairro ou cidade, a representatividade das matrículas por seção.

Os dados constantes do quadro em sequência demonstram que mais de 86% do alunado pertenciam à cidade de Sorocaba sendo que, destes, 64,66% eram alunos e 35,34% alunas; e, que mais de 45% residiam no centro da cidade – 56% eram alunos e 44% alunas. Acima de 6% dos alunos vinham das cidades vizinhas (71% eram alunos e 29% alunas) sugerindo que a escola era conhecida regionalmente. Próximos de 4% eram de Votorantim, distrito com indústria têxtil e represa, onde os alunos eram maioria - 78%. Com exceção dos

alunos vindos de Votorantim, localidade próxima de Sorocaba, os demais alunos deveriam permanecer em Sorocaba durante a semana, em casa de parentes ou conhecidos, devido a grande, para a época, distância existente entre as cidades de origem e a cidade da instituição escolar. Outro dado interessante é que mais de 7% omitiram o endereço de residência. Também, neste quesito, os alunos tiveram maior participação, 80%.

Percebe-se, também, que a origem dos alunos da seção masculina era menos desigual que a feminina: os alunos moradores do centro da cidade representavam quase 40% enquanto que as alunas quase 56%; assim, os alunos provenientes dos bairros e de outras cidades totalizavam acima de 51%, e as alunas vindas desses mesmos lugares atingiam 40%. Por outro lado, as alunas eram as que mais declaravam o endereço de residência – apenas 4,21% o omitiam contra 9,12% dos alunos.

Quadro 7 – A Origem do alunado – todos os cursos.
(masculinos e femininos - turnos diurno e noturno)

Seção	Masculina			Feminina			Total	
	Bairros	Qtde	% seção	% Bairro	Qtde	% seção	% Bairro	Qtde
Além Linha	1.471	26,84	72,89	547	18,26	27,11	2.018	23,81
Além Ponte	727	13,26	65,73	379	12,65	34,27	1.106	13,05
Centro	2.162	39,45	56,43	1.669	55,73	43,57	3.831	45,20
Cerrado	202	3,69	69,90	87	2,90	30,10	289	3,41
Pinheiros	25	0,46	50,00	25	0,83	50,00	50	0,59
Sub-Total	4.587	83,69	62,89	2.707	90,38	37,11	7.294	86,05
Mairinque	54	0,99	77,14	16	0,53	22,86	70	0,83
São Roque	75	1,37	52,08	69	2,30	47,92	144	1,70
Tietê	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Votorantim	249	4,54	77,57	72	2,40	22,43	321	3,79
São Pedro	3	0,05	100,00	0	0,00	0,00	3	0,04
Bofete	2	0,04	100,00	0	0,00	0,00	2	0,02
Pereiras	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Itapetininga	4	0,07	100,00	0	0,00	0,00	4	0,05
Campo Largo	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Laranjal Pta	2	0,04	100,00	0	0,00	0,00	2	0,02
Porto Feliz	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Porangaba	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Salto	0	0,00	0,00	3	0,10	100,00	3	0,04
Sub-Total	394	7,19	71,12	160	5,34	28,88	554	6,54
Sem Declarar	500	9,12	79,62	128	4,27	20,38	628	7,41
Total								
Qtde.	5.481	100,00	64,66	2.995	100,00	35,34	8.476	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro preparado pelo autor.

Para a tabulação dos dados referentes ao quadro 8, seguinte, a coluna “Confecção” compreende os cursos “Confecção” e “Costura” do período noturno, e, “Confecção”, “Corte e Confecção” e “Corte e Costura”, oferecidos no período diurno. Para a coluna “Rendas e Bordados” foram considerados os cursos “Rendas e Bordados”, “Bordados” e “Rendas, Bordados e Flores” do período diurno, e, “Bordados”, do período noturno. Na coluna “Flores e Chapéus” foram considerados os dados dos cursos “Flores e Chapéus”, “Flores” e “Flores e Costura”, todos cursos do período diurno.

Os dados do quadro 8, com relação ao curso de “Desenho”, indicam a baixa quantidade de alunas moradoras do centro, porém, é, também, deste curso, o maior índice das alunas que omitiram o endereço de residência – 65%. Desta forma pode-se sugerir, em função dos índices dos outros cursos, que muitas outras alunas eram moradoras do centro o que elevaria em pelo menos 10% o índice citado.

Outro dado importante é que, mesmo o curso com maior procura, “Confecção” apresenta uma concentração de alunas oriundas do centro da cidade, com mais de 800 matrículas, ou seja, mais de 53% do total do curso. Em pelo menos dois cursos esse número, proporcionalmente, é ainda maior: “Rendas e Bordados” apresenta 62,5% e “Pintura” 72,5%. Outro indicador interessante é que, em quase todos os cursos, as alunas provenientes do bairro Além Linha representavam mais de 15% do total. As cidades de Mairinque, São Roque e Votorantim foram as responsáveis por mais de 5% das matrículas durante o período analisado. Nestas três cidades existiam indústrias têxteis.

Quadro 8 – A Origem do alunado por curso (seção feminina – turnos diurno e noturno)

Cursos	Confecção			Rendas e Bordados			Flores e Chapéus			Vocacional			Desenho			Pintura			Total	
	Bairros	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde
A Linha	297	19,73	54,30	52	14,86	9,51	55	25,70	10,05	84	18,42	15,36	0	0,00	0,00	59	13,72	10,79	547	18,26
A Ponte	220	14,62	58,05	39	11,14	10,29	13	6,07	3,43	78	17,11	20,58	0	0,00	0,00	29	6,74	7,65	379	12,65
Centro	806	53,55	48,29	220	62,86	13,18	112	52,34	6,71	207	45,39	12,40	13	32,50	0,78	311	72,33	18,63	1.669	55,73
Cerrado	44	2,92	50,57	9	2,57	10,34	14	6,54	16,09	14	3,07	16,09	0	0,00	0,00	6	1,40	6,90	87	2,90
Pinheiros	16	1,06	64,00	0	0,00	0,00	2	0,93	8,00	3	0,66	12,00	1	2,50	4,00	3	0,70	12,00	25	0,83
Sub-Total	1.383	91,89	51,09	320	91,43	11,82	196	91,59	7,24	386	84,65	14,26	14	35,00	0,52	408	94,88	15,07	2.707	90,38
Mairinque	8	0,53	50,00	4	1,14	25,00	0	0,00	0,00	4	0,88	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	16	0,53
S Roque	40	2,66	57,97	3	0,86	4,35	1	0,47	1,45	23	5,04	33,33	0	0,00	0,00	2	0,47	2,90	69	2,30
Tietê	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Votorantim	26	1,73	36,11	9	2,57	12,50	8	3,74	11,11	23	5,04	31,94	0	0,00	0,00	6	1,40	8,33	72	2,40
S Pedro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Bofete	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Pereiras	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Itapetininga	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Campo Largo	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Laranjal Pta	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Salto	2	0,13	66,67	1	0,29	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
Sub-Total	76	5,05	47,50	17	4,86	10,63	9	4,21	5,63	50	10,96	31,25	0	0,00	0,00	8	1,86	5,00	160	5,34
S/Declarar	46	3,06	35,94	13	3,71	10,16	9	4,21	7,03	20	4,39	15,63	26	65,00	20,31	14	3,26	10,94	128	4,27
Total																				
Qtde.	1.505	100,00	50,25	350	100,00	11,69	214	100,00	7,15	456	100,00	15,23	40	100,00	1,34	430	100,00	14,36	2.995	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro preparado pelo autor.

Com relação à seção masculina, cujos dados estão indicados no quadro 9, a seguir, os cursos relacionados à ferrovia tiveram a preferência de mais de 24% dos alunos, e, destes, quase 36% eram moradores do bairro Além Linha, ou seja, próximos da estação ferroviária. Outros 35% eram oriundos do centro da cidade, também não tão distantes da ferroviária. Está evidente que os dados referentes à residência dos alunos do curso “Aperfeiçoamento EFS” destoam dos demais cursos: 191 alunos (39%) não declararam residência, reduzindo, dessa forma, os índices referentes aos bairros. Para a coluna “Mecânica”, do quadro 8, foram considerados os dados dos cursos “Mecânica”, “Ferraria e Fundição” e “Cortalhe e Tornearia”, todos cursos do período diurno.

Situação similar acontece com o curso “Tecelagem” onde mais de 65% das matrículas são referentes aos alunos moradores dos bairros Além Linha, Além Ponte e de Votorantim (24,93%, 20,77% e 19,58% respectivamente), locais onde existiam fábricas de tecidos e que empregavam a maioria dos moradores dos bairros. Assim, os moradores do Centro que escolheram esse curso representavam apenas 24%, esclarecendo-se, porém, que no Centro também existia uma fábrica de tecidos.

O curso de “Mecânica”, que representava 19% do total de matrículas da seção masculina, possui também uma distribuição interessante: mais de 40% das matrículas eram de alunos residentes nos bairros Além Linha e Além Ponte e de Votorantim (23,20%, 13,26% e 4,83% respectivamente). Os alunos moradores do Centro representaram mais de 38% do universo de matrículas do curso. Entende-se, ainda, que além das fábricas de tecidos existentes naqueles locais, a ferrovia ficava próxima ao Centro, e que, assim como as fábricas, ela também empregava mecânicos.

Seguindo a mesma análise do parágrafo anterior, é possível entender os dados do curso “Matemática Aplicada à Mecânica”. Assim, mais de 51% das matrículas eram dos alunos moradores daqueles bairros, com as seguintes participações: Além Linha - 28,41%, Além Ponte - 14,59%, Votorantim - 8,83%, e o Centro representava 38%.

A partir de 1934 começou a funcionar o curso “Vocacional” e mesmo nesse curso uma quantidade expressiva dos alunos era moradora do Centro - 42,65%; a participação dos alunos do bairro do Cerrado também aumentou - 6,39%.

Quadro 9 – A Origem do alunado por curso (seção masculina – turnos diurno e noturno)

Cursos	Mecânica		Marcenaria		Tecelagem		Matemática Aplicada		Química		Ferroviário		Aperfeiçoamento EFS		Vocacional		Desenho		Plástica		Total		
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	
Bairros																							
Além Linha	245	23,20	77	18,42	84	24,93	148	28,41	5	5,26	343	39,61	143	29,42	238	27,14	116	20,57	72	27,59	1.471	26,84	
Além Ponte	140	13,26	67	16,03	70	20,77	76	14,59	8	8,42	106	12,24	20	4,12	107	12,20	98	17,38	35	13,41	727	13,26	
Centro	406	38,45	191	45,69	81	24,04	198	38,00	61	64,21	355	40,99	117	24,07	374	42,65	265	46,99	114	43,68	2.162	39,45	
Cerrado	67	6,34	15	3,59	5	1,48	20	3,84	4	4,21	8	0,92	2	0,41	56	6,39	14	2,48	11	4,21	202	3,69	
Pinheiros	9	0,85	3	0,72	0	0,00	1	0,19	0	0,00	3	0,35	1	0,21	7	0,80	1	0,18	0	0,00	25	0,46	
Sub-Total	867	82,10	353	84,45	240	71,22	443	85,03	78	82,11	815	94,11	283	58,23	782	89,17	494	87,59	232	88,89	4.587	83,69	
Mairinque	16	1,52	3	0,72	0	0,00	1	0,19	0	0,00	13	1,50	8	1,65	12	1,37	0	0,00	1	0,38	54	0,99	
S Roque	20	1,89	19	4,55	1	0,30	1	0,19	0	0,00	5	0,58	2	0,41	25	2,85	2	0,35	0	0,00	75	1,37	
Tietê	1	0,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	
Votorantim	51	4,83	11	2,63	66	19,58	46	8,83	0	0,00	3	0,35	2	0,41	34	3,88	33	5,85	3	1,15	249	4,54	
S Pedro	0	0,00	0	0,00	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,05	
Bofete	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,18	0	0,00	2	0,04	
Pereiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,12	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	
Itapetininga	0	0,00	2	0,48	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,23	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,07	
Campo Largo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,11	0	0,00	0	0,00	1	0,02	
Laranjal Pta	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,18	0	0,00	2	0,04	
Porto Feliz	1	0,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	
Porangaba	1	0,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	
Sub-Total	90	8,52	35	8,37	70	20,77	50	9,60	0	0,00	24	2,77	12	2,47	72	8,21	37	6,56	4	1,53	394	7,19	
Sem Declarar	99	9,38	30	7,18	27	8,01	28	5,37	17	17,89	27	3,12	191	39,30	23	2,62	33	5,85	25	9,58	500	9,12	
Total																							
	Qtde.	1.056	100,00	418	100,00	337	100,00	521	100,00	95	100,00	866	100,00	486	100,00	877	100,00	564	100,00	261	100,00	5.481	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro preparado pelo autor.

Os quadros 10 e 11, seguintes, contêm dados referentes às nacionalidades dos responsáveis pelos alunos e alunas e, também, os cursos por estes escolhidos.

Com relação à nacionalidade dos responsáveis pelas alunas - quadro 10, a seguir, - os brasileiros são maioria, com 57,26%, seguidos pelos italianos, com 17,60%, espanhóis, com 8,98%, portugueses, com 6,18% e sírios, com 3,34%. Assim, 92,55% das matrículas, cujos responsáveis se declararam imigrantes, eram oriundos da Itália, Espanha, Portugal e Síria. Aqueles que não declararam representam 3,74%. Entre aqueles que não atingiram 1% sobressaem-se os austríacos, com 0,97%, os russos, com 0,47%, e os alemães, com 0,33%.

O quadro 11, que contém dados referentes à seção masculina, aponta que a quantidade de brasileiros é ainda maior que no caso da seção feminina, com quase 62%, vindo a seguir os italianos, com 15,67%, espanhóis, com 6,44%, portugueses, com 4,34%, sírios, com 1,55%, e alemães, com 1,15%, perfazendo um total de 29,15% de imigrantes daqueles países. Neste sentido, 93,96% das matrículas, cujos responsáveis se declararam imigrantes, eram oriundos dos países citados. Os que não declararam a nacionalidade representam 7,28%. Nenhuma das demais nacionalidades atingiu, sozinha, 0,5%.

A comparação entre as seções masculina e feminina demonstra que na seção masculina aqueles que não declararam a nacionalidade representam o dobro em relação aos da seção feminina – 7,28% masculina contra 3,74% feminina. Demonstra, ainda, que a participação dos imigrantes é maior na seção feminina – 36% a 29% da masculina. Por outro lado, a participação dos descendentes de alemães é mais que o triplo na seção masculina – 1,15% a 0,33% na seção feminina.

Quadro 10 – A nacionalidade dos responsáveis por curso (seção feminina – turnos diurno e noturno)

País	Confecção			Rendas e Bordados			Flores e Chapéus			Vocacional			Costura			Desenho			Pintura			Total	
	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	%
Alemã	6	0,42	60,00	1	0,29	10,00	2	0,93	20,00	1	0,22	10,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	10	0,33
Austríaca	8	0,56	27,59	1	0,29	3,45	1	0,47	3,45	5	1,10	17,24	1	1,30	3,45	0	0,00	0,00	13	3,02	44,83	29	0,97
Belga	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,47	100,00	2	0,07
Brasileira	858	60,08	50,03	218	62,29	12,71	116	54,21	6,76	281	61,62	16,38	31	40,26	1,81	9	22,50	0,52	202	46,98	11,78	1.715	57,26
Espanhola	123	8,61	45,72	28	8,00	10,41	16	7,48	5,95	50	10,96	18,59	9	11,69	3,35	1	2,50	0,37	42	9,77	15,61	269	8,98
Francesa	3	0,21	75,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,22	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Italiana	256	17,93	48,58	54	15,43	10,25	43	20,09	8,16	55	12,06	10,44	20	25,97	3,80	2	5,00	0,38	97	22,56	18,41	527	17,60
Polonesa	5	0,35	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	0,17
Portuguesa	80	5,60	43,24	21	6,00	11,35	19	8,88	10,27	22	4,82	11,89	6	7,79	3,24	1	2,50	0,54	36	8,37	19,46	185	6,18
Síria	37	2,59	37,00	19	5,43	19,00	7	3,27	7,00	20	4,39	20,00	1	1,30	1,00	0	0,00	0,00	16	3,72	16,00	100	3,34
Romena	5	0,35	62,50	0	0,00	0,00	1	0,47	12,50	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,47	25,00	8	0,27
Russa	7	0,49	50,00	1	0,29	7,14	0	0,00	0,00	5	1,10	35,71	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,23	7,14	14	0,47
Libanesa	2	0,14	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,07
Japonesa	1	0,07	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Egípcia	2	0,14	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,22	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
USA	0	0,00	0,00	1	0,29	33,33	0	0,00	0,00	1	0,22	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,23	33,33	3	0,10
Dinamarquesa	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,47	50,00	1	0,22	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,07
Inglesa	1	0,07	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,44	50,00	1	1,30	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Sem declarar	34	2,38	30,36	6	1,71	5,36	8	3,74	7,14	11	2,41	9,82	8	10,39	7,14	27	67,50	24,11	18	4,19	16,07	112	3,74
Total																							
Qtde.	1.428	100,00	47,68	350	100,00	11,69	214	100,00	7,15	456	100,00	15,23	77	100,00	2,57	40	100,00	1,34	430	100,00	14,36	2.995	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro preparado pelo autor.

Quadro 11 – A nacionalidade dos responsáveis por curso (seção masculina – turnos diurno e noturno)

País	Mecânica		Marcenaria		Tecelagem		Mat. Aplicada		Química		Ferroviário		Aperfeiçoamento EFS		Vocacional		Desenho		Plástica		Total	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Alemã	11	1,04	11	2,63	4	1,19	13	2,50	0	0,00	7	0,81	3	0,62	3	0,34	8	1,42	2	0,77	62	1,13
Austriaca	1	0,09	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,41	2	0,23	5	0,89	0	0,00	11	0,20
Belga	0	0,00	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Brasileira	577	54,64	228	54,55	179	53,12	305	58,54	46	48,42	629	72,63	297	61,11	647	73,77	328	58,16	156	59,77	3.392	61,89
Espanhola	80	7,58	17	4,07	40	11,87	49	9,40	3	3,16	46	5,31	9	1,85	57	6,50	39	6,91	13	4,98	353	6,44
Francesa	1	0,09	1	0,24	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	0,09
Italiana	169	16,00	71	16,99	66	19,58	89	17,08	12	12,63	116	13,39	65	13,37	103	11,74	113	20,04	61	23,37	865	15,78
Polonesa	1	0,09	5	1,20	0	0,00	1	0,19	0	0,00	0	0,00	2	0,41	3	0,34	3	0,53	0	0,00	15	0,27
Portuguesa	44	4,17	21	5,02	7	2,08	21	4,03	8	8,42	42	4,85	22	4,53	36	4,10	30	5,32	7	2,68	238	4,34
Síria	27	2,56	11	2,63	4	1,19	6	1,15	6	6,32	2	0,23	3	0,62	16	1,82	4	0,71	6	2,30	85	1,55
Romena	0	0,00	0	0,00	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,23	1	0,18	0	0,00	4	0,07
Argentina	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,38	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,18	0	0,00	3	0,05
Suíça	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,18	0	0,00	2	0,04
Uruguaia	1	0,09	0	0,00	0	0,00	3	0,58	0	0,00	3	0,35	0	0,00	0	0,00	4	0,71	0	0,00	11	0,20
Russa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,05	4	0,46	2	0,41	3	0,34	1	0,18	0	0,00	11	0,20
Armênia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,23	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04
Sueca	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,35	0	0,00	0	0,00	3	0,53	0	0,00	6	0,11
Húngara	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,41	0	0,00	0	0,00	1	0,38	3	0,05
Libanesa	2	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,38	3	0,05
Grega	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,38	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04
Japonesa	7	0,66	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7	0,13
USA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,05	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
S/Declarar	135	12,78	51	12,20	33	9,79	29	5,57	18	18,95	12	1,39	79	16,26	5	0,57	23	4,08	14	5,36	399	7,28
Total																						
Qtde.	1.056	100,00	418	100,00	337	100,00	521	100,00	95	100,00	866	100,00	486	100,00	877	100,00	564	100,00	261	100,00	5.481	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro preparado pelo autor.

As análises referentes à preferência por determinado curso são obtidas por meio dos dados do quadro 12, em sequência. Os cursos preferidos pelos estudantes brasileiros foram o “Ferroviário” e o “Aperfeiçoamento EFS”, que, juntos, somaram mais de 16%; seguidos pelos cursos “Vocacional”, com 11,80%; “Mecânica”, com 10,53%; e, “Matemática Aplicada” e “Química”, juntos com mais de 6%. A preferência por “Desenho” e “Plástica”, juntos, é de quase 9%, ficando “Marcenaria” com 4,16% e “Tecelagem” com 3,27%. Considerando que Sorocaba possuía um grande parque fabril na área de fiação e tecelagem, é instigante o curso “Tecelagem” ter ficado com a menor preferência.

Com relação aos descendentes de italianos, os dados indicam que, juntos, os cursos “Ferroviário”, com 2,12%, e “Aperfeiçoamento EFS”, com 1,19%, totalizando 3,31%, foram os preferidos; nessa mesma forma de análise, “Desenho”, com 1,95%, e “Plástica”, com 1,11%, atingiram 3,06%. “Mecânica” é outro núcleo que teve a preferência de mais de 3% dos matriculados; “Matemática Aplicada” 1,62%; e “Química” 0,22%, este oferecido até 1934; “Vocacional” ficou com 1,88%; “Marcenaria” com 1,30% e “Tecelagem” com 1,20%. Assim, a preferência da maioria dos alunos descendentes de italianos foi diluída entre os núcleos ferroviário, mecânica, desenho e plástica.

No caso dos espanhóis, a preferência recaiu no curso “Mecânica”, com 1,46%; “Vocacional”, com 1,04%; “Ferroviário” e “Aperfeiçoamento EFS”, com 1%; “Desenho” e “Plástica”, com 0,95%; “Matemática Aplicada” e “Química”, com 0,94%; “Tecelagem”, com 0,73%; e “Marcenaria”, com 0,31%.

Os cursos ferroviários (“Ferroviário” e “Aperfeiçoamento EFS”) tiveram a preferência dos portugueses, com 1,17%; seguidos de “Mecânica”, com 0,80%; “Desenho” e “Plástica”, com 0,68%; e “Vocacional”, com 0,66%; “Matemática Aplicada” e “Química” ficaram, somados, com 0,53%; “Marcenaria” com 0,38% e “Tecelagem” com 0,13%.

Com relação aos sírios, a preferência ficou com os cursos “Mecânica” – 0,49%; “Vocacional” – 0,29%; “Matemática Aplicada” e “Química” – 0,22%; “Marcenaria” – 0,20%; “Desenho” e “Plástica” – 0,18%; ferroviários – 0,9%, e “Tecelagem” – 0,7%.

Para os descendentes de alemães, “Matemática Aplicada” e “Química” somaram juntos 0,26% da preferência; “Mecânica” – 0,20%; “Marcenaria” – 0,20%; “Desenho” e “Plástica” – 0,19%; ferroviários – 0,18%; “Tecelagem” – 0,7%, e, “Vocacional” – 0,5%.

Quadro 12 – Nacionalidade por cursos – total dos matriculados(seção masculina – turnos diurno e noturno)

Curso	Mecânica		Marcenaria		Teceragem		Mat. Aplicada		Química		Ferroviário		Aperfeiçoamento EFS		Vocacional		Desenho		Plástica		Total		
	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	
Alemanha	11	0,20	11	0,20	4	0,07	13	0,24	0	0,00	7	0,13	3	0,05	3	0,05	8	0,15	2	0,04	62	1,13	
Austríaca	1	0,02	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	2	0,04	5	0,09	0	0,00	11	0,20	
Belga	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	
Brasileira	577	10,53	228	4,16	179	3,27	305	5,56	46	0,84	629	11,48	297	5,42	647	11,80	328	5,98	156	2,85	3.392	61,89	
Espanhola	80	1,46	17	0,31	40	0,73	49	0,89	3	0,05	46	0,84	9	0,16	57	1,04	39	0,71	13	0,24	353	6,44	
Francesa	1	0,02	1	0,02	3	0,05	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	0,09	
Italiana	169	3,08	71	1,30	66	1,20	89	1,62	12	0,22	116	2,12	65	1,19	103	1,88	113	2,06	61	1,11	865	15,78	
Polonesa	1	0,02	5	0,09	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	2	0,04	3	0,05	3	0,05	0	0,00	15	0,27	
Portuguesa	44	0,80	21	0,38	7	0,13	21	0,38	8	0,15	42	0,77	22	0,40	36	0,66	30	0,55	7	0,13	238	4,34	
Síria	27	0,49	11	0,20	4	0,07	6	0,11	6	0,11	2	0,04	3	0,05	16	0,29	4	0,07	6	0,11	85	1,55	
Romena	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	1	0,02	0	0,00	4	0,07	
Argentina	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	3	0,05	
Suíça	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	2	0,04	
Uruguaia	1	0,02	0	0,00	0	0,00	3	0,05	0	0,00	3	0,05	0	0,00	0	0,00	4	0,07	0	0,00	11	0,20	
Russa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	4	0,07	2	0,04	3	0,05	1	0,02	0	0,00	11	0,20	
Armênia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	
Sueca	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,05	0	0,00	0	0,00	3	0,05	0	0,00	6	0,11	
Húngara	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	0	0,00	0	0,00	1	0,02	3	0,05	
Libanesa	2	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	3	0,05	
Grega	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	
Japonesa	7	0,13	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7	0,13	
USA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	
S/Declarar	135	2,46	51	0,93	33	0,60	29	0,53	18	0,33	12	0,22	79	1,44	5	0,09	23	0,42	14	0,26	399	7,28	
Total																							
	Qtde.	1.056	19,27	418	7,63	337	6,15	521	9,51	95	1,73	866	15,80	486	8,87	877	16,00	564	10,29	261	4,76	5.481	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro preparado pelo autor.

O quadro 13, a seguir, apresenta os dados com o perfil ocupacional, dos responsáveis pelas alunas da instituição, distribuídos por curso. Nesse sentido foram declaradas 106 profissões diferentes. Desconsiderando aqueles que não forneceram a profissão, correspondentes a 8,38% do total, as primeiras 20 profissões concentram acima de 85% das matrículas efetuadas, ou seja, 2.322 matrículas. As 422 matrículas restantes, correspondentes a 15% do total, estão distribuídas, ou diluídas, em mais de 80% do universo de profissões. Além disso, 44% do universo de 2.322 matrículas (1.029) estão concentradas em apenas seis das 20 profissões (Negociante/Comerciante, Funcionário Público, Proprietário/Capitalista, Professor, Dentista e Industrial), ou seja, as demais 56% das matrículas estão diluídas entre as 14 profissões restantes (70%), sendo que, destas, a profissão “Ferroviário” representa 20%, resultando 80% das matrículas sendo distribuídas entre 13 profissões. Visto de outra forma, 49% do total de matrículas estão concentradas em apenas sete das 104 profissões. Outro dado interessante, relacionado com aquelas seis profissões citadas, diz respeito ao curso de preferência das alunas: “Confecção” foi o curso com maior procura em quatro das seis profissões, só perdendo para “Pintura” quando as profissões são “Dentista” e “Industrial”. “Pintura” é a segunda colocada entre os cursos escolhidos para as demais profissões, exceto quando a profissão é “Negociante/Comerciante”, perdendo, então, para o curso “Vocacional”, por diferença de 0,15%.

Quadro 13 - Profissões com grande concentração de matrículas – total geral
(seção feminina – turnos diurno e noturno)

Profissões/cursos	Confecção	Rendas e Bordados	Flores e Chapéus	Vocacional	Costura	Desenho	Pintura	Totais
Negociante/Comerciante								
Quantidade	324	90	48	110	7	3	109	691
% Profissão	46,9	13,02	6,95	15,92	1,01	0,43	15,77	100
%Total Geral	31,49	8,75	4,66	10,69	0,68	0,29	10,59	67,15
Funcionário Público								
Quantidade	64	18	9	24	4	2	34	155
% Profissão	41,29	11,61	5,81	15,48	2,58	1,29	21,94	100
%Total Geral	6,22	1,75	0,87	2,33	0,39	0,19	3,3	15,06
Proprietário/Capitalista								
Quantidade	42	12	10	7	2	0	16	89
% Profissão	47,19	13,48	11,24	7,87	2,25	0	17,98	100
%Total Geral	4,08	1,17	0,97	0,68	0,19	0	1,55	8,65
Professor								
Quantidade	23	4	0	2	0	0	8	37
% Profissão	62,16	10,81	0	5,41	0	0	21,62	100
%Total Geral	2,24	0,39	0	0,19	0	0	0,78	3,6
Dentista								
Quantidade	9	5	0	6	0	0	10	30
% Profissão	30	16,67	0	20	0	0	33,33	100
%Total Geral	0,87	0,49	0	0,58	0	0	0,97	2,92
Industrial								
Quantidade	7	4	0	3	0	2	11	27
% Profissão	25,93	14,81	0	11,11	0	7,41	40,74	100
%Total Geral	0,68	0,39	0	0,29	0	0,19	1,07	2,62
Totais								
Quantidade	469	133	67	152	13	7	188	1.029
% Profissão	45,58	12,93	6,51	14,77	1,26	0,68	18,27	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro preparado pelo autor.

As alunas, cujos responsáveis declararam como profissão “Negociante/Comerciante”, tinham aparentemente menor interesse pelos cursos “Costura” e “Desenho”, visto que, respectivamente 1,01% e 0,43% do universo de matrículas daquela profissão optaram por cursá-los. Como já dito, “Costura” deve ter sido englobado por “Confecção”, e “Desenho” pode ter sido absorvido por “Pintura”. Outro curso com menor procura foi o de “Flores e Chapéus” escolhido por menos de 7% das alunas. Esses três cursos foram também de baixa procura pelas outras 5 profissões.

O curso mais procurado pelas alunas cujos responsáveis se declararam operários foi “Confecção”, com 46,92%, seguido de “Vocacional”, com 16,11%, “Flores e Chapéus”, com 12,32%, “Costura”, com 10,90%, “Rendas e Bordados”, com 9,48%, e, “Pintura”, com 4,27%. “Desenho”, sem nenhuma matrícula, foi o curso menos procurado.

Para as alunas dependentes de lavradores, os cursos mais procurados foram “Confecção”, com 46,71%; “Vocacional”, com 19,76%; “Rendas e Bordados”, com 15,57%; “Flores e Chapéus”, com 9,58%; “Pintura”, com 7,78%; “Costura”, com 0,60%, e “Desenho” que não teve nenhuma interessada.

Para as alunas dependentes das domésticas, que representavam 5,44% do total dos responsáveis, o curso de maior interesse foi “Confecção”, com 55,21%; em seguida “Pintura”, com 19,02%; “Rendas e Bordados”, com 9,20%; “Vocacional” com 8,59%; “Flores e Chapéus”, com 7,36%; “Costura” com 0,61%, e, “Desenho”, novamente não teve nenhuma aluna interessada.

As filhas dos funcionários públicos tiveram preferência, 41,29%, pelo curso de “Confecção”; 21,94% “Pintura”; 15,48% “Vocacional”; 11,61% “Rendas e Bordados”; 5,81% “Flores e Chapéus”; 2,58% “Costura”, e, 1,29% “Desenho”, o menos procurado.

A preferência das alunas cujos responsáveis se declararam proprietários e/ou capitalistas recaiu sobre o curso “Confecção”, com 47,19%; 17,98% preferiram “Pintura”; 13,48% “Rendas e Bordados”; 11,24% “Flores e Chapéus”; 7,87% “Vocacional”; 2,25% “Costura”; e, “Desenho” com nenhuma matrícula.

As alunas cujos responsáveis eram mecânicos preferiram o curso “Confecção”, com 53,75%; “Vocacional” 21,25%; “Pintura” 16,25%; “Flores e Chapéus” 3,75%; “Rendas e Bordados” 1,25%; o curso de “Desenho” não teve nenhuma matrícula.

Para as alunas cujos responsáveis se declararam “Dentista” e “Industrial”, as preferências recaíram para o curso “Pintura”, com, respectivamente: 33,33% e 40,74%; em seguida “Confecção” com, respectivamente, 30% e 25,95%; na sequência estão os cursos

“Vocacional”, com 20,00% para as filhas de dentistas; e, “Rendas e Bordados”, com 14,81% para as filhas de industriais; ainda, 16,67% das alunas filhas de dentistas escolheram “Rendas e Bordados”; e, 11,11% das filhas de industriais escolheram o curso “Vocacional”. As filhas de industriais escolheram, também, com 7,41%, o curso “Desenho”; os cursos “Costura” e “Flores e Chapéus”, nas duas profissões, e “Desenho” para as filhas de dentistas, não foram procurados.

O quadro 14, a seguir, apresenta os dados com o perfil ocupacional, dos responsáveis pelos alunos da instituição, distribuídos por curso. Nesse sentido foram declaradas 123 profissões diferentes. Considerando aqueles que não forneceram a profissão, correspondentes a 11,77% do total, as primeiras 16 profissões concentram 85% das matrículas efetuadas, ou seja, 4.657 matrículas. As 824 matrículas restantes, correspondentes a 15% do total, estão distribuídas, ou diluídas, em mais de 87% do universo de profissões. Além disso, 77,6% (3.113) do universo de 4.012 matrículas, estando desconsiderados nestes valores aqueles que não forneceram a profissão, estão concentradas nas primeiras seis das 15 profissões (Ferroviário, Negociante/Comerciante, Operário, Lavrador, Funcionário Público, Carpinteiro). Visto de outra forma, 64,4% do total de matrículas estão concentradas em apenas seis das 122 profissões. Entre as primeiras 21 profissões aparecem também “Proprietário/Capitalista” e “Industrial”, respectivamente na 13ª e 21ª posições (GARCIA, 2007).

Quadro 14 - Profissões com grande concentração de matrículas – total geral
(seção masculina – turnos diurno e noturno)

Profissões/cursos	Mecânica	Marcenaria	Tecelagem	Mat. Aplicada	Química Agrícola	Ferrovário	Aperf. EFS	Vocacional	Deseenho	Plástica	Totais
Ferrovário											
Quantidade	130	28	6	49	4	347	196	157	60	24	1.001
% Profissão	12,98	2,8	0,6	4,9	0,4	34,67	19,58	15,68	5,99	2,4	100
%Total Geral	4	0,86	0,18	1,51	0,12	10,66	6,02	4,82	1,84	0,74	30,76
Negociante/Comerciante											
Quantidade	182	71	30	51	26	76	15	143	66	34	694
% Profissão	26,22	10,23	4,32	7,35	3,75	10,95	2,16	20,61	9,51	4,9	100
%Total Geral	5,59	2,18	0,92	1,57	0,8	2,34	0,46	4,39	2,03	1,04	21,33
Operário											
Quantidade	150	66	75	93	6	53	8	87	68	22	628
% Profissão	23,89	10,51	11,94	14,81	0,96	8,44	1,27	13,85	10,83	3,5	100
%Total Geral	4,61	2,03	2,3	2,86	0,18	1,63	0,25	2,67	2,09	0,68	19,30
Lavrador											
Quantidade	84	29	56	44	2	35	8	74	17	17	366
% Profissão	22,96	7,92	15,3	12,02	0,55	9,56	2,19	20,22	4,64	4,64	100
%Total Geral	2,59	0,89	1,72	1,35	0,06	1,08	0,25	2,27	0,52	0,52	11,25
Func. Público											
Quantidade	41	28	1	24	6	33	13	46	31	20	243
% Profissão	16,87	11,52	0,41	9,88	2,47	13,58	5,35	18,93	12,76	8,23	100
%Total Geral	1,26	0,86	0,03	0,74	0,18	1,01	0,4	1,41	0,95	0,61	7,47
Carpinteiro											
Quantidade	29	16	8	7	1	29	24	17	32	18	181
% Profissão	16,02	8,84	4,42	3,87	0,55	16,02	13,26	9,39	17,68	9,95	100
%Total Geral	0,89	0,49	0,25	0,22	0,03	0,89	0,74	0,52	0,98	0,55	5,56
Doméstica											
Quantidade	26	10	11	14	1	29	4	25	16	5	141
% Profissão	18,44	7,09	7,8	9,93	0,71	20,56	2,84	17,73	11,35	3,55	100
%Total Geral	0,8	0,31	0,34	0,43	0,03	0,89	0,12	0,77	0,49	0,15	4,33
Totais											
Quantidade	642	248	187	282	46	602	268	549	290	140	3.254
% Profissão	19,73	7,62	5,75	8,67	1,41	18,50	8,24	16,87	8,91	4,30	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro elaborado pelo autor

Os alunos, cujos responsáveis declararam como profissão “Ferroviário” – 18,26% do total das matrículas – tinham, aparentemente, maior interesse pelos cursos “Ferroviário” e “Aperfeiçoamento EFS”, visto que, respectivamente, 34,67% e 19,58%, do universo de matrículas dos filhos daqueles profissionais, optaram por cursá-los. Outros cursos com grande procura foram o “Vocacional” e o “Mecânica” com, respectivamente, 15,68% e 12,99%. Assim, para mais de 67% dos filhos de ferroviários, os cursos preferidos foram: “Ferroviário”, “Aperfeiçoamento EFS”, e, “Mecânica”. Desconsiderando os alunos do curso de aperfeiçoamento, pois já eram funcionários da ferrovia, a quase totalidade dos demais matriculados, nos outros dois cursos, possivelmente tivessem como objetivo trabalhar também na ferrovia. Os cursos com menor procura foram: “Química Agrícola” – 0,40%; “Tecelagem” – 0,60%; “Plástica” – 2,40%” e “Marcenaria” – 2,80%.

Os alunos, cujos responsáveis declararam como profissão “Negociante/Comerciante” – 12,66% do total das matrículas - tinham aparentemente, menor interesse pelos cursos “Aperfeiçoamento EFS” e “Tecelagem”, visto que, respectivamente 2,16% e 4,32% do universo de matrículas dos filhos daqueles profissionais optaram por cursá-los. Outro curso com menor procura foi o de “Química Agrícola”, escolhido por menos de 3,75% dos alunos. Essa pequena procura pode ser explicada devido ao curso ter sido oferecido durante apenas 4 anos. Por outro lado, “Mecânica” foi o curso preferido por 26,22% dos filhos dos negociantes/comerciantes, seguido pelo curso “Vocacional” com 20,61%, estando as demais matrículas diluídas pelos outros cursos da seguinte forma: “Ferroviário” – 10,95%; “Marcenaria” – 10,23%; “Desenho” – 9,51%; “Matemática Aplicada” – 7,35%; “Plástica” – 4,90%.

Os cursos mais procurados pelos alunos cujos responsáveis se declararam operários – 11,46% do total das matrículas - foram “Mecânica”, com 23,89%, seguido de “Matemática Aplicada”, com 14,81%, “Vocacional”, com 13,85%, “Tecelagem”, com 11,94%, “Desenho”, com 10,83%, “Marcenaria”, com 10,51%, “Ferroviário”, com 8,44%, “Plástica”, com 3,50%. “Aperfeiçoamento EFS” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 1,27% e 0,96%, foram os menos procurados.

Para os alunos dependentes de lavradores – 6,68% do total das matrículas - os cursos mais procurados foram “Mecânica”, com 22,95%; “Vocacional”, com 20,22%; “Tecelagem”, com 15,30%; “Matemática Aplicada”, com 12,02%; “Ferroviário”, com 9,56%; “Marcenaria”, com 7,92%, “Desenho” e “Plástica”, ambos com 4,64% cada um. “Aperfeiçoamento EFS” e

“Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,19% e 0,55%, foram os menos procurados. Estranha-se que filhos de lavradores não tenham priorizado o curso de química agrícola.

Os filhos dos funcionários públicos - 4,43% do total das matrículas - manifestaram as seguintes preferências: 18,93%, pelo curso “Vocacional”; 16,87%, “Mecânica”; 13,58%, “Ferroviário”; 12,76%, “Desenho”; 11,52%, “Marcenaria”; 9,88%, “Matemática Aplicada”; 8,23%, “Plástica”, 5,35%, “Aperfeiçoamento EFS”. “Química Agrícola” e “Tecelagem”, com, respectivamente, 2,47% e 0,41%, foram os menos procurados.

Para os alunos dependentes dos carpinteiros, que representavam 3,30% do total das matrículas, o curso de maior interesse foi “Desenho”, com 17,68%; em seguida “Mecânica” e “Ferroviário”, ambos com 16,02% cada; “Aperfeiçoamento EFS”, com 13,26%; “Plástica” com 9,94%; “Vocacional”, com 9,39%; “Marcenaria”, com 8,84%, e, “Tecelagem”, com 4,42%. “Matemática Aplicada” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 3,87% e 0,55%, foram os menos procurados.

Para os alunos dependentes das domésticas, que representavam 2,57% do total das matrículas, o curso de maior interesse foi “Ferroviário”, com 20,57%; em seguida “Mecânica”, com 18,44%; “Vocacional”, com 17,73%; “Desenho” com 11,35%; “Matemática Aplicada”, com 9,93%; “Tecelagem” com 7,80%, “Marcenaria”, com 7,09%, e, “Plástica”, com 3,55%. “Aperfeiçoamento EFS” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,84% e 0,71%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram marceneiros – 2,24% do total das matrículas - preferiram o curso “Desenho”, com 21,95%; “Ferroviário”, 21,14%; “Mecânica”, 12,20%; “Vocacional”, 10,57%; “Marcenaria”, 9,76%; “Plástica”, 8,94%; “Matemática Aplicada”, 8,13%; e, “Aperfeiçoamento EFS”, com 4,88%. “Tecelagem” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 1,63% e 0,81%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram mecânicos – 2,23% do total das matrículas - preferiram o curso “Mecânica”, com 25,41%; “Matemática Aplicada”, 18,85%; “Desenho”, 15,57%; “Vocacional”, 13,11%; “Ferroviário”, 12,30%; “Marcenaria”, 6,56%; “Tecelagem” e “Plástica”, ambos com 3,28%. “Aperfeiçoamento EFS” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 1,64% e 0%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram pedreiros – 2,23% do total das matrículas - preferiram o curso “Mecânica” e “Vocacional”, com 17,21% cada; “Desenho”, 16,39%; “Ferroviário”, 11,48%; “Plástica”, 10,66%; “Matemática Aplicada”, 9,84%; “Marcenaria”,

9,02%; “Tecelagem”, 5,74%. “Aperfeiçoamento EFS” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,46% e 0%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram ferreiros – 1,77% do total das matrículas - preferiram o curso “Ferroviário”, com 21,65%; “Aperfeiçoamento EFS”, 19,59%; “Matemática Aplicada”, 114,43%; “Mecânica”, 13,40%; “Vocacional”, 10,31%; “Desenho”, 7,22%; “Marcenaria”, 6,19%, e “Tecelagem”, com 4,12%. “Plástica” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,06% e 1,03%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram alfaiates – 1,57% do total das matrículas - preferiram o curso “Vocacional”, com 25,58%; “Mecânica”, 20,93%; “Ferroviário”, 19,77%; “Desenho”, 6,98%; “Marcenaria”, “Matemática Aplicada”, “Aperfeiçoamento EFS”, e “Plástica”, com 5,81% cada. “Tecelagem” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,33% e 1,16%, foram os menos procurados.

A preferência dos alunos cujos responsáveis se declararam proprietários e/ou capitalistas – 1,39% do total das matrículas - recaiu sobre o curso “Mecânica”, com 18,42%; 15,79% preferiram “Desenho” e “Ferroviário”; 13,16%, “Matemática Aplicada”; 11,84%, “Vocacional”; 10,53%, “Marcenaria”; 5,26%, “Tecelagem”; e, 3,95%, “Química Agrícola”. “Plástica” e “Aperfeiçoamento EFS” com 2,63% cada, foram os cursos menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram sapateiros – 1,26% do total das matrículas - preferiram o curso “Mecânica”, com 33,33%; “Marcenaria”, 14,49%; “Matemática Aplicada”, “Vocacional”, e “Ferroviário”, cada um com 11,59%; “Desenho”, 10,14%; “Tecelagem” e “Aperfeiçoamento EFS”, ambos com 2,90%. “Plástica” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 1,45% e 0%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram pintores – 1,15% do total das matrículas - preferiram o curso “Mecânica”, com 25,40%; “Vocacional”, 20,63%; “Ferroviário”, 17,46%; “Marcenaria” e “Plástica”, ambos com 11,11%; “Matemática Aplicada”, 7,94%; “Aperfeiçoamento EFS”, 4,76%, e “Desenho” com 1,59%. “Tecelagem” e “Química Agrícola”, ambos com 0% foram os menos procurados.

Os quadros 15 e 16 (páginas 124 e 125), fornecem informações sobre a distribuição urbana, referente à nacionalidade, dos responsáveis pelos alunos e alunas. Neste sentido, 17 nacionalidades diferentes foram apontadas pelas alunas e 22 pelos alunos, destacando-se, respectivamente, a brasileira, com 58,1% e 61,89%; a italiana, com 17,46% e 15,76%; a espanhola, com 8,98% e 6,44%; a portuguesa, com 5,91% e 4,34%; e a Síria, com 3,34% e 1,55%.

Dentre as alunas e alunos moradores do Centro, os descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 60,91% e 66,79%; de italianos 18,33% e 17,95%; de portugueses 6,17% e 4,07%; de espanhóis 5,93% e 4,07%; e as de sírios 4,21% e 1,99%. Por outro lado, considerando apenas descendentes de brasileiros e moradores do centro, 59,02% eram do sexo feminino e 42,57% do masculino; 17,99% e 28,04%, respectivamente, moravam no Além Linha; 10,80% e 12,71% moravam no Além Ponte; 5,57% e 7,87% moravam em outras cidades; 3,33% e 3,86% moravam no Cerrado; 2,24% e 4,42% não declararam bairro de moradia; e 1,03% e 0,53% moravam em Pinheiros/Lajeado. Dos descendentes de italianos, 59,08% e 44,86% moravam no Centro; 18,36% e 32,37% moravam no Além Linha; 10,71% e 8,90% moravam no Além Ponte; 5,93% e 6,01% moravam em outras cidades; 2,87% e 4,05% não declararam bairro de moradia; 2,49% e 3,47% moravam no Cerrado, e 0,57% e 0,35% moravam em Pinheiros/Lajeado. Dentre os descendentes de portugueses, 58,76% e 36,97% se declararam moradores do Centro; 25,99% e 34,03% do Além Linha; 5,65% e 11,34% do Além Ponte e outros 5,65% e 8,40% do Cerrado; 2,26% e 3,78% não declararam bairro de moradia, e, 1,69% e 5,46% moravam em outras cidades. Dos descendentes de espanhóis, 37,17% e 24,93% moravam no Centro; 34,94% e 39,09% moravam no Além Ponte, conhecido como o reduto dos espanhóis; 14,13% e 19,25% no Além Linha; 7,43% e 9,92% em outras cidades; 3,72% e 0,00% em Pinheiros/Lajeado, bairro próximo do Além Ponte; e 2,60% e 4,82% não declararam bairro de moradia. Dentre os descendentes de sírios, 71% e 50,59% se declararam moradores do Centro; 19% e 12,94% do Além Linha; 4% e 10,59% do Além Ponte e outros 4% e 14,12% de outras cidades; 2% e 2,35% não declararam local de residência.

Das alunas e alunos moradores do Além Linha: os descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 58,07% e 64,65%; descendentes de italianos 17,81% e 19,03%; descendentes de portugueses 8,53% e 5,51%; descendentes de espanhóis 7,05% e 4,62%; e descendentes de sírios 3,53% e 0,75%.

Responsáveis moradores do Além Ponte tiveram suas nacionalidades computadas da seguinte forma: descendentes de brasileiros, do sexo feminino e masculino representavam, respectivamente, 51,09% e 59,21%; os descendentes de italianos, 15,22% e 10,59%; os descendentes de portugueses, 2,72% e 3,71%; os descendentes de espanhóis, 25,54% e 18,98%; e os descendentes de sírios, 1,09% e 1,24%.

Dentre as alunas e alunos moradores do Pinheiros/Lajeado, descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 56,25% e 72,00%; os descendentes de italianos, 9,38% e 12,00%; as descendentes de espanhóis, 31,25%; .

Alunas e alunos moradores do Cerrado: descendentes de brasileiras representavam, respectivamente, 68,24% e 64,85%; descendentes de italianos, 15,29% e 14,85%; descendentes de portugueses, 11,76% e 9,90%; os descendentes de espanhóis, 3,47%; e, os descendentes de sírios, 3,96%.

Das moradoras e moradores de outras cidades, os descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 59,51% e 67,77%; os descendentes de italianos, 19,02% e 13,20%; os descendentes de portugueses, 1,84% e 3,30%; os descendentes de espanhóis, 12,27% e 8,88%; e os descendentes de sírios, 2,45% e 3,05%.

Dentre aquelas e aqueles que não declararam endereço de moradia, os descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 31,97% e 30,00%; os descendentes de italianos, 12,30% e 7,00%; os descendentes de portugueses, 3,28% e 1,80%; os descendentes de espanhóis, 5,74% e 3,40%; e os descendentes de sírios, 1,64% e 0,40%. Não declararam nacionalidade, 48,60% e 55,60%.

Quadro 15 – distribuição urbana dos responsáveis (seção feminina – turnos diurno e noturno)

Resumo (1929 - 1941) - Nacionalidade e residência - feminino - todos os cursos																							
Nacionalidade	Centro			Além Linha			Além Ponte			Pinheiros			Cerrado			Outras cidades			Sem Declarar			Total	
	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	%
Alemã	5	0,30	50,00	3	0,56	30,00	1	0,27	10,00	0	0,00	0,00	1	1,18	10,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	10	0,33
Austríaca	12	0,71	54,55	0	0,00	0,00	5	1,36	22,73	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	3,07	22,73	0	0,00	0,00	22	0,73
Brasileira	1027	60,91	59,02	313	58,07	17,99	188	51,09	10,80	18	56,25	1,03	58	68,24	3,33	97	59,51	5,57	39	31,97	2,24	1.740	58,10
Dinamarquesa	0	0,00	0,00	2	0,37	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,07
Egípcia	3	0,18	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
Espanhola	100	5,93	37,17	38	7,05	14,13	94	25,54	34,94	10	31,25	3,72	0	0,00	0,00	20	12,27	7,43	7	5,74	2,60	269	8,98
Francesa	4	0,24	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Inglesa	0	0,00	0,00	2	0,37	50,00	2	0,54	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Italiana	309	18,33	59,08	96	17,81	18,36	56	15,22	10,71	3	9,38	0,57	13	15,29	2,49	31	19,02	5,93	15	12,30	2,87	523	17,46
Japonesa	1	0,06	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Libanesa	2	0,12	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,07
Norte-Americana	2	0,12	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,82	33,33	3	0,10
Polonesa	4	0,24	57,14	3	0,56	42,86	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	0,23
Portuguesa	104	6,17	58,76	46	8,53	25,99	10	2,72	5,65	0	0,00	0,00	10	11,76	5,65	3	1,84	1,69	4	3,28	2,26	177	5,91
Romena	2	0,12	25,00	0	0,00	0,00	4	1,09	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	1,64	25,00	8	0,27
Russa	13	0,77	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	13	0,43
S/Declarar	27	1,60	25,23	17	3,15	15,89	4	1,09	3,74	1	3,13	0,93	3	3,53	2,80	3	1,84	2,80	52	42,62	48,60	107	3,57
Síria	71	4,21	71,00	19	3,53	19,00	4	1,09	4,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	2,45	4,00	2	1,64	2,00	100	3,34
Total																							
Qtde.	1.686	100,00	56,29	539	100,00	18,00	368	100,00	12,29	32	100,00	1,07	85	100,00	2,84	163	100,00	5,44	122	100,00	4,07	2.995	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro preparado pelo autor.

Quadro 16 – distribuição urbana dos responsáveis (seção masculina – turnos diurno e noturno)

Resumo (1929 - 1941) - Nacionalidade e residência - masculino - todos os cursos																							
Nacionalidade	Centro			Além Linha			Além Ponte			Pinheiros			Cerrado			Outras cidades			Sem Declarar			Total	
	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	%
Alemã	22	1,02	35,48	31	2,11	50,00	2	0,28	3,23	0	0,00	0,00	1	0,50	1,61	1	0,25	1,61	5	1,00	8,06	62	1,13
Argentina		0,00	0,00	1	0,07	33,33	1	0,14	33,33	0	0,00	0,00	1	0,50	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Armena	1	0,05	50,00	0	0,00	0,00	1	0,14	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,04
Austríaca	4	0,19	36,36	1	0,07	9,09	5	0,69	45,45	0	0,00	0,00	1	0,50	9,09	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	11	0,20
Belga	1	0,05	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02
Brasileira	1444	66,79	42,57	951	64,65	28,04	431	59,28	12,71	18	72,00	0,53	131	64,85	3,86	267	67,77	7,87	150	30,00	4,42	3.392	61,89
Espanhola	88	4,07	24,93	68	4,62	19,26	138	18,98	39,09	0	0,00	0,00	7	3,47	1,98	35	8,88	9,92	17	3,40	4,82	353	6,44
Francesa	2	0,09	40,00	1	0,07	20,00	2	0,28	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	0,09
Grega	2	0,09	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,04
Húngara	0	0,00	0,00	3	0,20	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Italiana	388	17,95	44,86	280	19,03	32,37	77	10,59	8,90	3	12,00	0,35	30	14,85	3,47	52	13,20	6,01	35	7,00	4,05	865	15,78
Japonesa	0	0,00	0,00	4	0,27	57,14	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,60	42,86	7	0,13
Libanesa	2	0,09	66,67	0	0,00	0,00	1	0,14	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Norte-Americana	1	0,05	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02
Polonesa	12	0,56	80,00	3	0,20	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	15	0,27
Portuguesa	88	4,07	36,97	81	5,51	34,03	27	3,71	11,34	0	0,00	0,00	20	9,90	8,40	13	3,30	5,46	9	1,80	3,78	238	4,34
Romena	2	0,09	50,00	0	0,00	0,00	2	0,28	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,07
Russa	8	0,37	72,73	3	0,20	27,27	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	11	0,20
S/Declarar	38	1,76	9,52	33	2,24	8,27	29	3,99	7,27	4	16,00	1,00	3	1,49	0,75	14	3,55	3,51	278	55,60	69,67	399	7,28
Síria	43	1,99	50,59	11	0,75	12,94	9	1,24	10,59	0	0,00	0,00	8	3,96	9,41	12	3,05	14,12	2	0,40	2,35	85	1,55
Sueca	5	0,23	83,33	0	0,00	0,00	1	0,14	16,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	6	0,11
Suiça	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,14	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,20	50,00	2	0,04
Uruguaia	11	0,51	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	11	0,20
Total																							
Qtde.	2.162	100,00	39,45	1.471	100,00	26,84	727	100,00	13,26	25	100,00	0,46	202	100,00	3,69	394	100,00	7,19	500	100,00	9,12	5.481	100,00

Fonte: Livro Registro de Matrículas. Quadro preparado pelo autor.

A pesquisa revela, também, que, em média, os cursos diurnos possuíam 42 alunos por sala de aula e os noturnos, 38, a seção masculina, 41 e a feminina, 44; a frequência às aulas, para ambas as sessões, era, para o período diurno, superior a 83%, e, no período noturno, 81%; 22 eram os dias letivos mensais. Os quadros 17 e 18 refletem esses dados.

Quadro 17 – Taxa de ocupação das classes

Média dos alunos por classe						
Ano	Fem	Masc	diurno	noturno	geral	Qtde classes
1929	56,58	39,44	46,62	37,36	39,92	13
1930	52,74	32,20	41,43	35,78	39,11	13
1931	48,53	30,71	39,62	39,77	38,69	19
1932	50,83	36,85	43,84	42,71	43,28	18
1933	31,52	43,83	37,58	42,10	40,41	15
1934	24,00	67,54	45,78	33,67	39,06	15
1935						
1936						
1937						
1938					36,40	15
1939					39,28	16
1940					38,59	15
1941					36,99	16
1942					35,18	17
Média geral						
Qtde.	44,03	41,76	42,48	38,56	38,81	15,50

Fonte: Mapa de Movimentos. Quadro preparado pelo autor.

Quadro 18 - Índice de frequência

Média de Frequência						
Ano	Masc Diur	Fem Diurn	Masc not	Fem not	geral	Dias Letivos
1929	81,01	81,26			81,14	25,60
1930	85,54	85,93			85,74	21,11
1931	84,78	81,01	82,26	76,04	81,02	23,00
1932	73,79	78,58	73,35	83,00	77,18	21,00
1933	82,87	81,31			82,09	
1934	84,05	86,20			85,13	22,50
1935						
1936						
1937						
1938	84,62	83,70	79,18	80,53	82,01	21,63
1939	84,31	85,76	80,09	84,41	83,64	23,00
1940	84,78	85,74	82,42	83,83	84,19	23,10
1941	86,32	83,17	81,75	80,82	83,01	22,70
1942	88,57	86,67	88,45	84,46	87,04	22,60
Média geral						
Qtde.	83,69	83,57	81,07	81,87	82,93	22,62

Fonte: Mapa de Movimentos. Quadro preparado pelo autor.

5 O PAPEL DA ESTRADA DE FERRO SOROCABANA E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA PROFISSIONAL *MIXTA* DE SOROCABA: ALGUNS ASPECTOS

Neste capítulo são tratados o processo ensino e aprendizagem utilizado na instituição escolar; a relação entre a Estrada de Ferro Sorocabana e a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba; e, considerações sobre os concluintes.

A inexistência de mão de obra nacional especializada fomentou, em Sorocaba, assim como em outras regiões, a importação de operários das mais diversas nacionalidades. Nas duas primeiras décadas do século XX, o quadro de trabalhadores das organizações sorocabanas era composto, notadamente, por operários originários do continente europeu, com alguma experiência em entidades que defendiam os interesses da classe trabalhadora. O declínio da importação de mão de obra, a proibição pelo governo da continuidade de exploração do trabalho infantil e as reivindicações ocorridas entre 1910 e 1920, pela redução da jornada de trabalho, pela melhoria dos salários e contra os abusos cometidos pelos empresários, motivaram a classe dirigente a preparar cientificamente, isto é, por meio de escolas, a mão de obra necessária. Neste sentido, segundo Moraes (1990, p. 228), o Código de Educação implantado por Fernando de Azevedo, em 1933, concretizou

uma antiga reivindicação dos reformadores: a institucionalização da carreira do magistério profissional. A substituição dos “antigos mestres”, geralmente de origem estrangeira e formados empiricamente nas oficinas e, por isso mesmo, portadores de graves vícios técnicos e de valores perniciosos, exigia urgente solução. Os novos mestres, “cientificamente preparados”, dentro dos preceitos pedagógicos modernos, exerceriam benéfica influência sobre seus futuros alunos. As alterações introduzidas nos currículos das escolas visavam atender às “necessidades impostas pela experiência adquirida.”

Recorrendo a Horacio Silveira, continua Moraes, na página 228, informando que o

“acelerado ritmo de progresso” das indústrias “aumentava cada vez mais a necessidade de obreiros dotados de técnica mais aperfeiçoada.” E perguntava: “como atender, na medida do possível, essa carência de mão de obra especializada?” A resposta seria empreender a racionalização do processo de ensino aprendizagem, de modo a garantir que se pudesse qualificar, no menor tempo, o número e o tipo de trabalhadores requisitados pelo mercado industrial.

Ainda referente ao assunto, porém visto de forma abrangente, é muito reveladora a análise que faz Carvalho (2003) sobre os discursos e pensamentos reinantes na ABE

relacionados à organização do trabalho e a educação integral em oposição ao que se entendia por instrução pura e simples. Escreve a autora, nas páginas 50 e 51, que

Embora seja difícil de precisar o que se entendia pela formulação, é possível afirmar que significava um conjunto de dispositivos que distribuem, integram, dinamizam, aparecendo com referenciais diversos. Referida à escola, a expressão designa medidas de racionalização do trabalho escolar sob o modelo da fábrica, tais como: tecnificação do ensino, orientação profissional, testes de aptidões, rapidez, precisão, maximização dos resultados escolares, etc. Designa também o funcionamento da escola na hierarquização dos papéis sociais, formando elites condutoras e povo produtivo. Referida ao país, a expressão designa um conjunto de dispositivos de integração nacional (como os propostos pelo Club dos Bandeirantes do Brasil) e de distribuição ordenada das populações por diversas atividades produtivas. Referida às populações pobres, aparece como disciplinamento, pela distribuição regrada das populações em espaços adequados, pela regulamentação controlada do lazer e do trabalho. Nesta acepção, englobava medidas destinadas a atenuar conflitos de classe e a aumentar a produtividade do trabalhador, envolvendo questões de saúde e de moral, com o objetivo de adequar a vida cotidiana do operário às exigências do trabalho industrial na ordem capitalista.

5.1 O processo de ensino e aprendizagem

Ao analisar o curso de mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, Moraes (1990, p. 219), escreve que

visava-se a formação integral do obreiro, capaz de dominar todas as elaborações da mesma matéria-prima – sua única especialidade – alternando-se apenas na aprendizagem das operações técnicas em que se apoiavam os exercícios fundamentais da arte escolhida. Conforme o método proposto por Victor Della Vos, os alunos deveriam executar, nos três anos de mecânica, todas as séries educativas e tecnológicas. Terminada a série preparatória, ‘educativa e média’, os trabalhadores começavam a produzir profissionalmente. Os trabalhos iniciais, baseados no sistema *Slojd*, tinham por objetivo iniciar os alunos no manejo dos instrumentos, de acordo com alguns princípios de ordem higiênica e fisiológica.

Os métodos Della Vos foram apresentados, pela primeira vez, segundo Moraes (1990, p. 206),

na Exposição de Viena, em 1873, e imediatamente incorporados pelas escolas alemãs e francesas. Três anos depois, na Exposição Industrial da Filadélfia, o presidente do Instituto Tecnológico de Boston, professor John Runkle, publica um ensaio, recomendando a adoção do método da Escola Técnica de Moscou em “todas as escolas profissionais dos Estados Unidos.” Foi também por meio destas exposições internacionais [...] e ainda por meio

de contatos com as universidades europeias e norte-americanas, especificamente a de Boston, que a classe dominante paulista tomou conhecimento destas experiências de ensino.

Estes métodos de ensino objetivavam “diminuir o tempo de aprendizagem; controlar, por meio de procedimentos simples e rápidos, o avanço dos alunos nos estudos práticos e, finalmente, dar ao ensino técnico um caráter sistemático, capaz de fazer dele um novo meio de adquirir conhecimentos úteis” (MORAES, 1990, p. 206).

Porém, Moraes (idem, ibidem) ressalta que “não há condições de avaliar até que ponto estas concepções permearam a proposta de educação profissional do Liceu de São Paulo. No entanto, é perceptível a coincidência de objetivos e de procedimentos”. Neste sentido, como se verá mais adiante, é importante destacar que os conceitos descritos e aplicados na Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba foram importantes para o alcance das metas estabelecidas pelos industriais no que tange à formação do trabalhador.

O sistema *Slojd*, segundo Moraes (1990, p. 219),

consiste em uma determinada metodologia de ensino, desenvolvida na Dinamarca por Axel Mikkelsen, que considera o trabalho manual como o principal meio educativo, na escola, para disciplinar moralmente o educando e desenvolver-lhe o amor pelo trabalho. O sistema *slojd* está baseado em alguns princípios higiênicos e pedagógicos que devem ter sido adaptados para uso nas escolas profissionais. O ensino profissional deveria ir ao encontro do operário, assim como a escola primária vai ao encontro da criança. No que se refere aos princípios pedagógicos, “eram os mesmos de todo ensino elementar”: a matéria era dividida em seus elementos e os exercícios realizados um após o outro, em seriação crescente, de acordo com as “leis da pedagogia”. Os alunos deveriam produzir objetos de diversas naturezas, como, por exemplo, brinquedos, objetos de uso doméstico, aparelhos de física, etc, empregando modelos de dificuldades gradativas. Quanto à higiene, os princípios prescreviam que os trabalhos fossem realizados em posições definidas do ponto de vista fisiológico e que os utensílios, escolhidos segundo indicações higiênicas, estivessem adaptados à força da criança: que o aluno empregasse alternadamente a mão direita e a esquerda, etc.

Com relação ao curso de ferroviários, segundo Weinstein (2000, p. 96), “desde a época em que fundou seu curso de Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios, Roberto Mange vinha mantendo estreito contato com empresas ferroviárias de São Paulo, as maiores empregadoras de mecânicos qualificados para serviços de operação e de manutenção. Posteriormente, Gaspar Ricardo Junior, diretor da Estrada de Ferro Sorocabana e defensor entusiasta da racionalização, convidou Mange para colaborar mais ativamente em sua firma.” O engenheiro Roberto Mange, professor de desenho de máquinas na Escola Politécnica de

São Paulo, crítico severo da forma como os aprendizes aprendiam seus ofícios, e Gaspar Ricardo Junior foram membros fundadores do IDORT. Segundo Weinstein (2000), Mange viajou, em 1929, para a Alemanha, para inteirar-se dos últimos avanços no treinamento de aprendizes para o trabalho em ferrovias. Voltou em 1930 e fundou, experimentalmente, o Serviço de Ensino e Seleção Profissional (SESP) da Sorocabana. Os métodos de aprendizagem, por meio de etapas progressivas, utilizados nos cursos promovidos pelo SESP, aliados ao uso da psicotécnica, que utilizava “princípios da ciência psicológica e da psicometria”, conforme descrito por Salvadori (2012, p. 2), para a seleção e orientação dos aprendizes, tornaram-se a vitrine dos projetos de Mange. Com os resultados obtidos pelas experiências realizadas com alunos do SESP, e amplamente divulgados, inclusive pela Revista do IDORT, em poucos anos “muitas outras ferrovias procuraram participar do programa de formação profissional de Roberto Mange, o que levou à formação em 1934, do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP)” (WEINSTEIN, 2000, p. 98). Os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional (CFESP) foram extintos pelo Decreto-Lei nº 14.550 de 21 de fevereiro de 1945, o qual cria os Serviços de Ensino e Seleção Profissional - SESP – (anexo R). Considera-se, entretanto, segundo Salvadori (2012, p. 3), que é “no interior desse projeto autoritário de modernidade – cuja implantação, contudo, não ocorre sem resistências – que devem ser pensadas as propostas de educação profissional em geral e de formação do ferroviário em particular.”

Analisar as práticas desses Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), conforme Salvadori (2012, p. 3), implica em

Considerar as especificidades desta escola que, embora se diferenciasse das demais, de “ensino” regular, chamava para si procedimentos que estavam vinculados claramente à educação naquele período: organização de classes homogêneas, seleção de alunos, orientação vocacional, seriação, exames, crença no papel regenerador da educação, vinculação entre escola, educação, higiene e saúde como vetores para a construção da nação e, em especial, a inclusão dos conhecimentos produzidos pela psicologia experimental então considerados alicerces de uma pedagogia científica.

Simultaneamente, continua a autora (p. 3),

Os Centros eram também fábricas nas quais os alunos, enquanto aprendiam, produziam peças que eram efetivamente utilizadas na ferrovia e nas quais os símbolos do trabalho fabril eram bastante evidentes: as máquinas, os uniformes de trabalho, os logotipos das companhias, a distribuição dos espaços, entre outros. E, ainda, estudar tais centros ajuda a pensar sobre os significados sociais atribuídos à juventude ou, antes disso, o modo como

essa categoria foi pensada e construída naquele período, particularmente com a influência dos saberes médico, biológico e psicológico.

Os entrevistados corroboram as afirmações da pesquisadora. Jardel Pegoretti, o segundo entrevistado, explica o horário de funcionamento da escola, dizendo:

Conforme a matéria nós entrávamos às 7 horas e o encerramento era às 11 horas. Entre 11 e 13 horas, que seria o nosso retorno ao lar, o almoço. Nós tínhamos que estar lá no lajeado, que era o Fernando Prestes, às 13 horas, que seria a aula prática do aprendiz da profissão. Era das 13 às 17 horas, com 20 ou 15 minutos de lanche no meio do período. Aos sábados nós entrávamos às 7 horas saíamos ao meio dia. Era um horário normal de trabalho, de indústria.

Sobre o local das aulas, continua o entrevistado:

Quando cheguei na escola, aqui na Barão do Rio Branco esquina com a Álvaro Soares, existia a escola que era um sobradão e de lado tinha um pátio e eu olhava aquelas coisas – eu me perguntava “por que será que tem isso aqui?” – eram os pilares de sustentação disso, sustentação daquilo, eixos de máquinas, que estavam jogadas e eu não entendia porque que estavam lá e nunca ninguém me explicou. Mais tarde, bem mais tarde, agora depois de adulto, já na fase do idoso que eu fiz um livro sobre a fundação da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro, fazendo a pesquisa, o começo da ferrovia foi no centro da cidade e até hoje não entendo o porquê.

O Professor Milton Marinho Martins, o primeiro entrevistado, esclarece que as aulas teóricas e práticas do curso Ferroviário ocorriam no prédio da Sorocabana, evitando-se o deslocamento dos alunos:

Era um prédio grande, ainda existe lá, é fácil de ver, tiraram as divisórias, eram divisórias de madeira, um prédio bom, bem aconchegante. As salas de aulas, diretoria, as instalações sanitárias, etc.,etc. A gente podia entrar tanto pelo portão lateral como pelo portão de entrada dos viajantes da estação. A oficina ficava ao lado das grandes oficinas da Sorocabana lá dentro do terreno da Estrada. Era um barracão enorme, um prédio grande.[...] A nossa oficina era uma oficina completa.

As aulas dos outros cursos ocorriam na Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, no prédio “balança mas não cai”, situado na Rua Barão do Rio Branco esquina com a Rua Dr. Álvaro Soares. Professor Milton diz que “passando na rua via o forno. Tinha Fundação, Marcenaria. Faziam móveis. Esse móvel aí foi feito lá, nem cupim não deu. Esse aí quem fez foi o mestre de marcenaria que fez para mim.” Enfatizando a separação dos cursos da Escola Profissional e da Sorocabana, continua dizendo que “todos foram sempre independentes. E na

Profissional eram os cursos Tecelagem, Marcenaria, Fundição, e outros que não me lembro porque tinham muito menos.”

No intuito de conseguir alunos adequados aos interesses dos industriais, ressalta-se a importância dos especialistas no direcionamento desses alunos – segundo suas qualidades individuais - aos cursos mais apropriados. Neste sentido é importante destacar as atividades desenvolvidas por Roberto Mange em conjunto com Lourenço Filho, companheiros que eram no IDORT, atividades essas relacionadas com a psicotécnica e que contribuíram para deixar sua marca no movimento escolanovista brasileiro. A proposta de “educação científica”, segundo Moraes (1990, p. 214),

baseada nos princípios tayloristas e nos fundamentos da psicotécnica, implicou o aparecimento de novas diretrizes no campo da educação e acabou por fazer parte do projeto da Escola Nova, sendo o seu mais entusiasta propagandista e difusor o professor Lourenço Filho. Tal influência se torna mais decisiva com a reativação do Gabinete de Psicologia Experimental da Escola Normal da Praça, em 1925, e, no pós-30, com a criação de Gabinetes Psicotécnicos nas Escolas Profissionais oficiais e a organização do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), projetado pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e mantido pelas companhias ferroviárias com a colaboração das Secretarias do Estado. Na seção de ensino do Centro Ferroviário, sob a supervisão de Roberto Mange, inúmeros professores normalistas habilitaram-se na aplicação dos métodos de ensino e procedimentos didáticos desenvolvidos pelo engenheiro e os difundiram, mais tarde, pelas escolas estaduais.

O professor Milton esclarece o processo seletivo para ingresso do aluno na Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba . Relembra ele que

Existia o exame de admissão. O exame de admissão era para alunos maiores de 14 anos. O exame era de matemática, português, geografia e história, a parte teórica. Para o Curso de Formação de Transportes era só isso. Mas para os que iriam para o setor de oficina tinha a parte prática, exame prático. Havia uma bomba de “chutes”, uma bomba aspirante premete, pequena, miniatura. Essa é outra história engraçada, também. Vinha um inspetor de São Paulo só para aplicar esse teste, no candidato, depois de aprovado no exame teórico. Punha o aluno na mesa, o inspetor punha a bombinha na mesa e falava: “tem um aparelhinho aqui para você montar. Quanto mais rápido você montar a bombinha, melhor; se você não souber montá-la, tudo bem; se você começar monta-desmonta é ponto negativo; se você fizer a montagem de uma vez e permanecer à vontade sem desmontar, melhor ainda.” Dava algumas instruções ao aluno e marcava no cronômetro. Tinha um tempo certo para a montagem, meia hora para cada um, não lembro bem. Vinha um inspetor só para isso.

Continua o professor Milton descrevendo, com desenvoltura, como aconteceu a própria participação como avaliador no exame prático. Diz ele que

ficava por ali e assistia tudo isso e não era bicho de sete cabeças, depois de dois ou três anos mudaram tudo. Disseram-me: “não há necessidade que venha alguém de São Paulo para Sorocaba para aplicar o teste da bombinha. O senhor mesmo pode fazer isso.” Lá passei eu a aplicar o teste da bombinha que era para verificar a aptidão do aluno na parte mecânica. Tinha o teste.

Com os resultados dos testes, os alunos eram encaminhados às áreas de interesse da ferrovia. O professor Milton explica como se dava o direcionamento dos estudantes. Depois que começavam as aulas

a primeira série era estudo geral e oficina também. Eles passavam um pouquinho em cada setor para ver a aptidão dele. No fim do primeiro ano é que definia o setor que ele iria. Os mais inteligentes, os mais aplicados iam para eletricidade, tornearia, etc. Os demais tinham que se contentar com as vagas existentes em ajustagem, ferraria, marcenaria, etc. No segundo ano em diante cada um ia na sua própria bancada, no seu próprio setor.

Neste sentido, Salvadori(2012) conclui na página 4,

O que se observa é a valorização do diagnóstico do especialista – o médico, o psicólogo e o engenheiro – nos processos de recrutamento de futuros alunos em detrimento da vontade do sujeito, da sua escolha, o que significa pensar em estratégias de poder muito próprias da modernidade que, pautadas por um padrão iluminista de ciência e de racionalidade, justificam-se e ganham legitimidade. Assim, o princípio dessa nova formação era o apagamento da condição do trabalhador ferroviário em relação ao seu pertencimento a um grupo e um esforço por dar-lhe uma nova identidade que, construída a partir do ingresso nos CFESP, vincula-se mais a atributos e qualidades individuais – dimensão do tórax, habilidades motoras, acuidade visual, rapidez de gestos, aspectos do desenvolvimento mental e emotivo, desenvoltura no tratamento com as séries metódicas – do que por uma experiência social compartilhada. Esta “sujeição do sujeito” buscava operar desde os processos de escolha dos futuros alunos até os cursos de aperfeiçoamento mantidos pela instituição.

A aplicação da psicotécnica na Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba foi iniciada em 1930 de forma experimental e consolidada definitivamente em 1935. A partir de 1931 sua aplicação foi estendida a todas as séries e todos os cursos sendo ela, segundo diretores da ferrovia, a responsável pela melhora do valor médio obtido pelos alunos nas provas comparativas, descritas mais adiante, aplicadas aos alunos do LAO, do CF e da Oficina de Sorocaba da EFS.

Especificamente sobre a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, é importante salientar que as anotações efetuadas nos boletins, para os cursos noturnos, no período analisado, somente faziam referência às disciplinas denominadas Teoria, Oficina ou Prática. Nesse sentido, as avaliações eram sempre aplicadas à Oficina ou a Prática, nunca à Teoria. Com relação aos cursos diurnos, até 1936, pode-se constatar avaliações efetuadas, na seção masculina, para as disciplinas Português, Matemática, Desenho e Plástica, além da Oficina ou Prática; na seção feminina, foram encontradas avaliações para Português, Matemática, Puericultura e Higiene, Desenho e Oficina. Em 1935, para o curso Ferroviário, surge a disciplina Ginástica; em 1936, aparece, para a seção feminina, Economia Doméstica; a partir de 1937, é incorporada às demais, para as duas seções, a disciplina Geografia e História. Assim, corroboram-se as afirmações efetuadas anteriormente, pelos historiadores, onde as disciplinas de cunho geral tinham pouco ou nenhum valor, mormente para os cursos noturnos; e, para os cursos diurnos, algumas tímidas alterações efetivamente se iniciaram a partir de 1937.

Com relação ao método de ensino praticado na Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, encontrado por meio do material analisado e pertencente ao acervo da instituição, bem como em cadernos de séries metódicas existentes no museu ferroviário, percebe-se, a partir de 1940, segundo Ferretti e Silva Jr. (2006, p. 67), “a abundância de material didático a partir deste período, ao lado de uma escassez no período anterior, com início em 1929.” Os autores continuam, (p. 69), informando que

os materiais são organizados de modo a proporcionar a execução de tarefas com o apoio das Folhas de Instrução, tendo por base a organização por grau de dificuldades, evitando o imprevisto e promovendo um grau de sistematização de tarefas. Para cada espécie de trabalho há uma série de tarefas e operações que levam o aluno à progressão de seus conhecimentos sobre a prática de corte. Para tanto, para cada tecnologia há um conjunto correlato de tarefas que devem ser executadas.

Em relação à função do professor, Ferretti e Silva Jr (2006, p. 71) escrevem:

ao professor cabe a orientação e acompanhamento da evolução dos trabalhos, devendo dominar, ele próprio, cada uma das técnicas. O material, portanto, tem a característica de proporcionar ao aluno a execução, de modo individualizado, do passo a passo de cada uma das etapas necessárias à aprendizagem do ofício, tendo o professor o papel de corrigir, controlar e evitar erros no processo de execução das atividades do aluno.

Prosseguem explicando (p. 72):

o uso das séries metódicas retira do mestre instrutor a centralidade do processo ensino-aprendizagem, se seguida à risca e supondo que a apropriação do professor mantenha um alto grau de identidade com o material didático, realizado nas oficinas de trabalho, enfatizando um processo menos industrial e mais escolar, sendo o professor um coordenador e controlador das atividades do aluno.

Os autores (p. 72) ressaltam que, “ainda que alguns dos textos didáticos não se baseiem nas séries metódicas o foco consiste no desenvolvimento de habilidades práticas.”

Jardel Pegoretti, um dos entrevistados neste trabalho, destaca as qualidades dos professores da Escola Profissional de Sorocaba. Diz ele na entrevista:

Trago a recordação de professores como Camilo Badin, professor de português. Camilo Badin mais tarde ele foi requisitado para trabalhar na Assembleia, tinha um bom português, era muito bonito o português dele. E o professor Mario Pinheiro, de matemática, muito exigente, austero. O interessante é que nós tínhamos duas horas de aulas, ou uma hora de aula, e não se ouvia uma mosca voando na sala, porque os professores: ou você aprende ou cai fora! A ordem era essa! Aí nós nos dedicávamos e estudávamos.

Professores renomados na cidade lecionavam na Escola Profissional e a tornavam uma escola requisitada. Jardel Pegoretti cita especificamente os professores de Artes e de Desenho quando explica que

Tínhamos também o professor Ernesto Biancalana, professor de artes. Na época existiam umas caixas e tinha um tipo de um barro que a gente tinha que modular esculturas, ou outra coisa qualquer, em sala de aulas; nunca esqueço dele. Um detalhe: a maior parte daquelas obras de arte que temos no Cemitério da Saudade, anjos, estátuas de santos e outras coisa mais, obras de Ernesto Biancalana, era um artista nato. Muito bonito! [...]Nós tínhamos na aula teórica de desenho um dos grandes professores que eu nunca esqueci dele também. Só lembro o sobrenome dele: professor Deluno. Mais tarde montou para ele mesmo um curso de desenho.

Os pesquisadores Ferretti e Silva Jr (2006, p. 71) explicam também que “uma das características marcantes da formação do trabalhador taylorista consiste na separação entre teoria e prática, ainda que a base científica (geometria, cálculos, conceitos), os quais levam à classificação, comparação, dedução, estão presentes no material didático.” Neste sentido, é interessante observar que os boletins referentes aos cursos noturnos só apresentavam avaliação para a disciplina “*Prática*” ou para aquela que tivesse o nome do curso, por exemplo, “*Plástica*”. A partir de 1939, os boletins só possuíam três colunas, uma para a “Teoria”, outra para a “Prática” e a última para a “Média”. A teoria nunca recebia avaliação e

a nota pode ser encontrada ora na coluna “Prática”, ora na coluna “Média”. O professor Milton Marinho Martins, primeiro entrevistado, destaca que o aluno “tinha esses cadernos de orientação técnica que eles obedeciam – tudo distribuído pela Sorocabana.” Descreve, efusivamente, dizendo que as séries metódicas eram “maravilhosas! Maravilhosas! Cada aluno com seus próprios desenhos para executar as suas peças.”

A eficiência das séries metódicas (entendida como instrução racional) era destacada nos relatórios anuais da EFS. Para calcular o êxito obtido pelo método de ensino aplicado na escola no curso Ferroviário - CF, em 1931, a empresa estabeleceu comparações entre grupo de 23 alunos do LAO, 28 do CF e 21 da Oficina de Sorocaba da EFS. Entre 20 e 30 alunos de cada instituição se submeteram a executar,

em dia determinado, uma peça de prova adequada à capacidade de trabalho dos aprendizes, em condições de igualdade para todos, e procedeu-se a uma avaliação minuciosa do valor do trabalho, levando em conta os elementos: precisão, perfeição, acabamento, tempo e compreensão. Dessa avaliação resultou a classificação profissional objetiva, expressa em uma nota e baseada sobre o valor do trabalho propriamente dito, deixando de lado os diversos outros aspectos profissionais, que dificilmente poderiam ter sido expressos numericamente (RELATÓRIOSEFS, 1932, p. 259).

Na primeira prova aplicada os alunos tinham os seguintes tempos de estudos: do LAO - 9 meses de instrução racional; da EFS - 3 anos e 6 meses de instrução comum; do CF - 6 meses de instrução racional (RELATÓRIOSEFS, 1932, p. 259). As notas atribuídas para cada grupo foram as seguintes: LAO - 60,2; EFS - 50,4; CF - 50,4. Com apenas 14,2% de tempo de estudos sobre o ensino comum proporcionado pela ferrovia, os alunos da Profissional *Mixta* obtiveram a mesma nota do curso da EFS. Os resultados "justificam sobremaneira a adoção do ensino profissional racional na Sorocabana, como medida eficiente e econômica" (GALLI, 1962, p. 47). Entende-se que o formato anterior de treinamento de aprendizes era pouco eficiente e pouco eficaz, agravado pelos acidentes decorrentes da falha na preparação dos ferroviários, acidentes esses que frequentemente ocorriam em todas as indústrias.

O método foi utilizado anualmente até 1937, sendo que, a partir de 1932, os alunos submetidos à prova tinham 9 meses de estudos. Como citado anteriormente, a aplicação da psicotécnica na Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba foi, segundo diretores da ferrovia, a responsável pela melhora do valor médio obtido pelos alunos nas provas aplicadas.

Nota-se, ainda, que os desenhos das séries metódicas foram exaustivamente aplicadas durante os cursos da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba: em 1931 eram usados 80 desenhos; em 1937 esse número sobe para 208. O uso das séries metódicas foi crucial no

processo de preparação dos operários, modelo que fornecia aos alunos folhas de instrução que continham etapas, modelos e medidas de como desenvolver as tarefas solicitadas, reduzindo expressivamente o tempo de aprendizagem desses mesmos alunos.

Por meio das análises efetuadas, para os cursos noturnos masculinos e femininos, percebeu-se que as disciplinas teóricas não tinham avaliação alguma, sugerindo que as aulas eram estritamente práticas enfatizando à área de trabalho escolhida. Assim, nomes de disciplinas como “Prática”, “Oficina”, ou o próprio nome do curso, como “Desenho” ou “Plástica” recebiam avaliações. Mesmo para os cursos diurnos, as disciplinas oferecidas, como a Matemática, em substituição à Aritmética, Ginástica, Higiene e Geografia e História, entre outras, que só foram aparecer em 1935 ou depois, sugerem ser elas suporte ou apoio às disciplinas práticas. Quando comparadas às disciplinas oferecidas pelo, por exemplo, *Liceu Sorocabano*, escola também secundária, onde apareciam, 30 anos antes, Português e Latim, Francês e Inglês, Aritmética e Geometria, Álgebra e Trigonometria, História, Elementos de Ciências Naturais (Química, Física e História Natural), Escrituração Mercantil, Geografia e Cosmografia, Educação Moral e Cívica, compreendendo o estudo das Constituições Estadual e Federal, e Conhecimentos Práticos do Direito Pátrio, pode-se afirmar que o objetivo da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba era o de moralizar e instruir os seus alunos, sem se preocupar com a formação integral.

A instituição de Sorocaba, inicialmente denominada Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, enquadrou-se apenas por três anos como escola profissional primária, visto que, a partir de 1932 tem sua denominação alterada para Escola Profissional Secundária Mista de Sorocaba. Essa alteração de nome pouca ou nenhuma diferença fez em relação às disciplinas que seriam ministradas: a mudança só seria iniciada a partir de 1936, com a disciplina Economia Doméstica, e em 1937, com a disciplina Geografia e História. Estas alterações se conservaram até 1942 quando o Decreto-Lei federal nº 4.073, de 30/01/1942, promulgou a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, estabelecendo nova organização para esse tipo de ensino, no país (LAURINDO, 1962). Assim, a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, em seu artigo 59, estabelece as condições para que as instituições possam ministrar esse tipo de modalidade de ensino, bem como os motivos para a cassação ou suspensão de cursos, além de indicar que o Ministério da Educação forneceria orientação pedagógica.

A Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, inicialmente funcionando como primária, foi criada em 1921 e instalada em 1929, articulava-se com o ensino primário e forneceu cursos industriais básicos e de aperfeiçoamento. Destacam-se os cursos de Mecânica, Marcenaria,

Tecelagem, iniciados desde o começo da escola; o curso de Aperfeiçoamento da EFS e o curso Ferroviário, iniciados a partir de 1931, em acordo firmado pelo Estado com a EFS. Neste sentido entende-se que a escola foi instalada já adequada às exigências do mercado e da política, visto que os cursos oferecidos estavam estreitamente ligados à indústria, permitindo que, em curto espaço de tempo, a partir de 1933, obtivesse o *status* de secundária, sendo sua denominação alterada para Escola Profissional Secundária Mista de Sorocaba.

5.2 A relação entre a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba e a Estrada de Ferro Sorocabana

O Decreto nº 6.537, de 04/07/1934, estabelecia um sistema de cooperação entre as Diretorias das Estradas de Ferro do Estado, o Governo, municipalidades e empresas particulares. Nesse sentido, foram criados núcleos de ensino profissional, escolas com o objetivo de permitir o funcionamento de Cursos de Ferroviários, em localidades onde não existissem escolas profissionais. O núcleo de ensino profissional destinava-se, ainda, a auxiliar o ensino profissional de outras atividades industriais ou agrícolas, promovido pelas Prefeituras Municipais ou empresas particulares. Em diversas escolas profissionais do estado, foram criados e funcionaram, também, cursos de ferroviários. No início da década de 1930, desenvolve-se uma experiência significativa, segundo Ferretti e Silva Jr (2006, p. 19),

envolvendo a Escola Profissional Mista de Sorocaba, a Estrada de Ferro Sorocabana e o IDORT. Técnicos do IDORT vinham desenvolvendo estudos e experiências em torno da ideia de “conjuntos profissionais”, que surgiram a partir da junção de diversas profissões consideradas “vulgares” de um determinado ramo industrial. Constituída a partir de um meio termo entre o tradicional “ofício individual” e dos pressupostos da organização do trabalho taylorista, surgiu a ideia dos “conjuntos profissionais”, que envolvia uma série de atividades ligadas a uma determinada base industrial. Em 1931, a partir de um “conjunto profissional”, se desenvolveu a experiência no Curso de Ferroviários da Sorocabana, que, em razão de seus resultados, considerados excelentes por seus promotores, passou a ampliar sua esfera de ação, ampliando seu alcance para as demais ferrovias do estado de São Paulo, utilizando-se para isso do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.

O Curso de Ferroviários da Sorocabana teve início em 1931; o Núcleo de Ensino Profissional entrou em funcionamento em 1935; ambos funcionaram junto à Escola Profissional Mista de Sorocaba (FERRETTI; SILVA JR, 2006).

A criação do curso de Ferroviários aconteceu por meio do Decreto estadual número 6.537 de 04 de Julho de 1934.

Com relação ao curso de ferroviários,

desde a época em que fundou seu curso de Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios, Roberto Mange vinha mantendo estreito contato com empresas ferroviárias de São Paulo, as maiores empregadoras de mecânicos qualificados para serviços de operação e de manutenção. Posteriormente, Gaspar Ricardo Junior, diretor da Estrada de Ferro Sorocabana e defensor entusiasta da racionalização, convidou Mange para colaborar mais ativamente em sua firma (WEINSTEIN, 2000, p. 96).

O engenheiro Roberto Mange, professor de desenho de máquinas na Escola Politécnica de São Paulo, crítico severo da forma como os aprendizes aprendiam seus ofícios, e Gaspar Ricardo Junior foram membros fundadores do IDORT. Segundo Weinstein (2000), Mange viajou, em 1929 para a Alemanha, para inteirar-se dos últimos avanços no treinamento de aprendizes para o trabalho em ferrovias. Voltou em 1930 e fundou o Serviço de Ensino e Seleção Profissional (SESP) da Sorocabana. Os métodos de aprendizagem, por meio de etapas progressivas, utilizados nos cursos promovidos pelo SESP, aliados ao uso da psicotécnica, que utilizava “princípios da ciência psicológica e da psicométrica”, conforme descrito por Salvadori (2007, p. 2), para a seleção e orientação dos aprendizes, tornaram-se a vitrine dos projetos de Mange. Com os resultados obtidos pelas experiências realizadas com alunos do SESP, e amplamente divulgados, inclusive pela Revista do IDORT, em poucos anos “muitas outras ferrovias procuraram participar do programa de formação profissional de Roberto Mange, o que levou à formação em 1934, do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP).” (WEINSTEIN, 2000, p. 98).

No mesmo ano de 1934, conforme Weinstein (2000, p. 98), “o novo interventor de São Paulo, Salles Oliveira, colocou o CFESP sob os auspícios do Estado.” Horácio da Silveira justificava, segundo a autora, que

essa iniciativa conjunta do poder público e da iniciativa privada, recebendo financiamento de ambos os setores, constituía um modelo para a futura expansão da educação profissional, considerando-se que o governo estadual, por si só, não poderia proporcionar formação profissional para todos aqueles que dela necessitavam (WEINSTEIN, 2000,p. 98).

O curso, segundo Laurindo (1961), foi extinto pelo Decreto nº 18.087, de 20/04/1948. Durante o período analisado (1929-1942), o curso "Ferroviário", iniciado apenas 18 meses após a instalação da escola - envolvia os aprendizes a ferroviários e o aperfeiçoamento dos funcionários da ferrovia - recebeu 1.352 alunos (25% do total de alunos da instituição). Considerando os cursos de "Mecânica", "Ferraria e Fundição" e "Cortalhe e Tornearia",

potenciais formadores de mão de obra para a EFS, o número de alunos sobe para 2.408 representando 44% dos estudantes da instituição. (GARCIA, 2007, p. 91).

Segundo o professor Milton Marinho Martins, primeiro entrevistado, o curso Ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana, em seu início

funcionava – o setor de aulas - num prédio anexo à estação da Sorocabana e tinha oficina própria ao lado das oficinas gerais da Sorocabana lá no fundo do terreno da Estrada, uma boa oficina, não era moderníssima mas era uma boa oficina. O Diretor de então era o próprio Diretor da escola Industrial Fernando Prestes porque o ensino ferroviário, até então, estava começando a engatinhar no Brasil e estava ligado ao ensino profissional do Estado de São Paulo.

A ligação da Escola Profissional com a Sorocabana se dava, esclarece o professor Milton,

Porque pertencendo o curso Ferroviário ao Estado e conseqüentemente à Escola Profissional, então era o Diógenes Marins o Diretor, no meu tempo, que controlava as duas escolas. Ele era Diretor da Profissional e Diretor do curso Ferroviário. Ele tinha uma gratificação da Sorocabana para dirigir o curso. Então ele recebia o ordenado do Estado como Diretor da Escola e tinha uma gratificação para dirigir a Sorocabana. Só que dirigia o serviço também. Quando eu entrei trabalhar ainda era assim. Ele ficava na Profissional, na Barão do Rio Branco, no “balança mais não cai”. A Diretoria dele era ali. A diretoria dele eu frequentava. Eu era muito amigo dele e estava sempre lá. Ele ficava ali na diretoria, e o vice dele - a escola Profissional sempre teve vice - e o vice dele ia lá na Sorocabana dirigir o curso Ferroviário.

O curso Ferroviário da Sorocabana, explica o professor Milton

compreendia o CFT, CFO e CAO. O CFT – Curso de Formação dos Transportes – destinava-se a formar pessoal especializado para a estação. O CFO – Curso de Formação de Oficiais – formava caldeireiros, ferreiros, marceneiros, eletricitas, para a manutenção dos trens da Sorocabana. O CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – atendia quem já era ferroviário. Adultos, senhores que queriam se aperfeiçoar para se tornarem mestres. Era chamado de Curso de Mestres. Pessoal que já estava há anos trabalhando na Sorocabana.

Outro aspecto importante entre a instituição de ensino e a Estrada de Ferro Sorocabana diz respeito à forma de custeio efetuada pela ferrovia na parte da formação profissional especializada. O valor pago era destacado no boletim do aluno, mês a mês, proporcionalmente aos dias frequentados e ao desempenho efetuido para a produção de artefatos de interesse da ferrovia, cujo valor base era específico para o ano ou série do curso e crescente para os anos

seguintes. Segundo o professor Milton Marinho Martins, que trabalhou na escola a partir de 1944,

via-se a média das matérias teóricas; os professores das oficinas davam notas - tinha um boletim próprio da oficina no qual eram dadas as notas das peças executadas – o professor examinava a peça e dava a nota. A média da oficina com a média teórica dava a média geral, e, pela média geral eles tinham o vencimento; tinha uma tabela e quanto maior a média maior era o vencimento.

Entende-se, pelo exposto, que a produtividade, aliada à competição entre os alunos, era estimulada pela ferrovia por meio do pagamento financeiro. Pode-se hipotetizar que tarefas mais complexas e a necessidade de se produzir maiores quantidades poderiam ser atribuídas àqueles alunos com maior média. Talvez a meritocracia, já naquele tempo, tenha chegado à instituição escolar.

Continua o professor Milton, com relação aos direitos dos alunos, dizendo que “no começo não tinham muitos direitos mas acabaram conquistando um direito muito justo, o de contar para a aposentadoria os anos cursados na escola.”

A obtenção dos direitos adquiridos pelos alunos é corroborada pela fala do senhor Jardel, segundo entrevistado, quando diz

que bem mais tarde, agora, quase no fim da minha carreira de ferroviário, o tempo de serviço como aluno, tanto da Escola Industrial Fernando Prestes como do curso Ferroviário, que mais tarde eu frequentei também, foi englobado para fins de aposentadoria.

A Justiça brasileira reconheceu o efeito laboral contido no processo de ensino e aprendizagem quando privilegia as aulas práticas e remuneradas, modelo este utilizado na instituição escolar durante o período letivo.

Com relação às vagas na escola, para o curso Ferroviário, o professor Milton esclarece que “dava-se preferência para filhos de ferroviários, mas a procura era muito grande. Inscreviam-se, para o curso CFO, de oficina, uma média de 150 alunos para selecionar 40. Era uma média boa.”

O senhor Jardel esclarece que, no término do curso, o aluno “na saída dele da escola, já estava determinado na profissão que ele escolheu: os eletricitas de locomotivas, ou na marcenaria, outros eram torneiros-mecânicos, então, na saída dele, no término do curso já estava determinado o setor dele e a especificação dele.”

Entende-se, por estas afirmações, que os alunos do curso Ferroviário, e outros que forneciam mão de obra para a Sorocabana, tinham o ingresso garantido na ferrovia.

A análise ainda não conseguiu identificar se esses alunos eram, na época dos estudos, funcionários da ferrovia e, portanto, se além dos valores recebidos indicados nos boletins possuíam salário como operários.

O funcionamento da instituição estava atrelado principalmente aos interesses da ferrovia. Os primeiros passos do ensino profissional ferroviário no Brasil, segundo Galli (1962, p. 46), foram dados em 1924 quando os diretores da Estrada de Ferro Sorocabana sentiram "a necessidade de pessoal melhor preparado para as mais diversas funções, principalmente no setor das Oficinas."

Para se entender a necessidade da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba para a ferrovia é importante examinar a forma de preparo aplicado pela Sorocabana aos seus aprendizes. O recrutamento dos funcionários da ferrovia, no período anterior à escola, era efetuado por indicação, frequentemente contemplando filhos dos próprios operários desejosos de "fazerem dos filhos seus ajudantes. Os garotos lá iriam levar almoço, lanche ou recado. Ao se ambientarem com os afazeres dos pais, auxiliando-os esporadicamente, ou, aos poucos, descobrindo suas próprias e diversas vocações, seriam encaixados, ganhando modestos ordenados e fazendo horário integral" (OLIVEIRA, 1995, p. 14). Continua indicando que "certa época houve em que o ingresso ao quadro de funcionários, em algumas modalidades, não era direto. Existia o "Conta-Capital". Só depois de longo tempo, de acordo com o trabalho demonstrado, passava-se para o efetivo" (OLIVEIRA, 1995, p. 16) podendo-se deduzir que a ferrovia utilizava o trabalho das crianças e, por meio dele, prometia-lhes trabalho efetivo. Oliveira escreve na mesma página indicando que a escala profissional a ser seguida pelas crianças ingressantes na ferrovia iniciava em "Aprendiz de 2ª. Desta ia-se à de 1ª. A seguir, Ajudante de 2ª. De ajudante de 1ª, aguardava-se a mais ambicionada posição: o início do quadro de Oficiais." À ferrovia caberia treinar seus operários arcando com todos os encargos decorrentes desse treinamento pouco eficaz e pouco eficiente.

O segundo entrevistado, senhor Jardel, comenta o ingresso dele na Sorocabana. Na época do ingresso o mesmo era aluno da Escola Profissional Fernando Prestes. Diz ele que "o funcionário, o artífice tinha que confeccionar a própria ferramenta para trabalhar na função dele. Eu fui um dos alunos que recebeu de um dos monitores da escola o recado: 'menino, vai abrir a vaga de aprendiz, você vai lá que você leva jeito'."

Sobre o tipo de trabalho e a forma de preparo, o senhor Jardel esclarece que o superior, um português,

olhou bem para mim e disse: “Tu vieste aqui para trabalhar?”. Eu respondi: “sim senhor, estou aqui me apresentando para trabalhar!”. “Então toma a sua ferramenta”. Eu olhei e não vi ferramenta, e falei: “eu não estou vendo a ferramenta”. “Está sim. É aquela vassoura e aquele caixão. Traga para começares a varrer a seção”. Respondi: “Está bom. Sim senhor! Então como é que eu começo?”. “Você começa aqui e vai até o fundo e do fundos volta para cá”. Era um pavilhão mais ou menos de 300 a 350 metros que na época da guerra esse pavilhão foi apelidado de “Monte Castelo”.

O nível de escolaridade dos funcionários da ferrovia era baixíssimo. O senhor Jardel conta que "de todo esse pessoal trabalhando, poucos eram alfabetizados." O analfabeto não tem as habilidades de leitura, de escrita e de cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional, conseqüentemente, não está em condições de ler e entender instruções no ambiente de trabalho; de sugerir correções adequadas ou novas formas de processo no ofício que desenvolve. Tampouco os analfabetos estão organizados ou politizados para tomarem a palavra, fazerem reivindicações, sendo eles, à época, interessantes para a ferrovia. Assim, tornaram-se, em função das novas tecnologias que surgiam, um entrave para a indústria. O analfabetismo, aliado à forma ineficaz e ineficiente de preparo, passou a ser um problema. Seria necessário “dar uma formação metódica aos aprendizes” (GALLI, 1962, p.46). A formação seria baseada nas séries metódicas utilizadas pela Escola Mecânica anexa ao Liceu de Artes e Ofícios (LAO) de São Paulo, que, pelos animadores resultados obtidos a partir de 1924, apresentava-se como um viável método de ensino e aprendizagem. Deduz-se que a instalação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba começou a ser gestada alguns anos antes de 1929, tão logo se comprovou a eficácia das séries metódicas aplicadas pelo LAO. Gaspar Ricardo Junior, no Relatório Anual da Estrada de Ferro Sorocabana de 1932, página 206, escreve que "era natural que uma Escola Profissional Estadual, como o é a de Sorocaba, prestasse seu concurso em primeiro lugar às empresas industriais estaduais, portanto, à Estrada Sorocabana."

O acesso dos alunos à escola, segundo Oliveira (1995, p.13), "que viera em hora certa, não exigindo vestibular, nem grande preparo, bastando que o aluno fosse alfabetizado", promoveu a consolidação do projeto dos industriais em preparar cientificamente a mão de obra necessária às fábricas além de retirar desta os ônus do treinamento. Nesse sentido, a Estrada de Ferro Sorocabana se responsabilizava exclusivamente pelo pagamento das diárias, muito inferior ao salário pago aos funcionários, referentes aos trabalhos efetuados pelos

alunos na reparação de locomotivas e no desenvolvimento de novas peças necessárias à ferrovia. Na visão romântica do autor, a EFS, ao equiparar "os alunos da Profissional aos do "Curso Ferroviário", abria as portas de suas vastas oficinas para os formados nas diversas modalidades de Mecânica, Marcenaria e Desenho Técnico" (OLIVEIRA, 1995, p.14-15). Alunos qualificados profissionalmente, moralizados e higienicamente preparados sempre foram bem vindos à ferrovia. Oliveira (1995, p.16) escreve que "os alunos da Fernando Prestes recebiam "Cartas de Chamada", que obedeciam à ordem das notas consignadas no Diploma. E o ingresso era direto. Não no quadro de oficiais, o que viria criar injustiça ou discriminação. Mas, provada a competência, logo viriam as promoções."

A estrutura hierárquica preparada para atender às necessidades dos cursos está explicada no trecho que segue, extraído da entrevista concedida pelo professor Milton Marinho Martins. Diz ele:

Para cada setor tinha um instrutor. Esse instrutor era selecionado dentre os próprios empregados da Sorocabana. Aqueles que se sobressaíam pela paciência - saber ensinar não é para qualquer um - maior conhecimento, técnicos, esses eram selecionados para ser mestres da nossa oficina. Tinha um instrutor-chefe também dentro da oficina. Então tinha um chefe da oficina, os diversos setores dentro de uma mesma oficina cada um com sua bancada. A bancada dos ferreiros, a bancada dos marceneiros ... Só a bancada dos marceneiros funcionava separada, noutro setor - funcionava junto com o setor da Marcenaria. Lá nas oficinas, também, além de cada instrutor selecionado para ser instrutor, e ter um instrutor-chefe que estava subordinado a mim - eu era o Diretor - tinha o chefe de oficina e os mestres - nós chamávamos de mestre, mestre de cada setor.

Em relação aos horários das aulas teóricas e práticas, o professor Milton esclarece:

Cada instrutor ensinava a sua disciplina, logicamente, para os alunos no período da tarde. De manhã as aulas eram teóricas, ali ao lado da estação; e, a tarde, depois do almoço, os alunos iam para as oficinas até o término das atividades da Sorocabana quando cada um ia para sua casa.

Percebe-se, ainda, a premência pela formação dos alunos. Segue o professor Milton:

Aos sábados não havia nem aula nem oficina nossa, mas os alunos eram distribuídos nas oficinas gerais de acordo com a profissão que tinham escolhido. Então, o pessoal de Ajustagem, os alunos que faziam Ajustagem iam para as oficinas gerais no setor de Ajustagem; os marceneiros iam para o setor de Marcenaria; os eletricitistas iram para o setor de Eletricidade; eram distribuídos. Eu e os demais mestres tínhamos a obrigação de fiscalizar porque tinha aluno que fugia, ia dormir no banheiro, tinha aquela malandragem... nem todo mestre gostava de ser mestre porque não tinha remuneração; ele tinha que aceitar o aprendiz, todo sábado, e instruí-lo, mas

nem todo mundo tem essa qualidade de instruir os outros; então, não estou aqui desfazendo na pessoa deles, mas eles estavam lá para fazer o serviço deles e não estavam ligando em formar um novo oficial. Então nós tínhamos de fiscalizar no sábado para saber se cada um estava no seu setor.

O senhor Jardel, segundo entrevistado, fornece detalhes sobre o horário das aulas. Diz ele que

Conforme a matéria nós entrávamos às 7 horas e o encerramento era às 11 horas. Entre 11 e 13 horas, que seria o nosso retorno ao lar, o almoço. Nós tínhamos que estar lá no lajeado, que era o Fernando Prestes, às 13 horas, que seria a aula prática do aprendiz da profissão. Era das 13 às 17 horas, com 20 ou 15 minutos de lanche no meio do período. Aos sábados nós entrávamos às 7 horas saíamos ao meio dia. Era um horário normal de trabalho, de indústria.

O uso da instituição escolar como extensão da ferrovia se verifica pelos pagamentos realizados aos estudantes. Nos boletins (anexo C), além das informações acadêmicas tradicionais - notas e faltas - eram controladas, como nas indústrias, os dias não trabalhados, os dias trabalhados, o valor base e o total a receber mês a mês. Aliados a estes dados estão outros símbolos fabris como os uniformes de trabalho (macacão fornecido pela ferrovia), o logotipo da companhia, as oficinas, entre outros, que criaram, com as bênçãos dos políticos e regulamentação do governo, um novo tipo de instituição escolar: a escola-fábrica.

5.3 Considerações sobre os concluintes

Durante o período pesquisado, 8.476 matrículas (65% masculinas) foram efetuadas na instituição de ensino e menos de 10% (817) destas concluíram os cursos, representando 90% de evasão, valor elevadíssimo mesmo para aquele período. Evidentemente que este cálculo não reflete fielmente a relação ingressante-egresso, visto que o mesmo aluno deve estar sendo contado várias vezes nas diversas séries do curso até concluir o mesmo. Assim, uma análise, considerando apenas os alunos ingressantes nas primeiras séries de todos os cursos no mesmo período estudado (5.922 matrículas – 63% masculinas), revela que a taxa de evasão diminui apenas 6 pontos percentuais, caindo para 84%, número ainda considerado alto. Refinando a análise, foram eliminados os alunos ingressantes do curso *Vocacional* (masculino e feminino – 1.333 matrículas); neste caso, o índice de evasão, no final do período estudado, atinge 80%, entendendo-se ser este o valor mais próximo da realidade daquela época para os cursos profissionalizantes, naquela instituição.

Com relação aos diplomados, quadro 19 a seguir, o percentual por sexo está próximo do índice das matrículas, ou seja, masculino em torno de 61% e feminino em torno de 39%; porém, destaca-se a baixa quantidade de alunos que chegava a obter o diploma: menos de 10% do total dos matriculados. Mesmo após o início do curso “Vocacional”, em 1934, o índice dos diplomados não aumentou.

Quadro 19 – Diplomados de todos os cursos por sexo

Diplomados - todos os cursos	1929	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	Totais	
Sexo Masculino	0	36	34	44	44	40	55	41	44	55	46	62	501	61%
Sexo Feminino	0	35	56	31	37	24	14	12	17	31	19	40	316	39%
Totais														
Qtde.	0	71	91	75	81	64	69	53	71	86	65	102	817	100%

Fonte: Livro Registro de Diplomas (1931-1943). Quadro elaborado pelo autor.

Nota-se, também, que, mesmo os cursos sendo gratuitos, a maior evasão estava concentrada entre as 1^{as} e 2^{as} séries – 69% considerando os cursos Vocacionais e 59% excluindo os mesmos - podendo-se hipotetizar que com apenas os seis meses iniciais do curso os alunos estariam minimamente preparados para pleitear vagas no mercado de trabalho, optando por este a continuar na escola. Outro motivo, considerando o curso de Ferroviários, pode estar na repetência dos alunos. Segundo o Relatório Anual da Estrada de Ferro Sorocabana de 1935 (p.411-2), "de 1931 a 1934 eram reprovados, em média 20% dos alunos dos 1^{os} anos." Justificando o valor das provas seletivas, a psicotécnica, segundo o mesmo relatório, em 1935 a repetência foi de 7,2% do 1^o para o 2^o ano, porém, outros 11% referem-se a alunos eliminados por limitação do tamanho da classe; 21,5% foram eliminados durante o ano, "por causas acidentais (excesso de faltas, ocupação lucrativa, etc.)."

As divergências entre os números aqui descritos e a expressão dos entrevistados podem ser explicadas pelo período em que ambos trabalharam na instituição escolar, posterior ao recorte temporal pesquisado, permanecendo vivos nas memórias os dados mais recentes. O Sr. Milton que iniciou seu trabalho no curso Ferroviário em 1944, questionado sobre evasão escolar e repetência entre os anos de 1929 e 1942, assim se posicionou: “Não sei. Nesse

período eu ignoro mas a repetência e a desistência não eram elevados. Não eram. Não eram elevados.”

A análise dos diplomados no período estudado conclui que acima de 55% dos alunos tinham como destino final de emprego a Estrada de Ferro Sorocabana; revela ainda que acima de 75% dos 21 cursos oferecidos no período estudado, mesmo aqueles destinados às mulheres, forneciam mão de obra para a ferrovia; ou seja, a ferrovia foi, ao mesmo tempo, fomentador da existência da instituição e assimilador da mão de obra preparada pela escola fosse ela diplomada ou não.

Um dos principais motivos para a evasão escolar e, conseqüentemente, o baixo índice de concluintes, encontra-se na própria gênese da instituição, ou seja, formar mão de obra qualificada, em curto espaço de tempo, utilizando métodos de ensino e aprendizagem que acelerassem acentuadamente a absorção, pelos alunos, do conteúdo fornecido nas classes, mão de obra esta destinada às próprias indústrias, sendo estas – as indústrias - as motivadoras da existência da instituição escolar. Percebe-se que o uso das séries metódicas foi crucial no processo de preparação dos futuros operários, modelo que fornecia aos alunos folhas de instrução que continham etapas, modelos e medidas de como desenvolver as tarefas solicitadas, reduzindo expressivamente o tempo de aprendizagem dos alunos. Neste sentido, o resultado do vínculo entre a instituição escolar e a ferrovia foi preparar prioritariamente mão de obra especializada para a ferrovia, relegando-se a um plano secundário o ensino profissional de outras atividades industriais ou agrícolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elo condutor deste estudo foi o processo de formação e qualificação dos trabalhadores da indústria sorocabana, aglutinados estrategicamente pela ferrovia, ocorrido na Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba.

A indústria sorocabana surgiu a partir de transformações ocorridas tanto em Sorocaba como na capital do estado, nos anos de 1850-1860, período áureo do tropeirismo. Atividades urbanas, necessárias às feiras de muares, tornaram-se a base da economia sorocabana e proporcionaram um expressivo processo urbanizador atraindo profissionais de diversas áreas. Com o declínio do comércio de muares, o crescimento da agricultura do café e da cana de açúcar, e a geração do capital agroexportador algodoeiro nasceram, nas últimas décadas do século XIX, as indústrias têxteis.

A necessidade do escoamento da produção de algodão, aumentada em função da guerra civil nos Estados Unidos – guerra da Secessão ocorrida entre 1861 e 1865 - e a imperiosa ligação, em virtude da guerra do Paraguai – 1864 e 1870, entre a fábrica de ferro São João Ipanema e a capital paulista, fizeram surgir a Estrada de Ferro Sorocabana. A autorização para a construção da ferrovia aconteceu em 1871 e seu primeiro trecho foi inaugurado em 1875. A construção da Estrada de Ferro Sorocabana demandou novos operários para as mais diversas tarefas exigidas para a manutenção das novas máquinas trazidas da Europa. No final do século XIX grande contingente de trabalhadores, originários de diversos continentes, mulheres e crianças formavam o quadro da mão de obra sorocabana para suprir a demanda das indústrias. A participação de imigrantes foi fundamental na instalação e manutenção dos estabelecimentos industriais, pois traziam capital para novos empreendimentos e técnicas e experiências que os moradores nacionais não possuíam.

A continuidade do projeto industrial manteve-se constante durante este período, ainda que a custo de uma política de baixos salários, extensas jornadas de trabalho, repressão e abusos cometidos pelos industriais.

Parte da política industrial foi a introdução de uma infraestrutura tecnológica moderna utilizada na Europa e que gerou alterações nas formas de produção. Essas alterações provocaram o surgimento de um novo tipo de trabalhador, com diversas origens e experiências trabalhistas, e que, a princípio, se adaptaram às condições de trabalho estabelecidas pelo capital.

A experiência em reivindicações sociais e trabalhistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes culminou, em 1917, com a greve geral que contou com a adesão de todas as fábricas de Sorocaba. Em termos gerais, as demandas trabalhistas eram de caráter econômico, ainda que outras estivessem presentes.

O Estado intervinha nas questões trabalhistas por meio da proibição de importação de operários e da continuidade de exploração do trabalho infantil; neste sentido conclui-se que o espaço produtivo seria alterado pois os brasileiros, antes subordinados aos operários imigrantes, passariam a ocupar, após treinados, cargos mais elevados. Seria necessário alterar o método de preparo do trabalhador nacional.

O método de preparo dos trabalhadores da ferrovia vinculava-se ao ingresso do aprendiz nas fábricas e a contratação se realizava, via de regra, por indicação de parentes ou conhecidos pertencentes ao quadro de funcionários da sorocabana. O iniciante ficava sujeito aos interesses e métodos propostos por técnicos estrangeiros, muitas vezes analfabetos ocupando funções de primeira linha; desenvolviam tarefas mais simples, como limpeza de galpões, e aprendiam observando o trabalho dos profissionais mais experientes. O método mostrou-se ineficiente e ineficaz, pois era custoso, demorado e não preparava adequadamente o futuro operário. O operário mau preparado prejudicava os resultados da indústria em expansão além de provocar acidentes no interior das fábricas. A preparação científica da mão de obra, por meio de escolas e com mestres nacionais, era a reivindicação dos empresários.

A instalação de escolas profissionais era tão premente e necessária aos indústrias que, em 1906, projeto apresentado ao Senado proibia o governo de fundar novos ginásios e faculdades antes de ter criado os institutos profissionais desejados.

Percebeu-se, pelos estudos realizados, que diversos membros da elite sorocabana tiveram participação na nascente indústria ferroviária e nas instituições que visavam a qualificação dos cidadãos por meio da instrução popular, demonstrando o forte poderio político da época, período em que sempre existiam representantes da região no Senado. Há que se destacar, também, a força econômica representada por cafeicultores, citricultores, comerciantes e industriais conhecidos nacionalmente. Este poderio está expresso em 1929, ano da instalação da escola, por meio da política, com Júlio Prestes então governador do Estado; da economia, sendo Sorocaba o segundo maior centro industrial do Estado, atrás somente da Capital; e da densidade demográfica, sendo a 5ª cidade mais populosa do Estado. Com este quadro, a implementação da escola parece compor um modelo que deveria ser implementado em locais previamente estabelecidos e com objetivo bem delineado, ou seja,

escolas de nível secundário que funcionariam no período diurno, para a minoria e outras, diurnas e noturnas, para os filhos dos trabalhadores.

Assim, a instalação aconteceu no momento em que consolida uma nova proposta de qualificação, baseada na especialização do trabalhador em uma única operação, na sua moralização e ajustes na sociedade de classes, e, em cursos que pudessem fornecer, em curto espaço de tempo, mão de obra preparada às indústrias. Observou-se, ainda, a grande importância da instituição para esse modelo de ensino, pelo funcionamento de uma estação de rádio que permitia a comunicação com os gestores do ensino no estado; pelo Gabinete Dentário; pelo Dispensário de Puericultura; pelo núcleo da Corporação Escolar de Bandeirantes; pelo internato instalado a partir de 1951; e, além destes, em 1939, os 716 alunos e alunas representavam 10% das matrículas de todas as escolas profissionais existentes no país.

A Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, denominação original da instituição, criada pela Lei nº 1860, de 30 de Dezembro de 1921, só foi instalada em 1929. Um dos possíveis motivos para a demora de quase oito anos da instalação da escola pode ser a reforma da instrução pública ocorrida em 1925. Neste sentido, a omissão maior situava-se na não instalação das inúmeras escolas criadas. A lei pecava por omissão. Se o problema era de verbas, bastava adotar o regime norte-americano do ‘*self-government*’, ou seja, oficializar a seção industrial das escolas, dando-lhes a amplitude precisa para vir a constituir a verdadeira fonte de receita necessária à manutenção da casa. De outra forma, o diálogo entre políticos e moradores locais, normalmente pautado por pedidos efetuados por estes, revela a forma como se fazia política: se efetivamente a decisão de instalar a escola foi motivada pelo diálogo, a política serviria para atender pedidos efetuados por eleitores, muitas vezes influentes em suas regiões; ou, se a decisão de instalação era fato consumado antes de o pedido ser feito, a política determinaria o momento e a forma de como essa decisão seria transferida às populações. Em qualquer situação está implícita a necessidade de dar maior visibilidade à obra e ao autor da mesma.

A instituição teve ao longo de sua existência várias denominações diferentes, chegando, inclusive, a perder o nome de seu patrono. Neste aspecto, a supressão do nome Fernando Prestes, assim como o da praça matriz da cidade, está ligada à revolução de 1930 e à necessidade dos novos governantes de aniquilar politicamente grupos que possuíssem respaldo popular e que pudessem atrapalhar os novos projetos para a nação. A expressão “*Mixta*” trazida pela instituição durante muitos anos, como parte de seu nome, indica a

necessidade de transformação cultural exigida pela nova ordem capitalista. Neste sentido, mesmo considerando-se as razões de ordem cultural no que diz respeito às relações homem/mulher, pode-se entender que as inovações relacionadas à mulher, trazidas para o ensino profissional, visavam discipliná-la e prepará-la como mulher independente, operária e consumidora, em função de um novo modelo de trabalhador, e de mercado, que também estava sendo formado, trabalhador este que passaria, a partir daquele momento, a maior parte do seu tempo fora do lar. Para atingir tal objetivo, paradoxalmente, seria necessário manter regras culturais existentes, impedindo que alunos e alunas se relacionassem no interior da escola, mantendo, para isto, entradas ou prédios independentes. Assim, a instituição foi instalada na Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Álvaro Soares, ruas centrais da cidade, contendo dois andares e que anteriormente havia abrigado uma empresa beneficiadora de algodão, pertencente a Mateus Maylasky, e, posteriormente o Grande Hotel Sorocabano. A casa possuía duas entradas, sendo uma reservada ao setor masculino, pela Rua Barão do Rio Branco, e a outra, reservada ao setor feminino, pela Rua José Bonifácio, atrás da escola. Em 1930, a seção feminina foi transferida para a Rua Monsenhor João Soares, no “sobradão” do Barão de Mogi Mirim enquanto a masculina permaneceu no prédio original.

O método de ensino praticado na Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba visava diminuir o tempo de aprendizagem, controlar o avanço dos alunos nos estudos práticos e fornecer ao ensino técnico um caráter sistemático similar ao sistema de trabalho empregado nas indústrias. A busca pelo método de ensino que atingisse aos objetivos citados remete à chegada ao Brasil de Roberto Mange, em 1913, para resolver o problema da mão de obra especializada, visando atender às necessidades próprias da urbanização e da expansão das ferrovias. Mange, profissional metódico, formado no ideário suíço e alemão fundado na disciplina do trabalho, em 1923 estruturou e passou a dirigir o curso de mecânica prática no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Seguindo aquele ideário, Roberto Mange reafirmava a importância da fábrica-escola e destaca a viabilidade da aplicação do método de ensino e aprendizagem baseado na seriação metódica. O uso da psicotécnica, que utilizava princípios da ciência psicológica e da psicométrica, visava a seleção e orientação dos alunos, direcionando-os segundo suas aptidões intelectuais e físicas. Assim, identifica-se o tripé que sustentaria o método de ensino utilizado: seriação metódica, sistematização baseada no modelo de organização fabril e a psicotécnica. Encontrado o método de ensino, os empresários precisariam colocá-lo à prova. Na década de 1930 iniciou-se uma experiência envolvendo a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, a Estrada de Ferro Sorocabana e o Idort.

Em 1931 o modelo foi aplicado no curso Ferroviário da Sorocabana e nos demais cursos da instituição escolar. Para calcular o êxito obtido pelo método de ensino aplicado no curso Ferroviário - CF, em 1931, a empresa estabeleceu comparações entre grupos de 23 alunos do LAO, 28 do CF e 21 da Oficina de Sorocaba da EFS. Entre 20 e 30 alunos de cada instituição se submeteram ao teste. Na primeira prova aplicada os alunos tinham os seguintes tempos de estudos: do LAO - 9 meses de instrução racional; da EFS - 3 anos e 6 meses de instrução comum; do CF - 6 meses de instrução racional. As notas atribuídas para cada grupo foram: LAO - 60,2; EFS - 50,4; CF - 50,4. Com apenas 14,2% de tempo de estudos sobre o ensino comum proporcionado pela ferrovia, os alunos da Profissional *Mixta* obtiveram a mesma nota do curso da EFS. Os resultados justificaram plenamente a adoção do ensino profissional racional na Sorocabana, como medida eficiente e econômica. Em razão de seus resultados, considerados excelentes por seus promotores, seu uso foi estendido para as demais ferrovias do estado de São Paulo, utilizando-se para isso do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.

Ao analisar a proposta de explorar a maneira como os programas educacionais, serviços e relações com a comunidade refletiam as estratégias dos gestores em preparar o trabalhador para suprir mão de obra para a nascente indústria sorocabana, bem como entender que trabalhador estava sendo formado, percebe-se que o uso das séries metódicas, amplamente utilizadas nos cursos da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, inaugurou um novo tempo nos métodos do ensino profissional. A introdução de princípios racionalizadores na formação do operário e os resultados dos testes aplicados nos alunos em formação serviram para consolidar Roberto Mange como um dos importantes ícones do ensino profissional no Brasil. Ao procurar alternativas ao treinamento pouco eficiente e pouco eficaz em qualquer dimensão em que se analise (tempo, apropriação do conteúdo pelos alunos, ou acidentes no interior das fábricas), utilizado pelos empresários da época e, em especial, pela Estrada de Ferro Sorocabana, Roberto Mange retirou, parcialmente, os alunos das fábricas, aplicou maciçamente o uso das séries metódicas, utilizou os testes psicotécnicos como forma de selecionar os alunos aos cursos mais apropriados e especializou o operário em uma única e específica tarefa. A matriz curricular dos cursos analisados, o método de ensino e aprendizagem aplicados na instituição escolar ora em estudo, e os resultados produzidos, permitiu concluir que este modelo foi aceito e apoiado pelos industriais como a mais adequada forma de treinamento da classe trabalhadora nas décadas de 1920 e 1930. O uso dos métodos Della Vos, apresentados em Viena em 1873, incorporados pelas escolas alemã e

francesa; a recomendação, três anos mais tarde, por parte do presidente do Instituto Tecnológico de Boston, professor John Runkle, à adoção do método da Escola Técnica de Moscou em “todas as escolas profissionais dos Estados Unidos”; e o método *Slojd* desenvolvido na Dinamarca, são concepções que permearam a proposta educacional da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba. Com os resultados obtidos nos cursos da instituição escolar, estes métodos seriam estendidos, não somente para outras ferrovias, como também para a formação de trabalhadores em outros tipos de atividade industrial.

Um componente imprescindível para se tentar analisar o funcionamento interno de uma instituição escolar encontra-se no estudo das disciplinas escolares. A história das disciplinas escolares tenta identificar “tanto por meio das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como por meio dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas, o núcleo duro que pode constituir uma história renovada da educação [...]” (JULIA, 2001, p. 13). Por núcleo duro pode-se entender quais disciplinas sustentaram o curso ao longo de sua existência, porque foram escolhidas e mantidas, mesmo com mudanças na matriz curricular, os professores das mesmas. Em resumo, entender por que isso aconteceu. Por meio das práticas de ensino – com ênfase para as séries metódicas - utilizadas em sala de aula, a pesquisa identificou convergência das disciplinas, constantes da matriz curricular da seção masculina, para a área de mecânica - composta pelos cursos Ferroviário, Mecânica, Cutalhe e Tornearia, Fundição e Ferraria, e Aperfeiçoamento de Ferroviários – que recebeu 45% das matrículas no período estudado. As disciplinas centrais nesses cursos eram: Oficina, Português, Aritmética, Desenho Geométrico, e Técnicas. Na seção feminina, a área de Confecção atraiu 50% das matrículas, registrando como disciplinas centrais, existentes em praticamente todos os cursos e séries, Português, Matemática, Desenho, Economia Doméstica, Puericultura e Higiene, Oficina e Técnicas. Identificam-se aqui dois grandes objetivos da instituição escolar: formar mão de obra para a ferrovia, pelo lado masculino, e, pelo lado feminino, para a indústria têxtil, ambas grandes organizações empregadoras da época. Entende-se que estes objetivos nortearam a constituição dos cursos e das disciplinas na instituição ora em tela e no período estudado.

Para atender às disciplinas dos cursos, 138 profissionais passaram pela Instituição escolar no período estudado, sendo 71% do sexo masculino; 18% eram efetivos; 72% contratados; 6% interinos (substitutos) e 4% comissionados. O documento Mapa de Movimentos separa os profissionais em Professores Gerais, das aulas gerais; Mestres Gerais, da seção técnica; Auxiliares de Mestres (ajudantes); Profissionais Diversos; Professores do

Curso Ferroviário e Professores da Escola Noturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento. Para este trabalho as disciplinas foram divididas em cinco núcleos: comum, apoio, marcenaria, mecânica e confecção. Os professores do núcleo comum representavam 19% do efetivo; 28% atuavam no núcleo de apoio aos cursos; 26% no núcleo mecânica; 21% no núcleo Confecção; 6% no núcleo marcenaria. Considerando o núcleo de apoio, percebe-se o viés altamente industrializante dos cursos, visto que 81% dos profissionais – professores e auxiliares – estavam diretamente ligados às disciplinas técnicas/práticas e outras relacionadas a estas, em detrimento à formação integral do aluno.

Verificou-se que a maioria do alunado provinha de estratos sociais mais baixos, porém, percebe-se a presença considerável de alunos pertencentes às classes mais altas como Industrial, Dentista, Negociante/Comerciante, Proprietário/Capitalista, Professor, Funcionário Público.

A presença considerável de alunos pertencentes às classes sociais mais altas suscitou algumas análises. Observou-se a quebra do paradigma do ensino profissionalizante assistencialista. Instituições como asilos e reformatórios que se utilizavam do trabalho como recurso pedagógico aos seus assistidos tinham finalidades sociais distintas das escolas profissionalizantes. A diferença no objetivo central das instituições, asilos, reformatórios e instituições escolares, as mudanças profundas que ocorriam naquele período como o crescimento vigoroso nas compras dos bens de capital introduzindo máquinas em muitos ramos da indústria, o conseqüente aumento na demanda por operários mecânicos e metalúrgicos – assalariados ou como pequenos proprietários – a preferência em acolher alunos que fossem filhos dos operários, e, mais tarde, com as inovações trazidas pela Lei Orgânica do Ensino Industrial assentam que as escolas profissionais – inclusive a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba - foram criadas e se mantiveram, não para atender aos órfãos, pobres e marginais, mas aos filhos de comerciantes, funcionários públicos, professores, profissionais liberais, operários, distanciando-se do caráter assistencialista. Neste sentido, as análises afastam a tese de que as Escolas Profissionais continuariam tendo caráter assistencialista atendendo apenas aos “pobres e desvalidos da sorte”.

Noutro sentido, porém, quando se compara as matrizes curriculares do Liceu Sorocabano, colégio de ensino secundário mantido em 1901 pela maçonaria, repleta de disciplinas de cunho geral, e da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, 30 anos depois, com viés industrializante, privilegiando a formação de profissionais competentes e eficazes por meio da capacitação técnica e que atendessem à demanda trabalhista resultante dos interesses

do capitalismo que se consolidava, percebe-se que este modelo de ensino, sistematizado de acordo com o trabalho desenvolvido dentro das fábricas, definido e difundido pragmaticamente fora dos muros escolares visando aos interesses laborais do mercado, está longe de criar uma consciência crítica que propicie o efetivo exercício da cidadania, além do que impossibilita uma ação e participação mais coletiva, pois impede que cada cidadão se aproprie do conhecimento produzido historicamente pela humanidade (LOMBARDI, 2003).

As entrevistas dos Senhores Milton e Jardel ilustram a quebra do paradigma de ensino profissionalizante assistencialista e a sistematização do ensino de acordo com o trabalho desenvolvido nas fábricas e se reforçam no âmbito das representações sociais no contexto da sociedade. O exame de admissão visava selecionar os melhores entre os interessados pelos cursos. Nas palavras do Sr. Milton quando questionado sobre o uso da psicotecnia e a existência de vagas reservadas para os cursos: “tem tudo isso. Essa é fácil. É outra organização maravilhosa. Existia o exame de admissão. Inscreviam-se, para o curso CFO, de oficina, uma média de 150 alunos para selecionar 40. Era uma boa média.” O teste prático era aplicado aos interessados em aprender trabalhos da oficina: “havia uma bomba de ‘chutes’, uma bomba aspirante ..., pequena, miniatura [...] tem um aparelhinho aqui para você montar. Quanto mais rápido você montar a bombinha melhor; se você não souber montá-la, tudo bem; se você começar monta-desmonta é ponto negativo; se você fizer a montagem de uma só vez e permanecer à vontade sem desmontar, melhor ainda.” Utilizava-se também o mesmo uniforme dos operários: “lá era macacão. A Sorocabana dava o macacão.” O Sr. Jardel reforçou a similaridade existente entre os horários da indústria e da instituição escolar: “Conforme a matéria nós entrávamos às 7h e o encerramento era às 11h [...] nós tínhamos que estar lá no lajeado, que era o Fernando Prestes, às 13h, que seria a aula prática do aprendiz da profissão. Era das 13 às 17h, com 20 ou 15 minutos de lanche no meio do período. Aos sábados nós entrávamos às 7h e saíamos ao meio dia. Era um horário normal de trabalho, de indústria.”

Outro aspecto importante da relação entre a instituição de ensino e a Estrada de Ferro Sorocabana diz respeito à forma de custeio efetuada pela ferrovia na parte da formação profissional especializada. O valor pago era destacado no boletim do aluno, mês a mês, proporcionalmente aos dias frequentados e ao desempenho efetuada para a produção de artefatos de interesse da ferrovia, cujo valor base era específico para o ano ou série do curso e crescente para os anos seguintes. O valor atribuído ao aluno era resultante da média calculada a partir das notas das aulas teóricas e práticas. A média encontrada era conferida com uma

tabela de valor base: quanto maior a média maior era o valor base a ser pago. Entende-se, pelo exposto, que a produtividade, aliada à competição entre os alunos, era estimulada pela ferrovia por meio do pagamento financeiro. Pode-se supor que tarefas mais complexas e a necessidade de se produzir maiores quantidades poderiam ser atribuídas àqueles alunos com maior média. Talvez a meritocracia, já naquele tempo, tenha alcançado a instituição escolar.

A forma de incentivo e modelo de preparo dos futuros operários praticados pela ferrovia motivou, mais tarde, reivindicações dos ex-estudantes junto ao governo Federal na esfera trabalhista. Neste sentido, a Justiça brasileira reconheceu o efeito laboral contido no processo de ensino e aprendizagem quando privilegia as aulas práticas e remuneradas e equipara os estudantes ao operário formalizado, modelo este utilizado na instituição escolar durante o período letivo.

A análise das 8.476 matrículas efetuadas durante o período analisado, além de demonstrar a importância da instituição para esse modelo de ensino, revela, também, que 80% dos alunos não concluíam os cursos, motivados pela necessidade do trabalho e oferta de empregos existentes, principalmente disponibilizados pela ferrovia. Mesmo após o ano de 1934, com a introdução do curso “Vocacional”, o número de concluintes pouco aumentou. Neste sentido pode-se deduzir que o curso não foi criado como forma de evitar a evasão, mas de adequação do interessado ao curso que exigisse as características demonstradas pelo aluno. E, mais, o curso desenvolvido em cooperação com a Estrada de Ferro Sorocabana, como era o curso “Aperfeiçoamento de Ferroviários”, destinado aos funcionários da empresa, conseguiu diplomar apenas 15% dos alunos matriculados. Com os índices de evasão ocorridos entre as 1^{as} e 2^{as} séries, pode-se deduzir, ainda, que com apenas os seis meses iniciais do curso os alunos estariam minimamente preparados para pleitear vagas no mercado de trabalho, optando por este a continuar na escola. Assim, apenas 817 alunos foram diplomados em seus respectivos cursos. Do total de matrículas, 65% eram do sexo masculino e 57,5% estudavam no período diurno; do total de diplomados, 61% eram deste mesmo sexo. As divergências entre os números aqui descritos e a expressão dos entrevistados podem ser explicadas pelo período em que ambos trabalharam na instituição escolar, posterior ao recorte temporal pesquisado, permanecendo vivos nas memórias os dados mais recentes.

A análise dos diplomados no período estudado conclui que acima de 55% dos egressos tinham como destino final de emprego a Estrada de Ferro Sorocabana; revela ainda que acima de 3/4 dos cursos oferecidos, mesmo aqueles destinados às mulheres, forneciam mão de obra

para a ferrovia; ou seja, a ferrovia foi, ao mesmo tempo, fomentadora da existência da instituição e assimiladora da mão de obra preparada pela escola, fosse ela diplomada ou não.

Um dos principais motivos para a evasão escolar, para o destino de trabalho da maioria dos egressos, e para o perfil dos cursos ofertados, encontra-se na própria gênese da instituição, ou seja, formar mão de obra qualificada, em curto espaço de tempo, utilizando métodos de ensino e aprendizagem que acelerassem acentuadamente a absorção, pelos alunos, do conteúdo fornecido nas classes, mão de obra esta destinada a serviço do capital, sendo este fomentador da própria instituição escolar. Percebe-se que o uso das séries metódicas foi crucial no processo de preparação dos futuros operários, modelo que fornecia aos alunos folhas de instrução que continham etapas, modelos e medidas de como desenvolver as tarefas solicitadas, reduzindo expressivamente o tempo de aprendizagem dos alunos. Neste sentido, o resultado do vínculo entre a instituição escolar e a ferrovia foi preparar prioritariamente mão de obra especializada para a ferrovia, relegando-se a um plano secundário o ensino profissional de outras atividades industriais ou agrícolas.

A pesquisa revela, também, que, em média, os cursos diurnos possuíam 42 alunos por sala de aula e os noturnos, 38, a seção masculina, 41 e a feminina, 44; a frequência às aulas, para ambas as sessões, era, para o período diurno, superior a 83%, e, no período noturno, 81%; 22 eram os dias letivos mensais. Em relação ao interesse dos alunos pelos cursos oferecidos, destaca-se que o núcleo com maior procura foi o ferroviário com 24,66%, seguido pelo núcleo de mecânica com 19,27%. Assim, deduz-se que, no mínimo, 45% dos matriculandos demandavam cursos que facilitassem ou permitissem concorrer às vagas de emprego ofertadas pela ferrovia.

Destaque-se, neste momento, as entrevistas concedidas pelos senhores Milton e Jardel. Donos de um saber apreendidos na escola, descreveram passagens de suas vidas de estudantes e ferroviários, sujeitos ativos que deixaram suas marcas na escola e na ferrovia. Ambas, narrativas animadas e alegres, revelam pessoas zelosas em preservar momentos intensos da história que escreveram. Recriar o passado vivido no tempo do fazer, em voz alta, foi uma atividade prazerosa para os entrevistados. Nas palavras iniciais do Sr. Jardel,

eu é que me sinto agradecido por ter sido um dos escolhidos para que se fizesse esta entrevista e, juntando os dados, eu gosto desse tipo de trabalho, de mostrar um pouco da história de Sorocaba, mostrar um pouco da minha história. Me sinto realizado, fico contente com isso [...] de proporcionar esses momentos que ficam na história daquilo que a gente pretende fazer e realizar.

Não menos importante é o sentimento de perda, quando questionados sobre os legados deixados pela escola e pela ferrovia, que acompanha estes senhores que dedicaram a maior parte do seu tempo àquelas instituições. Revela o Sr. Milton:

Lamentavelmente o brasileiro não leva as coisas à sério, a própria destruição da sorocabana, desses cursos. Se a sorocabana não desse lucro como ferrovia, só o fato, meu ponto de vista de brasileiro, só o fato dela dar sustento para milhares de famílias, só ela manter por meio de sua rede de estações e linhas, dar uma movimentação positiva para o crescimento e desenvolvimento do estado e da nação, mais ainda, a formação desse pessoal, agora puxando a brasa para o lado da minha sardinha do curso Ferroviário, meu Deus do céu, isso é coisa que não podia ter acabado de jeito nenhum; até com prejuízo do Estado, se o Estado precisasse por dinheiro dos cofres públicos para manter esse estado de coisas, era preferível, era preferível. Lamentavelmente!.

O Sr. Jardel completa:

Pena que, política, maus intencionados destruíram a ferrovia. Eu acho, eu acho, essa é a minha opinião, as grandes multinacionais automotoras: vamos dizer GM, Chevrolet, Ford, caminhão! Acaba com a ferrovia! As construtoras de rodovias, pavimentadoras, destroem a ferrovia – vamos ganhar dinheiro com a pavimentação! Essa é minha opinião. É o petróleo em si. O petróleo em si!.

Esta pesquisa não pretende ser um trabalho que aqui se esgota, mas uma contribuição ao estudo da formação dos operários necessários à indústria sorocabana, em especial na ferrovia, em um período de tempo delimitado. A forma de preparo dos operários, os movimentos dos industriais, dos políticos e da elite sorocabana, o processo de urbanização da cidade, a transformação do modelo econômico praticado a partir do final do século XIX, e o destino dos egressos são alguns dos assuntos pesquisados. Permanecem carecendo de análises outras atividades como as exposições efetuadas pela instituição, recreações, os métodos de ensino nela praticados podem ser melhor explorados, o acompanhamento e destino dos egressos e a relação com a indústria, além de busca por respostas às questões aqui formuladas, poderão ser desenvolvidos e contribuirão para o entendimento da efetiva representação da escola e da indústria na sociedade local e regional.

REFERÊNCIAS

ALEIXO IRMÃO, José. **A Perseverança III e Sorocaba: 1869-1889**. Reimpresso. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1999. v.1. 413p.

_____. **A Perseverança III e Sorocaba: 1889-1930**. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1994. v.2. 600p.

_____. **A Perseverança III e Sorocaba: 1931-1954**. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1995. v.3. 314p.

ALMEIDA, Aluísio. **Sorocaba – 3 séculos de história**. Itu, SP: Ottoni, 2002. 416p.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SP. **Os Deputados e Senadores da República Velha – Câmara dos Deputados (1891-1930)**. Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Disponível em: World Wide Web: <<http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte10.pdf>> Acesso em: fev.2012.

AZEVEDO, Fernando. **A descentralização e a dualidade de sistemas**. In: A cultura brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996. Cap. III, p. 607-652.

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império – comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo, SP: Annablume; Fapesp, 2002. 308p.

BONADIO, Geraldo. **Sorocaba – a cidade industrial**. Sorocaba, SP: Linograf Gráfica, 2004. 300p.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Salles. In: FAUSTO, Boris (org.). Cap. I, **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL – Difusão Editorial, 1977. T. III.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987. 196p.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Modos de educação, gênero e relações escola-família**. Cadernos de Pesquisa, v.34, n. 121, p. 41-58, jan/abr.2004. Disponível em: World Wide Web: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf>> Acesso em : 27 ago.2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003. 66p.

_____. **Reformas da instrução pública**. In: 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. 606p.

CARVALHO, Rogério Lopes Pinheiro de. **Fisionomia da cidade: Sorocaba: cotidiano e transformações urbanas – 1890-1943**. São Paulo, SP: 2010, 386p.

CRUZEIRO DO SUL. **Projeto Memória. História de Sorocaba.** Disponível em: World Wide Web: <<http://memoria.fua.org.br>> Acesso em: 26 out.2011.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.14, p. 89-107, maio/ago, 2000. Disponível em: World Wide Web: <<http://www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm>> Acesso em: jun.2012.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo, SP: Editora da UNESP, Brasília, DF: FLACSO, 2000. 244p.

FERRETTI, Celso João; SILVA JR, João dos Reis. **Competências e Prática Social: o trabalho como organizador e estruturador das reformas educacionais brasileiras no Ensino Médio e na Educação Profissional de Nível Técnico e sua concretização nas instituições escolares nos primeiros anos do século XXI.** FAPESP - Relatório Técnico e Científico Final: Processo 03/01563-7. 2006. 179p.

FRIOLI, Adolfo. **Sorocaba: registros históricos e iconográficos.** Sorocaba, SP: Laserpint Editorial Ltda., 2003. 134p.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Escola Técnica Nacional, 1961, 2 vols.

GALLI, Hamilton. **Origem e evolução do ensino profissional ferroviário no Brasil.** Álbum da Estrada de Ferro Sorocabana: 1871- 1961. Sorocaba, SP. Disponível no Museu Ferroviário Sorocabano, 1962.

GARCIA, José Roberto. **A Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba:** uma contribuição para o estudo de seus alunos e grade curricular (1929 – 1942). 2007. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2007.

_____. O período de pré-instalação da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes: o processo de urbanização da cidade de Sorocaba. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba – v. 32, n. 1, p. 31-47, jun. 2006.

GASPAR, Antonio Francisco. **Histórico do início, fundação, construção e inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana: 1870 – 1875.** Sorocaba, SP: Paratodos Gráfica e Editora, 2003. 241p.

_____. **Minhas Memórias – Sorocaba – São Paulo – Santos e vice-versa – 1896-1909.** Sorocaba, SP: Editora Cupolo, 1967. 234p.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2001, n.1, 9-43p.; Disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/26/showToc> Acesso em: 08jul.2013.

KORITIAKE, Luiz Antonio (Org.). **Formação Profissional: Escola Técnica Estadual Fernando Prestes – ontem & hoje.** São Roque/SP: Editora Página Dez, 2011. 148p.

LAURINDO, Arnaldo. **50 Anos de Ensino Profissional – estado de São Paulo: 1911-1961**. São Paulo, SP: Editora Gráfica Irmãos Andrioli, 1962. 2 Vol.

LE GOFF, Jaques. **Memória e História**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1979.

_____. Documento/Monumento. *In*: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

_____. **A História Nova**. *In*: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. da (Org.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

LOMBARDI, José Claudinei. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 2a.ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003. 233p.

LOVE, Joseph. O poder dos Estados, análise regional. *In*: FAUSTO, Boris (Org.). Cap. II, **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL – Difusão Editorial, 1977. T. III.

MEMÓRIA CRUZEIRO DO SUL 1605. **Páginas memória Cruzeiro do Sul**. Disponível em: <http://paginasmemoria.cruzeirodosul.inf.br:8081/paginas/1929/05/16/19290516006727seg00200cruz.jpg> Acesso em : 27 ago. 2013.

MEMÓRIA CRUZEIRO DO SUL 2405. **Páginas memória Cruzeiro do Sul**. Disponível em: <http://paginasmemoria.cruzeirodosul.inf.br:8081/paginas/1929/05/24/19290524006734pri00100cruz.jpg> Acesso em : 27 ago. 2013.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O Ideário Republicano e a Educação – uma contribuição à história das instituições**. Campinas, SP: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2006. 241p.

_____. **Ações Empresariais e Formação Profissional – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**. São Paulo, SP: São Paulo em Perspectiva, 14(2), 2000.

_____. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo – 1873 a 1934**. 1990. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, SP, 1990.

_____. **O Ideário republicano e a educação – o Colégio “Culto à Ciência” de Campinas (1869 – 1892)**. 1981. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da USP, São Paulo, SP, 1981.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (Org.). **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza. 2002.

_____. **Escolas Profissionais Públicas do estado de São Paulo: uma história em imagens (Álbum Fotográfico)**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)**. São Paulo, SP: Fundação Editora da Unesp, 2008. 251p.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **A Escola Profissional de São Carlos**. São Carlos, SP: Editora UFSCAR, 1998. 149p.

OLIVEIRA, Afonso Celso de. **Tudo começou na Escola Profissional – o ensino industrial em Sorocaba como matriz da formação para o trabalho no Brasil e na América Latina**. Sorocaba, SP: Academia Sorocabana de Letras: Prefeitura Municipal de Sorocaba: SEC: FACED: Conselho Municipal de Cultura, 1995. 50p.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Qualificação da força de trabalho: a experiência das Escolas Profissionais do estado de São Paulo – 1911 / 1942. **Revista História, Ensino e Pesquisa**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 142-145, ago.; 1985.

_____. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. Campinas, SP: HUCITEC, Editora da UNICAMP, 1988. 207p.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1988.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **Educação, trabalho e juventude: Os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional e o perfil do jovem ferroviário**. Disponível em World Wide Web: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/historica11.pdf> Acesso em: jun.2012.

SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. (Org). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1999. 150p.

SANTOS, Alexandre Guimarães dos. **Relatório dos Serviços executados pelo Posto de Higiene de Sorocaba – 1929**. Disponível em: World Wide Web: <http://memoria.fua.org.br/intendencia_municipal_1929/> Acesso em: 26 out.2011.

SANTOS, Elina O. **A industrialização de Sorocaba: bases geográficas**. São Paulo, SP: Humanitas FFLCH/USP, 1999. 183p.

SANTOS RIBEIRO, Maria Luisa. **História da educação brasileira – a organização escolar**. 17. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SBRANA, Viviane Marques Rocha. Ensino profissionalizante feminino – história da primeira escola pública profissionalizante mista em Sorocaba: Escola Profissional “Coronel Fernando Prestes”. **QUAESTIO: Revista de Estudos de Educação**, Sorocaba, SP, ano 5, n. 2, p. 193-197, nov. 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: Editora de Universidade de São Paulo, 1984.

SENAI-SP. Robert Mange e a formação profissional. *In: De homens e máquinas*. São Paulo: Senai, 1991, v.1.

SILVA, Paulo Celso da. **De novelo de linha à Manchester Paulista – fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba**. Sorocaba, SP: Neide Maria Perez da Silva, 2000. 120p.

SILVEIRA, Horácio A da. **Relatório 1936 – Superintendência da Educação Profissional e Doméstica**. Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública – estado de São Paulo, Publicação n. 9. 1937.

_____. A Escola Técnica Superior. Publicação da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, estado de SP, 1940. *In: Laurindo, Arnaldo. 50 Anos do Ensino Profissional – estado de São Paulo*.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba, SP: TCM - Comunicação, 2001. 130p.

TENCA, Álvaro. **Senhores do trilhos – racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do Curso de Ferroviários da Antiga Paulista**. São Paulo. SP: Editora Unesp, 2006. 332p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 388p.

VIANNA, Cláudia Pereira; RIDENTI, Sandra Unbehaum. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.121, p. 77-104, jan/abr 2004. Disponível em: World Wide Web: <www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf> Acesso em: 27.ago.2013.

_____. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. *In: AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998. p. 93-106.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. Tradução: Marina Fernandes Braga. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2008, n.18 (3), v. 8, 173-215p. Disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/9/showToc> Acesso em 12.jul.2013.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez Editora; CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000. 460p.

WERNECK, Bráulio. **Almanach Ilustrado de Sorocaba, 1914: repositório histórico, literário e recreativo, com ilustrações**. Taquarituba, SP: Gril Gráfica, 2006. 270p.

ZUCCHI, Bianca Barbagallo. **A criação da Escola de Ferroviários da Companhia Sorocabana**. Disponível na World Wide Web: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao04/materia02/criacaoescola.pdf>> Acesso em: 27.ago.2013.

FONTES DOCUMENTAIS

Álbum da Estrada de Ferro Sorocabana: 1871-1961. Disponível no Museu Ferroviário Sorocabano. Sorocaba, SP.

Boletins dos alunos. Disponíveis no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes. Sorocaba, SP.

Caderno de Instrução – Séries Metódicas. Disponível no Museu Ferroviário Sorocabano. Sorocaba, SP.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Disponível em http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1765/constituicao_1937_texto.pdf?sequence=6 Acesso em: 29ago. 2013.

Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm Acesso em: 29 ago. 2013.

Decreto-lei nº 14.550 de 21 de fevereiro de 1945. Dispõe sobre o ensino ferroviário nas estradas de ferro de propriedade e administração do estado. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto%20lei/1945/decreto-lei%20n.14.550,%20de%2021.02.1945.htm> Acesso em: 29 ago.2013.

Lei nº 1.860 de 30 de dezembro de 1921. Criação da Escola Profissional de Sorocaba. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1921/lei%20n.1.860,%20de%2030.12.1921.htm> Acesso em: 29 ago. 2013.

Livro dos funcionários de pensionistas da Estrada de Ferro Sorocabana - 1965. Disponível no Museu Ferroviário Sorocabano. Sorocaba, SP.

Livros de Registros de Matrículas. Disponíveis no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes. Sorocaba, SP.

Livros dos Diplomados. Disponíveis no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes. Sorocaba, SP.

Mapas de Movimentos da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba. Disponíveis no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes. Sorocaba, SP.

Relatório Anual da Estrada de Ferro Sorocabana - 1932. Disponível no Museu Ferroviário Sorocabano. Sorocaba, SP.

SITES ACESSADOS

A criação da Escola de Ferroviários da Companhia Sorocabana. Disponível em: World Wide Web: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/historica11.pdf> Acesso em: jun.2012.

A grande família – Vergueiro. Árvore genealógica. Disponível em: World Wide Web: <http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/pafg01.htm> Acesso em: mai.2012.

Educação, trabalho e juventude: Os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional e o perfil do jovem ferroviário. Acesso em: jun. 2012. Disponível em: World Wide Web: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/historica11.pdf>

Fernando Prestes de Albuquerque. Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponível em: World Wide Web: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Prestes_de_Albuquerque> Acesso em: fev.2012.

Governadores do estado de São Paulo - Galeria dos Governadores. Governo do estado de São Paulo. Disponível na World Wide Web:<<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-governadores.php#govpresidentes>> Acesso em 17 set.2013.

Júlio Prestes. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: World Wide Web: <<http://http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 17set.2013.

Júlio Prestes. Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponível em: World Wide Web: <http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_Prestes> Acesso em: fev. 2012.

Modos de educação, gênero e relações escola-família. Cadernos de Pesquisa, v.34, n. 121, p. 41-58, jan/abr.2004. Disponível em: World Wide Web: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf>> Acesso em: jun.2012.

O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. São Paulo, SP: Revista Brasileira de Educação, n.14, p. 89-107, mai/ago, 2000. Disponível em: World Wide Web: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501406.pdf>> Acesso em: jun.2012.

O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento. Disponível em: World Wide Web: <<http://flacso.org.br/data/biblioteca/392.pdf>> Acesso em: jan.2012.

O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. Cadernos de Pesquisa, v.34, n.121, p. 77-104, jan/abr 2004. Disponível em: World Wide Web: <www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf> Acesso em: jun.2012.

Os Deputados e Senadores da República Velha – Câmara dos Deputados (1891-1930).

Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Acesso em: fev.2012. Disponível em: World Wide Web: <<http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte10.pdf>>

Projeto Memória. História de Sorocaba. Disponível em: World Wide Web:

<<http://memoria.fua.org.br>> Acesso em: 26 out.2011.

Relatório dos Serviços executados pelo Posto de Higiene de Sorocaba – 1929. Disponível

em: World Wide Web: <http://memoria.fua.org.br/intendencia_municipal_1929/> Acesso em 26 out. 2011.

Senado de São Paulo – República Velha (1891-1928). Assembleia Legislativa do estado de

São Paulo. Disponível em: World Wide Web:<<http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte11.pdf>>

Acesso em: fev.2012.

Apêndice A– Relação entre as ruas e os bairros da cidade

Relação entre as ruas e as regiões da cidade		
Antiga	Bairro	Rua Atual
01 de Maio	Centro	Fagundes Varela
03 de Dezembro	A Ponte	João Alfredo, Conselheiro
22 de Julho	A Ponte	Isaac Pacheco
23 de Maio	A Linha	Mascarenhas Camelo, Gen
25 de Agosto	A Ponte	João Ferreira da Silva
Abilio Gomes	A Linha	Rubino de Oliveira, Dr
Aero Clube, Av	A Linha	Santos Dumont, Av
Aldeia	Centro	Araçoiaba
Alhambra	A Ponte	Pereira Rocha, Dr; José Tavares, Cel
Amarela, Chácara	A Ponte	Bom Jesus, Largo do
Amargura, da	Centro	José Bonifácio
Argus	Centro	Rio Grande do Sul
Arrelia	A Ponte	Américo Brasiliense
Asilo	Centro	Santa Cruz, Alameda
Augusta	Cerrado	
Aurora	A Ponte	Constantino Senger
Azevedo Sampaio	Centro	
Bandeirantes	Centro	Leopoldo Machado
Barcelona de Baixo	A Ponte	Paraguai, Av; Cervantes
Barcelona de Cima	A Ponte	Barcelona
Batuíra	Cerrado	Evaristo da Veiga
Beco da Penha	Centro	Alberto Kenworthy
Beco do Caracante	Centro	Gonçalves Ledo
Beco do Equador	Centro	Anita Garibaldi
Beco do Inferno	Centro	Leite Penteado
Beco do Tanque	A Ponte	Alvares de Azevedo
Belarmino, Estrada do	A Ponte	Argentina
Belarmino, R	A Ponte	José Garibaldi
Bica	Centro	Voluntários de Sorocaba
Bica do Leão	Centro	Aquidaban
Biquinha	Centro	Tamandaré
Boa Morte	A Ponte	Rui Barbosa
Boa Vista	Centro	Nogueira Martins
Boa Vista	A Linha	Pedroso de Barros
Boa Vista de Baixo	Centro	Senador Feijó
Bom Jesus	Centro	Antonio Alvarenga, D
Bom Jesus	A Ponte	Péricles Pilar
Buraco da Onça	A Ponte	Almeida Falcão
Cadeia	Centro	R Barão do Rio Branco
Camargo	A Linha	Bartazar Fernades
Caminho Fundo	A Linha	Adhemar de Barros, Dr
Campo	A Ponte	Teodoro Kaisel
Capela, Largo da	Cerrado	Divino, Largo do
Caputera	A Ponte	Alcindo Guanabara
Carimás	A Linha	Hermes da Fonseca, Marechal
Casinhas	Centro	R Barão do Rio Branco
Ceci	Cerrado	Raul Pompéia
Cemitério	A Linha	Hermelino Matarazzo, Com

Cemitério, Largo do	A Linha	Pedro de Toledo, Pça
Clara	A Linha	Frei Caneca
Clóvis	Centro	Manoel Januário, Cap.
Comércio	Centro	R Souza Pereira
Conselho	Centro	Ubaldo do Amaral, Dr
Constituição, da	Centro	Cel. Cavalheiros
Cotovelo	A Linha	Frederico Ozanan
Direita	Centro	Braguinha, Dr
Dráusio	A Linha	Souza Moraes
Elias Monteiro, Pça	Centro	Elias Monteiro, Pça
Embaré	Cerrado	Tocantins
Esperança	A Linha	Piratininga
Estação	Centro	Benjamim Constant
Estaçãozinha	Centro	José Manoel, Pe
Fábrica	A Ponte	Santa Maria
Farroupilha	Cerrado	Bento Gonçalves
Figueira	Cerrado	João Pessoa
Flora	Lageado/Pinheiros	Bernardo Guimarães
Flores	Centro	João Soares, Monsenhor
Floriano Peixoto	Centro	Penha
Fonseca, Av	Centro	
Fraternidade	A Linha	
Ginásio	Centro	Bahia
Glória	Cerrado	Coelho Neto
Guarani	Cerrado	Imperatriz Leopoldina
Hospital	Centro	Álvaro Soares, Dr
Igualdade	A Linha	
Independência, Largo da	Centro	Nove de Julho, Pça
Instrução, Largo da	A Linha	Monte Castelo, Largo
Ipiranga	Centro	Artur Gomes
Itararé	Centro	Brigadeiro Tobias
Jardim	Centro	Cesário Mota
Jardim dos Bichos	Centro	Frei Baraúna, Pça
José Manoel, Pe	Centro	Pça Ferreira Braga
José Martins	A Ponte	
José Vaz Guimarães	Centro	
Jucurupava	Centro	José Loureiro, Cel
Lagoa	Centro	Eugênio Salerno, Dr
Lagoa	A Linha	Ananguera
Laranjeiras	Cerrado	José de Alencar
Largo da Linha	Centro	Pça Elias Monteiro
Largo Jardim	Cerrado	Vila Leão
Lavapés	A Ponte	Felipe Betti; Tobias Barreto
Liberdade	A Linha	
Linha, Largo da	Centro	Elias Monteiro, Pça
Luis Gama	A Linha	Pça da Bandeira
Machado	Centro	
Margem (Rio Sorocaba)	Centro	Ypu;
Marrocos	A Ponte	João Tomé de Souza
Marta, Av	A Linha	Augusto Severo, Al
Martins	A Ponte	Honduras

Matadouro	A Linha	Fernandes Camacho
Matadouro	A Ponte	Pedro Jacob
Matriz	Centro	Benedito Pires, Cel
Mayrink	A Linha	Bartolomeu Gusmão
Miragaia	A Linha	Rodrigues Alves
Morros	A Ponte	Nogueira Padilha, Cel
Mosteiro	Centro	São Bento
Mosteiro, Largo do	Centro	São Bento, Largo do
Municipal, Av	Cerrado	Padre Luiz
Natale Alfieri	A Ponte	Padre Lessa
Nhozinho Prestes	A Ponte	Assis Machado
Nova	Centro	Cavaleiros, Cel
Olaria	A Linha	Arlindo Luz, Dr
Olaria, Largo	A Linha	Frank Speers, Pça
Olga, R	A Linha	Frei Galvão
Olga, Vila, Chácara	Cerrado	Santa Ana
Oliveiras, Largo das	Cerrado	Vera Cruz, Pça
Orissanga	A Linha	Jerônimo da Veiga
Paço	Centro	Pedro II, D
Palmeiras	Lageado/Pinheiros	Casimiro de Abreu
Pantojo	Centro	Estação
Pereira Rocha, Dr	A Ponte	Pereira Rocha, Dr
Peri	Cerrado	Rocha Pombo
Perseverança	A Linha	
Pinga-Pinga	A Linha	Pedro Álvares Cabral
Pinheiros	A Ponte	Campos Sales
Piques	Centro	Azevedo Sampaio, Dr, Com Oetterer
Piscina	Centro	Afonso Vergueiro, Av. Dr
Ponte	Centro	Quinze de Novembro
Porto dos Cavalos	A Ponte	Frank Kenworthy
Prazeres, dos	Centro	Treze de Maio
Prestes, dos	A Ponte	Quinzinho de Barros
Prosperidade	A Linha	
Quitanda	Centro	Maylaski
Redenção	Centro	José Dias, Cap.
Ribas, Conselheiro	Cerrado	Visconde de Cairu
Rosário	Centro	Souza Pereira, Nogueira Martins
Sales Gomes	A Ponte	
Santos Dumont	Cerrado	Francisca de Queiroz
São Benedito	Centro	
São Francisco	A Ponte	Gaspar Ricardo, Dr
São João	A Linha	Floriano Peixoto; Voluntários da Pátria
São Joaquim	Lageado/Pinheiros	Vicente de Carvalho, Castro Alves
São José	Centro	Vila Amélia
São Luiz	A Ponte	Fonseca Junior, Prof
São Paulo	A Ponte	Barros França, Major
São Paulo, Estrada de	A Ponte	Madureira, Pe
São Roque	A Linha	Gal Osório
São Vicente de Paula	A Linha	São Vicente
Siqueira Campos	A Ponte	Av São Paulo
Sobradinho	A Linha	José Gaspar, Dom

Soranz	Centro	Afonso Penna, Dr
Sta Ana	Cerrado	Joaquim Murtinho
Sta Gertrudes	Centro	Artur Fajardo, Pça; J A Ferreira Prestes
Sta Rita	A Linha	Guerrazzi, Pe
Sta Rosa	Cerrado	Catulo da Paixão Cearense; Erasmo Braga
Sta Tereza	A Linha	Gabriel de Lara
Sto Agostinho	Cerrado	Visconde de Taunay
Sto Antonio	A Linha	Francisco Scarpa
Suissa	A Linha	Atanasio Soares
Tanque	A Ponte	Ataliba Borges
Tanquinho	Lageado/Pinheiros	Salvador Correa
Teatro	Centro	Brigadeiro Tobias
Timbiras	A Linha	Osório Maia
Tiradentes	A Linha	
Torrefação	Centro	Voluntário Menaldo
Tropas, das	Centro	Paula Souza
Tropas, das	Centro	Sete de Setembro
Tupi	A Linha	Maria de Almeida, Profa
Usina, da	Lageado/Pinheiros	Pandiá Calógeras
V Arthura	A Ponte	
V Augusta	Cerrado	
V Campos	A Linha	
V Caracante	Centro	
V Hingst	A Ponte	
V J Sorocabano	A Linha	
V Leão	Cerrado	
V Marina Dias	Lageado/Pinheiros	
V Nova	Centro	
V Romano	Cerrado	
V São Domingos	A Ponte	
V São Francisco	A Ponte	
V São José	Centro	
V Soares	Cerrado	
V Soranz	Centro	
V Sta Rita	A Linha	
V Sto Antonio	Centro	
Valinhos	A Linha	Prudente de Moraes
Varnhagem	Centro	Rio de Janeiro
Velódromo	Centro	Moreira César
Via Sacra	Centro	Varnhagem
Violas	Centro	Sarutaiá
Vista Alegre	A Linha	Dolores Bueno
Vivian	Centro	Riachuelo
Voluntário Altino	A Ponte	Ataliba Borges
Votorantim	A Ponte	Newton Prado

Fonte: Almanaque de Sorocaba do ano de 1950; Almeida (2002, p. 189). Quadro preparada pelo autor.

Apêndice B – Relação dos Professores, Mestres e Auxiliares

Nome	Forma de contrato	Data de nomeação	Disciplina
Professores - Aulas Gerais			
Job Aires Dias	Efetivo	23/05/1929	Português, Ed. Cívica
Antonio Funes	Contratado	27/05/1929	Matemática e Mec. Aplicada
Ernesto Biancalana	Efetivo	08/07/1929	Plástica
Armando dos Santos Leal	Contratado	09/07/1929	Química Agrícola
Irene Georgette	Contratada	11/07/1929	Economia Doméstica
Diógenes de Almeida Marins	Contratado	01/03/1931	Matemática
José Clóvis de Andrade	Contratado	01/03/1931	Química
Vicente Bella	Contratado	01/03/1932	Matemática
Marília de Dirceu Ferreira da Silva	Contratada	27/04/1932	Desenho
Celso de Camargo	Contratado	01/06/1932	Português e Ed. Cívica
Avelino de Lemos Junior	Contratado	01/02/1934	Higiene
Ítalo de Bologna	Contratado	01/02/1934	Tecnologia
Jarbas Trigo	Contratado	01/02/1934	Organização Ferroviária
José Golube	Contratado	01/02/1934	Técnica
Luiz Domingos Sobrinho	Contratado	01/02/1934	Técnica Ferroviária
Paulo Breda	Contratado	01/02/1934	Eletrotécnica
Edy da Cunha Pereira	Comissionada	07/02/1934	Matemática
Rubens de Faria e Souza	Comissionado	07/02/1934	Matemática
Virginia Silveira Godoy	Contratada	07/02/1934	Português
Maria Conceição de Arruda (Subst)	Contratada	01/09/1934	Português
Zenith Freire Ferreira	Contratada	21/09/1935	Economia Doméstica
Mario de Almeida (Substituto)	Contratado	01/10/1934	Português
Zilah Dias de Melo (substituta)	Interina	18/08/1936	Economia Doméstica
Wanda dos Santos (prof. ajudante)	Contratada	12/04/1937	Economia Doméstica
Edmundo Krug (substituto)	Interino	21/08/1937	Desenho
Henriqueta da Cunha Simões (Subst.)	Efetiva	12/03/1937	Aulas Gerais
Luiz de Almeida Marins	Efetivo	15/02/1938	Educação Física
Horário Ribeiro (substituto)	Efetivo	17/02/1938	Aulas Gerais
Camilo Badin (substituto)	Efetivo	12/03/1938	Aulas Gerais
Walter Costa	Contratado	02/12/1938	Desenho
Maria Aparecida Rosas (substituta)	Efetiva	27/07/1939	Aulas Gerais
Álvaro Baddini (substituto)	Efetivo	02/12/1939	Aulas Gerais
Magdalena de Faria e Souza (substit)	Efetiva	18/01/1940	Aulas Gerais
Virginia Moreira Coelho (substituta)	Efetiva	18/01/1940	Aulas Gerais
Mario Pinheiro Rosa (substituto)	Efetivo	23/07/1940	Aulas Gerais
Mestres Gerais (seção técnica)			
Horácio Magalhães	Contratado	30/05/1929	Mecânica
Sylvio Vicchi	Contratado	31/05/1929	Marcenaria
Maria de Lourdes Porto	Contratada	01/06/1929	Desenho e Pintura
Mario Germano Barreiros	Contratado	07/06/1929	Desenho

Credo Negrelli	Contratado	08/06/1929	Tornearia
Graziella Pereira Leitão	Contratada	08/06/1929	Rendas e Bordados
Indiana Coimbra Bertocci	Contratada	08/06/1929	Flores e Chapéus
Rosa de Castro Ferraz	Contratada	08/06/1929	Corte e Costura
José Haydu	Contratado	01/07/1929	Tecelagem
Pedro Hermelin	Contratado	01/07/1929	Ferraria
Olímpio Antonio da Silva	Efetivo	03/07/1929	Fundição
Estevam Arduino	Contratado	08/07/1929	Entalhação
Pedro Hermelin	Contratado	23/07/1929	Ferraria
Francisco Gomes (substituto)	Contratado	01/08/1929	Tornearia
Julieta da Cruz Moraes	Contratada	29/10/1929	Flores
Domingos Marcelini	Efetivo	01/02/1930	Marcenaria
João Doretto	Contratado	01/02/1930	Desenho
Julieta da Cruz Moraes	Contratada	01/02/1930	Flores e Chapéus
Pedro Volpi (mestre)	Contratado	01/02/1930	Mecânica
Irene Ramos Soares	Contratada	01/03/1930	Economia Doméstica
João Baptista de Araújo	Contratado	01/04/1930	Desenho
Lauro Pacheco	Contratado	01/08/1930	Tornearia
Albertina Schoenarcker	Contratada	05/09/1930	Confecção
Firmino Minelli	Efetivo	20/03/1931	Tornearia
Marília Dirceu Ferreira Silva	Contratada	01/03/1932	Desenho e Pintura
José de Souza (mestre auxiliar)	Efetivo	09/05/1932	Mecânica
Américo de Martini	Contratado	01/04/1933	Tecelagem
Antonio Buch Baron	Contratado	01/02/1934	Geral Oficina
Antonio Comin (substituto)	Efetivo	25/09/1936	Fundição
Yolanda Ricca (substituta)	Efetiva	23/04/1937	Bordados
Esther de Al. Sampaio (mestre subs)	Efetiva	15/05/1937	Confecção
Marina Ribeiro (substituta)	Efetiva	21/08/1937	Flores
Haydee Stevaux (mestre substituta)	Efetiva	24/07/1939	Bordado
Conceição Ribeiro (mestre subs)	Efetiva	17/09/1939	Flores
Giovanni Tullio Dal Pian (mestre subs)	Contratado	01/02/1940	Tecelagem
Guimar Gomes Ludovico(mestre sub)	Efetivo	08/06/1940	Confecção
Lourenço Giudice (mestre)	Efetivo	21/09/1940	Marcenaria
Plínio Pavia (mestre auxiliar)	Interino	19/11/1940	Mecânica
Auxiliares de mestres (ajudantes)			
Dalila Scherepel	Contratada	25/06/1929	Confecções
Clotilde Machado de Al. Ribeiro	Contratada	27/06/1929	Flores
Maria Amália Mascarenhas	Contratada	27/06/1929	Bordados
Alfredo Silva	Contratado	01/07/1929	Ferraria
Maria de Lourdes Dias	Contratada	01/07/1929	Corte e Costura
Elpídio Cleis	Contratado	12/07/1929	Mecânica
Eurípides Sbrana	Contratado	23/07/1929	Marcenaria
Luiz Pinto	Contratado	04/09/1929	Fundição
Maria Ignez Klefenz	Contratada	01/02/1930	Confecção

Rosa Lisboa	Contratada	01/02/1930	Economia Doméstica
Antonio Bisso	Efetivo	28/07/1930	Ferraria
Antonio Bisso	Contratado	01/08/1930	Ferraria
José de Souza	Contratado	01/03/1932	Mecânica
Olga de Barros Carvalho	Contratada	01/06/1932	Corte e Costura
Carlos Pinto da Silva	Contratado	01/02/1934	Torneiro
Firmino Damasceno	Contratado	01/02/1934	Ferreiro
Juvenal Baracho	Contratado	01/02/1934	Oficina
Elza Alvez Cruz (auxiliar)	Contratada	05/05/1936	Dispensário Puericultura
Haydee Astioli	Contratada	16/05/1939	Confecção
Diversos			
José Scherepel	Contratado	01/09/1929	Lustrador
Luiz de Oliveira	Contratado	01/04/1930	Forneiro
Tubalkaim Padilha	Contratado	29/09/1930	Forneiro
Firmino Minelli	Contratado	01/03/1931	Torneiro
José Notariani	Contratado	21/05/1935	Lustrador
Vicente Gonçalves Miranda	Contratado	01/04/1936	Modelador
Tarcizio Garcia Mendes	Efetivo	04/04/1939	Lustrador
Antonio José Cosmin	Contratado	04/05/1939	Forneiro
Antonio Martins de Oliveira	Contratado	04/05/1939	Forneiro
Curso de Ferroviários			
Antonio Baron (instrutor)	Contratado	01/02/1931	Oficina
Ismael Ramos de Oliveira (instr Aux)	Contratado	01/02/1931	Oficina
José dos Santos (instrutor auxiliar)	Contratado	01/02/1931	Oficina
José Taraborelli (instrutor auxiliar)	Contratado	01/02/1931	Oficina
Oswaldo Ceribella (instrutor auxiliar)	Contratado	01/02/1931	Oficina
Horácio Magalhães (professor)	Contratado	09/03/1932	Aulas Técnicas
Luiz de Almeida Marins (professor)	Contratado	01/02/1934	Educação Física
Rozendo Schachtener (Professor)	Contratado	01/02/1934	Física Mecânica
Alexandre Milicio (Professor)	Contratado	01/08/1934	Ginástica
Rubens de Faria e Souza (professor)	Comissionado	07/08/1934	Aritmética
Rizzieri Squassoni (professor)	Contratado	01/09/1934	Desenho Tecnológico
Luiz Leony Delpy (professor)	Contratado	04/05/1936	Física Mecânica
Edmundo Krug (professor)	Substituto	05/05/1936	Desenho
Manoel Nogueira Soares (professor)	Contratado	29/11/1938	Higiene
Marcilio Campos Pereira (professor)	Substituto	26/05/1939	Aulas Técnicas
Camilo Badin (professor)	Substituto	13/06/1939	Português
Miguel Fuentes (professor)	Contratado	01/08/1939	Tecnologia
Miguel Fuentes Zamora (professor)	Contratado	01/08/1939	Tecnologia
Paulo Breda (professor)	Contratado	01/08/1939	Eletrotécnica
Ademar Oliveira Castanho de Barros	Substituto	25/09/1939	Aritmética
Mario Pinheiro Rosa (professor)	Contratado	22/08/1940	Matemática
Paulo do Amaral Rogick (Professor)	Contratado	27/08/1940	Higiene

Escola Noturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento			
Ernesto Biancalana (professor)	Contratado	08/07/1929	Plástica
Dalila Scherepel (ajudante)	Contratada	09/09/1929	Confecção
Marília de Dirceu Ferreira da Silva(professora)	Contratada	27/04/1932	Pintura
Horácio Magalhães (professor)	Designado	08/05/1932	Matemática
Américo de Martini (mestre)	Contratado	13/03/1933	Tecelagem
Clotilde Machado de Al. Ribeiro (aj)	Contratada	01/01/1934	Confecção
Jarbas Trigo	Contratado	01/02/1934	Organização Ferroviária
Luiz Domingos Sobrinho	Contratado	01/02/1934	Técnica Ferroviária
Edmundo Krug (professor)	Substituto	05/05/1936	Desenho
José de Souza (ajudante)	Contratado	14/04/1937	Desenho
Maria Ignez Klefenz (mestre)	Designada	20/04/1938	Confecção
Pedro Volpe (professor)	Designado	09/06/1939	Matemática
Haydee Astioli (ajudante)	Contratada	13/06/1939	Confecção
Giovani Tullio Dal Pian (mestre)	Contratado	03/04/1940	Tecelagem
Estevam Arduino (ajudante)	Contratado	06/04/1940	Desenho

Fonte: Mapa de Movimentos. Quadro preparado pelo autor.

Obs.: A coluna "Forma de Contrato" apareceu nos "Mapas de Movimentos" a partir de 1938.

Apêndice C - Degravação da entrevista com o senhor Milton Marinho Martins

Entrevista: Professor Milton Marinho Martins

Data de Nascimento: 20/11/1921

Local: Rua Amazonas, 451

Data da entrevista: 08/03/2012 – 14h30

Entrevistador: José Roberto Garcia

Assunto: Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba e a Estrada de Ferro Sorocabana

JRG: Primeiramente quero agradecer o Prof. Milton Marinho Martins por me receber no seu escritório. Começo solicitando que o Senhor faça um relato sobre seus dados pessoais, o período que o senhor lecionou e foi diretor das escolas onde o Senhor atuou.

MMM: Eu me chamo Milton Marinho Martins, sou filho de Albertino Martins de Oliveira e Carlota Marinho Martins. Nasci em Tietê mas a família de meus pais é de Itu. Com três anos meus pais voltaram para Itu onde fiz parte do curso primário até o terceiro ano e o terminei em Sorocaba no Antonio Padilha. Meus pais vieram morar em Sorocaba em janeiro 1933 quando eu tinha 11 anos para que os filhos pudessem estudar. Itu até então não tinha ginásio. Meus pais apesar de terem só o grupo escolar tinham uma visão muito grande da cultura e do ensino e queriam que todos os filhos estudassem. Eu nasci no dia 20/11/1921 e estou, portanto, com 90 anos completos dentre os quais 53 anos dedicados ao magistério, ao ensino. Tive muita felicidade de encontrar um campo vasto de trabalho no ensino. Tive a felicidade de encontrar um campo vasto no ensino, gostei e me sinto um homem realizado porque dentro deste campo fiz tudo que se podia fazer no que estava à minha altura. Fui professor praticamente em quase todas as escolas secundárias da época na cidade. Lecionei na OSE que naquele tempo se chamava Escola de Comércio. A Escola de Comércio pertencia a um grupo de professores que a fundou em 1928. Na década de 1940 veio de Santos o Dr. Arthur Cyrillo Freire e adquiriu a Escola de Comércio e continuou como Escola de Comércio. Mais tarde ele ampliou o trabalho escolar dele transformando na atual OSE. Eu lecionei ainda no tempo em que se chamava Escola de Comércio. Lecionei na OSE, no Ciências e Letras, no Colégio Santa Escolástica, no Getúlio Vargas, no Colégio Anchieta, no curso Ferroviário, em uma escola que funcionou por pouco tempo SESC – Serviço Social do Comércio. Enfim, quase todas as escolas da época eu lecionei. Cada escola tem uma história bonita e sinto muito orgulho disso porque meus próprios professores me chamavam para substituí-los. No Getúlio Vargas lecionei por quase um ano Biologia Educacional e Didática e quem me trouxe foi o professor Paulo Costiveli que era reverendo da Igreja Presbiteriana da rua Santa Clara. O professor Paulo era o catedrático da disciplina de Biologia e precisou fazer um longo tratamento de saúde em São Paulo. Ele foi em minha casa me convidar para substituí-lo e eu tinha me formando no ano anterior. Naquele tempo a disciplina de Biologia tinha um livro que era uma bíblia e eu disse: professor Paulo, reverendo Paulo, eu me formei há um ano. Ele respondeu: “Ótimo, se eu não conhecesse você não viria convidá-lo”. Na Escola de Comércio entrei mais ou menos do mesmo modo: o professor Abidiel Lopes Monteiro, que era também evangélico da Igreja Presbiteriana Independente de Além Ponte, era o catedrático de Geografia. Ele não prestou concurso para o Estadão, onde ele foi meu professor, e teve que

deixar a cátedra, mudando-se para São Paulo. Nessa ida para São Paulo, ele bateu em minha casa e fui atendê-lo. Até assustei porque naquele tempo havia um certo desconforto entre católicos e protestantes. Eu era congregado mariano, vicentino e ele pastor evangélico e pensei: o que será que querem comigo? “Vim convidá-lo. Vou embora para São Paulo e quero deixar em meu lugar uma pessoa de confiança para o doutor Cyrillo”, que era o diretor da Escola de Comércio e era muito amigo dele, “e não quero deixá-lo na mão. Ver se você ficaria com todas as minhas aulas, de segunda a sexta feira, todo dia, das sete as onze da noite”. É puxado professor, estou começando a carreira agora! “Eu estou perguntando se você quer. Se você quer vá porque sei que você dá conta”. Mas eu não conheço bem o doutor Cyrillo, só de bom dia, boa tarde. “Não, não! Eu vou lá, falo com ele e você começa a lecionar amanhã!” Modéstia a parte, eu sinto orgulho disso! Os próprios professores foram me introduzindo nas várias cátedras. Prestei concurso na Sorocabana. Lecionei no Seminário: Dom Mucciolo, da Rede Vida, foi meu aluno; padre Mauro Valini, foi vigário na Catedral, foi meu aluno; Aldo Vanucci, Reitor da Uniso, foi meu aluno; Dom José Carlos Castanho de Almeida, bispo resignatário, resignatário não, aposentado de Araçatuba, que mora na rua Sete de Setembro, também foi meu aluno; tenho o nome espalhado por esse Brasil inteiro. Sou um homem realizado, uma pessoa que fez o que queria; cheguei a secretário de educação da Prefeitura. Em 1985 fui eleito o professor do ano pela prefeitura. Existia, não sei se ainda existe, um concurso na Prefeitura para escolher o professor do ano. Era oferecido um prêmio em dinheiro e uma medalha. Nesse ano me candidatei e fui eleito o professor do ano. Na minha passagem pelo magistério sinto orgulho do que fiz. Em 1972, no sesquicentenário da independência, eu era o secretário da Educação da Prefeitura. Fui nomeado o presidente da Comissão dos festejos da cidade. O desfile foi uma maravilha: trouxemos o batalhão do Exército de obuses de Itu; fizemos a última festa da ginástica, houve várias, a minha foi a última, no campo do São Bento, na Rua Nogueira Padilha – consegui reunir mil alunos das escolas públicas e particulares – a cidade era bem menor que agora - para fazer ginástica, não para assistir, para fazer – e contei com a colaboração dos professores de Educação Física aos quais eu agradeço; eu sempre fui uma pessoa que dou muito valor àqueles que me ajudam, eu acho que a gratidão é uma das virtudes mais bonitas do ser cristão; agradeço os professores que me ajudaram muito na festa da ginástica; o Governador Laudo Natel, que era o Governador na época, veio para a festa; foi uma exibição maravilhosa; depois disso não houve mais festa da ginástica com esse tamanho, com essa grandiosidade que até então estava havendo. Como diretor da escola, a Aquiles de Almeida, eu montei a escola, dei aula inaugural, e a dirigi por quarenta anos; construí o Ginásio de Esportes, o único da cidade das escolas públicas - nenhuma escola pública tinha Ginásio de Esportes - com todos os requisitos modernos; construí, além do prédio que a Prefeitura construiu – o prédio do Aquiles foi construído quando eu fui secretário da Educação – construí mais sete salas; para comprar o terreno para construir a escola nós demos trinta contos de réis para a prefeitura; a escola Aquiles de Almeida, não querendo depreciar a prefeitura, o objetivo não é esse, é uma escola que praticamente, lá, a Prefeitura lá não tem nada, só tem o nome e o prédio da Prefeitura; mobiliei a escola sem a ajuda da Prefeitura; levei dez anos construindo o Ginásio de Esportes; era a única escola pública, se não depredaram, que tinha comunicação da diretoria com as salas de aula por meio dos serviços de comunicação, e tudo de modernismo a escola teve; não

querendo ser gabola, era uma escola do primeiro mundo erguida em Sorocaba - quem conheceu diz que era uma escola de primeiro mundo e eu me orgulho disso.

O curso Ferroviário, que é o que interessa a você, eu entrei por concurso em 1944 e fiquei até 1972 quando me aposentei. Prestei concurso para Matemática, Português, Geografia e História. Nessa época, o curso Ferroviário, era denominado curso Ferroviário porque não tinha patrono propriamente dito. Era para ser dado o nome do patrono que agora é patrono também do Senai – Gaspar Ricardo Junior – era para ser ele o patrono da escola mas a Sorocabana foi protelando, protelando, protelando a construção do prédio próprio, porque a escola funcionava num prédio antigo ao lado da estação, e acabou não acontecendo; acabou a Sorocabana e o prédio não saiu. Chegamos a plantar a pedra fundamental, com banda de música e foguetório, chegamos a fazer a planta do prédio, que seria ao lado do campo da Estrada de Ferro Sorocabana, um prédio moderno, bonito e que daria guarida ao curso, mas infelizmente, acabou não acontecendo. Infelizmente o início do curso Ferroviário eu não tenho os dados. Ele deve ter sido fundado concomitantemente com várias escolas da cidade. Sorocaba lutava para ter escolas públicas e não conseguia. Em 1928 um grupo de sorocabanos fundou o Ginásio Municipal que funcionou na rua Barão do Rio Branco no prédio da maçonaria; em 1924 um grupo de idealistas fundou a Escola de Comércio que funcionava na rua Barão do rio Branco em frente ao prédio da maçonaria, pegado onde hoje é a Telefônica; em 1928 foi fundada a Industrial Fernando Prestes. Eu acho que, como a Escola Industrial Fernando Prestes foi fundada concomitantemente com o Ginásio Municipal, a Escola Municipal Livre de Sorocaba, em 1928, junto com o Ginásio Municipal também, deve o curso Ferroviário ter sido fundado em 1928, concomitantemente com a escola Industrial – se começou a funcionar imediatamente também não sei. Ele funcionava – o setor de aulas - num prédio anexo à estação da Sorocabana e tinha oficina própria ao lado das oficinas gerais da Sorocabana lá no fundão do terreno da Estrada, uma boa oficina, não era moderníssima mas era uma boa oficina. O Diretor de então era o próprio Diretor da escola Industrial Fernando Prestes porque o ensino ferroviário, até então, estava começando a engatinhar no Brasil e estava ligado ao ensino profissional do Estado de São Paulo. Na minha época, quando prestei o concurso, o Diretor era o professor Diógenes de Almeida Marins, um grande educador, muito meu amigo. Incentivou-me para entrar na Sorocabana como professor porque estava prevendo que posteriormente haveria o desligamento da escola e eu poderia ser também diretor. Prestei o concurso e comecei lecionando no curso principalmente para um dos cursos que existia na Sorocabana: o CFT – Curso de Formação dos Transportes – formava pessoal para as estações – conferentes, despachantes, telegrafistas (naquele tempo ainda era telégrafo Morse). O elemento formado nesse curso mais tarde seria chefe de estação, ou chefe dos chefes da estação, ou chefe do tráfego. Eu comecei dando aulas para esse pessoal.

JRG: Aproveitando o que o Senhor falou, as oficinas eram anexas às oficinas da Sorocabana. As aulas teóricas e as práticas eram realizadas na Sorocabana?

MMM: As aulas teóricas eram ao lado da estação. O prédio ainda existe e agora vai ser transformado em museu moderno. As aulas teóricas e práticas eram na Sorocabana.

JRG: Quais cursos funcionavam na Escola Profissional *Mixta*? O período que estou pesquisando é de 1929, quando começou a funcionar a Escola, em julho de 1929, até 1942 quando foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, em 1942. O curso Ferroviário, a primeira turma, começou em 1931.

MMM: Então demorou um pouquinho.

JRG: A escola começou em julho de 1929 e o curso Ferroviário demorou um ano e meio – o curso deveria estar sendo articulado – a primeira turma começou em 1931, por isso a minha curiosidade em saber onde as aulas teóricas e práticas aconteciam.

MMM: Era um prédio grande, ainda existe lá, é fácil de ver, tiraram as divisórias, eram divisórias de madeira, um prédio bom bem aconchegante. As salas de aulas, diretoria, as instalações sanitárias, etc, etc. A gente podia entrar tanto pelo portão lateral como pelo portão de entrada dos viajantes da estação. A oficina ficava ao lado das grandes oficinas da Sorocabana lá dentro do terreno da Estrada. Era um barracão enorme, um prédio grande.

JRG: Hoje é o centro da Sorocabana.

MMM: É. A nossa oficina era uma oficina completa. A escola funcionava da seguinte maneira. Agora eu vou contar como funcionava o ensino.

JRG: Existia inclusive o curso de Aprendizes.

MMM: Também.

JRG: E tinha o curso de Aperfeiçoamento.

MMM: Esse era mais avançado, era outra história. O curso Ferroviário compreendia: o CFT, CFO, e CAO. CFT – Curso de Formação dos Transportes – pessoal para a estação, formar pessoal especializado para a estação. CFO – Curso de Formação de Oficiais – que formava caldeireiros, ferreiros, marceneiros, eletricitas, para a manutenção dos trens da Sorocabana. E tinha o CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – esse era só para quem já era ferroviário. Adultos, senhores que queriam se aperfeiçoar para se tornarem mestres. A gente chamava de curso de Mestres. Senhores, pessoal que já estava há anos trabalhando na Sorocabana. Era uma organização boa, perfeita. Pessoal especializado para a estação, para a manutenção dos trens, e pessoal que queria deslanchar, tornar-se mestre. Na oficina, como o curso Ferroviário formava especialista para todos os setores da Sorocabana, tínhamos o setor de Ajustagem, o setor de Eletricidade, o setor de Marcenaria, o setor de Tornearia, e, talvez tenha mais alguns que não me lembro – era completo – porque formava pessoal para todas as especialidades que a Sorocabana precisaria manter. E para cada setor tinha um instrutor. Esse instrutor era selecionado dentre os próprios empregados da Sorocabana. Aqueles que se sobressaíam pela paciência – saber ensinar não é para qualquer um – maior conhecimento, técnicos, esses eram selecionados para ser mestres da nossa oficina. Tinha um instrutor-chefe também dentro da oficina. Então tinha um chefe da oficina, os diversos setores dentro de uma mesma oficina cada um com sua bancada. A bancada dos ferreiros, a bancada dos marceneiros ... Só a bancada dos marceneiros funcionava separada, noutro setor – funcionava junto com o setor da Marcenaria. Cada instrutor ensinava a sua disciplina, logicamente, para

os alunos no período da tarde. De manhã as aulas eram teóricas, ali ao lado da estação; e, a tarde, depois do almoço, os alunos iam para as oficinas até o término das atividades da Sorocabana quando cada um ia para sua casa. Lá nas oficinas, também, além de cada instrutor selecionado para ser instrutor, e ter um instrutor-chefe que estava subordinado a mim – eu era o Diretor – tinha o chefe de oficina e os mestres – nós chamávamos de mestre, mestre de cada setor; aos sábados não havia nem aula nem oficina nossa, mas os alunos eram distribuídos nas oficinas gerais de acordo com a profissão que tinham escolhido. Então, o pessoal de Ajustagem, os alunos que faziam Ajustagem iam para as oficinas gerais no setor de Ajustagem; os marceneiros iam para o setor de Marcenaria; os eletricitas iram para o setor de Eletricidade; eram distribuídos. Eu e os demais mestres tínhamos a obrigação de fiscalizar porque tinha aluno que fugia, ia dormir no banheiro, tinha aquela malandragem... nem todo mestre gostava de ser mestre porque não tinha remuneração; ele tinha que aceitar o aprendiz, todo sábado, e instruí-lo, mas nem todo mundo tem essa qualidade de instruir os outros; então, não estou aqui desfazendo na pessoa deles, mas eles estavam lá para fazer o serviço deles e não estavam ligando em formar um novo oficial. Então nós tínhamos de fiscalizar no sábado para saber se cada um estava no seu setor. As aulas teóricas eram: Matemática; Português; Desenho Mecânico; chegou um tempo em ter Inglês; Física-mecânica; chegou um tempo, na Revolução de 64, de ter aulas de Educação Moral e Cívica; e aulas de Educação Física. As aulas de Educação Física eram dadas no campo do Estrada para o pessoal da oficina. Os meus alunos também tinham aulas lá – também – mas era outro professor. Quem dava aulas de Educação Física, no início, era um só para as duas turmas, os de oficinas e dos transportes, era o Comendador Luis Almeida Marins que era professor de Educação Física da Profissional. Ele ficou lá até se aposentar apesar de desmembrar ele ficou lá.

JRG: De 1929 até 1942 – não sei bem se é até 42 – a Profissional funcionava na rua Barão do Rio Branco esquina com a rua Álvaro Soares e tinha duas entradas: uma entrada para os meninos que era na rua Barão do Rio Branco e outra para as meninas que era na rua José Bonifácio, que era atrás.

MMM: É o “balança mas não cai”.

JRG: Isso. Era o prédio “balança mas não cai”. Então quais cursos funcionavam lá se os cursos Ferroviários todos funcionavam na Sorocabana?

MMM: Eram os cursos da Profissional só. Tecelagem, Fundição. Tinha forno lá.

JRG: No “balança mas não cai”?

MMM: É. Passando na rua via o forno. Tinha Fundição, Marcenaria. Faziam móveis. Esse móvel aí foi feito lá, nem cupim não deu. Esse aí quem fez foi o mestre de marcenaria que fez para mim. Eu era muito amigo do Diógenes, pedi e ele fez para mim. Sob encomenda. Eu desenhei como eu queria, garras de leão. É mania de jovem. Eu queria uma estantezinha começando a vida, essa foi minha primeira estante. Eu queria estante com garras de leão e ele fez.

JRG: Então, os cursos Ferroviários realmente não eram na Profissional?

MMM: Não, não! Todos independentes. Todos foram sempre independentes. E na Profissional eram os cursos Tecelagem, Marcenaria, Fundição, e outros que não me lembro porque tinham muito menos.

JRG: E qual era a ligação da Profissional com a Sorocabana, no começo, porque os boletins dos alunos estão lá no arquivo da Profissional e muitos documentos estão lá, os mapas de movimentos eram preenchidos com os nomes dos cursos e os cursos Ferroviários estavam lá.

MMM: Porque pertencendo o curso Ferroviário ao estado de SP e conseqüentemente a Escola Profissional então era o Diógenes Marins o Diretor, no meu tempo, que controlava as duas escolas. Ele era Diretor da Profissional e Diretor do curso Ferroviário. Ele tinha uma gratificação da Sorocabana para dirigir o curso. Então ele recebia o ordenado do Estado como Diretor da Escola e tinha uma gratificação para dirigir a Sorocabana. Só que dirigia o serviço também. Quando eu entrei trabalhar ainda era assim. Ele ficava na Profissional, na Barão do Rio Branco, no “balança mais não cai”. A Diretoria dele era ali. A diretoria dele eu frequentava. Eu era muito amigo dele e estava sempre lá. Ele ficava ali na diretoria, e o vice dele – a escola Profissional sempre teve vice – e o vice dele ia lá na Sorocabana dirigir o curso Ferroviário.

JRG: A próxima pergunta seria essa: como acontecia o deslocamento dos alunos para as aulas das oficinas? Então não existia esse deslocamento porque tanto as aulas teóricas como as práticas aconteciam na Sorocabana.

MMM: Isso, no próprio local.

JRG: Uma outra dúvida que surgiu foi o seguinte: os alunos recebiam diplomas – que título era dado ao formado – os alunos saíam como técnicos, saíam como semiprofissionalizantes, então que título? Eu não consegui encontrar ninguém que me fornecesse um modelo ou um documento com o diploma. Consegui encontrar boletim, material. Diploma dizendo assim: “confiro-lhe ...”. Não consegui encontrar. O senhor se lembra?

MMM: Infelizmente não me lembro. Esse é um ponto negativo para mim também. Esse é um pormenor que eu não me preocupava muito em saber o diploma que eles recebiam, mas eu tenho a impressão que era um diploma igual ao da Profissional já que o curso pertencia a Profissional era um diploma igual aos que se formavam marceneiros, tecelões, fundidores pela Profissional. Eu tenho quase certeza que seriam iguais. Depois que eu assumi, que desmembrou, e eu fui nomeado Diretor do curso Ferroviário no lugar do professor Diógenes, daí, então, foi vida autônoma, daí desligou completamente.

JRG: Eu descobri, no museu ferroviário, em frente à Sorocabana, Cadernos de Instrução, conhecidos como Séries Metódicas. Quais disciplinas utilizavam esses cadernos? Existia dificuldade dos alunos na aprendizagem? Existia muita repetência? Como funcionavam essas questões do ensino e da aprendizagem?

MMM: O sistema pedagógico, como já disse para você, o curso Ferroviário teve uma organização tão perfeita que se hoje fosse possível recomençar, fazer um novo curso Ferroviário, eu não sei, posso estar enganado, as vezes a gente se engana, teria que se adaptar

– ninguém hoje ensinaria com morsa, teria que usar outra coisa no lugar – mas a estrutura, de um modo geral, o alicerce seria o mesmo pois foi uma organização tão bonita, sabe, que se eu for contar para vocês, escrever os pormenores, a gente vê que não tem muito o que mudar, só adaptar, porque foi inteligente quem redigiu a estrutura. Se entrar em mais detalhes vai ver como a coisa era minuciosa. Então, o aluno recebia instrução teórica na sala de aula e a instrução prática nas oficinas. Tinham esses cadernos de orientação técnica que eles obedeciam – tudo distribuído pela Sorocabana – tudo muito bem feito, inclusive devo ter algum ali, depois eu mostro; eu devia ter guardado mais coisas mas a gente com medo dessa história de dizer que a gente está aproveitando da coisa: todo aluno ao se formar, os mecânicos, os da parte do CFO, levavam uma maletinha metálica, confeccionada por eles mesmos, recheada de ferramentas feitas por eles, vários tipos de turquês, dois ou três tipos de alicate, de formão, de segueta, de arco para usar com a segueta, talhadeiras, martelos, levava completa. Sabe que nem isso tenho – a turma dizia: leva uma maletinha para você, você é diretor – vão dizer que eu estou abusando da minha situação como Diretor. Para não dizer que não tenho nada, eu tenho martelo de bola, uma segueta, tudo feito pelos alunos; ao se formar cada um levava a sua. A parte financeira, também: no começo não tinham muitos direitos mas acabaram conquistando um direito muito justo, o de contar para a aposentadoria os anos cursados na escola. Uma coisa, bonita, perfeita, correta. Eles tinham vencimentos. O aluno, via-se a média das matérias teóricas, os professores das oficinas davam notas, tinha um boletim próprio da oficina no qual eram dadas notas das peças executadas - o professor examinava a peça e dava a nota – e daí a média da oficina com a média teórica dava a média geral, e, pela média geral eles tinham o vencimento; tinha uma tabela e quanto maior a média maior era o vencimento. Coisa muito bem feita. Todo mês vinha o pagador, no tempo que vinha o trem pagador, parava lá na estação, formava aquela fila enorme, o cidadão cantando nome por nome, bonito ver pagar a oficina inteira, três mil funcionários.

JRG: E mais os alunos?

MMM: E mais os alunos. Começava as oito horas da manhã e ia até duas / três horas da tarde. Bonito que era de ver. O trem pagador, eu como Diretor entrava dentro do vagão, porque não podia entrar, eram só os diretores; inclusive acho que nunca usaram – mas tinha uma estante especial no vagão com cinco ou seis rifles, acredito que nunca foi usado aquilo pois naquele tempo não tinha muito bandido.

JRG: Sobre o salário, digamos, que eram pagos aos estudantes: na realidade não era por dia, por hora, por peça desenvolvida, mas era sim pela média. E as séries metódicas foram importantes, aqueles cadernos de instrução?

MMM: Maravilhosos! Maravilhosos! As séries metódicas, cada aluno com seus desenhos próprios para executar as suas peças. Os teóricos recebiam as apostilas – devo ter uma ou duas apostilas de matemática – lecionei matemática lá também; depois que fiquei a Diretor eu passei a lecionar também matemática para outro curso que era o de oficiais; eu comecei no de telegrafistas e depois passei a trabalhar; cheguei a dar aulas de física-mecânica – é aquele negócio, quando a gente é dedicado, esforçado e tudo, tem o lado bom e tem o lado meio doído, o chefe sempre vem e diz: “Ah! Você faz, você ...” – o professor de física-mecânica

Marcílio de Campos Pereira tirou um ano de licença e o meu chefe disse: “você sabe dar física-mecânica”; dei física-mecânica também. O professor de Educação Física aposentou, um pouco antes de se desligar, um pouco antes de 42, não, foi depois de 42, desligou e ele continuou dando educação física o comendador Luis Almeida Marins, dava aulas lá no campo da Estrada; ele se aposentou também, completou o tempo de aposentadoria, se aposentou. Naquele tempo Sorocaba não tinha escola de educação física e pouca gente se interessava. A educação física estava começando a ser criada em São Paulo tanto que o comendador Luis Marins é da primeira turma formada em São Paulo. Ele é da primeira turma de educação física da escola de Educação Física do estado formado parece que em 1940 uma coisa assim. Então antes não tinha. Ele aposentou e daí? Quem dá aula de educação física? Não tinha. Quem dá? Quem dá? Veio meu chefe e disse: “Você dá aula de ...”. Dei dois anos de educação física também. E, alias, eu gostava. Eu joguei basquete quando estudante. Eu gostei de tudo. Eu era um estudante ... Engraçado, hoje eu vejo a turma discutindo, mesmo já naquele tempo, eu gosto disso, eu gosto daquilo ... eu ficava escutando, eu sou meio diferente de todo mundo, eu gosto de tudo, eu gosto de tudo.

JRG: Professor, nesse trabalho que eu fiz do mestrado – na questão da repetência ou evasão escolar – descobri que quase 60% dos alunos da Profissional, aí incluídos os alunos do curso Ferroviário, nesse período de 1929 a 1942, não se matriculavam no segundo semestre. Existe alguma explicação, um motivo porque isso acontecia?

MMM: Não sei. Nesse período eu ignoro mas a repetência e a desistência não eram elevados. Não eram. Não eram elevados.

JRG: A ferrovia contratava os alunos logo após o primeiro semestre, antes de se formar?

MMM: Não, não. Eles eram contratados após a formatura para trabalhar fora, tanto que daí saíam muitos iam trabalhar fora porque quatro anos de aulas teóricas e práticas eles tinham uma formação quase de engenheiro. Então as indústrias ficavam de olho nos alunos do curso. É uma das causas que alguns batalhavam contra o curso. Diziam: “Não, a Sorocabana gasta um dinheirão, leva quatro anos formando um aluno para depois ir trabalhar numa indústria particular”. Bobagem, tudo é Brasil, no meu ponto de vista é pensamento errado isso. Mas a maioria ficava na Sorocabana e o ordenado da Sorocabana também não era tão ruim assim; era relativamente bom. Tanto que, quando eu entrei como professor, o ordenado de professor era, se não me engano, superior ao do Estado. Eu entrei ganhando 650 mil Réis por mês como professor em 1944. Então, a repetência era pequena porque o sujeito que entrava lá queria estudar mesmo e uma boa parte era filho de próprio ferroviário. Então, o pai nos ajudava também, outra coisa boa, o pai estava de olho no filho; estudando na mesma indústria onde ele trabalhava; ele queria que o filho ficasse ferroviário como ele. Então, isso tudo ajudava. Já naquele tempo toda escola tinha apoio dos pais mas no curso Ferroviário era 100%, eles confiavam na gente.

JRG: Nessa linha da contratação do aluno pela ferrovia, existia a “carta convite”. O que era exatamente a “carta convite? Era para qualquer curso, quando ela era emitida? Como funcionava a “carta convite”?

MMM: Eu desconheço. Isso estava fora do meu alcance, fora do curso. Talvez fosse feito pelo departamento de mecânica, por um outro setor que não estava diretamente ligado com o curso Ferroviário.

JRG: Sobre o ingresso: existia forma de seleção para o ingresso, por exemplo, existia a psicotecnia e ela era aplicada para fazer esse curso e não aquele? Como era isso? Existia vaga reservada?

MMM: Tem tudo isso. Essa é fácil. É outra organização maravilhosa. Existia o exame de admissão. O exame de admissão era para alunos maiores de 14 anos. O exame era de matemática, português, geografia e história, a parte teórica. Para o Curso de Formação de Transportes era só isso. Mas para os que iriam para o setor de oficina tinha a parte prática, exame prático. Havia uma bomba de “chutes”, uma bomba aspirante ..., pequena, miniatura. Essa é outra história engraçada, também. Vinha um inspetor de São Paulo só para aplicar esse teste, no candidato, depois de aprovado no exame teórico. Punha o aluno na mesa, o inspetor punha a bombinha na mesa e falava: “tem um aparelhinho aqui para você montar. Quanto mais rápido você montar a bombinha, melhor; se você não souber montá-la, tudo bem; se você começar monta-desmonta é ponto negativo; se você fizer a montagem de uma vez e permanecer à vontade sem desmontar, melhor ainda”. Dava algumas instruções ao aluno e marcava no cronômetro. Tinha um tempo certo para a montagem, meia hora para cada um, não lembro bem. Vinha um inspetor só para isso. Como eu ficava por ali e assistia tudo isso e não era bicho de sete cabeças, depois de dois ou três anos mudaram tudo. Disseram-me: “Sr. Milton, não há necessidade que venha alguém de São Paulo para Sorocaba para aplicar o teste da bombinha. O senhor mesmo pode fazer isso”. Lá passei eu a aplicar o teste da bombinha que era para verificar a aptidão do aluno na parte mecânica. Tinha o teste. Outra coisa interessante, depois que o aluno começava as aulas, a primeira série era estudo geral e na oficina também. Eles passavam um pouquinho em cada setor para ver a aptidão dele. No fim do primeiro ano é que definia o setor que ele iria. Os mais inteligentes, os mais aplicados iam para eletricidade, tornearia, etc. Os demais tinham que se contentar com as vagas existentes em ajustagem, ferraria, marcenaria, etc. No segundo ano em diante cada um ia na sua própria bancada, no seu próprio setor. Bem organizado, bem organizado. Outra coisa: o aluno depois que entrava na primeira série, durante o ano vinha um inspetor de São Paulo para um diálogo socioeconômico com os pais. Eram convocados dois ou três pais todas as noites, eu ia lá também, descia lá no prédio, os pais chegavam, o inspetor vinha de São Paulo, sentávamos em uma sala, um por um, isolados dos outros. Nessa conversa tinha um prontuário para ser preenchido. Mas, como todo prontuário desse tipo, não era para arrancar a resposta com perguntas diretas, era para arrancar a resposta na conversa. Conversando, conversando com o pai, por que seu filho escolheu essa profissão, por que o senhor escolheu a sua, será que seu filho está contente ... Assim seguia até conseguir as respostas que interessavam. Depois de completar a ficha o pai era dispensado. Dois ou três anos veio o inspetor de São Paulo. Depois o chefe disse: “Milton, isso não é bicho de sete cabeças. Você é inteligente, é dedicado”. E passei a fazer também esse serviço. Foi bom, gostei muito. Há males que vem para bem. Um serviço a mais para mim, toda noite descer lá para ouvir todo mundo. Mas foi uma coisa maravilhosa porque você passa a conhecer a vida do aluno, a vida familiar do aluno. Vou

contar um caso para você: tinha um aluno na primeira série ele era sempre mandado na Diretoria porque vinha meio sujinho. Tinha uniforme: nessa época era – depois mudou - camisa branca e calça azul marinho, se não me engano. Ele vinha com a camisa parecia que lavou a camisa na enxurrada, toda amarrotada. Os professores não gostavam disso.

JRG: Na oficina também tinha uniforme?

MMM: Não. Lá era macacão. A Sorocabana dava o macacão.

MMM: Mandavam ele para mim, mas o que eu, como Diretor, podia fazer? Conversava, conversava mas não resolvia. Depois de preencher a ficha fiquei sabendo que ele morava sozinho com o pai, um velhinho de setenta e tantos anos, lá na Vila Fiore - hoje é cidade mas naquela época era fim de mundo - um barraco de chão de terra batida; ele lavava a camisa dele no sábado depois do meio dia, depois que ia embora para casa, ele que lavava a roupa dele - não tinha mãe. Então tinha todo esse problema. Passei isso para os professores; pronto, melhorou a visão que se tinha dele como aluno relaxado, como aluno relapso. E outros exemplos que aconteceram por lá. Olha, eu achei isso maravilhoso; neste mundo a gente está sempre aprendendo; eu que estudei tanta psicologia, estudei tanta pedagogia, ignorava esse pormenor de que, as vezes, o aluno tido como relaxado tem lá suas razões para se apresentar tão displicentemente. Veja que organização. Você acha que tem modificar uma organização dessas? Não tem como!

JRG: Então, não existiam vagas reservadas? Só para filhos de ferroviários e para o curso de mestres?

MMM: Dava-se preferência para filhos de ferroviários. Mas a procura era muito grande. Inscreviam-se, para o curso CFO, de oficina, uma média de 150 alunos para selecionar 40. Era uma média boa.

JRG: Sobre as formas de contratação, no período de 1929-1942, o professor poderia ser contratado, ou concursado, ou assistente. O senhor se lembra dessas formas de contratação e quais eram as diferenças?

MMM: No tempo que a Sorocabana esteve aliada com a Profissional eu não me lembro porque isso era fora da minha alçada, era lá com o Diógenes Marins. Depois que a Sorocabana se desligou não tinha nada disso: os professores eram contratados pela Sorocabana, só isso. Precisava, eu escolhia, eu arranjava, eu indicava, eu contratava. O Dr. Teodoro Mendes, que foi Prefeito de Sorocaba, foi Deputado Federal, meu amigo, foi professor lá: eu arranjei para ele dar aulas lá; ele estava com uma mão na frente e outra atrás, depois que tinha se formado professor primário – depois estudou Direito e tudo – ele lecionou lá!

JRG: Sobre a relação com a Secretaria da Educação do Estado: visita de inspetores, mapa de movimentos.

MMM: Isso era tudo da Sorocabana. Depois que desligou, não tinha mais nada a ver com o Estado, vinham nossos inspetores lá de São Paulo, funcionários da Sorocabana.

JRG: Isso foi a partir de que ano?

MMM: Do ano que desligou, eu não sei precisar o ano. Infelizmente não sei. Você disse que foi em 1942.

JRG: Em 1942 surgiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial.

MMM: Ah, as continuou mais um pouco porque eu entrei em 1944 e ainda estava vinculado. Foi uns dois anos depois. Acho que o desvinculamento deve ter sido mais ou menos em 1946/1947.

JRG: Parece-me que o curso Ferroviário vinculado à Profissional foi encerrado em 1945 porque daí eles criaram o Senai.

MMM: Senai é outra história. O Senai é um filhote da Sorocabana. Grande parte dos funcionários do Senai, naquela época, eram ex-alunos do curso Ferroviário. É uma espécie de filhote da Sorocabana, não querendo humilhar, é um braço do curso Ferroviário. Onde, alias, é muito bom também, gosto muito do Senai, da organização deles. A Sorocabana tinha um departamento de ensino dela, então, era tudo com o departamento de ensino. Era lá em São Paulo. O chefe era sempre um engenheiro. Quando eu prestei concurso e entrei, o Diretor era o Dr. Sálvio de Lima Góes. Abaixo dele o outro meu chefe era o Jaime Pinheiro Machado, era o chefe de ensino. O Sálvio de Lima Góes era chefe do Departamento de ensino; e o Pinheiro Machado era chefe do ensino; e tinha vários inspetores, cada um de um setor – dois ou três engenheiros; dois ou três professores; tinha desenhistas para fiscalizar os desenhos ... vinha lá, de vez em quando, um inspetor para ver a parte dos desenhos técnicos, um inspetor para ver a parte de geografia. Cada professor lá de São Paulo tinha sua incumbência de monitorar, de assessorar a escola aqui.

JRG: Professor, nós temos já uma hora de gravação. Para finalizar, que legado teria sido deixado pela Fernando Prestes em relação à ferrovia, em relação ao curso Ferroviário. O que o senhor poderia nos dizer para encerrar essa brilhante entrevista que o senhor nos concedeu.

MMM: Olha, pelo meu entusiasmo penso que devo ter concluído tudo. Depois que conheci o curso Ferroviário, a escola Industrial, o Senai, e passei a conviver com esse pessoal, eu me tornei um defensor ... dessas escolas, dessas organizações. Lamentavelmente o brasileiro não leva as coisas a sério, a própria destruição da Sorocabana, desses cursos. Se a Sorocabana não desse lucro como ferrovia, só o fato, meu ponto de vista de brasileiro, só o fato dela dar sustento para milhares de famílias, só ela manter por meio de sua rede de estações e linhas, dar uma movimentação positiva para o crescimento e desenvolvimento do estado e da nação, mais ainda a formação desse pessoal, agora puxando a brasa para o lado da minha sardinha do curso Ferroviário, meu Deus do céu, isso é coisa que não podia ter acabado de jeito nenhum; até com prejuízo do Estado, se o Estado precisasse por dinheiro dos cofres públicos para manter esse estado de coisas, era preferível, era preferível. Lamentavelmente! As escolas industriais, meu Deus do céu! As exposições que as escolas industriais faziam. Você está vendo aqui uma das peças, uma das peças! As peças fundidas feitas pela Industrial, as peças de madeira, as peças de tecelagem! Tanta coisa que a escola fazia. Todo mundo ficava aguardando a exposição de fim de ano para visitá-la, pela beleza, pela riqueza da exposição.

Então é lamentável, é lamentável que isso tudo tenha acabado. Não que eu seja quadrado e esteja parado no tempo, eu aceito a evolução. Mas o que é bom não precisa acabar. Se tem outras ideias mais inovadoras, se tem outras instituições, outras organizações, mas jamais acabar com aquelas que estão produzindo, produzindo consequências maravilhosas!

JRG: No quarto período os alunos já reformavam locomotivas.

MMM: Já, já! Eu vou mostrar para você uma foto com os alunos reformando a locomotiva. Até locomotivas nós reformávamos na nossa oficina.

JRG: Professor Milton, eu quero agradecer essa vibrante entrevista que o senhor me concedeu, esse carisma, esse carinho que o senhor tem pela educação e, em especial, pelo curso Ferroviário. Muito obrigado.

Apêndice D - Degravação da entrevista com o senhor Jardel Pegoretti

Entrevista: Professor Jardel Pegoretti

Data de Nascimento: 11/04/1929

Local: Rua Barão do Rio Branco, 45,5º andar, Sorocaba, SP – Loja Maçônica Perseverança III

Data da entrevista: 16/05/2012

Entrevistador: José Roberto Garcia

Assunto: Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba e a Estrada de Ferro Sorocabana

JRG: Primeiramente quero agradecer o Sr. Jardel Pegoretti por nos receber, com muita disposição, no edifício Perseverança III na rua Barão do Rio Branco, 45 – 5º andar. Solicito que o Senhor faça um relato sobre seus dados pessoais, os cursos que o senhor fez, onde o senhor trabalhou e qual é a sua atividade hoje.

JP: Eu que me sinto agradecido por ter sido um dos escolhidos para que se fizesse essa entrevista e juntando os dados eu gosto desse tipo de trabalho, de mostrar um pouco da história de Sorocaba, mostrar um pouco da minha história. Me sinto realizado, fico contente com isso. Agradeço ao Professor pela gentileza de proporcionar esses momentos que ficam na história daquilo que a gente pretende fazer e realizar. Meu nome é Jardel Pegoretti, eu tenho 83 anos, nasci no dia 11 de abril de 1929, venho de uma origem muito simples, muito humilde. Dos cinco filhos de meu pai e de minha mãe, os cinco estão vivos até hoje. Eu sou um dos privilegiados dos meus irmãos que na época nós morávamos em São Paulo. Eu nasci no Belenzinho e o restante dos meus irmãos são sorocabanos; eu também sou sorocabano porque nós viemos de São Paulo para que eu fosse batizado em Sorocaba pelo meu avô Vitorio Pegoretti. A família do lado do meu pai é da Áustria e do lado da minha mãe a maior parte é da Itália. Eu me considero sorocabano nato e gosto da cidade e gosto da história de Sorocaba. Estudei no grupo escolar Antonio Padilha que era um dos melhores da época ou, não sei, o mais famoso da época e de lá eu parti para a escola Industrial Fernando Prestes. O interessante que antes que se fizesse a matrícula ou que iniciasse o curso no Fernando Prestes nós tínhamos que fazer um ano de um preparatório. Os próprios professores da escola montavam em suas casas diversos alunos, uns ginásio, e eu e mais alguns outros nós nos dedicamos à escola Industrial Fernando Prestes, onde fiz a matrícula, fui feliz, passei. Comecei a frequentar a escola Fernando Prestes aqui na Barão do Rio Branco; naquela época ela ficava na esquina das ruas Álvaro Soares com a Barão do Rio Branco. Era um sobradão. Mais tarde ele se tornou até motivo de gozação. Existia um programa na rádio que se chamava “balança mas não cai” e aquele prédio de tão antigo, de tão velho ficou apelidado de o prédio “balança mas não cai” – nunca caiu, foi derrubado. Esse prédio foi do tempo das oficinas da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro, fundada em 1875 por Luis Matheus Mailasky. O que me chama a atenção é que as oficinas da ferrovia ficavam na cidade e a própria linha da ferrovia, a estação, ficava um pouco retirada. Até hoje não sei como se fazia para reparar uma locomotiva, ou um vagão, não sei, não sei! Como se fazia para levar lá, ou se um funcionário ia até lá, não sei, não sei! Das recordações que tenho da escola Industrial Fernando Prestes são boas, são ótimas, em especial pelos diretores, pelos professores. Diretor Diógenes de Almeida Marins, vice Diretor o Rubens de Faria e Souza. O Professor Diógenes como Diretor tinha, assim, um certo terrorismo, ele era exigente e o homem era bravo mesmo, ele não comia

enrolado, não! Já o professor Rubens de Faria e Souza era mais calmo, mais conversador. E aí nós tínhamos a parte teórica na rua Barão e a parte prática era onde hoje está a escola Profissional Rubens de Faria e Souza; ali é que era a Fernando Prestes. Não existia a escola Faria e Souza. A Faria de Souza o vice Diretor era vivo. Durante o dia ele dava aulas e era vice Diretor da escola Industrial e a noite era professor de português na antiga Ose que era na rua Álvaro Soares e mais tarde ela veio para a rua da Penha esquina com a Benedito Pires; era um casarão que era da família Basílio, não sei quem são eles, tinha a chácara Basílio e tinha uma loja de ferragens ali. Trago a recordação de professores como Camilo Badin, professor de português. Camilo Badin mais tarde ele foi requisitado para trabalhar na Assembleia, tinha um bom português, era muito bonito o português dele. E o professor Mario Pinheiro, de matemática, muito exigente, austero. O interessante é que nós tínhamos duas horas de aulas, ou uma hora de aula, e não se ouvia uma mosca voando na sala, porque os professores: ou você aprende ou cai fora! A ordem era essa! Aí nós nos dedicávamos e estudávamos. Tínhamos também o professor Ernesto Biancalana, professor de artes. Na época existiam umas caixas e tinha um tipo de um barro que a gente tinha que modular esculturas, ou outra coisa qualquer, em sala de aulas; nunca esqueço dele. Um detalhe: a maior parte daquelas obras de arte que temos no Cemitério da Saudade, anjos, estátuas de santos e outras coisas mais, obras de Ernesto Biancalana, era um artista nato. Muito bonito! Na Escola Industrial Fernando Prestes a gente iniciava com o curso Vocacional. O que era o curso Vocacional? Nós tínhamos dois meses, não me lembro quanto, em cada setor: marcenaria, tornearia, serralheria, caldeiraria, serraria, fundição, torneiro mecânico, entalhação, que na época era um trabalho em que o artífice exercia na madeira, fazia desenhos e outras coisas mais na madeira, que seriam, assim, para decoração de móveis. O aluno ficava dois meses numa matéria, dois meses na outra, até ele achar aquilo que interessava a ele seguir: eu fiz opção pela mecânica. Mais tarde, mais tarde, o tempo foi passando, começa o trabalho na Ferrovia, então Estrada de Ferro Sorocabana, o recolhimento de, por exemplo, alunos como eu, que seríamos os aprendizes e mais tarde os oficiais que iriam dar continuidade, porque, o trabalho na época era um trabalho, assim, grosseiro, de artífices. O funcionário, o artífice tinha que confeccionar a própria ferramenta para trabalhar na função dele. Eu fui um dos alunos que recebeu de um dos monitores da escola o recado: “menino, vai abrir a vaga de aprendiz, você vai lá que você leva jeito”. E deu certo! Apareci um dia lá, fui encaminhado aos escritórios da ferrovia, e continuei. Já era o ano de 1944. Vinte e seis de maio foi o primeiro dia que eu iniciei na então Estrada de Ferro Sorocabana. Sete horas era o horário do começo. Existiam os apitos. Na época eram duas oficinas: a oficina das locomotivas e a oficina de carros e vagões. Eu fui embora para as oficinas de carros e vagões. Meu Deus do céu: quando eu entro naquilo foi um mundo novo, abriu um portão grande e deparei com as locomotivas soltando fumaça, soltando fogo, apitando, e fui chegando lá até que me apresentei para o chefe e olhou para mim, olhou bem; era um sujeito, um senhor muito amável, muito distinto, corpulento. Na época houve o ingresso de uma ferrovia de Santos e essa portuguesada veio toda para Sorocaba, e esse senhor era um português, e, como não podia deixar, chamava-se Manuel também. Ele olhou bem para mim e disse: “Tu vieste aqui para trabalhar?”. Eu respondi: “sim senhor, estou aqui me apresentando para trabalhar!”. “Então toma a sua ferramenta”. Eu olhei e não vi ferramenta, e falei: “eu não estou vendo a ferramenta”. “Está sim. É aquela vassoura e aquele

caixão. Traga para começares a varrer a seção”. Respondi: “Está bom. Sim senhor! Então como é que eu começo?”. “Você começa aqui e vai até o fundo e do fundos volta para cá”. Era um pavilhão mais ou menos de 300 a 350 metros que na época da guerra esse pavilhão foi apelidado de “Monte Castelo”. Estava se iniciando um novo ciclo na ferrovia: construção de veículos tipo carro de passageiros e vagão. O meu número da chapa, que se dizia que era chapa de controle, que você entrava para trabalhar, saía para o almoço, você mudava a chapeira; o meu número era 375, era o número de funcionários que tinha aquele pavilhão. Aos poucos, aos poucos, eu não entendia o porque, de todo esse pessoal trabalhando, poucos eram alfabetizados. Existia, existia um cartão diário que o funcionário preenchia a hora que ele começava, a hora que ele parava para o almoço, o retorno do almoço e o término do trabalho e o que ele estava fazendo. Aí é que o negócio cresceu do meu lado! Um dos poucos alfabetizados era eu. Eu olhava para aquele senhor barbudo, bigodudo, e pensava: “o cara não sabe escrever, não sabe ler, como é que o cara está ...? Bom”. E comecei a fazer o serviço para eles e aos poucos fui adquirindo a confiança tanto dos funcionários trabalhadores como da administração. Comecei a escrever os pedidos de produtos para o Almoxarifado: tipo de parafuso, tipo de prego, tipo de ferramenta, e aí fui me adaptando no serviço e fui gostando do serviço. Tanto eu fazia serviço com o lapis e a caneta como eu fazia o serviço com o pincel de escrever, por exemplo, o destino de uma peça, aí eu punha lá: de Sorocaba para Mairinque; e eu escrevia com o pincel e com a tinta. Aí eu fui adaptando e, por que não, subindo na profissão. Bem mais tarde, bem mais tarde, já estava adulto, já estava assegurado no trabalho, surgem as oportunidades: eletrificação, modernização da ferrovia e modernização das máquinas para o trabalho. Saímos do manual e entramos em máquina. Fui escolhido para que fosse um dos primeiros artífices para trabalhar com a máquina moderna. Quando me chamam e mostram aquela máquina para mim, eu fiquei olhando aquela máquina: caramba, isto é um monstro que está acontecendo na minha frente! Vieram os representantes e me ensinaram a trabalhar, mostrando como se fazia, como não se fazia, como é que ligava, como é que não desligava! E me adaptei, e adaptei que me tornei um profissional naquele setor ali! E respeitado, tem mais essa! Eu fiquei só olhando para a pessoa e não entendia por que era ainda um “mulecão” e de repente estou sendo “badalado”! Meu Deus do céu, o negócio está ficando bom! E as oportunidades foram chegando. Mais tarde fui adquirindo bolsas de estudos, fui melhorando, prestando concursos daqui, prestando concursos dali, modernização das locomotivas elétricas, locomotivas a diesel, fui me aperfeiçoando! Surgiu um novo trabalho implantando pela, então, uma das multinacionais: Westinghouse do Brasil que é a General Electric. Passei a fazer cursos, cursos esses que os que vieram nos ensinar eram engenheiros, eram monitores de gabarito, prestaram concurso. E a modernização muito poucos seguiram nela e eu sou um deles que acompanhou a modernização graças ao prestígio e a ferrovia que me proporcionou o monitoramento e as bolsas de estudo que eu fazia em conjunto com o Senai.

JRG: Que história bonita, que história bonita, seu Jardel! O senhor falou que começou em 1944 e já tinha estudado na Fernando Prestes. Então podemos deduzir que o senhor começou a estudar no Fernando Prestes em 1940 ou estou enganado?

JP: 1941, se não me engano. Foi na época da guerra, a segunda guerra. Sorocaba tinha uma dificuldade com essa guerra: o racionamento. Naquela época estava começando a se projetar o tipo de mecânica, o tipo de trabalho com torno; era uma novidade e o artífice que trabalhava num setor desse era prestigiado na mecânica porque era tudo rústico. Eu me lembro que foi nessa época de 1940, 40 ou qualquer coisa para cima, que se falava muito nessa guerra com a Alemanha com os Estados Unidos, com o resto do mundo. Eu me lembro muito bem disso aí.

JRG: O senhor falou também sobre o prédio “Balança mas não cai” e sobre as aulas das oficinas e não sabia onde eram recuperadas as locomotivas. No prédio “Balança mas não cai” existiam oficinas e que tipo de oficinas eram essas?

JP: Quando cheguei na escola, aqui na Barão do Rio Branco esquina com a Álvaro Soares, existia a escola que era um sobradão e de lado tinha um pátio e eu olhava aquelas coisas – eu me perguntava “por que será que tem isso aqui?” – eram os pilares de sustentação disso, sustentação daquilo, eixos de máquinas, que estavam jogadas e eu não entendia porque que estavam lá e nunca ninguém me explicou. Mais tarde, bem mais tarde, agora depois de adulto, já na fase do idoso que eu fiz um livro sobre a fundação da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro, fazendo a pesquisa, o começo da ferrovia foi no centro da cidade e até hoje não entendo o porquê.

JRG: O Senhor lembra quais cursos funcionavam ali na Fernando Prestes na rua Barão do Rio Branco esquina com a Álvaro Soares?

JP: Eram só os cursos teóricos, a prática não é do meu tempo . A prática já alcancei lá no lajeado onde está hoje o Rubens de Faria e Souza.

JRG: Para as aulas práticas como aconteciam os deslocamentos dos alunos das aulas teóricas, que eram na rua Barão do Rio Branco com a Álvaro Soares, para o lajeado?

JP: Conforme a matéria nós entrávamos às 7 horas e o encerramento era às 11 horas. Entre 11 e 13 horas, que seria o nosso retorno ao lar, o almoço. Nós tínhamos que estar lá no lajeado, que era o Fernando Prestes, às 13 horas, que seria a aula prática do aprendiz da profissão. Era das 13 às 17 horas, com 20 ou 15 minutos de lanche no meio do período. Aos sábados nós entrávamos às 7 horas saíamos ao meio dia. Era um horário normal de trabalho, de indústria.

JRG: Os alunos recebiam algum incentivo, algum dinheiro, para fazer esses trabalhos, esses estudos, ou não?

JP: Olha, eu não lembro dessa fase, não lembro. O que eu sei é que bem mais tarde, agora, quase no fim da minha carreira de ferroviário, o tempo de serviço como aluno, tanto da Escola Industrial Fernando Prestes como do curso Ferroviário, que mais tarde eu frequentei também, foi englobado para fins de aposentadoria.

JRG: Quando os alunos terminavam o curso eles recebiam algum certificado, algum diploma. O Senhor tem lembrança do título que constava do certificado: era certificado em marcenaria, certificado em madeira? O que o senhor pode dizer sobre isso.

JP: Tanto desse curso aí eu não tenho lembrança dele porque eu passei para a ferrovia e depois eu passei para o Senai. Eu tenho até hoje guardado, não era um diploma, seria assim um certificado de conclusão de tal categoria e com o número. Agora esses tempos aqui serviu para currículo: curso tal, tal, tal, onde: Senai, que época: tal, especialidade. Serviu para mim em várias coisas, assim como serviu na ferrovia.

JRG: Nas aulas teóricas, por exemplo, desenho, como o professor agia: desenhava na lousa, dava um modelo daquilo que teria que ser desenhado. Como era o processo do professor passar as informações para os alunos para os alunos se exercitarem e aprenderem?

JP: Nós tínhamos na aula teórica de desenho um dos grandes professores que eu nunca esqueci dele também. Só lembro o sobrenome dele: professor Deluno. Mais tarde montou para ele mesmo um curso de desenho. Na época nós tínhamos os desenhos geométricos: então ele traçava na lousa e a gente traçava no caderno seguindo a orientação dele na lousa. Seria assim: como se traça um triângulo, como se traça um losango, como se traça um sextavado, partindo do ponto principal. Era uma aula gostosa de se assistir e de se fazer também. Eu me dedicava muito nesse setor aí.

JRG: Qual era a dificuldade dos alunos: existia muita repetência, muitos alunos não continuavam nos cursos, como se dava a seleção, com relação aos alunos, durante as séries dos curso até ele concluir o curso?

JP: Como eu já disse no início, na entrada a gente fazia a seleção. Aquele que ficava selecionado, continuava; aquele que não, automaticamente era desligado. Então nós tínhamos o curso Vocacional que seria doze meses. Nesses doze meses você prestava a prova: ou passava ou repetia. E na repetência você automaticamente estava desligado da escola. Não tinha um processo de recuperação, nada disso. Ou você passa ou você não passa - era esse o lema da escola.

JRG: E depois que ele passava e escolhia uma área, se ele não conseguisse se desenvolver naquela área; ele passou pelo curso Vocacional e escolheu Mecânica, por exemplo, e no primeiro semestre não conseguiu acompanhar ou ele arrumou um emprego, o que acontecia?

JP: Veja bem, eu tenho pouca noção sobre isso. Por exemplo, eu fiz opção pela Mecânica. O que estava no apogeu seria mecânico-torneiro. A função do mecânico-torneiro era fabricar aquela peça, torneiar aquela peça para que se adaptasse numa máquina, num automóvel, num veículo, numa engrenagem. Essa era a função do mecânico-torneiro na qual eu me adaptei. Os colegas, não esqueço de um amigo que eu tinha, chamava-se Mario. Ele surpreendeu porque ele foi para a fundição. Tornou-se mais tarde um dos grandes fundidores. Vieram buscá-lo e foi embora para São Paulo e nunca mais soube dele. Existiram outros que seguiram a carreira de torneiro de madeira, chamava-se tornearia. Verdadeiros artífices – torneavam, por exemplo, pé de mesa, pé de cama; trabalho de artesanato mesmo. Muito bonito. Eu achava bonito essa parte aí mas eu fiz opção pelo torneiro-mecânico, sempre mais a mecânica do que torneiro. Adaptei-me nisso daí. Na ferrovia, bem mais tarde, foi criado o mecânico, que era uma grande novidade, dos trabalhos do ar comprimido. Eu aprendi com os engenheiros da Westinghouse, com os engenheiros da General Eletric, a fazer a movimentação do ar

comprimido dentro de uma locomotiva elétrica ou de uma locomotiva a diesel. Não foi fácil, foi difícil. Foi muito difícil para mim! Até hoje eu confesso: foi muito difícil! Não posso me queixar porque a ferrovia me proporcionou muitas coisas agradáveis, muitas coisas úteis. Por exemplo, por exemplo: o governo fazia lá uma compra de determinado produto e eu ia supervisionar; como eu ia para São Paulo diariamente, voltava, supervisionava. Um dos últimos trabalhos meus, como artífice, como mecânico - na época o Governador era Abreu Sodré. Ele que comprou 350 veículos de aço, para transporte de cargas. Eu fiz o exame de um por um desses 350 veículos, a mando da ferrovia. E outras coisas mais, de outros setores, por exemplo, Hermes Fonseca. Tem uma passagem que não me esqueço: quase no fim da carreira, que eu fiquei como chefe de seção, do setor meu da mecânica do ar comprimido, eu tinha sob meu comando 32 pessoas. Eu tinha que ser, assim, uma pessoa assim, de um jeito de outro, amável, de repente tinha que ser um pouco grosseira, dependia do estado da pessoa que vinha ao meu encontro. E, aí, todos esses cursos que eu fiz foi pelo Senai. Tenho vários diplomas do Senai que foi quem encampou esse tipo de trabalho.

JRG: E sobre a contratação dos funcionários pela ferrovia, existia a partir de uma determinada série: em seis meses o aluno era bom, por exemplo, ele já poderia ingressar na ferrovia, ou poderia ele mesmo montar o trabalho dele, ou era só após formado, qualquer época do ano, como acontecia essa contratação, em que época do curso, por exemplo?

JP: A Escola Profissional Fernando Prestes não tinha essa regalia. Formando-se já estava pronto – não. Quem tinha essa regalia era o então curso Ferroviário que era dentro das Oficinas aos mesmos moldes da Escola Fernando Prestes – parte da manhã teórica, parte da tarde, prática. O aluno ia em determinado setor e ali ele ficava observando, olhando, o que o funcionário, o artífice, o mecânico fazia. E a mesma coisa: ficava dois meses em um setor, outros meses em outro, outros meses em outro, e aí ele se adaptava naquilo. Terminado o curso ele automaticamente estava com o emprego garantido. Era uma das vantagens do curso Ferroviário o que não tinha no curso industrial Fernando Prestes.

JRG: A ferrovia também proporcionava, no curso Ferroviário, dentro dele, aquelas especializações, curso de Mestre de Oficinas, algo assim, para os próprios funcionários?

JP: Sim, os próprios funcionários nós tínhamos um curso de Aperfeiçoamento: um deles seria CPO – curso de Preparo de Oficiais era um deles; depois nós tínhamos o curso de Formação: que já era o curso superior que a pessoa ia como encarregado ou mestre de setor. Os dois eu participei e fui feliz no assunto. Professor Milton Marinho Martins, a qual eu sou grato, somos amigos hoje de parte de histórias de Sorocaba; excelente Diretor, tenho lembranças dele.

JRG: Sobre a Carta Convite: existia uma Carta Convite para incorporar o aluno na ferrovia? Tem alguma lembrança disso, era para qualquer curso? Quando ela era emitida, qual época? No levantamento que eu fiz, dos 21 cursos da Fernando Prestes, 75% forneciam alunos para a ferrovia. Mesmo cursos de Decoração, talvez para preparar os estofados dos bancos dos vagões. A ferrovia fazia algum tipo de convite para os alunos que mais se destacavam? Como funcionava isso?

JP: O sistema Carta Convite eu desconheço, nunca soube que houvesse. Por exemplo, o aluno terminava o curso dele, Escola Industrial Fernando Prestes: ele ficava lá alheio. As indústrias de Sorocaba, muito poucas, muito raro, às vezes absorviam algum, senão ele tenha que procurar o caminho dele. O que acontecia: São Paulo estava em desenvolvimento industrial, certeza que muitos foram embora para São Paulo; ou, o estado do Rio de Janeiro, cidade como Volta Redonda, e mais alguns lugares, estavam se desenvolvendo, ou, siderúrgicas apareciam muito por lá, como Fábrica Nacional de Vagões, muitos deles foram para lá. Eu me recordo, hoje já não tem mais, já acabaram, da implantação do metrô: exigia pessoas com conhecimentos de ferrovia. O meu trabalho, a minha especificação era muito procurada e privilegiada porque era um sistema moderno: o começo de tudo seria por meio do sistema de ar condicionado. O que seria esse ar? Não sei se dá para entender. O compressor trabalhando produzia um ar que ficava armazenado em tambores de aço. Esse ar comprimido, armazenado, era usado para dar a partida dos motores das locomotivas. Uma das especializações minhas, que era difícil, não sei porque entrei nessa, um dia me arrependia, outro dia me arrependia. Era da indústria alemã a famosa Krupp. A ferrovia comprou várias locomotivas Krupp para trabalhar no pátio das estações: montagem da composição, montagem do trem. E ela era totalmente, totalmente movida a ar condicionado. E não há de ver que me acertei com isso. As vezes tinha um enguiço, uma coisa difícil para resolver, aí me arrependia mas depois eu pegava firme e dava certo. Então quando tinha qualquer movimento com as locomotivas alemãs eu era chamado. Mais tarde, bem mais tarde, foram compradas, não sei se 150 ou 100 locomotivas da Alemanha, do mesmo sistema da Krupp. Essa parte das locomotivas da Alemanha nós dizíamos que eram da Alemanha comunista porque na época da guerra a Alemanha foi dividida em duas partes: oriental e ocidental, comunista e a parte do americano. Os americano dominava de um lado e o russo dominava do outro. Foram compradas do lado russo. E aí, dentro das oficinas, foi criado um setor para que se recebesse essas locomotivas e fossem montadas aqui dentro. Então nós estávamos esperando a chegada dos técnicos alemães para nos ensinar. A primeira pessoa que foi designada para receber as peças e os catálogos fui eu. O chefe da minha seção me chama e diz: “você, Jardel, vem cá, faz favor. Está aqui esse monte de coisa e vai lendo isso daí”. Me deu uma explicação de quatro horas. Fiquei contente de ver aquele monte de desenhos mas quando abro aquilo tudo em alemão! Meu Deus do céu! Meu lugar não é aqui! Como é que vou entender? Já é difícil falar português que dirá o alemão! Aí foi criado um setor e as peças foram chegando e eu fui qualificando as peças como se fosse, assim, um almoxarifado, tipo aqui, tipo ali. Eu montava a locomotiva, nas peças, nas prateleiras. Passado um certo tempo, passado um certo tempo que os técnicos da Alemanha não apareceram, não vieram, o engenheiro – nós tínhamos um engenheiro muito bom chamado, o nome dele era doutor Aroldo – ele vai no meu setor de trabalho, conversa com o meu chefe, e diz: “Olha, não vamos esperar os técnicos alemães, vamos começar a fazer a peça, vamos começar a montagem”. Foram designados uma meia dúzia de funcionários sob meu comando na distribuição das peças. Montamos a primeira locomotiva e fizemos ela funcionar; sai da prateleira e já foi montada. Dois meses depois, quando chegaram os técnicos alemães, nós já estávamos com seis locomotivas montadas e funcionando. O chefe deles, eu não esqueço dele, Hans. Ninguém fazia nada sem falar com o Hans, sem o Hans olhar para eles e falar que podia! Aí nesse setor eu tenho várias histórias

que você nem imagina! Aí o Hans quis saber quem era o autor dessas coisas e o levaram para mim. “Hans é esse daí, esse moço é o responsável, o autor dessas coisas!”. Ele olhou para mim, olhou e diz: “O senhorr, engenheiro?”. Eu respondi: “Eu não, não sou nada, engenheiro coisa nenhuma, sou artífice”. E aí nós criamos uma boa amizade. E essa amizade tem uma passagem bem interessante. A Alemanha comunista estava numa miséria miserável. Eles vieram muito bem orientados sobre a situação do Brasil. Leigos, desconhecidos, não conheciam nossa alimentação, não conheciam como se comia; o Hans me convida para que fosse almoçar com eles, ensinar eles; era o único que falava mais ou menos o português; às vezes entendia, às vezes não entendia! Fomos para o restaurante, sentamos na mesa e ele não sabia o que pedir. Para eles um feijão e arroz já era novidade! Aí o que fiz: traz um bife para cada um, feijão, arroz, batatinha, larga a brasa para a turma aí! O garçom trouxe um prato para cada um e botou um “filezão” para cada um. Eu comecei a comer e fiquei olhando para os alemães; eles olhando para o Hans e o Hans olhando para mim. Disse eu: “Hans, o que está acontecendo? É para comer, come tudo isso daí”. Eles estavam numa situação tão difícil que eles começaram a comer sabe de que jeito? Eles repartiam o bife na metade: metade para um e metade para outro! Falei: “Não rapaz! É para comer tudo isso daí!”. Veio uma salada de alface. E agora para o alemão comer o alface? Eu peguei o alface coloquei o sal e o azeite e comi. “Come, come isso aí!”. “No, no, no, no comer mato!”. Eu fiquei olhando isso daí e outras passagens mais e não entendia o porque desse caso! Mais tarde fui saber que na Alemanha era assim – racionada a alimentação. Você tinha, vamos supor, 200 gramas de açúcar se acabasse o azar era seu! 100 gramas de sal, se acabasse o problema era seu! Aí que fiquei sabendo. “Não! Aqui no Brasil não é assim não!”. Nós fomos nos adaptando, fomos nos acertando! Surge o fogão a gás em Sorocaba. Na saída deles eles me deram um fogão a gás de presente. Matei a vizinhança de inveja! Risos. É interessante. Não sei se serviu para você.

JRG: Muito bom! A conversa é boa! Se não serve para o nosso trabalho serve para outra coisa! Tudo é aproveitado! Não tenha dúvida!

JRG: Sobre o ingresso na ferrovia, existia vaga reservada, como era a forma de ingresso dos alunos da escola?

JP: O aluno, na saída dele da escola, já estava determinado na profissão que ele escolheu: os eletricitas de locomotivas, ou na marcenaria, outros eram torneiros-mecânicos, então, na saída dele, no término do curso já estava determinado o setor dele e a especificação dele.

JRG: Só retornando sobre repetência e a evasão escolar: existia muito a desistência de alunos, ou não existia. Se existia, quais eram os motivos, por exemplo, da evasão, da desistência, ou do aluno de trancar a matrícula?

JP: Trancar a matrícula não existia isso! A evasão eu desconheço porque eu e meus colegas nós começamos juntos e terminamos juntos e muitos deles voltamos a nos encontrar nas oficinas e continuamos com a amizade. Não tinha essa história, isso de evasão porque a pessoa sabia que ali estava a vida dele, a sobrevivência dele.

JRG: Ele poderia, por exemplo, se o pai percebesse que ele arrumou um emprego ele poderia parar o curso?

JP: Poderia porque, o que aconteceu comigo: quando fui embora para as oficinas da Sorocabana parei de estudar de dia e fui estudar a noite na mesma escola Industrial! Na época foi o início dos tempos noturnos: ginásial, colegial, era uma novidade. Então nós trabalhávamos durante o dia e a noite estudávamos.

JRG: E mesmo a questão das oficinas: os cursos noturnos não tinham oficinas, ou tinham também?

JP: Não! As oficinas não tinham nos cursos noturnos, eram só nos cursos diurnos. Por exemplo, eu fiz o curso de preparo de oficiais e a ferrovia me gratificava com uma hora de trabalho, em vez de sair às cinco horas eu saía às quatro e ficava até às seis. Bem mais tarde, bem mais tarde, Instituto Educacional Mateus Mailasky, a própria ferrovia nos deu essa chance de terminar ginásial e colegial; então nós tínhamos uma hora de gratificação e outra hora de trabalho por conta da gente. De que jeito nós terminamos o curso? Eliminação de matérias. Então nós estudávamos português, matemática, essas coisas mais aí. E no Estadão, que era o principal da cidade, tinha um domingo para fazer os exames e aí a gente ia eliminando as matérias. Eliminei matemática e resta português. Continuava no Mateus Mailasky fazendo o ginásial até eliminar o português. Eliminava português. Até que, ou tudo ou por partes, e aí a gente conseguia o diploma de ginásial ou colegial aonde eu fui mestre.

JRG: Na conversa da semana passada, quando começamos, o senhor comentou uma história interessante sobre a modelação da argila e o uso açúcar mascavo. É uma história que não podemos deixar de colocar nesse bate-papo, nessa entrevista muito gostosa.

JP: Dentre os cursos profissionalizantes nós tínhamos a fundição e eu me aperfeiçoei na fundição. O que seria a fundição? Era uma caixa quadrada de ferro onde a gente colocava uma terra preparada, bem socada, bem aparelhada, do jeito dele, da fundição. Em seguida colocava-se a peça a ser fundida dentro de uma outra caixa e jogava a terra por cima. Como que essa terra era preparada? A gente não sabia mas via o nosso monitor, o nosso professor: tinha lá num canto um saco de açúcar mascavo, aquele açúcar preto, e, de vez em quando era pedaço de açúcar para a boca, mas se o chefe visse era “erguida” na certa! Mas como você vai ver um saco açúcar e não vai pegar? Não tinha jeito. Esse açúcar mascavo, não sei se ainda é assim, desconheço, ele era misturado na terra para dar aderência para que se umidificasse a terra para fazer a modelagem da peça a ser fundida. Mas o tal de açúcar ficou na história: eu fui um deles que numa passagem levei um “pelote” de açúcar e o homem estava atrás de mim: “Menino, pare com esse negócio de comer açúcar, vai, vai, vai para lá!”. Fui embora com o “pelotão” de açúcar, comendo açúcar. Valeu a pena!

JRG: Uma última solicitação para o senhor: que legado deixou o Fernando Prestes em relação à ferrovia e que legado deixou a ferrovia para Sorocaba, para os sorocabanos, para os ferroviários em geral, tanto a Escola Fernando Prestes quanto a ferrovia. O que elas deixaram de herança para o nosso povo?

JP: A Escola Industrial Fernando Prestes eu trago grandes recordações da Escola Industrial Fernando Prestes. Trago grandes recordações do nosso Diretor Diógenes de Almeida Marins, tão falado, tão comentado pela sua dureza. Ela está certo! A disciplina nossa era impecável! Prova é que nos desfiles das datas cívicas nós não precisávamos de instrutores: nós, nós por nós mesmos, nós nos adaptávamos, nos acertávamos e fazíamos os desfiles que, na época, vamos dizer, Sete de Setembro, Quinze de Novembro, nós descíamos a rua São Bento ou a Quinze de Novembro, impecavelmente no desfile! Tudo! Tudo! Não porque você gostava, é porque você tinha medo do Diretor! Era esse o problema, não é porque você gostava, não! Então eu tenho essas recordações da Escola Industrial Fernando Prestes, seus Professores, seus Diretores, e a disciplina 100%. Eu me lembro que nós, nós no início do trabalho, as 13 horas, todos no pátio, cada um no seu setor, era obrigatório cantar o Hino Nacional. Atrás de mim tinha um moleque, sei quem é ele mas não o vejo mais, que não estava cantando, estava distraído mas não estava cantando. O nosso Professor e o nosso Diretor de olho nele. Terminou a cantoria o Diretor: “fulano de tal, que time você torce?”. O aluno disse: “Corinthians!”. O Diretor disse: “fale a escalação do Corinthians”. O aluno, muito inocente, desfilou os nomes dos jogadores do Corinthians. O Diretor: “Ah! Muito bem! O Hino Nacional você não presta para cantar mas futebol você conhece!”. Resultado: três dias suspenso até aprender o Hino Nacional. Risos.

JRG: Qual a herança, qual o legado que a ferrovia deixou para Sorocaba e os ferroviários?

JP: A ferrovia deixou para Sorocaba um grande legado, em especial o comércio. O comércio, tanto em torno das oficinas como no centro da cidade, ruas Barão, Braguinha, Penha, vivia em função do salário do ferroviário. Mais ou menos nós tínhamos, ao todo, entre 2.400 e 2.600 ferroviários, só aqui na cidade de Sorocaba. Pontualmente, pontualmente dia dez de cada mês, pagamento na mão! Isso proporcionava ao comércio um progresso. Por exemplo, se ele entrasse numa loja para comprar um par de meias, ou uma camisa, ou um terno - não existia essa história de carnês, essa história de promissórias, nada disso – primeira ficha: “onde o senhor trabalha?”. “Ferrovia!”. “Escolha o que o senhor quer!”. Esse era um dos detalhes. O que também chamava a atenção da gente era o casamento, parece mentira: se o ferroviário namorasse aquela moça, a primeira que forçava o casamento era a mãe da moça porque o ferroviário era dinheiro em caixa e era garantido! Para você ter o movimento nós tínhamos o primeiro trem às quatro e trinta da manhã que ele vinha de Botucatu, Bauru, Assis, passava por Sorocaba e o destino era São Paulo que é a Capital, evidente, era o primeiro; e o último que retornava era à meia noite que ele vinha de São Paulo, passava por Sorocaba, pontualmente à meia noite, e ia embora para Assis, Presidente Prudente. Então nós tínhamos nas ruas Souza Pereira e Álvaro Soares: era um comércio! Você não imagina o movimento que tinha de hotéis, pensão, restaurante, 24 horas. Viajante que chegava, viajante que ia; existiam os chamados caixeiros-viajantes que vinham vender os produtos; não tinha esses atacadistas como tem hoje. O Além Linha tornou-se o ponto de moradia dos ferroviários, Vila Santana, Altos do Cemitério, só tinha casas de ferroviários e próprias. Quer dizer, se o ferroviário tinha casa própria ele tinha outros rendimentos para gastar no comércio. Era essa a vantagem que deixou um legado! Pena que, política, maus intencionados destruíram a ferrovia. Eu acho, eu acho, essa é minha opinião, as grandes multinacionais automotores:

vamos dizer, GM, Chevrolet, Ford, caminhão! Acaba com a ferrovia! As construtoras de rodovias, pavimentadoras – destroem a ferrovia – vamos ganhar dinheiro com a pavimentação! Essa é a minha opinião. E o petróleo em si. O petróleo em si. Mas pelo petróleo não porque as locomotivas movidas a diesel – o óleo diesel é derivado do petróleo. Não vejo problema nenhum.

JRG: Só para terminar: as locomotivas tinham nome? Eu soube, por exemplo, que tinha Ouro Branco, Ouro Verde. O senhor conhece alguma coisa disso?

JP: Ouro Verde: na época eram composições de luxo, carros de passageiros. Por que Ouro Verde? Na época da ditadura foi trocada por café com a Alemanha; então, nós mandamos café e a Alemanha nos mandou esses carros. Ouro Branco: também da Alemanha. Era, assim, um super luxo, movido a diesel. Foi trocado por algodão. O Brasil mandou algodão e a Alemanha nos mandou esse ouro branco; era um tipo de composição: era a locomotiva onde a própria locomotiva era carro de passageiros, como se hoje fosse o metrô só que era mais sofisticada. E as grandes novidades: ventilação dentro, o tipo de ar condicionado, geladeira, tinha o restaurante. Se você quisesse um refrigerante ou uma bebida gelada, o carro tinha essa sofisticação! Tudo, tudo destruído não por incapacidade mas por interesse da exploração do restaurante por empresas: então acaba com esse e o empresário vai entrar no ramo.

JRG: Gostaria de agradecer essa quase uma hora de boa conversa - 54 minutos – que serão de muita valia para o nosso trabalho. Mais uma vez de agradecer a alegria, a disponibilidade do senhor Jardel Pegoretti por nos ter recebido aqui com toda essa disposição que o senhor tem de falar sobre a ferrovia e o curso ferroviário e a escola Fernando Prestes. Muito obrigado mais uma vez e gostaria de pedir que o senhor fizesse as suas considerações finais.

JP: Eu é que agradeço por ter sido escolhido para se fazer essa entrevista e sempre estou à disposição, não só do senhor que fez essa gentileza de vir conversar comigo, como outras pessoas se tiver precisão ou qualquer coisa, sempre estou à disposição aqui no meu setor de trabalho que eles me dão essa regalia de ser entrevistado. Ai que chique, que luxo, ser entrevistado! Risos.

JRG: São histórias vivas que não podem passar despercebidas, devem ser registradas mesmo. Os mais novos precisam saber como aconteceu, o que aconteceu em Sorocaba, quem são os personagens da vida Sorocabana, personagens importantes da vida sorocabana.

JP: Não podia deixar, no encerramento, de dizer umas coisas que a gente se sentia gratificado: nós os ferroviários passamos a ganhar o sobretudo. O sobretudo o que era? O sobretudo era um macacão e era uma novidade na indústria brasileira porque você tirava a sua roupa, guardava no seu armário e você colocava o macacão de trabalho. Não era esse o importante do trabalho, o importante era eu desfilarmos na rua com o meu macacão e as iniciais EFS. Então era “manjado”, era olhado: “olha, esse cara é ferroviário; olha o macacão dele aí!”. Era essa uma das coisas que eu gostava!

JRG: Olha quantas histórias que não podem ficar esquecidas. Muito obrigado seu Jardel, muito bom mesmo! Certamente outras vezes nós teremos oportunidades de conversar. Muito obrigado mesmo!

Anexo A – Livro Registro de Matrículas

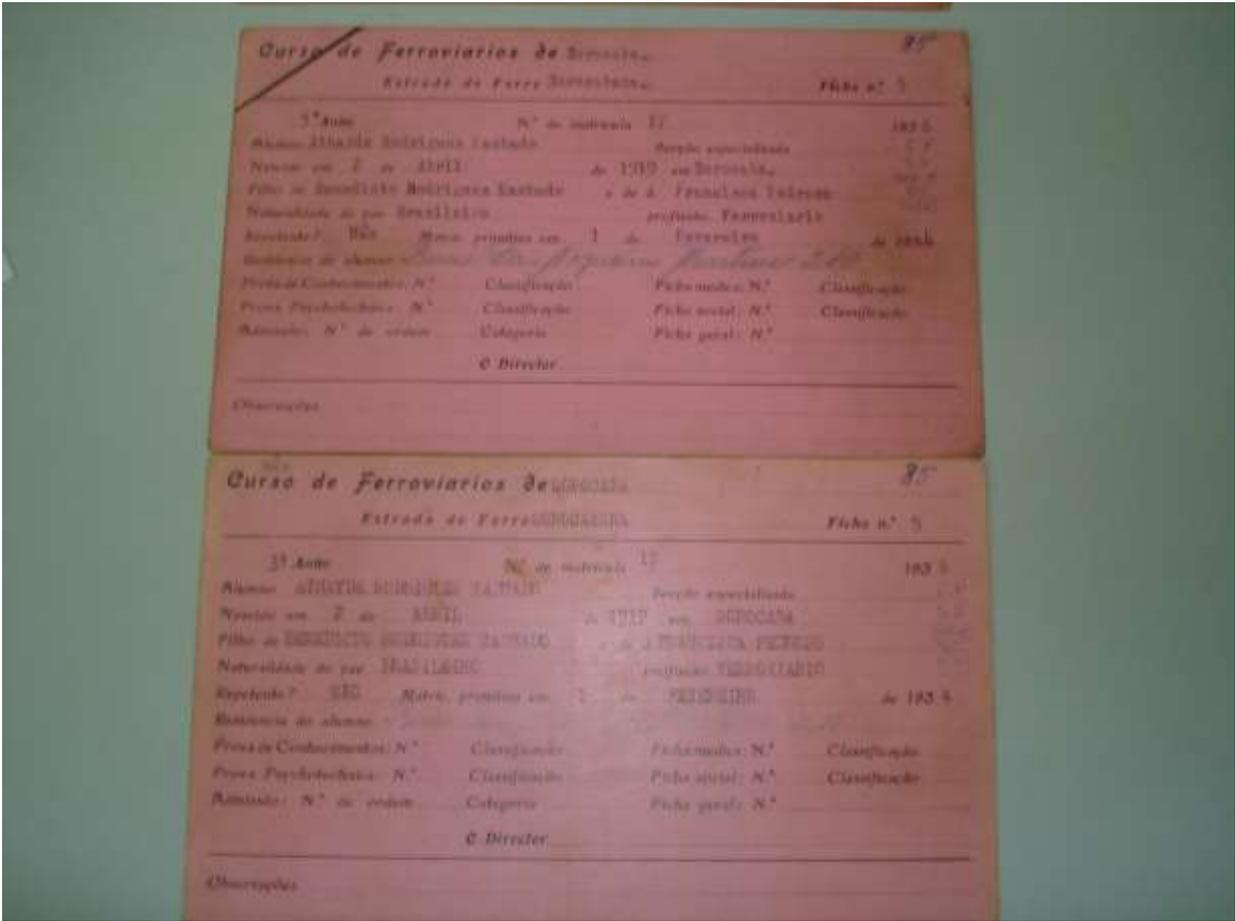
Matricula d e a

Numero da Matricula	Numero de ordem no anno	NOMES	IDADES			NATURALIDADE	FILIAÇÃO
			Dia	Mes	Anno		
63	4	Archimedes G. Lisboa	27	Junho	1921	Lisboa	Francisco Lisboa
64	5	Augusto Rodrigues de Carvalho	22	Novembro	1921	Portugal	Pedro Rodrigues de C.
65	6	Carlos Lucchini	14	Maio	1921	Lisboa	José Lucchini
66	7	Agarino de Barros	27	Julho	1921	Lisboa	José Sebastião de S.
67	8	Egídio A. Albertini	4	Junho	1922	Lisboa	Raimundo Albertini
68	9	Milton Rezende Costa	22	Outubro	1921	Lisboa	José Costa
69	10	Thomaz Bardeas	10	Novembro	1921	Portugal	Antonio Bardeas
70	11	Saao Carlos	16	Junho	1921	Bohémia	José Carlos
71	12	José Euzébio de Almeida	14	Junho	1921	Lisboa	José Basílio de A.
72	13	José Baptista de Almeida	16	Junho	1921	Lisboa	José Baptista de A.
73	14	José de Almeida	21	Junho	1921	Bohémia	Basílio de Almeida
74	15	José de Oliveira Lima	8	Junho	1921	Lisboa	Antonio Lima

d e lista Profissional Secundaria Mista Ultimamente 3

RESIDENCIA	EPOCAS DAS INSCRIÇÕES						ANNO DE CURSOS	ELIMINAÇÃO		Observações
	Na matricula primeira			Na matricula de que se trata				Data	Causas	
	Di	Me	Ano	Di	Me	Ano				
A. Rua da Lavoura 508	1		1926	1	Junho	1926	15			
C. Rua do Príncipe 510	1		1926	1		1926				
A. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. Rua da Lavoura 511	1		1926	1		1926				
A. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926		22-11-1926	faltoso	
B. - - - - -	1		1926	1		1926		21-2-1926	em falta	
A. Rua da Lavoura 512	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926				
C. - - - - -	1		1926	1		1926		13-4-1926	por falta	
C. - - - - -	1		1926	1		1926				

Anexo B – Boletim - frente



Anexo D – Planta da Cidade



Legenda: 1. Centro; 2. Além Linha; 3. Além Ponte; 4. Pinheiros; 5. Cerrado. Fonte: Adaptado de Mapa Turístico Oficial de Sorocaba 2006.

Anexo E - Carta de Oscar Lindhon de Oliveira

São Paulo, 11 de junho 1969

Atendendo solicitação sua por carta, com data de 31 de Maio de 1969, só hoje recebida, passo a informar o seguinte: Estive 5 anos e meio como professor de matemática da Escola Profissional Julio Cardoso de Franca, onde sobo fui adquirir certa experiência; fui pois indicado como diretor da escola profissional de Sorocaba, onde estive de Abril de 1929 até janeiro de 1930. Nesse período tive oportunidade de estudar com Dr. Gaspar Ricardo a formação dos cursos ferroviários que se efetivou em 1934. Removido de Sorocaba para Ribeirão Preto em 1930, fui instalado a escola Francisco Garcia onde fiquei até 1934. Quando fui para o Centro Ferroviário, de chefia do Dr. Roberto Nogueira. Em 1938 fui nomeado Inspetor geral do Ensino e como tal me aposentei.

Atenciosamente
Subscrevo-me

Oscar Lindhon de Oliveira

Anexo F – Mapa de Movimentos

- DE -
SOROCABA

Mappa do movimento
Mez de 1929

N.º	PROFESSORES (NOME E SOBRENOME)	MODO DO EXERCÍCIO NO GRUPO OU ESCOLA			CARGOS	CLASSE OU ESCOLA	FA
		Di	Mez	Ano			
1	Caes Lindhelm Oliveira	27	5	1929	Director		
2	Caes de Castro Ferraz	1	6	1929	Mestre de		
3	Caes de Castro Ferraz	1	7	1929	Ajudante	Costura e Costuras	1º e 2º anos
4	Caes de Castro Ferraz	27	6	1929	Ajudante	Costura e Costuras	1º e 2º anos
5	Caes de Castro Ferraz	1	6	1929	Mestre de	Costuras e Costuras	1º e 2º anos
6	Maria Amalia Barreiros	22	6	1929	Ajudante	Costuras e Costuras	1º e 2º anos
7	Indiano Coimbra Bertoni	1	6	1929	Mestre	Flores e Chapéus	1º e 2º anos
8	Antônio Machado de Almeida	22	6	1929	Ajudante	Flores e Chapéus	1º e 2º anos
Cursos para os masculinos							
9	Olympia Antônia da Silva	1	7	1929	Mestre de	Família	
10	Pedro Eternstein	1	7	1929	Ajudante	"	1º ano
11	Pedro Eternstein	1	7	1929	Mestre	Ferraria	mechanica
12	Alfredo Silva	1	7	1929	Ajudante	"	
13	Viraciu Magalhães	30	5	1929	Mestre	mechanica	
14	Elpidio Clarez	1	7	1929	Ajudante	Mane admetido	1º ano
15	Estevam Ardunio	1	7	1929	Mestre	Entalharia	
16	Crado Negretti	1	6	1929	Mestre	Sociedade	1º ano
17	Sylvio Vieira	31	5	1929	Mestre	Meccanica	
18	Campeador Soriano	15	7	1929	Ajudante	Mane admetido	1º ano
19	Clomando dos Santos Leal	9	7	1929	Professor	Quimica Agricola	
Cursos para os femininos							
20	Caes de Castro Ferraz	1	6	1929	Mestre de	Costura e Costuras	
21	Indiano Coimbra Bertoni	1	6	1929	Ajudante	"	1º e 2º anos
22	Maria de Lourdes Porto	1	6	1929	Mestre de	Costuras e Costuras	1º e 2º anos
23	Antonio Junes	27	5	1929	Professor	Matematica e Geometria	
24	Maria Germana Barreiros	7	6	1929	Mestre de	Letras profissionais	
25	José Modu	1	7	1929	Mestre de	Tecelagem	
26	Ernesto Biancalano	1	7	1929	Mestre de	Artes e Artes	
27	Clomando dos Santos Leal	1	7	1929	Professor	Quimica	TOTAL

Anexo G – Mapa de Movimentos

INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Mapa de movimento da Escola Profissional Mútila de Loureiro
 30 de Março de 1900 (22 dias letivos)

N.	NOME	DARGO	CLASSE DO FICHA	HORARIO	LATA	MÊS DE MARÇO												OBSERVAÇÕES
						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1	Paulista João	Costa			1	21												Aluno de primeira classe - Matricula 100
2	Paulista João	Costa			1	22												
3	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	23												
4	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	24												
5	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	25												
6	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	26												
7	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	27												
8	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	28												
9	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	29												
10	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	30												
11	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	31												
12	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	1												
13	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	2												
14	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	3												
15	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	4												
16	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	5												
17	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	6												
18	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	7												
19	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	8												
20	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	9												
21	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	10												
22	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	11												
23	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	12												
24	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	13												
25	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	14												
26	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	15												
27	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	16												
28	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	17												
29	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	18												
30	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	19												
31	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	20												
32	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	21												
33	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	22												
34	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	23												
35	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	24												
36	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	25												
37	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	26												
38	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	27												
39	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	28												
40	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	29												
41	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	30												
42	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	31												
43	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	1												
44	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	2												
45	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	3												
46	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	4												
47	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	5												
48	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	6												
49	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	7												
50	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	8												
51	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	9												
52	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	10												
53	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	11												
54	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	12												
55	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	13												
56	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	14												
57	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	15												
58	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	16												
59	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	17												
60	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	18												
61	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	19												
62	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	20												
63	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	21												
64	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	22												
65	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	23												
66	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	24												
67	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	25												
68	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	26												
69	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	27												
70	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	28												
71	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	29												
72	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	30												
73	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	31												
74	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	1												
75	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	2												
76	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	3												
77	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	4												
78	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	5												
79	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	6												
80	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	7												
81	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	8												
82	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	9												
83	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	10												
84	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	11												
85	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	12												
86	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	13												
87	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	14												
88	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	15												
89	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	16												
90	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	17												
91	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	18												
92	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	19												
93	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	20												
94	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	21												
95	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	22												
96	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	23												
97	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	24												
98	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	25												
99	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	26												
100	Paulista João	Costa	Costa e Inda		3	27												

Loureiro
 30 de Março de 1900
 Diretor

Anexo H – Resumo do Mapa de Movimentos

ESCOLA PROFISSIONAL E DOMESTICA

RESUMO

Escola Profissional SECUNDARIA NINFA "DELL. FERNANDO FREITAS" de BENCABANA

Localização — Rua NARÃO DO RIO BRANCO N. 220.-

Data de instalação: 2 de JUNHO de 1929.-

Prédio — Estadual, particular ou municipal? PARTICULAR

HORARIO	Das	às	horas	classes
	Das	às	horas	classes
	Das	às	horas	classes

CURSOS	MATRICULA GERAL			MATRICULA ACTUAL		
	M.	F.	TOTAL	M.	F.	TOTAL
DIURNOS:						
a) Vocacional	99	62	161	75	42	117
b) Profissional	73	63	136	62	52	114
c) Aperfeiçoamento	--	--	--	--	--	--
d) Escolas	88	--	88	84	--	84
e) Curso Livre de Educação Domestica ..	--	--	--	--	--	--
SOMMA	266	125	391	221	94	315
NOCTURNOS:						
a) E. N. A. A.	156	120	276	102	90	192
b) Ferroviarios APRENDIZ. EPD.	48	--	48	22	--	22
c) Curso Livre de Educação Domestica ..	--	--	--	--	--	--
d)						
e)						
SOMMA	204	120	324	124	90	214
Estabelecimento — TOTAL	470	245	715	345	184	529

O Escriptorário, SUBSTITUIDA Ethel A. Gonçalves Confere BENCABANA 14 de OUTUBRO de 1929.-

BENCABANA 14 de OUTUBRO de 1929.- O Director. *[Assinatura]*

Anexo I – Resumo do Mapa de Movimentos

ESCOLA PROFISSIONAL E DOMESTICA

RESUMO

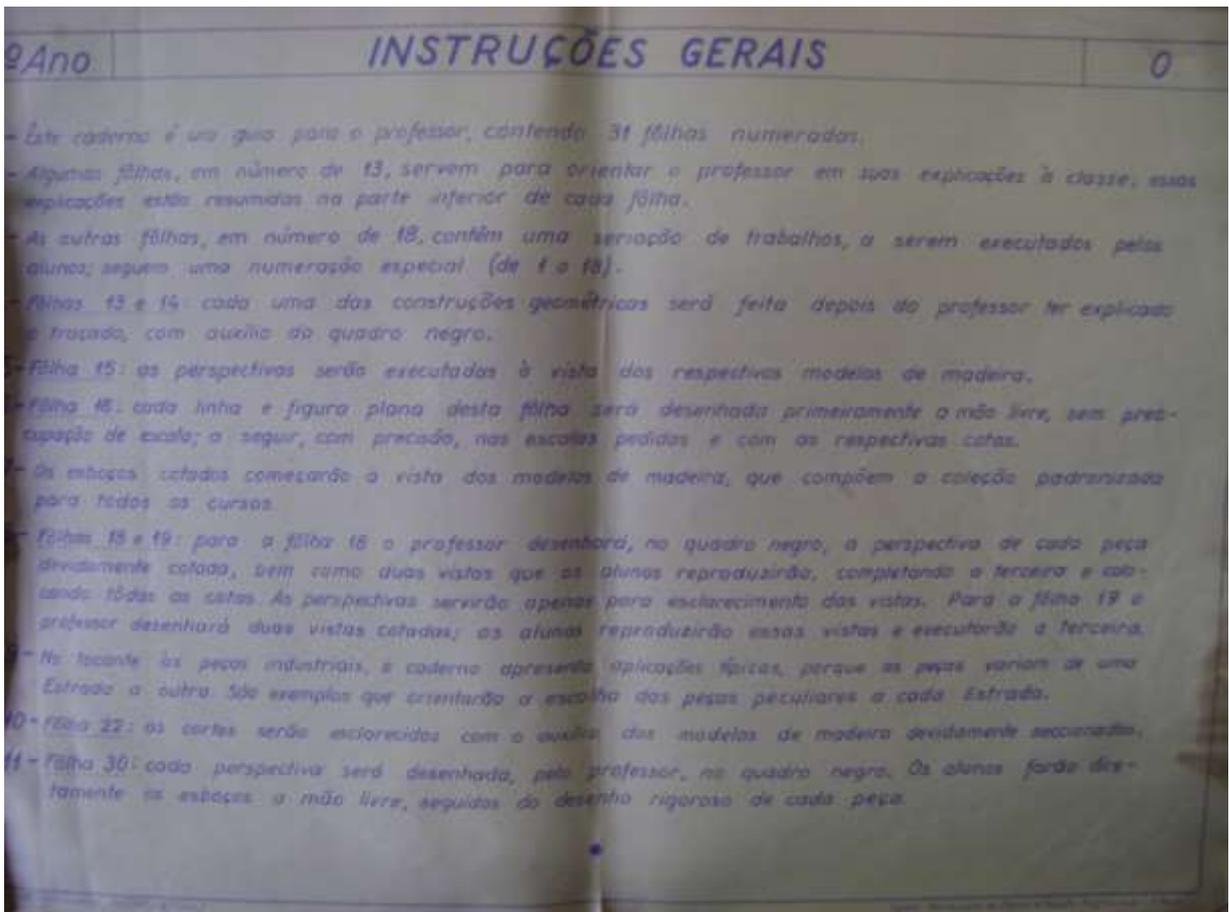
Escola Profissional ANTONÍNIA NUNTA "CML. FERRAZO PESTREZ" de SUCUCABA.-
 Localizacão — Rua BARÃO DO RIO BRANCO N.º 222.-
 Data de installaçao: 8 de JUNHO de 1939.-
 Prédio — Estadual, particular ou municipal? PARTICULAR

HORARIO	Das	às	horas	classes
	Das	às	horas	classes
	Das	às	horas	classes

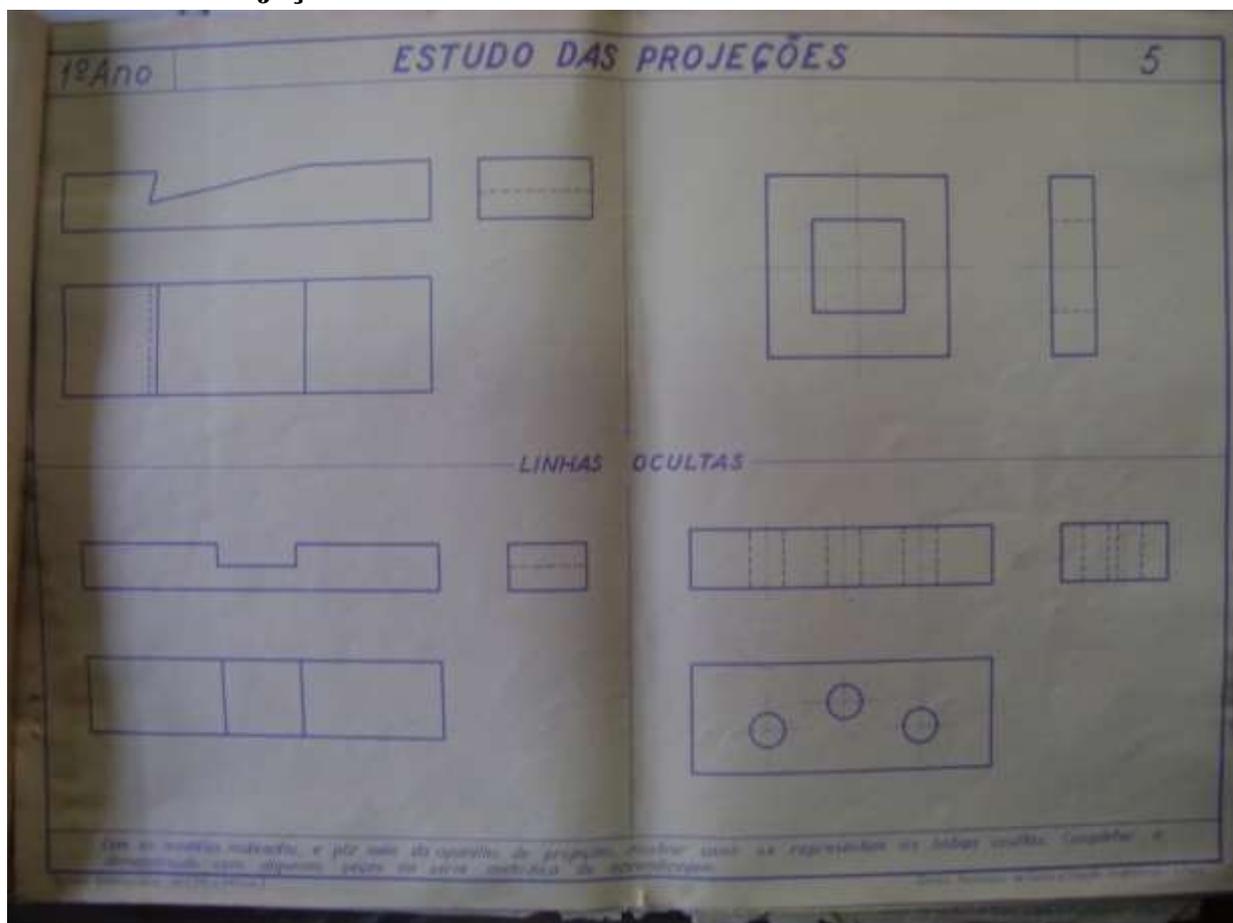
CURSOS	MATRICULA GERAL			MATRICULA ACTUAL		
	M.	F.	TOTAL	M.	F.	TOTAL
DIURNOS:						
a) Vocacional	99	62	161	75	52	127
b) Profissional	79	63	142	58	50	108
c) Aperfeiçoamento	—	—	—	—	—	—
d) Ferramentas	81	—	81	61	—	61
e) Curso Livre de Educação Domestica	—	—	—	—	—	—
SOMMA	256	125	381	213	94	307
NOCTURNOS:						
a) E. N. A. A.	156	120	276	97	87	184
b) Ferramentas <u>APERFEIÇAMENTO</u>	63	—	63	18	—	18
c) Curso Livre de Educação Domestica	—	—	—	—	—	—
d)	—	—	—	—	—	—
e)	—	—	—	—	—	—
SOMMA	219	120	339	115	87	202
Estabelecimento — TOTAL	475	245	720	328	181	509

O Escripção, Esther A. Sampaio Contor, SUCUCABA 12 de DEZEMBRO de 1939
12 de DEZEMBRO de 1939 O Director, bal.

Anexo J - Caderno das Séries Metódicas 1º ano - instruções gerais - folha nº 0



Anexo K - Caderno das Séries Metódicas - 1º Ano
Estudo das Projeções - folha nº 5



Anexo L - Caderno das Séries Metódicas - 1º Ano
Uso dos instrumentos - folha nº 9



Luiz Matheus Maylasky

o criador da Estrada de Ferro Sorocabana

Desde que ingressou na antiga Estrada de Ferro Sorocabana, como professor do Curso Ferroviário, escola profissional que formava mão-de-obra especializada para preencher as lacunas que fossem surgindo nas diversas funções de sua variadíssima mão-de-obra, tornei-me um incansável bateador de todas as obras que contam alguma coisa sobre esse ilustre estrangeiro que nos ajudou a construir a grandeza de Sorocaba, de São Paulo e (por que não dizer!) do Brasil.

Maylasky foi sempre um "homem misterioso", dizem seus inúmeros biógrafos e, como tal considero sua vida sempre contada aos pedaços não deixando transparecer muita coisa que gostaríamos de saber. Nem por isso me sinto frustrado quando tento conhecer novos aspectos de uma vida cheia de realizações maravilhosas, frutos de uma imaginação privilegiada e de visão bem à frente dos amigos ou simplesmente dos que com ele conviviam. O jornalista Afrânio Bardari, que em 1983 lançou o livro "Dirigentes da Sorocaba e Fepasa", resume em sua obra, de maneira brilhante, a vida desse ilustre húngaro e aponta as grandes realizações quando de sua passagem pelo nosso país. Atestam os biógrafos de Luiz Matheus Maylasky que ele é natural de Hídonesmette – Hungria, onde nasceu a 21 de agosto de 1838, filho de Alexandre Matheus Maylasky e Isabel Sofia Madalena Huvossy. Há citações de outros locais de nascimento.

Portanto, a misteriosidade que envolve a história de sua vida já começa no ponto de partida, sua pátria e sua cidade natal. Maylasky chegou a Sorocaba vindo, segundo a maioria de seus biógrafos, da Hungria, onde teria sido oficial engenheiro de artilharia. Entrara no Brasil pelo porto de Santos, tendo subido para São Paulo.

Falava nove idiomas. De mãos abanando, perambulava pelas ruas de Sorocaba até que foi acolhido pelos monges beneditinos em seu mosteiro. Ele os impressionara com seus conhecimentos inclusive com seu latim. Era o começo de 1865 quando aportou no Brasil. Era solteiro. Há várias hipóteses sobre os motivos que o trouxeram de São Paulo para nossa cidade. Os beneditinos lhe deram todo apoio para que em suas terras, recebidas de Baltazar Fernandes,

SOROCABA SEMPRE

12 agosto de 2006 22



Milton Marinho Martins
Ex-professor e diretor do Curso Ferroviário da EFS e diretor cultural da Casa de Aluísio de Almeida

iniciasse o cultivo do algodão herbáceo e passaram a ensinar-lhe a nossa língua. Num jornal sorocabano, escrevi em 1886 que esse era o cultivo ideal para a época uma vez que a produção algodoeira americana não chegava mais à Europa por causa da guerra de Secessão, era como se vê, desde sua chegada à Sorocaba, um cidadão de grande visão. Associa-se ao cidadão Dias Batista de São de Pirajóia, envolvido no plantio e beneficiamento do algodão. Passou a exportar os fios dessa malvacia para a Inglaterra.

Depois se casa com a sorocabana Ana Franco de Andrade de tradicional família local e teve uma única filha que foi batizada com o nome de Sofia.



Max seu feito mais notável aqui em Sorocaba foi a criação da Estrada de Ferro Sorocabana. Muitos produtos da região eram enviados para São Paulo e outros centros consumidores do País. A fundição de ferro de Ipanema estava sendo reativada. Daí a ideia de construir uma via férrea que, partindo de Ipanema, atingisse a capital do estado, passando por São Roque já que o diálogo com os italianos para que a nossa via férrea seguisse os ramos de Itu para se interligar em Jundiaí com a São Paulo Railway não dera bons resultados.

Maylasky então fundou, com mais de uma dezena de patriotas sorocabanos, a Companhia Sorocabana em 2 de fevereiro de 1870, com o capital de 1.200 contos de réis. Ele se desdobrou em andanças pela região à procura de novos recursos e, assim, conseguiu aumentar para 4.000 contos de réis o capital inicial. Em 1871, o Governo Imperial autorizou a construção da via férrea. A 13 de junho de 1872, junto ao córrego Supiriri, teve início a construção. Foi maravilhosa a inauguração da Sorocabana, a 10 de julho de 1875, contam as crônicas da época. Maylasky, emocionado, dirigiu suas palavras à grande massa popular presente. Foguetório, banda de música, discursos inflamados de várias autoridades, inclusive do jornalista Júlio Ribeiro, que emocionou a todos. Em 1877, o traçado original atingindo Ipanema era concluído. Maylasky dirigiu a Companhia Sorocabana até 15 de maio de 1880. Retirou-se depois com sua família para Mogi-Mirim. Ali foi eleito vereador uma vez que em 1872 naturaliza-se brasileiro. Foi ainda fundador do porto de Vitória, no Espírito Santo e a Estrada de Ferro de Sapucaá.

Em 1891 era presidente dessa empresa quando foi condecorado pelo rei Dom Carlos, de Portugal, com o título de Visconde de Sapucaá. Maylasky faleceu em Nice, na França, em 15 de fevereiro de 1906.

O gabinete de Leitura Sorocabano, a mais antiga entidade cultural de Sorocaba, do qual tenho a honra de ser um dos seus atuais diretores, teve em Maylasky um dos seus fundadores. Por sugestão deste sodalício, seu nome foi dado à antiga Rua da Quinrada que une a Praça Coronel Fernando Pernes à Rua da Penha, isso em 1915. Entre outras homenagens que recebeu, não podemos nos esquecer da magnífica estátua que o retrata dirigindo a construção da via férrea da Sorocabana, inaugurada em 1958, diante da estação local dessa ferrovia, fruto do esforço irmanado de muitos sorocabanos com a valorosa classe ferroviária local. É uma obra do escultor Luiz Marroni, se não me engano. Hoje está ela chantada em frente ao Museu Ferroviário, no jardim Maylasky.

Anexo N – Prof. Jardel Pegoretti no Gabinete de Leitura Sorocabano

Solenidade festiva

FOTO: DIVULGAÇÃO

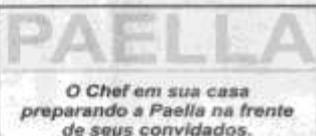


Na mesa, o cônsul da Eslováquia, Peter Paulcek, o presidente do Gabinete de Leitura, José Rodrigues de Abreu e Miguel Molina

Na última terça-feira, o presidente do Gabinete de Leitura, José Rodrigues de Abreu, recebeu convidados, ex-presidentes, diretores, frequentadores e amigos para a festiva em homenagem ao aniversário da entidade e ao seu fundador, o sorocabano Lutz Matheus Maylasky. Esteve presente no evento o cônsul da Eslováquia, Peter Paulcek, convidado de honra para falar sobre a origem de Maylasky. Segundo o cônsul, Maylasky não era natural da Áustria como até então se pensava. Ele é, na verdade, de Cassovia, a segunda maior cidade da Eslováquia. Na oportunidade, a presença do cônsul também foi comemorada. Conforme José Rodrigues de Abreu, presidente do gabinete, o cônsul é uma das pessoas mais importantes recebidas pelo Gabinete, além de Dom Pedro II e de seu trineto Dom Luis de Orleans e Bragança.



Ex-presidente do Gabinete de Leitura, Jardel Pegoretti, Sílvio César Goes Menino, diretor tesoureiro e o presidente atual José Rodrigues de Abreu



CS-02/9/2012 - PÁGS. C4/5
ANIVERSÁRIO DO GAB. LEITURA

Anexo O - Lei número 1860 de 30 de dezembro de 1921

Sabbado 7

DIARIO OFFICIAL

Janeiro 1922 155

LEI N. 1856 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1921

Autorizando o Governo a adquirir o prédio em que se realizou a Convenção Republicana do Itá

O dr. Washington Luis P. de Sousa, presidente do Estado de São Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — Fica o governo autorizado a adquirir, por compra, o prédio em que se realizou a Convenção do Itá, destinando-o a guardar os objectos e documentos que se relacionem com a propositura e proclamação da Republica.

§ unico. — Para execução desta lei o governo abrirá os créditos necessarios.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 29 de Dezembro de 1921.

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA
Alarico Silveira.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em 6 de Janeiro de 1922. — O director-geral, *João Christostomo Bueno dos Reis Junior.*

LEI N. 1857 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1921

Autoriza a construção de edificios escolares em diversas localidades

O Dr. Washington Luis P. de Sousa, Presidente do Estado,

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — Fica o Governo autorizado a despendar a quantia de quatrocentos e cincoenta e seis mil réis (450.000\$00), para a construção de edificios escolares em Apiahy, Gouqueira Cesar, Laranjal, Campo Largo do Sorocabá, Cananúa, Conceição de Itaubas, Pirajuby, Ourinhos, Iporanga, Perusgaba, no municipio de Tatuhy, Silveiras, Assis e S. José do Barreiro.

Artigo 2.º — Para attendar ás despesas com a execução do artigo antecedente, poderá o Governo abrir os necessarios créditos.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 30 de Dezembro de 1921.

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA
Alarico Silveira.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em 6 de Janeiro de 1922.

LEI N. 1860 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1921

Creando escolas profissionais masculinas em diversos municipios do Estado

O Dr. Washington Luis P. de Sousa, Presidente do Estado de S. Paulo:

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — Ficam creadas escolas profissionais masculinas nas cidades de Tatuhy, Faxinas, Sorocaba, Baurá Jundiashy, Piracicaba e Heringaça.

Artigo 2.º — Fica o governo autorizado a instalar essas escolas quando julgar opportuno, podendo aproveitar, si assim entender, predios offerecidos gratuitamente pelas municipalidades, e a, para isso, abrir os necessarios créditos.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrario. O Secretario de Estado dos Negocios do Interior, assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos 30 de Dezembro de 1921.

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA
Alarico Silveira.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em 6 de Janeiro de 1922. — O director geral, *João Christostomo Bueno dos Reis Junior.*

Actos do Poder Executivo

DECRETO N. 3433 — DE 6 DE JANEIRO DE 1922

Abre a Secretaria da Fazenda e do Thesouro um credito especial de Rs. 17:5118635 destinado ao pagamento a D. Maria Pietraria e outros, em virtude de sentença judicial.

O Doutor Washington Luis P. de Sousa, Presidente do Estado de São Paulo,
Usando da autorização que lhe confere a lei n. 1822, de 17 de Dezembro de 1921:

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto na Secretaria da Fazenda e do Thesouro do Estado um credito especial de dezasete contos, quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e cinco réis (Rs. 17:5118635), destinado ao pagamento a d. Maria Pietraria e outros, em virtude da sentença judicial.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. Palacio do Governo do Estado de São Paulo, em 6 de Janeiro de 1922.

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA
Alvaro G. da Rocha Assado.

Publicada na Secretaria da Fazenda e do Thesouro do Estado de São Paulo, aos 6 de Janeiro de 1922. — *Francisco d'Auria*, director geral, substituto.

DECRETO N. 3434 — DE 6 DE JANEIRO DE 1922

Abre a Secretaria da Fazenda e do Thesouro um credito especial de Rs. 16:2828883, para pagamento ao Sr. Joaquim Gomes de Siqueira Reis Junior, em virtude de sentença judicial.

O Doutor Washington Luis P. de Sousa, Presidente do Estado de São Paulo,
Usando da autorização que lhe confere a lei n. 1821, de 17 de Dezembro de 1921:

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto na Secretaria da Fazenda e do Thesouro do Estado um credito especial de dezesseis contos, duzentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e tres réis (Rs. 16:2828883), para pagamento ao sr. Joaquim Gomes de Siqueira Reis Junior, proeminente de custas vencidas em processos de réos pobres condemnados, em virtude de sentença judicial.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. Palacio do Governo do Estado de São Paulo, em 6 de Janeiro de 1922.

WASHINGTON LUIS P. DE SOUSA
Alvaro G. da Rocha Assado.

Publicada na Secretaria da Fazenda e do Thesouro do Estado de São Paulo, aos 6 de Janeiro de 1922. — *Francisco d'Auria*, director geral, substituto.

DECRETO N. 3435 — DE 6 DE JANEIRO DE 1922

Abre a Secretaria da Fazenda e do Thesouro um credito especial de Rs. 84:7644663, para pagamento a d. Florinda E. Pabell Ombra e outros, em virtude de sentença judicial.

O doutor Washington Luis P. de Sousa, Presidente do Estado de São Paulo,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

DECRETO-LEI N. 14.550, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1945

Dispõe sobre o ensino profissional ferroviário nas estradas de ferro de propriedade e administração do Estado, e dá outras providências.

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, munido da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n. V, do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939, decreta:

Artigo 1.º - Fica criado, em cada uma das estradas de ferro de propriedade e administração do Estado Estrada de Ferro Sorocabana, Estrada de Ferro Araraquara, Estrada de Ferro Campos do Jordão e Estrada de ferro São Paulo e Minas - de acordo com o decreto-lei federal n. 4.984, de 21 de novembro de 1942, um Serviço de Ensino e Seleção Profissional, ao qual competirá a formação profissional de seus aprendizes e o ensino de continuação e de aperfeiçoamento e especialização de seu pessoal.

Parágrafo único - Esses serviços de Ensino e Seleção Profissional ficam subordinados as respectivas estradas de ferro, que os manterão por conta de seus orçamentos.

Artigo 2.º - No que diz respeito a organização e diretrizes pedagógicas dos cursos ferroviários a serem mantidos pelos Serviço de Ensino e Seleção Profissional, serão observadas as disposições básicas da Lei Orgânica do Ensino Industrial e dos decretos-leis federais que tratam da aprendizagem industrial.

paragrafo unico - Esses Serviços de Ensino e Seleção Profissional serão regulamentados pela forma estabelecida no mencionado decreto-lei federal n. 4.984.

Artigo 3.º - Os Serviços de Ensino e Seleção Profissional, referidos no art. 1.º, articular-se-ão, para fins de unificação da orientação técnica e pedagógica, com o Serviço de Ensino e Seleção Profissional, da Estrada de ferro sorocabana.

Artigo 4.º - As diretrizes gerais dos Serviços de Ensino e Seleção Profissional, nessas estradas de ferro, serão fixadas, e fiscalizada sua execução, por uma Comissão Orientadora.

1.º - A Comissão Orientadora será constituída pelos seguintes membros:

- a) o Diretor da Diretoria de Viação, que será o seu presidente;
- b) o Superintendente da Superintendência do Ensino profissional;
- c) os Diretores das Estradas de Ferro interessadas,
- d) o responsável pelo Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana

§ 2.º - Será considerado como serviço relevante o que for prestado pelos membros da Comissão a que se refere este artigo.

Artigo 5.º - A Superintendência do Ensino Profissional inspecionará o ensino ministrado em cada estrada de ferro; de maneira a trazer informada sobre o seu desenvolvimento a Comissão Orientadora.

Artigo 6.º - Fica extinto o Centro Ferroviário do Ensino e Seleção Profissional, a que se referem o decreto n. 6.537, de 4 de julho de 1934, e o ato de 11 de julho de 1934 das Secretarias da Educação e Saúde Pública e Viação e Obras Públicas, sem prejuízo dos atuais Cursos ferroviários e Núcleos de Ensino Profissional.

Artigo 7.º - O patrimônio do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, cujos atos de organização e funcionamento ora se revogam, será inventariado pela sua Comissão

Superior, a qual se dissolverá somente após a restituição, as entradas de ferro, da parte que, proporcionalmente às contribuições pagas lhe couber naquele patrimônio.

Artigo 8.º - Este decreto-lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de fevereiro de 1945.

FERNANDO COSTA
Sebastião Nogueira de Lima
Gonçalves Barbosa

Publicado na Diretoria, Geral da Secretaria da Interventoria, aos 21 de fevereiro de 1945.
Victor Caruso, Diretor Geral.

Anexo Q – Decreto número 6.537 de 04 de julho de 1934



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

DECRETO N. 6.537, DE 4 DE JULHO DE 1934

Cria Cursos do Ferrovários e determina outras medidas como contribuição do Estado ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, organizado sob os auspícios do Govêrno do Estado.

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e

Considerando que a formação e a seleção profissional do pessoal de transportes publicos são funções da mais alta responsabilidade e de grande interesse coletivo; Considerando ser de muita vantagem economica e social o sistema de cooperação entre todos os elementos interessados, que são as estradas de ferro, o Govêrno, e, eventualmente, as municipalidades e as empresas industriais, para solução de tão magno problema; Considerando que o Conselho Consultivo do Estado, a que foi submetido o projeto, deu parecer favoravel á sua execução.

Decreta:

Artigo 1.º - Como contribuição do Govêrno do Estado aos serviços de ensino e seleção profissional do pessoal ferroviario, que forem organizados pelo Centro Ferroviario de Ensino e Seleção Profissional, formado pela cooperação das estradas de ferro de São Paulo, sob os auspicios do mesmo Governo, ficam criados nas escolas profissionais de São Paulo, Campinas e Rio Claro, Cursos de Ferrovários para formação do pessoal de oficinas ferroviarias.

Paragrafo unico - Poderão ser criados outros Cursos de Ferrovários junto ás escolas profissionais primarias ou secundarias, si assim o exigir o desenvolvimento das Estradas de Ferro de São Paulo, mantendo-se, com a organização atual, o de Sorocaba.

Artigo 2.º - O Governo criará e custeará, para o funcionamento de outros Cursos de Ferrovários, Nucleos de Ensino Profissional em Jundiaí, Araraquara, Baurú e na Lapa, nesta Capital.

Parágrafo unico - Além dos Nucleos referidos no presente artigo, outros poderão ser criados, de acôrdo com as necessidades do ensino ferroviario.

Artigo 3.º - Os Cursos de Ferroviarios e Nucleos de Ensino Profissional a que se referem os artigos anteriores e seus paragrafos, serão instalados, á medida das necessidades, por solicitação do Centro Ferroviario de Ensino e Seleção Profissional.

Artigo 4.º - O regulamento de cada Curso de Ferroviarios será estabelecido de acôrdo com o referido Centro, compreendendo o ensino duas partes:

a) uma de preparo geral, que ficará a cargo da Escola Profissional ou do Nucleo de Ensino Profissional;

b) outra de formação profissional especializada, custeada pela estrada de ferro a que fôr anexado o Curso de Ferroviarios.

§ 1.º - As materias de preparo geral constarão de:

a) Português, Historia do Brasil e Geografia;

b) Aritmetica, Noções de Algebra e Trigonometria;

c) Geometria e Desenho Técnico;

d) Elementos de Fisica e Mecanica;

e) Educação Fisica.

§ 2.º - A formação profissional especializada constará de:

a) Trabalhos praticos em oficinas de aprendizagem;

b) Aulas técnicas especializadas.

§ 3.º - A direção dos Cursos de Ferroviarios instituidos de acôrdo com este decreto, caberá aos diretores das Escolas Profissionais ou dos Nucleos de Ensino Profissional, tanto na parte de preparo geral como na de formação profissional especializada, sempre de acôrdo com a orientação do Centro.

Artigo 5.º - O Nucleo de Ensino Profissional funcionará, sempre que fôr possivel, anexo a um estabelecimento de ensino estadual e terá o seguinte pessoal:

1 diretor-professor;

1 professor:

1 professor de educação fisica;

1 mestre de desenho profissional;

1 escriturario guarda-livros;

1 servente.

§ 1.º - O cargo de diretor será de nomeação e os demais serão de contrato, por tempo indeterminado, podendo ser rescindido á vontade de uma das partes interessadas.

§ 2.º - No caso do Nucleo de Ensino Profissional se transformar em uma escola profissional com outras atividades industriais ou agricolas, o diretor não lecionará.

Artigo 6.º - O Nucleo de Ensino Profissional a que se refere o art. 2.º poderá ser ampliado ou convertido em uma escola profissional primaria ou secundaria ou ter uma organização especial, de acôrdo com os necessidades locais, desde que para isso as camaras municipais ou entidades particulares ofereçam ao Estado o predio e as oficinas devidamente instaladas.

Artigo 7.º - O Governo manterá, no Centro indicado no artigo 1.º, um medico e um professor, com as funções de inspetores de serviço e um professor ajudante.

§ 1.º - Cabe ao medico proceder ao estudo, coordenação e fiscalização dos serviços

de pesquisas clinicas, relativas á formação e á seleção profissional ferroviaria, de conformidade com a orientação do Centro e as leis sanitarias do Estado.

§ 2.º - O inspetor do Ensino Profissional Ferroviario, como Delegado da Diretoria do Ensino, terá a função de coordenar e de fiscalizar, de acôrdo com a orientação do Centro, a execução do ensino ferroviario e será tirado, de preferencia, dentre os diretores das escolas profissionais do Estado.

§ 3.º - O professor ajudante, que deverá ser especializado em ensino profissional, trabalhará, principalmente, na parte relativa ao ensino profissional ferroviario, em geral.

Artigo 8.º - As Delegacias de Saude, ou o Serviço de Higiene e Educação Sanitaria Escolar, conforme os casos, destacarão o pessoal técnico que fôr necessario para ministrar aulas de higiene para executar provas clinicas nos Cursos de Ferroviarios.

Artigo 9.º - Farão estagio, em comissão, anualmente e como assistentes junto aos serviços especializados que o Centro mantiver, dois ou mais professores ou diretores de escolas profissionais, de preferencia, funcionarios do Gabinete de Psicotécnica dos Institutos Profissionais.

Artigo 10 - Ficam os Secretarios de Estado da Educação e da Saude Publica e da Viação e Obras Publicas, autorizados a baixarem instruções regulamentando a cooperação das respectivas Secretarias nos serviços do Centro a que se refere o presente decreto.

Artigo 11 - Os diretores das escolas profissionais, onde houver Cursos de Ferroviarios, e os diretores dos Nucleos de Ensino Profissional, receberão do Tesouro do Estado, mensalmente, por duodecimos, a parte destinada ao pagamento das aulas dadas por professores e mestres contratados, e para as despesas de aluguel de casa e de expediente.

Artigo 12 - Os vencimentos e gratificações do pessoal dos Cursos de Ferroviarios a que alude o art. 1.º, e dos Nucleos de Ensino Profissional, mencionados no art. 2.º, serão os constantes da tabela anexa.

Artigo 13 - Fica aberto no Tesouro do Estado, á Secretaria da Educação e da Saude Publica, o credito de 101:160\$000 (cento e um contos cento e sessenta mil réis), para a execução deste decreto, durante o presente exercicio.

Artigo 14 - Este decreto entra em vigôr na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 4 de julho de 1934.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA.

Christiano Altenfelder Silva.

Francisco Alves dos Santos Filho.

Francisco Machado de Campos.

TABELA DE VENCIMENTOS E OUTRAS DESPESAS

	MENSAIS	ANUAIS
Cursos Ferroviarios a-nexos a uma Escola Profissional:		
Gratificação para:		
Professores de aulas gerais)		
Mestre de desenho profissional)	800\$000	
Professor de Educação Física)		
Despesa de manutenção para tres Cursos, em S. Paulo, Campinas e Rio Claro)	100\$000	
		2:700\$000 32:400\$000
Cursos Ferroviarios com nucleo especial:		
Diretor - professor (vencimentos))	1:000\$000	
Gratificação para:		
Professor de aulas gerais)		
Professor de Educação Física)	1:000\$000	
Professor de desenho profissional)	.	
escriturario guarda-livros (vencimentos))	500\$000	
servente - (vencimentos))	250\$000	
Aluguel do predio)	500\$000	
Despesas de manutenção Para 4 Escolas Especiais em Lapa - (São Paulo), Jundiaí, Araquara e Bauru')	200\$000	
		13:800\$000 165:600\$000
Comissionados no Centro Ferroviario:		
1 Medico inspetor (vencimentos))	2:000\$000	
1 Professor esp. insp. - (venc.))	2:000\$000	
1 Prof. esp. ajudante - (venc.))	1:000\$000	5:000\$000 60:000\$000

Palacio do Govêrno do Estado de São Paulo, aos 4 de julho de 1934.

ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA.

Christiano Altenfelder Silva.

Francisco Alves dos Santos Filho.

Francisco Machado de Campos.

Publicado na Secretaria da educação e Saude Publica. em 4 de julho de 1934.

A. Meirelles Filho. Diretor Geral.

Fonte: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19340713&Caderno=DiarioOficial&NumeroPagina=1>. acesso em 17 de setembro

